plural

revista de ciências sociais

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA

v.19 nº2 | ISSN 2176-8099 | segundo semestre de 2012

www.fflch.usp.br/ds/plural

Plural

Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP

Universidade de São Paulo
Reitor: Prof. Dr. João Grandino Rodas
Vice-reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Diretora: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini
Vice-Diretor: Prof. Dr. Modesto Florenzano

Departamento de Sociologia
Chefe: Prof. Dr. Brasílio João Sallum Junior
Coordenador do Programa de Pós-Graduação: Prof. Dr. Paulo Menezes
Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação: Profa. Dra. Maria Helena Oliva Augusto
Secretários do Programa de Pós-Graduação: Maria Ângela Ferraro de Souza e Vicente Sedrângulo Filho

Comissão Editorial - *Revista Plural*, v. 19, n. 11
Andreza Tonasso Galli, Benno Alves, Cleto Júnior Pinto de Abreu, Guilherme Seto Monteiro, Gustavo Takeshy Taniguti, Irene Rossetto Giaccherino, José Guirado Neto, Lucas Amaral de Oliveira, Mariana Toledo Ferreira, Rafael de Souza, Tiago Rangel Côrtes, Thiago Matiolli, Ugo Rivetti, Wilson Emanuel Fernandes dos Santos

Capa: Gianluca Cerminara, "Distances".

Conselho Editorial
Álvaro Augusto Comin, Amaury César Moraes, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Cibele Saliba Rizek, Daisy Moreira Cunha, Edson Silva de Farias, Evelina Dagnino, Fernanda Peixoto, Fernando Albuquerque Mourão, Fernando Pinheiro, Heloísa André Pontes, Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins, Iram Jácome Rodrigues, Jordão Horta Nunes, José Jeremias de Oliveira Filho, José Sérgio Fonseca de Carvalho, José Sérgio Leite Lopes, Júlio Assis Simões, Leonardo Avritzer, Leonardo Mello e Silva, Lilia Katri Moritz Schwarcz, Marcelo Kunrath Silva, Marcelo Ridenti, Marcos César Alvarez, Maria Helena Oliva Augusto, Maria Neyara Araújo, Mario Antonio Eufrásio, Nadya Araújo Guimarães, Paulo Roberto Arruda de Menezes, Ricardo Musse, Ruy Braga, Samuel de Vasconcelos Titan Junior, Sergio Costa, Sylvia Gemignani Garcia e Vladimir Pinheiro Safatle

Equipe Técnica
Diagramação: Diagrama Editorial (www.diagramaeditorial.com.br)
Revisão de texto: Meiry Ane Agnese

Financiamento
Capes

Os conceitos e ideias emitidos nos textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando obrigatoriamente a concordância nem da Comissão Editorial nem do Conselho Editorial.

Endereço para correspondência:
Depto. de Sociologia - FFLCH/USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315
05508-900 - São Paulo - SP - Brasil
e-mail: plural@usp.br
http://www.fflch.usp.br/sociologia/plural
Facebook: http://www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416
Twitter: @plural_usp

Publicação eletrônica semestral referente ao 2º semestre de 2012 (publicada em janeiro de 2013). Plural. Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, v. 19, n. 11 (2º semestre), 2012.
ISSN: 2176-8099
1. Ciências Sociais 2. Sociologia

Sumário

Editorial

Editorial 5
Comissão Editorial

Artigos

Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil 9
Aristeu Portela Júnior

Ciência e política nas decisões da CTNBio 29
Cleber José Bosetti

Regionalizando o mundo social: configurações, campos e interações face a face . . .51
Célia da Graça Arribas

Cidades mortas: o rural como sinônimo de atraso e decadência 69
Luciana Meire da Silva

Processos sociais, construções discursivas e "imagens de política pública"
na construção da política de silvicultura no Rio Grande do Sul, 2004-2009 83
Márcio Barcelos

Poder e participação 113
Felipe Corrêa

A sociologia cultural e seu ensino 129
Claude Lévi-Strauss

Tradução

A memória, o *homunculus* e a arte da ficção 139
Gianfranco Pecchinenda
Tradução de Irene Rossetto Giaccherino e Lucas Amaral de Oliveira

Entrevista

Entrevista com Bernard Lahire 153
Realizada por Guilherme Seto Monteiro e Mariana Toledo Ferreira

Resenhas

Gênese e desenvolvimento de um fato científico. 165
Mariana Toledo Ferreira

Poder e dominação no Brasil. 171
Tarcísio Staudt e Jucelaine Bitarello

A natureza social das finanças – mundialização, governança corporativa e fundos de pensão em um contexto do novo espírito do capitalismo. 181
Marcio Rogério Silva e Wellington A. Desiderio

Editorial

A concentração de direções e extensões, representada na obra *Distances*, do fotógrafo italiano Gianluca Cerminara – a obra de capa desta edição –, faz com que nos lembremos de que um centro é tão somente um marco que usamos para pensar determinadas relações com outros lugares. Se a longevidade e a constância da *Revista Plural* são devidas ao contínuo trabalho de gerações de estudantes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, sua própria existência se deve, por sua vez, à colaboração de inúmeros estudantes e profissionais de todas as partes do Brasil e, inclusive, do exterior. E é uma honra apontar em todas essas direções, a cada nova edição da *Plural*. A edição 19.2 possui colaborações de pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior da Itália, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de Pernambuco e do interior do Estado de São Paulo, além da própria USP.

Porém, antes de iniciar a apresentação dos itens que compõem esta edição, convém uma nota. Encerrando o ano de 2012, temos dois marcos importantes a comemorar. O primeiro, mais recente, é o sucesso da digitalização da Revista. Esse processo foi iniciado em 2008, com o volume 15, que viabilizou financeiramente a continuidade do periódico e, ao mesmo tempo, ampliou sua divulgação e seu escopo inicial. No ano seguinte, colhendo os frutos da digitalização, iniciávamos, com o volume 16, uma nova era da *Plural*: passamos a publicar, consistentemente, dois números a cada ano, isto é, a revista passou a ter periodicidade semestral. O segundo marco a se celebrar é o aniversário de vinte anos da revista, a completar em 2013, para cuja comemoração planejamos uma seção especial no próximo volume.

A edição presente traz, para iniciar, uma instigante entrevista com o sociólogo Bernard Lahire, professor da École Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines, de Lyon, na França. O professor Lahire ofereceu dois cursos no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, ao longo de 2011 e 2012. A entrevista, além de abordar sua trajetória e formação, trata de algumas das questões candentes dos cursos – destacamos de imediato as críticas e proposições de Lahire em relação aos conceitos de *campo* e *habitus*, de Pierre Bourdieu.

A *Plural* 19.2 tem também uma tradução inédita do texto "A memória, o *homunculus* e a arte da ficção", do sociólogo italiano Gianfranco Pecchinenda, que gentilmente nos ofereceu os frutos iniciais de um livro que está escrevendo atual-

mente e que abordará a relação entre literatura, memória e identidade, a partir da perspectiva da sociologia cultural. Nesse ensaio, ao refletir sobre o caráter e o papel da ficção, o professor italiano coloca em diálogo a literatura, a filosofia e a neurologia, perseguindo uma linha argumentativa que poderia ser caríssima a Nietzsche – que, ao que parece, é um interlocutor oculto do texto. Para tanto, Pecchinenda desafia a fronteira entre a vida e a arte, ao defender que a ficção é uma espécie de modelo para a construção narrativa da memória.

Em uma tentativa de dar seguimento ao debate em torno da sociologia cultural, republicamos nesta edição o texto de Claude Lévi-Strauss, "A sociologia cultural e seu ensino". De que forma a sociologia enquanto ciência deve orientar seus objetivos, métodos e metodologia? Qual a natureza de seu estatuto epistemológico frente ao estudo das ciências naturais? O modo como Lévi-Strauss ataca essas questões, de fato, não é radicalmente novo, mas o texto transcrito nesta edição da *Plural* dá um esboço geral do que significava o "projeto epistemológico" do intelectual francês, para quem o objetivo das ciências sociais compreenderia, sobretudo, uma análise "nomotética" da cultura. Quando Lévi-Strauss prioriza a cultura como a principal instância sociológica, ele estabelece que não se trata somente de analisar o comportamento social *per se*, mas sim o modo como essa série de condutas corresponde justamente a procedimentos mentais e simbólicos. As condutas são estruturadas a partir de uma lógica que conecta de modo significativo símbolos que orientam as ações humanas, ou seja, não existe sociologia que não seja cultural.

Já a seção de artigos conta com duas contribuições ao debate sobre a construção de políticas públicas no âmbito do governo. Márcio Barcelos analisa os fatores envolvidos no embate de distintos atores na conformação da política de silvicultura para a "metade sul" do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2004 e 2009. Valendo-se de diferentes fontes, delineia a formação de duas "coalizões", mostrando o significado do embate em torno da política pública, por meio de ideias, crenças, discursos e agentes de cada uma das coalizões. Já o artigo de Cleber José Bosetti, "Ciência e política nas decisões da CTNBio", trata das intersecções de ciência e política no espaço governamental, em que se desenvolvem as posições oficias sobre os organismos geneticamente modificados. Focando também nos atores envolvidos nas decisões, Bosetti trabalha principalmente com depoimentos de indivíduos que conheceram de perto a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.

De uma perspectiva menos empírica, dois outros artigos desta edição contêm estudos sobre questões brasileiras. Aristeu Portela Júnior, em "Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil", busca, na origem weberiana do conceito e em sua aplicação por Florestan Fernandes, as balizas para criticar os sentidos em que o "patrimonialismo" é mais comumente empregado

na atualidade. Nessa medida, Portela aponta suas críticas para as interpretações tributárias da obra mais conhecida de Raymundo Faoro, mostrando suas limitações em relação à visão trabalhada em obras como *A revolução burguesa no Brasil*, de Fernandes. Outro intérprete do Brasil – "intérprete" em um sentido talvez mais amplo do termo – é discutido no artigo de Luciana Meire da Silva. Em "*Cidades mortas*: o rural como sinônimo de atraso e decadência", são analisados os contos reunidos na obra *Cidades mortas*, do polêmico Monteiro Lobato, em busca das linhas gerais que orientaram as concepções do escritor sobre o mundo rural paulista do início do século XX.

Apresentamos ainda dois artigos de caráter mais teórico. Em "Regionalizando o mundo social: configurações, campos e interações face a face", Célia da Graça Arribas confronta as formulações analíticas de três clássicos da sociologia contemporânea: Norbert Elias, Pierre Bourdieu e Erving Goffman. Desse modo, Arribas coloca em discussão três formas distintas de captar os "arranjos societários" e evidencia algumas ligações dessas alternativas com o trabalho de Max Weber. Finalmente, em "Poder e participação", Felipe Corrêa reflete sobre as distintas concepções de "poder" e propõe uma tipologia a partir das ideias de Michel Foucault e do anarquista Tomás Ibáñez. Em seguida, procura pensar algumas questões concretas no marco da tipologia proposta.

Enfim, oferecemos ao leitor três resenhas de obras publicadas recentemente em português. Márcio Rogério Silva e Wellington Desiderio resenham *A natureza social das finanças*: *fundos de pensão, sindicalistas e recomposição das elites*, importante livro de artigos organizado por Maria Chaves Jardim e publicado originalmente em 2011. Tarcísio Staudt e Jucelaine Bitarello resenham *Poder e dominação no Brasil: a Escola Superior de Guerra (1974-1989)*, de Everton Rodrigo Santos, publicado originalmente em 2010. Mariana Toledo Ferreira resenha a obra *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, de Ludwig Fleck, escrita em 1935, tendo recebido tradução para nosso idioma somente em 2010. Este último texto é considerado pioneiro da abordagem sociológica no estudo do conhecimento científico e é absolutamente relevante para o debate em torno das comunidades científicas e das práticas dos cientistas.

Agradecemos a todos os autores e, saudando os leitores que prestigiam a *Plural*, expressamos nosso desejo de trabalhar ainda mais assiduamente para que a Revista continue sendo abrigo e incentivo para a produção científica de qualidade.

Comissão Editorial

Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil

Aristeu Portela Júnior*

Resumo O conceito de patrimonialismo é central nos modos habituais de se interpretar e analisar o Brasil. Sujeito a uma utilização nem sempre rigorosa, objeto de contestações quanto à sua validade analítica, ele precisa ser retomado de modo sistemático para que se possam delinear seus potenciais e suas limitações quanto à compreensão da sociedade brasileira e de sua história. O presente trabalho busca iniciar esse esforço, retomando tanto a conceituação original de Max Weber quanto a análise que Florestan Fernandes realiza do processo de constituição de nossa sociedade nacional. Buscou-se, assim, mostrar que Fernandes, ao apontar para o caráter não monolítico do Estado brasileiro, ao qual se associa, muitas vezes, a noção de patrimonialismo, supera limitações presentes nos modos mais habituais de utilização do conceito, abrindo novas possibilidades analíticas.

Palavras-chave Estado; Florestan Fernandes; Max Weber; patrimonialismo.

Florestan Fernandes and the concept of patrimonialism in the understanding of Brazil

Abstract *The notion of patrimonialism is central to the habitual ways of interpreting and analyzing Brazilian society. Subject to a use not always accurate, as well as object of disputes concern its analytical validity, this concept needs to be taken in a systematic way so that it can outlines its potential and limitations for the understanding of Brazilian society and its history. The present study attempts to begin this effort by retaking both the original conceptualization of Max Weber and the analysis that Florestan Fernandes performs of the process of constitution of our*

Recebido para publicação em 14/05/2012.
Aceito para publicação em 12/11/2012.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco e bolsista de mestrado do CNPq.

national society. We consider that with such an analysis Fernandes overcomes the limitations present in the more usual use of the concept in the social thinking of Brazil, by pointing to the non-monolithic character of the Brazilian state, which often is associated with the notion of patrimonialism.
Keywords *State; Florestan Fernandes; Max Weber; patrimonialism*.*

INTRODUÇÃO

Há determinadas categorias conceituais que se tornaram correntes nos esforços de análise da formação da sociedade brasileira. Conceitos e noções como os de personalismo, patriarcalismo, subdesenvolvimento e dependência fazem parte do acervo que estrutura importantes debates em nossas ciências sociais. É especificamente uma dessas categorias que constitui o objeto de estudo deste trabalho: o conceito weberiano de "patrimonialismo". Pretende-se, aqui, elaborar uma discussão tanto da formulação original do conceito, na obra de Max Weber, quanto de sua utilização no estudo da sociedade brasileira, por meio das análises de Florestan Fernandes acerca do processo de constituição de nosso Estado nacional.

A razão fundamental que leva a enxergar a importância do estudo de tal conceito é a influência que ele exerceu e ainda exerce no pensamento social brasileiro (Campante, 2003; Silveira, 2006), alcançando autores das mais diversas matrizes teóricas, entre os quais podem ser citados Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro, José Murilo de Carvalho, Florestan Fernandes, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Elisa Reis e Simon Schwartzman. Como aponta Jessé Souza (2009, p. 63-64), essa noção foi (e continua sendo), para o bem ou para o mal, central para a autocompreensão dos brasileiros, no sentido de auxiliar na cristalização de certa imagem da "brasilidade", fazendo parte do universo semântico por meio do qual nossa sociedade interpretou e interpreta a si mesma, ao longo de seu processo de desenvolvimento.

Nesse cenário, a análise de Florestan Fernandes do processo de Independência do Brasil e da consequente formação do Estado nacional, sobre a qual o trabalho se deterá, ilustra uma maneira de apropriação da noção de patrimonialismo que supera limitações presentes nas análises de outros autores. Daí a importância da retomada de suas reflexões para um uso consciente e crítico desse conceito, ainda mais quando seu estatuto explicativo e compreensivo vem, legitimamente, sendo posto em dúvida (cf. Vianna, 1999; Souza, 2009, sobretudo a Parte 1).

É plausível levantar a hipótese de que muita da confusão em torno do conceito decorre de uma apreciação pouco atenta de sua formulação original. Obedecendo

aos mais diversos requisitos (sejam políticos, sejam acadêmicos, etc.), a apropriação da noção de patrimonialismo assumiu diversos sentidos nas ciências sociais brasileiras (cf. Vianna, 1999, p. 175-180), nem sempre congruentes entre si; algumas mais, outras menos fiéis e atentas aos pressupostos teóricos que ela contém na obra de Weber. Assim, o caminho para uma utilização profícua do conceito deve passar necessariamente pela apreciação crítica de sua formulação na obra do sociólogo alemão. É por esse passo que se inicia o trabalho.

PATRIMONIALISMO ENQUANTO DOMINAÇÃO TRADICIONAL

A sociologia política de Weber legou diversas contribuições fundamentais às ciências sociais contemporâneas. De acordo com Bobbio (2003, p. 93), nenhum "dos estudiosos que viveu no século XX contribuiu mais do que Weber para enriquecer o léxico técnico da linguagem política". E ele continua:

> É surpreendente o grande número de expressões weberianas que passaram a integrar estavelmente o patrimônio conceptual das ciências sociais. Menciono apenas algumas situadas no campo da teoria política, como poder tradicional ou carismático, poder legal e poder racional, direito formal e direito material, monopólio da força, ética da convicção e ética da responsabilidade, grupo político e grupo hierocrático. Para não falar da "legitimidade", que só depois de Weber se tornou um tema relevante para a teoria política.

Entre todas essas contribuições, a que interessa no momento é sua tipologia das formas de dominação, no interior da qual ele conceitua o patrimonialismo. Trata-se de uma classificação assentada nas diferentes naturezas de legitimidade pretendidas pelas associações de dominação, ou seja, nos princípios últimos em que repousa a validez das relações de autoridade, o que significa dizer que uma relação de dominação – enquanto "probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas" (Weber, 2000, p. 139) – se baseia, em alguma medida, em sua aceitação enquanto legítima, por parte dos indivíduos que lhe estão sujeitos, e não apenas (ou principalmente) em motivos de submissão puramente materiais ou afetivos ou racionais referentes a valores.

Buscar despertar e cultivar a crença em sua legitimidade é indispensável à persistência das relações de dominação, no tempo e no espaço. O próprio Estado é definido por Weber como "uma relação de dominação do homem sobre o homem,

fundada no instrumento da violência legítima" que só pode existir "sob a condição de que os homens dominados *se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores*" (Weber, 2008, p. 57; grifo nosso). Essa legitimidade pode, primordialmente, estar assentada em três princípios distintos, que Weber classifica como "racional", "tradicional" e "carismático".

É sempre importante lembrar que se está aqui tratando de tipos-ideais, ferramentas analíticas, portanto, e não descrições objetivas da realidade. O que uma classificação como a de Weber pode fornecer ao trabalho histórico empírico é a possibilidade de dizer, no caso particular de uma forma de dominação, por exemplo, "*o que* há nela de 'carismático', de 'carisma hereditário', de 'carisma institucional', de 'patriarcal', de 'burocrático', de 'estamental' etc., ou seja, em quê ela se aproxima de um destes tipos" (Weber, 2000, p. 141) e, consequentemente, em quê se distancia de outros. Assim, durante todo o tempo em que se tratar das formas de dominação e suas variantes, efetuar-se-á uma análise essencialmente conceitual, de cunho abstrato, portanto, cuja aplicação à realidade empírica não possa se dar de maneira direta.

Feita essa ressalva, a análise pode se voltar para o tipo-ideal de "dominação tradicional", aquele que interessa mais diretamente, aqui, aos propósitos do trabalho. Com ele, Weber designa uma forma de dominação cuja legitimidade está fundamentada na "crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade" (Weber, 2000, p. 141). Obedece-se, nessa forma de dominação, não à ordem impessoal, objetiva e legalmente estatuída e aos superiores por ela determinados (o que caracterizaria a dominação racional-legal), nem ao líder carismaticamente qualificado como tal (dominação carismática), mas à pessoa nomeada pela tradição e, em virtude da devoção, aos hábitos costumeiros.

O patrimonialismo consiste em uma forma específica da dominação tradicional, possuindo, portanto, as características apontadas. Propõem-se aqui uma leitura do tema em Weber – com base em *Economia e sociedade* – que distingue três eixos distintos, mas complementares, de conceituação. Em cada um deles, ao mesmo tempo em que se elaboram as características específicas da "dominação patrimonial", esse tipo é diferenciado de outras variantes da dominação tradicional. A apresentação vai, portanto, se estruturar com base nesses eixos.

O primeiro se refere à existência e ao estatuto do "quadro administrativo" no seio da associação de dominação. O patrimonialismo se distingue, inicialmente, de formas de dominação tradicional que não possuem um quadro administrativo, como a "gerontocracia" (dominação, dentro de uma associação, exercida pelos

mais velhos, sendo eles os melhores conhecedores da tradição) e o "patriarcalismo primário" (dominação, dentro de uma associação, exercida por um indivíduo determinado segundo regras fixas de sucessão).

Nesses casos em que está ausente o quadro administrativo, o poder do senhor depende, em grande parte, da vontade de obedecer dos associados, os quais são "companheiros", em virtude da tradição, não "membros" de uma associação, em virtude de estatutos. A ausência do quadro administrativo pessoal – isto é, recrutado a partir de pessoas tradicionalmente ligadas ao senhor, por vínculos de piedade[1] (o que Weber chama de "recrutamento patrimonial"), como membros do clã, escravos, funcionários domésticos dependentes, clientes, colonos, entre outros (cf. Weber, 2000, p. 148-150) – determina que os associados enxerguem a dominação como exercida materialmente em favor deles, não existindo apropriação livre desse direito por parte do senhor. É nessa ideia dos associados que se apoia (no tipo puro, evidentemente) o poder dos gerontocratas e dos patriarcas.

Com efeito, a dominação patrimonial nasce a partir de um desenvolvimento específico da dominação patriarcal, quando a comunidade doméstica, que constitui a base do patriarcalismo, descentraliza-se, e certos membros não livres da comunidade são colocados em parcelas com moradia e família próprias e abastecidos com auxílio do "patriarca" ou "príncipe". Embora esse desenvolvimento debilite, em alguma medida, o poder doméstico pleno, estabelece-se uma relação de dependência unilateral que termina por se "estereotipar" nos costumes.

> A este caso especial da estrutura da dominação patriarcal: o poder doméstico descentralizado mediante a cessão de terras e eventualmente de utensílios a filhos ou outros dependentes da comunidade doméstica, queremos chamar de dominação *patrimonial* (Weber, 2004, p. 238).

O importante a se reter, neste ponto, é o fato de que, dada a descentralização da comunidade doméstica original, quanto mais extensos são os domínios submetidos à autoridade do "príncipe" – e que, no caso mais simples, abrangem "uma fazenda senhorial com um complexo de propriedades territorialmente dependentes e de fazendas de camponeses dependentes pertencentes a estas propriedades" (Weber, 2004, p. 250) – mais eles exigem uma "administração" organizada e, portanto,

1 "Piedade", no sentido de "respeito filial pela pessoa do *pater*, intimamente associado à reverência pelo religioso, pelo sagrado, pelo tradicional. A piedade manifesta-se, segundo Weber, pelo sentimento de devoção puramente pessoal ao soberano que caracteriza o patrimonialismo..." (Campante, 2003, p. 187).

uma maior diferenciação das funções. O senhor patrimonial precisa, em outras palavras, de um corpo de funcionários.

De início, o senhor recruta seus funcionários do círculo dos pessoalmente submetidos a ele, por vínculos de piedade. Mas, segundo Weber, dificilmente uma administração pública consegue funcionar apenas com esse tipo de recrutamento. Os senhores políticos eram quase sempre obrigados a recrutar seus funcionários também de forma "extrapatrimonial", em virtude, sobretudo, do descontentamento dos súditos, ao verem homens não livres alcançarem poder e posições superiores a todos os demais. Como o serviço prestado ao senhor oferecia às pessoas livres vantagens consideráveis, estas se conformavam à submissão ao poder pessoal do senhor. E, "sem dúvida, onde era possível, o senhor insistia na mesma dependência pessoal para os funcionários de proveniência extrapatrimonial e para aqueles recrutados do grupo dos não livres" (Weber, 2004, 251).

Portanto, é apenas quando surge um quadro administrativo que a dominação tradicional tende ao patrimonialismo. As funções e os serviços no interior desse quadro, inicialmente sujeitas apenas ao arbítrio do senhor, tendem a se "estereotipar" em função da tradição. A estereotipagem e a apropriação monopolizadora dos poderes oficiais pelos detentores cria o tipo "estamental" do patrimonialismo (Weber, 2004, p. 53). Nessa situação, os poderes de mando da associação e as correspondentes oportunidades de ganho são apropriados por um quadro administrativo definido estamentalmente, isto é, em que o acesso a ele é regulado pelo pertencimento a uma "situação de *status*" (cf. Weber, 1982, p. 131), assentada em determinada estimativa de honraria, neste caso, positiva.

O funcionalismo patrimonial, com a progressiva divisão e hierarquização das funções, bem como com a racionalização das tarefas, pode assumir traços burocráticos. No entanto, ao cargo patrimonial falta, sobretudo, a distinção burocrática entre a esfera "privada" e a "oficial" – e aqui se alcança o segundo eixo da conceituação de patrimonialismo.

Na dominação patrimonial, a administração é tratada como assunto puramente pessoal do senhor, e a propriedade e o exercício de seu poder, como partes de seu patrimônio pessoal.

> A dominação patrimonial e especialmente a patrimonial-estamental trata, no caso do tipo puro, igualmente todos os poderes de mando e direitos senhoriais econômicos e as oportunidades econômicas privadas apropriadas. [...] Para nossa terminologia, o decisivo é o fato de que os direitos senhoriais e as corresponden-

> tes oportunidades, de todas as espécies, são em princípio tratados da *mesma maneira* que as oportunidades privadas (Weber, 2000, p. 155, grifos no original).

A forma como o senhor exerce o poder é, portanto, objeto de seu livre-arbítrio – o qual, no entanto, é circunscrito aos limites impostos pela tradição. É justamente nesse binômio arbítrio/tradição que se funda a diferença entre o patrimonialismo e outra variante da dominação tradicional: o "sultanismo". A diferença é fluida, mas existente: sendo o patrimonialismo "toda dominação que, originalmente orientada pela tradição, se exerce em virtude de pleno direito pessoal", o sultanismo se caracteriza por uma desvinculação em um grau ainda maior da tradição, desenvolvendo-se nele ao extremo a esfera do arbítrio do senhor (Weber, 2000, p. 151-152).

Tanto no patrimonialismo quanto no sultanismo, no entanto, os "companheiros" se tornam "súditos", e o direito do senhor, interpretado nas outras formas de dominação tradicional como direito preeminente dos associados, converte-se em seu direito próprio, "apropriado por ele da mesma forma (em princípio) que um objeto possuído de natureza qualquer, valorizável [...], em princípio, como outra oportunidade econômica qualquer" (Weber, 2000, p. 151). Além dessas características, os dois tipos se distinguem ainda do patriarcalismo e da gerontocracia pela existência de um quadro administrativo pessoal.

No interior desse quadro, como apontado, é o parecer puramente pessoal do senhor que decide sobre a delimitação das "competências" de seus funcionários – sobretudo no início, quando ainda não se trata de funções tradicionalmente estereotipadas. O funcionário, aqui, é "ocasional", isto é, de incumbência circunscrita pela finalidade objetiva concreta de sua tarefa e selecionado segundo a confiança pessoal, não segundo a qualificação objetiva. Tal situação consiste no terceiro eixo de definição do patrimonialismo.

> Quando a administração de grandes formações políticas está patrimonialmente organizada, toda tentativa de determinar "competências" acaba [...] afogada numa maré de títulos oficiais com sentido que varia quase totalmente por livre-arbítrio (Weber, 2004, p. 254).

Essas características permitem a Weber traçar uma diferenciação no seio da dominação patrimonial, a qual pode tanto se aproximar mais de um esquema tradicionalmente "estereotipado" da distribuição de cargos, no seio do quadro administrativo, ou mais de um esquema "arbitrário" por parte do senhor (nova-

mente o eixo tradição/arbítrio como central ao patrimonialismo). No primeiro caso, com o progresso da apropriação estamental dos cargos, o poder senhorial "desintegra-se" para formar uma constelação de direitos senhoriais de determinados indivíduos, nos quais o senhor não pode tocar sem provocar conflitos (e cujo desenvolvimento, como será apontado, pode desembocar no feudalismo). No segundo caso, nas áreas em que não se realizou essa apropriação de cargos, predomina a arbitrariedade em princípio totalmente livre do senhor, o qual delega, sem restrições, tarefas e posições a favoritos pessoais.

Em ambos os casos, no entanto – na dominação patrimonial em geral –, estão ausentes as normas e os regulamentos burocráticos; falta ao cargo fundamentado em relações puramente pessoais a ideia do dever objetivo. A posição do funcionário patrimonial, em oposição à do burocrata, é produto de sua relação puramente pessoal de submissão ao senhor. A fidelidade ao cargo por parte do funcionário patrimonial não é uma fidelidade do servidor perante tarefas objetivas, delimitadas por regras racionalmente estabelecidas, mas, sim, uma fidelidade de "criado", o que constitui uma parte integrante de seu dever de piedade e fidelidade ao senhor.

> Faltam [na dominação patrimonial] a ordem objetiva e a objetividade encaminhada a fins impessoais da vida estatal burocrática. O cargo e o exercício do poder público estão a serviço da pessoa do senhor, por um lado, e do funcionário agraciado com o cargo, por outro, e não de tarefas "objetivas" (Weber, 2004, p. 255).

A distinção entre o funcionalismo patrimonial e o burocrático permite ainda diferenciar, no pensamento de Weber, a dominação patrimonial do *feudalismo* – outra variante de dominação tradicional. Fundamentalmente, é da fase do "militarismo cavaleiroso da economia patrimonial extensa" que nascem as relações de fidelidade, entre senhores e vassalos, características do feudalismo, e as quais são fixadas em contrato.

> Em contraste com a ampla esfera de arbitrariedade e com a correspondente baixa estabilidade das posições de poder do patrimonialismo puro, encontra-se a estrutura das *relações feudais*. O feudalismo é um "caso-limite" da estrutura patrimonial, no sentido da estereotipagem e fixação das relações entre os senhores e os vassalos (Weber, 2004, p. 288, grifos no original).

Em oposição à dominação patrimonial – fundado na existência de duas esferas – a da vinculação entre senhor e funcionários por meio da tradição e dos

direitos apropriados, por um lado, e a do livre-arbítrio do senhor, por outro – o feudalismo assume um aspecto mais "constitucional", no sentido de que se funda em um contrato bilateral entre senhor e vassalos; um contrato que implica direitos e deveres de ambos os lados, inclusive com restrições da autoridade do senhor sobre os subvassalos (isto é, os vassalos de seus vassalos).

No feudalismo fixam-se, portanto, em alguma medida (e ao contrário da relação patrimonialista), a natureza e a distribuição dos poderes senhoriais. Contudo, não se trata de um Estado burocrático, pois estão ausentes tanto a regulamentação geral quanto a classificação racional das competências específicas e a delimitação dos deveres administrativos circunscritos.

O feudalismo também se distingue da burocracia e da dominação patrimonial por seu caráter necessariamente estamental. A burocracia e o funcionalismo patrimonial se fundamentam em um "nivelamento social", no sentido de que, em seu tipo puro, ou apenas importam as qualificações objetivas de uma pessoa em determinada área (burocracia) ou importam as qualificações puramente pessoais (patrimonialismo), abstraindo-se as diferenças estamentais – independentemente da circunstância de as camadas de funcionários burocráticos e patrimoniais tenderem a se tornar portadoras de determinada "honra" social, com a consequente formação de estamentos.

Contudo, o feudalismo, no sentido definido por Weber, apresenta uma necessária orientação estamental e assume cada vez mais esse caráter. O vassalo tinha que ser um homem livre, isto é, não sujeito ao poder patrimonial de um senhor. Portanto, dado que se fundamenta em enfáticos conceitos de honra especificamente estamentais, enquanto fundamento das relações de fidelidade, a relação feudal plenamente desenvolvida somente pode se realizar em uma camada senhorial. É por isso que Weber (2004, p. 302) apresenta o feudalismo como o caso-limite do "patrimonialismo estamental".

Esses três eixos permitem sistematizar melhor a conceituação de "patrimonialismo" em Weber. Dado que a apropriação desse conceito no pensamento social brasileiro obedece a diversas aproximações e distanciamentos com relação à formulação original – "quando se analisam as correntes de pensamento que versaram sobre tal enfoque [o patrimonialismo no Brasil] verifica-se um desdobramento deste conceito, que frequentemente escapa a sua vertente genética weberiana" (Silveira, 2006, p. 1) –, essa sistematização pode consistir em um caminho profícuo para a interrogação acerca dos modos que ele assume no estudo da sociedade brasileira.

ESTADO NACIONAL BRASILEIRO E O CONFLITO COM A DOMINAÇÃO PATRIMONIAL

É uma tarefa escorregadia a de tentar sistematizar o uso do conceito de patrimonialismo nos trabalhos de Florestan Fernandes. Não só essa categoria é uma entre outras influências weberianas em seu pensamento (cf. Cohn, 1986; Ianni, 2004), como o fato de este ser marcado por aquilo que Gabriel Cohn (1987) chamou de "ecletismo bem temperado" torna no mínimo problemática qualquer tentativa de apresentar as referidas influências sem considerar outras, oriundas de tradições teóricas distintas.

Dada essa peculiaridade de sua produção intelectual, a opção tomada neste trabalho, além de limitar-se à sua sociologia histórica, foi a de abster-se da construção de "genealogias" de conceitos e dedicar-se à apresentação do modo como uma categoria *explicitamente* calcada na obra de Weber (caso da noção de "patrimonialismo") é mobilizada na reconstrução de processos históricos cruciais para a constituição do "Brasil moderno", que levaram à superação da situação colonial e à conformação da sociedade nacional. Evidentemente limitada, a exposição a seguir intenciona mostrar as adaptações a que Fernandes submeteu o conceito weberiano original, em virtude das singularidades do processo histórico brasileiro de formação de uma sociedade nacional.

O ponto de partida para tal análise não poderia ser outro senão o processo de colonização. Fernandes se insere em uma longa tradição de estudos que, sob diversas perspectivas, enxerga como cruciais as instituições e os padrões de relações sociais que foram trazidos de Portugal para o Brasil – embora sua ênfase, nesse sentido, seja certamente menor que a de autores como Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e mesmo Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro.

De todo modo, o sociólogo paulista afirma que, com a colonização, os portugueses transplantaram, para cá, a ordem social que tinha vigência em Portugal, na época dos descobrimentos e da conquista. Houve, portanto, uma tentativa deliberada de "preservação e de adaptação de todo um corpo de instituições e de padrões organizatórios-chaves, com vistas à criação de um 'novo Portugal' [...] que deveria emergir das condições sociais de vida de uma colônia de exploração" (Fernandes, 2010, p. 64).

Central, portanto, para a compreensão desses primeiros momentos do que viria a ser a sociedade brasileira é a própria caracterização da "ordem social que tinha vigência em Portugal", bem como do Estado português no interior desta, na medida em que foi ele o principal agente do processo de colonização. É na

caracterização do Estado português, à época, que Fernandes (2010, p. 67) adentra explicitamente *n*o terreno conceitual que aqui interessa:

> [S]e tomarmos como ponto de referência teórica as conclusões de M. Weber em seu estudo comparado do patrimonialismo e do feudalismo, o império colonial português da época dos descobrimentos, da expansão marítima e da conquista organizava-se como um complexo Estado patrimonial (Fernandes, 2010, p. 67).

Essa citação é ilustrativa do modo como o conceito de "patrimonialismo" vai ser utilizado pelo autor em suas análises. Trata-se, na maior parte dos casos, de um uso quase que exclusivamente "descritivo", isto é, que dispensa elaborações mais detalhadas de sua significação conceitual. O termo jamais é esmiuçado, nesse sentido, talvez em função de o autor, nesse quesito, vincular-se diretamente à obra de Weber (no que a citação também é ilustrativa); ou talvez seja devido à própria situação histórica analisada, que permite um uso mais "genérico" do termo, na medida em que se tratava de uma "simples" transposição de estruturas já constituídas em Portugal. Quando da complexificação dessa realidade, o uso do conceito por Fernandes será diferente, como será abordado.

Em se tratando do estudo desse momento da história brasileira, pode-se, em virtude da análise realizada de Weber, sugerir a leitura de que, por "patrimonial", Fernandes está aqui compreendendo um Estado não só composto por um quadro administrativo pessoal do rei, como também um Estado cujas funções e cujos benefícios são apropriados de forma privada pelo rei e seus quadros. Essa característica do Estado português, nesse momento específico da história brasileira, é significativa, pois indica como o processo de colonização vai se desenvolver, no sentido de beneficiar os interesses dos setores ligados à Coroa portuguesa, por meio de "relações patrimoniais".

A transferência da ordem estamental existente em Portugal para o Brasil deveria obedecer aos imperativos dessas relações, o que se evidencia no processo de concessão de sesmarias, cujo fito principal era demarcar, no vasto território "virgem" do que viria a ser o Brasil, estruturas de poder que favoreciam unicamente os agentes da Coroa e estruturas que não podiam ser destruídas, na medida em que serviam de base ao fortalecimento do próprio Estado patrimonial. O latifúndio não foi, portanto, a única consequência dessa concentração da propriedade da terra; com ela, a massa da população livre foi excluída do controle do poder local e do direito de ter vínculos diretos com o Estado. A terra, portanto, nesse momento, erigiu-se "na base material da transferência e da perpetuação de uma arraigada

estrutura de privilégios e da própria dominação patrimonialista" (Fernandes, 2010, p. 69).

Com os latifúndios e a criação das "grandes lavouras", efetua-se um alto grau de concentração estamental do poder, da riqueza e do prestígio (cf. Fernandes, 2008b, p. 98-99). Apenas um número significativamente restrito de chefes das "grandes famílias" vai poder exercer alguma influência nos rumos históricos do país – ainda que limitada em virtude dos controles externos da metrópole e de seus representantes.

As consequências dessa concentração se fazem sentir em praticamente toda a evolução política posterior do Brasil, do modo como Fernandes a interpreta. Foi, com efeito, graças a essa composição estrutural (cujas características são acentuadas no período imperial) que a maior parte da população brasileira adulta acabou por não ter participação direta na vida política ou ter acesso a ela apenas para exercer atividades subordinadas aos interesses das camadas dominantes. Formaram-se, assim, duas orientações de comportamento, que eram sancionadas pela tradição e reforçadas por uma longa prática: de um lado, nas camadas populares, a de alheamento e de desinteresse pela vida política; de outro, nas camadas dominantes, a de que o exercício do poder político fazia parte dos privilégios inalienáveis dos setores "esclarecidos" ou "responsáveis" da nação (Fernandes, 2008b, p. 99).

> Uns não identificavam em nenhum ponto os seus interesses sociais com os destinos do Estado; outros identificavam-nos demais... Essa foi a herança recebida pela República. O que foi feito dela? O que não poderia deixar de ser feito. O Estado assumiu de vez o belo aspecto das coisas dúplices: "Por fora, bela viola; por dentro, pão bolorento". Ele possuía uma organização, do ponto de vista jurídico; outra, que era a sua antípoda, do ponto de vista prático (Fernandes, 2008b, p. 99).

A dominação patrimonial, entendida nesses termos, manifestava-se, em sua plenitude, no âmbito do que Fernandes chama de "domínio", isto é, o conjunto das instituições e relações sociais que giravam em torno da "grande lavoura". Na época colonial, esses "domínios senhoriais" eram relativamente autônomos entre si, além de indiferentes uns aos outros e ocasionalmente beligerantes, o que consiste em uma evidência de que, a despeito das relações patrimonialistas serem um fator comum a todos, não havia mecanismos sociais que estimulassem a solidariedade de interesses entre as camadas senhoriais. A dominação patrimonialista se dispersa em "ilhas" pelo Brasil. Apenas com a supressão do estatuto

colonial e a lenta conformação de uma sociedade nacional, a esfera do "domínio" passará por transformações que colocarão a dominação patrimonial em outro nível de influência.

> Enquanto perdurou o estatuto colonial, o poder do senhor ficou confinado a unidades sociais estreitas, isoladas e fechadas. A dominação senhorial traduzia um estilo de pensamento e de ação, mas não integrava a visão de mundo e a organização do poder dos seus agentes, como e enquanto membros de estamentos dominantes. Ao romper-se aquele estatuto e, especialmente, ao projetar-se o senhor nos papéis relacionados com a implantação de um Estado nacional, sua capacidade de entender a significação política dos privilégios sociais comuns aumentou. Ao mesmo tempo, descobriu que a proteção e a expansão dos mesmos privilégios dependiam da extensão da dominação senhorial aos outros planos da vida social, principalmente àqueles em que qualquer senhor se tornava um aliado natural de outro senhor (Fernandes, 2006, p. 60-61).

Assim, é sob o nascente Estado nacional, cujas instituições oficiais controlam, que os estamentos dominantes passam a construir os fundamentos de sua solidariedade de interesses e propósitos. E, nesse movimento, utilizam-se dos mecanismos estatais para perpetuar as condições socioeconômicas que salvaguardam seus privilégios. O Estado assume uma configuração de "amálgama", como bem coloca Fernandes (2006, p. 90-91): liberal em seus fundamentos formais (pois a absorção do liberalismo era requisito para a associação livre, embora dependente, do Brasil às nações que controlavam o mercado externo e para as estruturas internacionais de poder); na prática ele era instrumento da dominação patrimonialista. Ao mesmo tempo em que servia como âmbito de integração legal (portanto, racional) da sociedade, tratava-se de um Estado organizado para servir aos propósitos econômicos, aos interesses sociais e aos desígnios políticos dos estamentos senhoriais.

Assim configurado, o Estado fornecia um novo âmbito de funcionamento para a dominação patrimonial. Esta deixava de se restringir à esfera do "domínio senhorial" e passava a influenciar os destinos da "sociedade nacional", pois o próprio âmbito de atuação dos senhores rurais se expande. A dominação patrimonial, assim, converte-se em dominação estamental propriamente dita. É o que Fernandes (2006, p. 80) chama de "burocratização da dominação patrimonialista".

Evidencia-se, aqui, uma nítida evolução no modo como o autor trabalha com o conceito de patrimonialismo. Embora seu uso continue possuindo um caráter mais "descritivo", como destacado, nos momentos em que a análise se volta para

as contradições da constituição de uma sociedade nacional no pós-Independência, Fernandes parece perceber que o conceito precisa ser mais bem qualificado.

Não se trata mais, nesse momento, de compreender um padrão de relações sociais que foi transplantado de Portugal, mas sim as transformações que ele sofre quando se insere em uma nova conjuntura nacional e internacional. Por isso, "patrimonialismo" e "dominação patrimonial" são categorias que não serão mais utilizadas, do mesmo modo, para qualificar as relações do âmbito do "domínio" e aquelas que se referem à sociedade nacional. Fernandes vai se valer agora de uma variação dessas categorias, ainda calcada em Weber: a da "dominação patrimonial-estamental".

É importante sublinhar que o uso por Fernandes de tal conceito, segundo a leitura aqui feita, destoa fundamentalmente do uso daquele que talvez seja seu mais famoso divulgador no Brasil: Raymundo Faoro. Para este, a "realidade histórica brasileira demonstrou [...] a persistência secular da estrutura patrimonial" (Faoro, 2008, p. 822). Tal estrutura se caracteriza pelo domínio irrestrito de um estamento burocrático, uma camada social que exerce o poder político em causa própria e cuja principal característica é, exatamente, "a de dominar a máquina política e a administrativa do país, através da qual fazia derivar seus benefícios de poder, prestígio e riqueza" (Schwartzman, 2003, p. 209). O instrumento de poder desse estamento é justamente o controle patrimonialista do Estado – podendo-se compreender "patrimonial", aqui, segundo a leitura fundamentada na descrição e análise histórica contida em *Os donos do poder,* a partir principalmente dos dois primeiros eixos de definição do conceito em Weber, que já apontamos.

Mas o ponto central da argumentação de Faoro, para os propósitos deste trabalho, é o fato de a dominação patrimonial ter se mantido praticamente inalterada, monolítica, por um período da história brasileira que vai desde a sua transplantação de terras portuguesas até, pelo menos, a ditadura do Estado Novo. Como o próprio autor coloca, referindo-se ao Estado patrimonial: "De Dom João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo" (Faoro, 2008, p. 819), o que significa dizer que o estamento burocrático continuou a controlar o Estado brasileiro segundo interesses particularistas, a divorciá-lo das demandas da nação, a estabelecer um controle político sobre a economia, mesmo atuando "debaixo de uma ordem nominalmente racional-burocrática" (Faoro, 1993, p. 16).

A progressiva conformação de uma sociedade nacional, moderna, teria surtido pouco efeito no sentido de alterar essa realidade fundamental. "A pressão da

ideologia liberal e democrática não quebrou, nem diluiu, nem desfez o patronato político sobre a nação, impenetrável ao poder majoritário, mesmo na transação aristocrático-plebeia do elitismo moderno" (Faoro, 2008, p. 836-837). Em um trecho repleto de construções metafóricas, o autor parece resumir essa perspectiva:

> A máquina estatal resistiu a todas as setas, a todas as investidas da voluptuosidade das índias, ao contato de um desafio novo – manteve-se portuguesa, hipocritamente casta, duramente administrativa, aristocraticamente superior. Em lugar da renovação, o abraço lusitano produziu uma *social enormity*, segundo a qual velhos quadros e instituições anacrônicas frustram o florescimento do mundo virgem. Deitou-se remendo de pano novo em vestido velho, vinho novo em odres velhos, sem que o vestido se rompesse nem o odre rebentasse (Faoro, 2008, p. 837).

A visão de Florestan Fernandes parece um pouco mais sutil. Para ele, a burocratização da dominação patrimonialista, longe de conduzir a um mero predomínio desta em todos os âmbitos do Estado, cria uma espécie de "dualidade estrutural" entre, de um lado, as formas de dominação consagradas pela tradição e, de outro lado, as formas de poder criadas pela ordem legal. As relações patrimonialistas continuaram a ter plena vigência no nível do domínio senhorial propriamente dito (ou seja, na organização da economia escravista e nas estruturas sociais que lhe serviam de base), bem como nas relações sujeitas ao prestígio pessoal dos senhores e ao poder de mando das grandes parentelas; no entanto, a organização do "poder central" foi colocada em um plano independente e superior, no qual a dominação patrimonialista se fazia sentir apenas de maneira indireta e condicionante. Essa configuração, portanto,

> compelia as camadas senhoriais a organizar sua dominação especificamente política através da ordem legal, ao mesmo tempo em que conferia ao "poder central" meios para impor-se e para superar, gradualmente, o impacto sufocante do patrimonialismo (Fernandes, 2006, p. 56).

Os estamentos dominantes possuíam, assim, duas esferas dentro das quais se exerciam suas probabilidades de poder: o nível do "domínio" e o nível da "nação". E, embora eles nem sempre conflitassem, é evidente que, nessa alteração, para efeitos políticos, o domínio deixava de ser visto em si mesmo: toda e qualquer ação, de maior ou menor importância para a coletividade, voltava-se de um modo ou

de outro para a totalidade do país e afetava seu presente e seu futuro. À medida que progride a burocratização da dominação patrimonialista e que se consolida o Estado nacional emergente, domínio e nação tenderão a harmonizar-se como polos diferenciados, distantes, mas interdependentes.

> Embora daí resultasse que a burocratização do poder estamental e a integração nacional fossem fenômenos equivalentes, o que acarretava a elevação do privatismo em princípio de ordenação societária, nem todos os efeitos dessa vinculação seriam "particularistas". Ao contrário, essa conexão é que conferiu aos senhores rurais condições para converterem a satisfação de seus objetivos privados comuns em fator político de interesse geral. Assim, a *situação nacional* adquiria um significado político que transcendia ao privatismo (Fernandes, 2006, p. 80-81, grifos no original).

O patrimonialismo permanecia atuante, sem dúvida, mas, com a progressiva constituição dos caracteres autônomos típicos de uma sociedade nacional, os estamentos dominantes, únicos segmentos de expressão histórica dentro do país, mobilizam-se com o fito consciente e expresso de "organizar a sociedade nacional" e o fazem de maneira a identificar seus interesses econômicos, sociais e políticos com a "riqueza", a "independência" e a "prosperidade" da nação.

Evidentemente que o que estava em questão era a adaptação das elites das camadas dominantes ao que Fernandes chama de requisitos morais e sociais da ordem social competitiva, que então começa a se expandir, mas se trata de um processo extremamente contraditório, em que as estruturas e instituições do "antigo regime" – isto é, para o autor, a ordem escravocrata e senhorial – persistem e influenciam o desenvolvimento dos novos padrões societários (Fernandes, 2008a, p. 302-303). As relações patrimonialistas consistem em uma dessas "persistências". Como bem coloca Sérgio Buarque de Holanda – considerado um dos primeiros a utilizar, a partir de Weber, o termo "patrimonial" na análise do Brasil (cf. Silveira, 2006)[2] –, o fato de os detentores das posições públicas de responsabilidade, no

2 E aqui cabe uma observação no mínimo curiosa. Raymundo Faoro afirma que o historiador paulista mencionado pode ser considerado o introdutor da *palavra* "patrimonial" nas análises sociais brasileiras, mas não do *conceito* de "patrimonialismo". Na interpretação de Faoro, Sérgio Buarque não seguiria à risca as ideias de Weber, pois considera que o Estado é a continuação do poder do *pater-familias* na política, quando para Weber o patrimonialismo implicaria necessariamente a superação do patriarcalismo. O introdutor consequente do conceito de patrimonialismo seria, ao invés, ele próprio, Faoro: "Não há dúvida, portanto, que não o termo 'patrimonial', mas a análise do Estado brasileiro sob o prisma do patrimonialismo, começa com *Os donos do poder*" (Faoro, 1993, p. 18).

período em que deslancha no país o processo de urbanização (com a formação de necessidades de trabalhos inexistentes até então), terem sido predominantemente formados no ambiente familiar patriarcal, dificultava que eles compreendessem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público e, ao assumirem as novas funções urbanas, incluindo aí a gestão política, teriam se apropriado delas como assuntos de interesse particular.

"Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário 'patrimonial' do puro burocrata conforme a definição de Max Weber" (Holanda, 2009, p. 145-146). Tudo está relacionado a interesses pessoais do funcionário – funções, empregos, benefícios, escolha de empregados – e não a interesses objetivos, como aconteceria, na perspectiva de Holanda, no verdadeiro Estado burocrático, em que prevaleceriam a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. Dessa forma, pode-se dizer que, no Brasil, "só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses" (Holanda, 2009, p. 146).

Embora não se possa, neste momento, dedicar tempo para traçar as aproximações e diferenças entre as perspectivas de Florestan Fernandes e de Sérgio Buarque de Holanda, bem como a de Raymundo Faoro, quanto à aplicação do conceito de patrimonialismo na compreensão da sociedade brasileira, o que a análise anterior permite observar é que Fernandes se mantém fiel à conceituação original de "patrimonialismo" na obra de Weber, ainda que, como é característico de sua produção, se adapte o conceito para melhor compreender e explicar a realidade brasileira. Ao captar a dimensão da burocratização da dominação patrimonialista, que aponta para o caráter não monolítico do Estado brasileiro, ele supera limitações contidas na leitura dominante do conceito (cf. Souza, 2009, p. 84), que subsumem o Estado à sua dimensão patrimonial, praticamente demonizando-o.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidentemente que não havia a pretensão de realizar neste espaço uma análise exaustiva da obra dos dois autores em pauta; tratou-se, antes, de comentários sobre aspectos específicos de suas formulações. Pode-se ainda dizer que as discussões relativas ao patrimonialismo não se esgotam no que foi abordado aqui.

Nos termos da obra de Weber, para uma análise mais completa, seria ainda necessário apontar as relações da dominação patrimonial com a esfera da economia. Mais especificamente, o sociólogo alemão parece preocupado com os aspectos do

patrimonialismo que inibem a economia racional, como a ausência de estatutos formalmente racionais e com duração confiável, bem como de um quadro de funcionários com qualificação profissional formal (cf. Weber, 2000, p. 158).

Quanto à discussão do patrimonialismo em Florestan Fernandes e no pensamento social brasileiro, em geral, é preciso apontar que ela não se limita a análises de períodos específicos do passado histórico. Via de regra, as relações patrimonialistas são vistas como um dos fatores que, no presente, obstaculizam a conformação de uma ordem social democrática no Brasil – como o próprio Fernandes argumentaria em seus escritos para a imprensa no final da década de 1980. Passado e presente nunca estão completamente separados nessas análises.

Traçar um caminho que vai da possibilidade heurística do conceito para a compreensão do passado brasileiro até chegar ao presente, tendo por fundo as formulações originais de Weber, parece uma via profícua para se construir uma compreensão tanto das potencialidades quanto das limitações do conceito para a compreensão da sociedade brasileira, a fim de apontar tanto aqueles processos sociais que essa categoria permite desvendar quanto aquilo que tal perspectiva tem mantido na sombra das análises; mais especificamente, para apropriar-se das dimensões críticas que o conceito desvenda acerca da formação social brasileira – na medida em que põe em foco não só a concentração de poder político nas mãos de determinadas camadas sociais, como também a condução desse poder segundo interesses particularistas – e também para, na esteira do que argumenta Vianna (1999), questionar acerca dos limites envoltos no uso tradicional do conceito, que tende a restringir a análise (e crítica) das relações patrimoniais ao âmbito do Estado, deixando em segundo plano as manifestações da dominação patrimonial que se realizam no âmbito social mais geral.

Nesse sentido, o estudo da obra de Florestan Fernandes, como se espera ter mostrado, consiste em uma via possível de construção de novas possibilidades analíticas da noção de "patrimonialismo" e, assim, de elaboração de novas (auto) compreensões da sociedade brasileira e sua história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bobbio, Norberto. Max Weber e os clássicos. In: Bobbio, Norberto; Santillán, José Fernández (Org.). *Norberto Bobbio*: o filósofo e a política. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003. p. 93-116.

Campante, Rubens Goyatá. O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 153-193, 2003.

Cohn, Gabriel. Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. In: Moraes, Reginaldo et al. (Org.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 125-148.

_____. O ecletismo bem temperado. In: D'Incao, Maria Ângela (Org.). *O saber militante*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Faoro, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. *Revista USP*, n. 17, p. 14-29, 1993.

_____. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 2008.

Fernandes, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes*. v. 1: O legado da "raça branca". São Paulo: Globo, 2008a.

_____. Existe uma crise da democracia no Brasil? In: Fernandes, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Global, 2008b. p. 93-113.

_____. A sociedade escravista no Brasil. In: Fernandes, Florestan. *Circuito fechado*. São Paulo: Globo, 2010. p. 37-95.

Holanda, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Ianni, Octavio. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. In: Ianni, Octavio. *Pensamento social no Brasil*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 307-348.

Schwartzman, Simon. Atualidade de Raymundo Faoro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2. p. 207-213, 2003.

Silveira, Daniel Barile da. Patrimonialismo e a formação do Estado Brasileiro: uma releitura do pensamento de Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna. *Conselho Nacional de Pós-Graduação em Direito*, v. 1, p. 203-223, 2006. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/25998-26000-1-PB.htm>. Acesso em: 5 dez 2011.

Souza, Jessé. *Ralé brasileira*: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

Vianna, Luiz Werneck. Weber e a interpretação do Brasil. In: Souza, Jessé (Org.). *O malandro e o protestante*. Brasília: Editora UnB, 1999. p. 173-193.

Weber, Max. Classe, estamento, partido. In: Mills, C. Wright; Gerth, H. H. (Org.). *Ensaios de Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: LTC, 1982. p. 126-137.

_____. *Economia e sociedade*. v. 1. Brasília: Editora UnB, 2000.

_____. *Economia e sociedade*. v. 2. Brasília: Editora UnB, 2004.

_____. A política como vocação. In: Weber, Max. *Ciência e política*. Duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2008. p. 55-124.

Ciência e política nas decisões da CTNBio

Cleber José Bosetti*

Resumo Desde sua criação, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) é um espaço fundamental de decisão no que se refere à liberação dos organismos geneticamente modificados (OGMs) no Brasil. Trata-se de uma instância científica criada para avaliar a biotecnologia e a biossegurança, cuja atuação tem sido marcada pela presença de fortes embates científicos e políticos em torno de diferentes interpretações dadas ao princípio da precaução. Contudo, os embates que ocorrem no interior da comissão são atravessados por um vasto conjunto de interesses sociopolíticos que podem ser observados a partir de seu ordenamento institucional. Dessa forma, a partir de seu arranjo institucional, a CTNBio se constitui como um espaço atravessado por forças sociopolíticas que, em última instância, tem definido os destinos da agricultura e do próprio consumo alimentar no Brasil.
Palavras-chave CTNBio; transgênicos; política, ciência.

Science and politics in the decisions of CTNBio

Abstract *Since your inception, the National Technical Commission on Biosafety (CTNBio) is a fundamental space of decision regarding the release of geneticallt modified organisms (GMOs) in Brazil. As a scientific body set up to assess the biotechnology and biosafety, the work of this commission has been marked by the presence of strong scientific and political struggles around different interpretations of the precautionary principle. However, the conflicts that occur within the committee are traversed by a wide range of socio-political interests that can be observed from the institutional order of the same. Thus, from the institutional arrangement, the CTNBio constitutes itself as a space traversed by sociopolitical forces that ultimately has set targets of agriculture and food consumption in Brazil itself.*
Keywords *CTNBio; GMOs; politics; science.*

Recebido para publicação em 11/06/2012.
Aceito para publicação em 25/10/2012.

* Mestre em História Regional pela Universidade de Passo Fundo (UPF) e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

INTRODUÇÃO

"As coisas se decidem em campo!" Esse jargão tradicional da linguagem futebolística poderia muito bem ser usado para a explicação dos fenômenos sociais. Entretanto, antes de os jogadores entrarem em campo, existe um complexo conjunto de regras que define quem está apto a jogar, qual é o objetivo do jogo, bem como aquilo que os jogadores podem e não podem fazer ao entrarem em campo. Por mais que cada um tenha sua habilidade e defenda seu time da melhor forma possível, muitas vezes, as regras do jogo são tão rígidas que se tornam limitadoras do desempenho das capacidades individuais e coletivas daqueles que estão em campo.

As decisões acerca dos transgênicos no Brasil não escaparam a essa lógica. O Estado, responsável pelas regras, decidiu criar uma comissão formada por especialistas –Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – a fim de tomar as decisões acerca dos transgênicos, porém, em torno dessa comissão científica, formou-se um conjunto complexo de forças sociopolíticas entrelaçadas e interessadas na liberação ou não dessa tecnologia. Diante desse contexto, este trabalho procura analisar os processos sociopolíticos relacionados à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, no que se refere às decisões acerca da liberação dos transgênicos no Brasil. Em um primeiro momento, será apresentada uma descrição da entrada dos transgênicos no Brasil, a partir de um consentimento do Estado; posteriormente, serão analisados, a partir de uma pesquisa empírica, os principais embates ocorridos no processo decisório da comissão; por fim, será apresentada uma análise sobre o entrelaçamento entre ciência e política, a partir da constituição institucional da comissão.

OS TRANSGÊNICOS E A CRIAÇÃO DA CTNBIO

A partir da década de 1990, as sementes geneticamente modificadas pelo processo do DNA recombinante[1] entraram de vez no mercado de sementes. As

1 O processo científico propriamente dito, que dá origem aos OGMs, é definido por Nutti e Lajolo (2011, p. 29) como "um processo de engenharia genética que permite que um gene seja transferido de um organismo para outro, mesmo de espécies diferentes, conferindo suas propriedades ao organismo que o recebe". Nesse processo, ocorre a produção de um novo ser ou matéria, cujas propriedades são induzidas em função das características desejadas pelo cientista. Valois (2001) define os transgênicos como "plantas que carregam em seu genoma a adição de DNA oriundo de uma fonte diferente do germoplasma paternal". Ambas as visões compartilham a ideia de que o processo gera um organismo *sui generis* em relação àqueles que o originaram, na medida em que podem possuir características não necessariamente presentes em seus ascendentes.

incertezas e riscos suscitados por essa tecnologia motivaram a comunidade científica, a sociedade civil e os próprios governos de alguns países a elaborarem leis de biossegurança para normatizar os processos de pesquisa e liberação dos OGMs, tendo em vista preocupações ambientais e de saúde pública. Tais preocupações, suscitadas desde a Conferência Rio 92 no Brasil, consolidaram-se na elaboração do Protocolo de Cartagena, no ano 2000, na Colômbia, cujo principal marco foi a reafirmação do Princípio da Precaução[2] na tomada de decisão acerca da liberação dos OGMs. Assim, concomitantemente ao desenvolvimento da biotecnologia e do aparecimento das sementes geneticamente modificadas no mercado, a legislação de biossegurança foi sendo elaborada para normatizar essa tecnologia.

No que se refere à legislação de biossegurança, o caso brasileiro é bastante emblemático: por um lado, há a presença de leis de biossegurança com considerável amplitude, em comparação com outros países, e, por outro, a forma como essas leis não são cumpridas pelo próprio Estado que as instituiu as torna inoperantes. Em 1995 foi elaborada a primeira Lei de Biossegurança (Lei n. 8.974), que estabeleceu as normas para o uso das técnicas de engenharia genética e para a liberação dos organismos geneticamente modificados, bem como autorizou a criação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Em dezembro de 1995 foi promulgado o Decreto n. 1.752, que regulamentou a lei de Biossegurança no que tange à constituição, à vinculação, à composição e à competência da CTNBio. Entre as atribuições da CTNBio, constavam a elaboração de uma política de biossegurança, o estabelecimento de normas e regulamentos para as atividades de engenharia genética, a elaboração de pareceres técnicos acerca dos projetos com OGMs, além de contribuir com os órgãos de fiscalização.

Posteriormente, uma série de instruções normativas e medidas provisórias foram promulgadas, a fim de modificar aspectos pontuais dessa primeira Lei de Biossegurança. Em 2005 foi promulgada uma nova Lei de Biossegurança, Lei n. 11.105, estabelecendo novas normas de segurança, reformulando os mecanismos

2 Segundo Nodari (2008, p. 75), "o princípio da precaução é um princípio ético que afirma que a responsabilidade pelas futuras gerações e pelo meio ambiente deve ser combinada com as necessidades antropocêntricas do presente". Para Cezar e Abrantes (2003), esse princípio se desenvolveu originariamente no direito germânico na década de 1970 e posteriormente foi sendo incorporado por outros países, principalmente após a Conferência do Rio de Janeiro, em 1992. Em linhas gerais, o princípio da precaução especifica que, diante da incerteza dos conhecimentos científicos, os Estados devem observar todos os riscos envolvidos em determinados procedimentos científicos ou tecnológicos para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente. Segundo Abramovay (2007, p. 153), o princípio da precaução é um mecanismo de controle sobre os riscos que estimula uma atitude reflexiva com relação à própria ciência. Esse princípio acabou sendo adotado por grande parte dos países que o incorporaram às suas legislações, ainda que isso não signifique que tal princípio esteja sendo considerado.

de fiscalização das atividades com OGMs, criando o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS) e reestruturando a CTNBio. Conforme o artigo 1 dessa lei, as normas e mecanismos de fiscalização passaram a ter como diretrizes: "o estímulo ao avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia, a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal, e a observância do Princípio da Precaução para a proteção do meio ambiente" (Lei n. 11.105, de mar./2005, art. 1). Produzida em um contexto[3] em que os OGMs já eram uma realidade no País, essa lei apresenta uma preocupação clara em relação ao desenvolvimento da biotecnologia, ao mesmo tempo em que referenda o Princípio da Precaução assumido pelo país no Protocolo de Cartagena, em 2000, ou seja, há intencionalidade em estimular o desenvolvimento da biotecnologia, mas sem deixar de lado as preocupações ambientais, sanitárias e de saúde que constituem o Princípio da Precaução.

A Lei de 2005 revogou a de 1995. Do ponto de vista conceitual, pouca coisa foi alterada: a orientação da nova lei manteve o princípio precaucionário já presente na lei de 1995. Do ponto de vista institucional, houve uma complexificação das atribuições da CTNBio[4], cabendo-lhe, além da avaliação dos projetos, a fiscalização e o rigor na observância dos princípios norteadores da biossegurança. A novidade foi a criação do Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), uma instância superior de decisão, formada por uma comissão de ministros que pode ser solicitada caso haja alguma discordância em relação às decisões deliberadas pela CTNBio. Entretanto, há certa dubiedade quanto a essa hierarquização, e isso pode ser observado no artigo 8, inciso III, que versa sobre as atribuições do CNBS. Esse inciso diz que cabe ao Conselho: "avocar e decidir, em última e definitiva instância, com base em manifestação da CTNBio", ou seja, deixa a entender que as decisões do conselho acabam considerando aquilo que já foi deliberado pela CTNBio.

Em relação à CTNBio, essa Comissão foi definitivamente regulamentada pela Lei de 2005, tanto no que se refere às suas atribuições quanto em relação à sua constituição. Em linhas gerais, essa Comissão tem a atribuição de deliberar de forma conclusiva acerca dos projetos e processos envolvendo os produtos de enge-

3 É importante lembrar que a partir de meados da década de 1990, e principalmente durante a década de 2000, a agricultura retoma sua condição de carro-chefe da economia brasileira. Em um cenário favorável às exportações de *comoditties* agrícolas, esse setor ganhou representatividade internacional, despertando interesses de investimentos internos e externos na cadeia do chamado agronegócio. Essa discussão pode ser vista de forma mais aprofundada em autores como Filgueiras e Gonçalves (2007) e Belik (2007).

4 Conforme prevê a Lei de 2005: "A CTNBio deverá acompanhar o desenvolvimento e o progresso técnico e científico nas áreas de biossegurança, biotecnologia, bioética e afins, com o objetivo de aumentar sua capacitação para a proteção da saúde humana, dos animais e das plantas e do meio ambiente" (Lei de Biossegurança, mar./2005, art. 1).

nharia genética no Brasil. Mesmo estando hierarquicamente abaixo do CNBS, as decisões da CTNBio passaram a ter um poder de afirmação quase inquestionável, conforme informou[5] um ex-membro da Comissão, ao relatar casos em que órgãos do próprio governo, como a Anvisa, e segmentos da sociedade civil questionaram as decisões da CTNBio, juntamente ao CNBS, e tiveram suas reclamações julgadas como infundadas, com base nas avaliações da própria CTNBio. O argumento do próprio conselho se pautou nos pareceres da CTNBio, ou seja, o Conselho acaba atuando de forma a confirmar aquilo que a comissão técnica decide. Essa mesma constatação pode ser encontrada em autores como Zanoni et al. (2011, p. 248), e a CTNBio possui legitimidade para autorizar ou negar a liberação de transgênicos em todo o território nacional, pois o CNBS só referenda tais decisões.

É importante ressaltar que o CNBS é uma instância eminentemente política, ou seja, formada por políticos e não por especialistas, como é o caso da CTNBio. Conforme consta no inciso II do artigo 8, compete ao Conselho: "analisar, a pedido da CTNBio, quanto aos aspectos da conveniência e oportunidade socioeconômicas e do interesse nacional, os pedidos de liberação para uso comercial de OGM e seus derivados". Nesse sentido, parece estar subtendido que os assuntos referentes à biossegurança são de exclusividade da CTNBio, ou seja, à medida que essa comissão delibera, sua decisão não é mais questionada e o Conselho pode avaliar os aspectos pontualmente relacionados aos interesses econômicos e políticos.

Com base no que foi apresentado até aqui, percebe-se que, do ponto de vista jurídico, foi construído um arcabouço legal, com o intuito de normatizar o desenvolvimento da biotecnologia sob o olhar da biossegurança. O conteúdo prescrito nas leis e nos decretos publicados apresenta uma preocupação com a biossegurança e seus princípios regentes, entretanto, a existência desse arcabouço legal parece não ter sido suficiente para que seus preceitos fossem cumpridos. Assim, a normatização, a fiscalização e a própria decisão acerca da liberação dos produtos transgênicos no Brasil acabou sendo atribuída a uma instância eminentemente científica, porém atravessada por interesses políticos e econômicos. Operando dentro de um aparato legal e valendo-se de diferentes interpretações acerca da biossegurança e seus princípios, a CTNBio pode ser sociologicamente compreendida como um espaço institucional que se constitui como um campo de poder[6].

---

5 Entrevista realizada em 21/05/2012.

6 O termo "campo de poder" é uma alusão ao conceito de Bourdieu (1996). Na concepção desse autor, o "campo de poder" é um espaço de relações de força envolvendo os agentes e os diferentes tipos de capital que estes possuem. No caso da CTNBio, é possível observar que existe um conjunto variado de poderes externos e internos que se faz presente na comissão: o poder

As primeiras sementes transgênicas entraram no Brasil no final da década de 1990 de forma ilegal, pois a Lei de Biossegurança de 1995, que estabeleceu as primeiras normas e os regulamentos acerca das pesquisas com produtos de engenharia genética, ainda não havia estabelecido a liberação do plantio de sementes provenientes dessa tecnologia. Contrariando os preceitos de biossegurança presentes na lei e aproveitando-se de uma fiscalização ineficaz por parte dos órgãos responsáveis – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento –, uma grande quantidade de sementes de soja transgênica, proveniente principalmente da Argentina, entrou ilegalmente no país e passou a fazer parte da área plantada em alguns estados brasileiros. Isso gerou embates[7] envolvendo o Estado, a iniciativa privada – interessada no desenvolvimento dessa tecnologia – e setores da sociedade civil que se opuseram aos produtos geneticamente modificados no território nacional. Entre as manobras judiciais e a negligência do Estado no que tange ao cumprimento das leis, a difusão dos transgênicos caminhou da ilegalidade permitida à liberalização consentida ou, para usar o termo de Ferreira (2010), tratava-se de uma irresponsabilidade organizada, ou seja, por trás de um aparente controle por parte das instituições responsáveis pela biossegurança, havia uma permissividade politicamente calculada.

No final da década de 1990, o cenário político-econômico da agricultura brasileira apresentava, conforme Pelaez e Schmidt (2000, p. 2), um contexto favorável à difusão dos OGMs. Do ponto de vista econômico, os transgênicos prometiam reduzir os custos de produção das lavouras, tornando-se um forte atrativo para o setor agrícola. Do ponto de vista político, interessava ao governo estimular uma maior competitividade da agricultura brasileira no mercado internacional, com o intuito de equilibrar a balança comercial do país. Esses dois pontos referenciados são indicativos dos interesses políticos existentes no que se refere à liberação dos transgênicos no país, nesse período. Eis que há, de um lado, interesses dos setores produtivos dos segmentos ligados ao agronegócio, tanto os agricultores como as empresas interessadas na expansão produtiva e venda de sementes e insumos; de outro, o próprio governo no aumento da competitividade da economia brasileira por meio da exportação de produtos agrícolas.

Em 1998, o processo de liberação deu um grande passo à frente, quando a CTNBio deu um parecer favorável à empresa multinacional Monsanto para que

simbólico do saber científico, o poder político de nomeação dos membros, o poder econômico das grandes empresas interessadas na biotecnologia, entre outros.

7 Esses embates podem ser vistos de forma mais aprofundada em autores como Marinho e Gomez (2004) e Guivant (2005).

realizasse a produção e comercialização de sementes de soja geneticamente modificadas no país. Essa decisão foi polêmica, por apresentar indícios de interferências políticas da empresa Monsanto no processo decisório, conforme explicitadas por Pelaez e Schmidt (2000, p. 6). Na visão desses autores, tal interferência ocorreu pelo fato de representantes da empresa Monsanto fazerem parte da CTNBio, influenciando, portanto, a comunidade científica para emitir um parecer favorável.

O questionamento acerca da decisão de liberação dos transgênicos pela CTNBio foi pautado, principalmente, pela questão da biossegurança prevista na própria legislação brasileira. Sob a luz da ideia da sociedade de riscos[8], Ferreira (2010, p. 105) argumenta que a liberalização do comércio das sementes de soja *Roundup Ready* da Monsanto, em 1998, pela CTNBio prescindiu de estudos prévios de impacto ambiental, previstos pela legislação de biossegurança vigente. Diante disso, autores como Pelaez e Albergoni (2004, p. 208) e Guivant (2005; 2006) lembram que esse parecer resultou em uma ação judicial movida por setores da sociedade civil lideradas, principalmente, por ONGs. Apesar de a Justiça ter dado ganho de causa à ação movida por essas organizações, o Estado não exerceu seu papel na fiscalização, e os transgênicos foram sendo plantados ilegalmente.

Diante dos impasses entre a CTNBio, a Constituição Federal e o Estado, o que aconteceu foi uma permissiva difusão ilegal das sementes geneticamente modificadas pelo País. Esses descompassos foram denominados por Ferreira (2010, p. 218) como uma "irresponsabilidade organizada[9]", para designar um fenômeno que se concretiza por uma marcha circular entre normalização simbólica e os estados de ameaça que caracterizam a crise ambiental contemporânea.

Assim, o que se vê no processo de liberalização dos transgênicos no Brasil é que a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança desempenhou um papel político fundamental. Se do ponto de vista político-jurídico as decisões foram atribuídas ao corpo científico formado por profissionais especializados, do ponto de vista

8 O termo sociedade de risco remonta ao conceito desenvolvido por Beck (2001). Em linhas gerais, esse autor concebe a sociedade da alta modernidade como uma sociedade de risco, em função de a modernização que caracteriza essa sociedade, especialmente na dimensão técnico-científica, produzir um conjunto amplo de riscos que adquiriram uma dimensão global. Na concepção de Beck, os riscos são um produto do desenvolvimento da própria sociedade industrial moderna, vinculando-se aos progressos da ciência e da técnica característicos dessa sociedade. Os riscos são projeções de ameaças que se manifestam em diversos campos da vida social, indo desde desastres nucleares, mudanças climáticas, até doenças e acidentes. Enfim, são adversidades resultantes da própria ação humana que se volta contra a sociedade; um efeito que o autor denominou como *bumerangue*, sendo de difícil percepção e explicação por se colocar no horizonte do advir como ameaça em potencial.

9 Em função da expansão "ilegal" da comercialização de sementes, o Estado promulgou outra medida provisória, em 2003. Para Ferreira (2010, p. 106), "esta medida provisória foi emitida para autorizar a comercialização da safra que continha sementes transgênicas ilegalmente produzidas no país".

sociológico, é preciso observar a trama sociopolítica envolvida nessa instância científica, pois a própria ciência não é tão somente científica. Além disso, mesmo a comissão tendo um caráter representativo – afinal, os membros da CTNBio representavam diferentes setores da sociedade e do próprio Estado –, tal representação foi marcada por uma desproporcionalidade no que tange às posições de seus membros em relação à biotecnologia e à biossegurança. Por fim, a comissão não pode ser encarada como um microcosmo isolado das forças sociopolíticas que atuam sobre ela, ou seja, há uma teia de relações que precisa ser considerada quando se pensa na deliberação política de determinados agentes em espaços como a CTNBio.

OS EMBATES CIENTÍFICOS NA CTNBIO

Os processos decisórios da CTNBio revelam que o escopo da ciência é ainda mais complexo do que se imagina. Ainda que as decisões sejam tomadas em nome e a partir de avaliações científicas, é preciso considerar que a ciência possui em seu próprio *corpus* uma dimensão política. Assim, a partir das perspectivas de campo científico de Pierre Bourdieu e das incursões na ciência em construção de Bruno Latour, consideradas suas diferenças, este tópico busca apresentar a atuação da dimensão política interna à própria ciência. Dessa forma, será possível visualizar que os embates científicos da CTNBio são também constitutivamente políticos.

A dimensão sociopolítica interna à ciência pode ser observada em Merton (1979), quando ele considera a instituição da ciência como parte de uma estrutura institucional maior. Na visão de Merton (1970), sendo a ciência uma instituição social, ela está inevitavelmente relacionada a outras instituições, pois o ethos da ciência[10] não se define apenas por normas técnicas, mas está envolto por aspectos morais (o que é bom, o que é justo) que são colocados pela sociedade[11].

10 Robert Merton (1979) considera que a ciência está assentada em um *ethos* composto, segundo ele, pelo universalismo, pelo comunismo, pelo desinteresse e pelo ceticismo organizado. O primeiro se refere ao caráter procedimental e impessoal das decisões no campo da ciência; o segundo ressalta a natureza social das descobertas científicas e a necessidade de publicização dos resultados; o terceiro reforça o caráter público e testável da ciência; e, por fim, o ceticismo organizado, entendido como um mandato metodológico e institucional. Entretanto, isso não significa que a ciência funcione a partir desse isolamento.

11 A partir dessa relação institucional da ciência com as demais instituições, Merton (1970) faz uma análise crítica das consequências sociais da tecnologia, questionando o isolacionismo nas tomadas de decisão pelo corpo de técnicos e cientistas, pois, em seu entender, nem sempre estes conseguem responder de forma satisfatória sobre o que melhor representa os interesses da sociedade. A reflexão feita por Merton em *A máquina, o trabalhador e o engenheiro* revela uma dimensão crítica acerca de como a ciência e a tecnologia, ao não serem discutidas pela sociedade, produzem formas de controle social e exploração.

A relação entre ciência e política também pode ser encontrada em teóricos como Haberer (1979), a partir da ideia de politização da ciência. Na visão desse autor, por ser a ciência uma instituição implantada na sociedade, ela possui uma natureza social que a torna envolta nos problemas, debates e processos políticos. Nessa perspectiva, há uma natureza constitutiva da instituição científica que não pode ser desvencilhada das demais instituições vigentes na sociedade, em determinada época.

Por outro lado, há uma dimensão estrutural interna que, seguindo a perspectiva de Bourdieu (1997), pode ser denominada "campo científico". Para Bourdieu, "o campo científico é um universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais específicas" (1997, p. 20-21). Entender a dimensão de campo científico na CTNBio significa considerar que, apesar de todos os imperativos políticos impregnados na constituição da comissão, há um conjunto de agentes detentores de capitais específicos atuando dentro desse universo social.

A noção de campo possui uma dimensão essencialmente política[12]. Pensar a CTNBio a partir da noção de campo significa dizer que há uma mobilização de forças, por parte dos agentes, no sentido de fazer com que suas convicções acerca do objeto em discussão se sobressaiam em relação aos argumentos de seus oponentes. Entretanto, o que fica mais perceptível no caso da CTNBio é a relação entre o campo científico e o campo político. Ainda que a ideia de campo de Bourdieu (1996; 1997) aponte para uma noção de autonomia, esta acaba tendo uma dimensão relacional, na medida em que os agentes que ocupam determinadas posições no campo científico estão vinculados a grupos e segmentos sociopolíticos interessados. Para ocupar as posições dentro da comissão, eles dependem dessas vinculações, isto é, precisam partilhar de determinadas posições e opiniões que são científicas, mas, ao mesmo tempo, compatíveis com a perspectiva política daqueles autorizados para nomeá-los. Assim, o campo não pode ser visto como algo fechado, pois está suscetível a relações externas com outros campos, por meio das vinculações dos agentes com outros espaços sociais.

Por sua vez, Latour (2000) também analisa as disputas internas do campo científico a partir das lutas pela afirmação de determinados fatos científicos[13]. Na

12 Bourdieu (*apud* Ortiz, 1983) considera o campo científico como um espaço de jogo, de luta concorrencial pelo monopólio da autoridade científica, esta entendida como capacidade técnica e poder social. Nessa perspectiva, há disputas entre os próprios cientistas, motivadas pelas posições que eles buscam atingir ou conservar dentro desse campo.

13 Para Latour (2000, p. 72), "um fato científico é algo que é retirado do centro das controvérsias e coletivamente estabilizado quando a atividade dos textos ulteriores não consiste apenas em

visão desse autor, há uma luta incessante pela afirmação discursiva de fatos que tem como finalidade mobilizar o interesse da comunidade científica em geral.

Em comum, tanto Bourdieu quanto Latour inserem a presença dos agentes na relação com a dimensão institucional da ciência descrita por Merton, o que possibilita pensar mais objetivamente as relações sociopolíticas presentes no campo científico. Entretanto, Latour (1994) aprofunda a relação ciência/política a partir da desconstrução da ideia de separação natureza/política presente na constituição do moderno[14]. Conforme Latour (1994, p. 43), "tudo acontece no meio, tudo transita entre as duas, tudo ocorre por mediação, por tradução e por redes, mas este lugar não existe". Nesse sentido, situa a ciência como sendo constituída por competências, laboratórios e redes, ou seja, há uma inter-relação entre sujeito e objeto. Assim, a ciência não se encontra isolada da política, tampouco é instrumentalmente determinada por esta; o contexto político influencia a ciência, mas esta também influencia o contexto.

A partir dessas concepções teóricas que rompem com a separação ciência/política, adentra-se aqui nos embates da CTNBio. Fazendo uma incursão na atuação da CTNBio, observa-se a ocorrência de um embate em torno do binômio segurança/risco, o qual não significa um dualismo entre favoráveis e contrários, mas uma divergência em torno dos princípios de biossegurança. Assim, um dos aspectos que fundamentam a tomada de posições, dentro do processo deliberativo da comissão, é a existência de diferentes acepções em torno da biossegurança relacionada à biotecnologia dos transgênicos. De acordo com as palavras de um membro da comissão:

> O ponto da discórdia é o conceito do *princípio da precaução*. Existe um grupo dentro da comissão que é extremamente otimista quanto à utilização dessa tecnologia, ou seja, eles não têm dúvida acerca das vantagens e da segurança que as informações trazem, e esse grupo é majoritário. Por outro lado, existe um grupo que possui outra visão acerca do princípio da precaução que, por sua vez, sustenta que a não evidência de problemas imediatos não pode ser apresentada

crítica ou deformação, mas também em ratificação". A afirmação de um fato científico só se substancializa à medida que a comunidade científica se interessa e se mobiliza em torno dele. Desse modo, a luta que ocorre nos laboratórios serve para atrair aliados e, ao mesmo tempo, discordantes, pois só assim determinado fato é levado adiante.

14 Na visão de Latour (1994), o discurso da modernidade sempre procurou reforçar a separação, a polarização entre a natureza e a sociedade, o humano e o não humano, a ciência e a política. Analisando alguns embates científicos na Idade Moderna, Latour defende a tese de que "nunca fomos modernos", ou seja, que tal separação, preconizada pela constituição da modernidade, não se confirma, na medida em que os polos estão sempre sofrendo mediações.

> como argumento para a inexistência de problemas em longo prazo. Esse grupo argumenta que a não evidência de problemas ocorre em função de que o tema não está sendo tratado com a devida atenção (entrevista realizada em 21/05/2012).

A dualidade confiança/desconfiança em relação à biotecnologia está posta neste embate[15]. Por um lado, o grupo identificado como majoritário, que, invariavelmente, tem votado a favor da liberação dos transgênicos, argumenta que tal tecnologia é segura. Por outro lado, há um grupo, identificado como minoritário, que defende a ideia de que não existem estudos científicos suficientes para garantir a segurança dessa tecnologia. Nos embates da CTNBio, um dos pontos de divergência envolve as posições dos cientistas que se identificam com o *princípio da precaução* e os que presumem uma confiança na biotecnologia. Parece que o binômio confiança/risco[16], desenvolvido por Giddens (1991) para explicar a sociedade moderna, está mais do que nunca sendo explicitado nos embates da comissão. Além disso, a caracterização dos embates em torno da biossegurança pode ser entendida como um jogo de forças em torno da construção de um fato científico.

Uma análise interessante acerca da interpretação dada às diferentes percepções dos riscos presentes nos transgênicos, por parte da CTNBio e das forças sociais interessadas, especificamente no caso do processo de liberalização da soja RR, pode ser encontrada em Lenzi (2009). De acordo com o autor, durante o processo que culminou na liberalização da soja RR no Brasil, é possível encontrar duas linhas discursivas acerca das incertezas e dos riscos envolvidos em torno dos transgênicos. De um lado, a linha discursiva da liberação, formada pela CTNBio, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e por setores do campo científico, político e econômico, que, em linhas gerais, defendiam uma abordagem mínima de precaução e a avaliação suficiente da análise de riscos. Por outro lado, identifica a linha discursiva da precaução, formada por organizações como o Idec, o Greenpeace e também por setores do campo científico, político e econômico, que, por sua vez,

---

15 Essa lógica concorrencial pelo poder simbólico presente no campo científico, no caso dos OGMs, pode ser associada ao que Lacey (2006) denomina "valorização moderna do controle da ciência", ou seja, a tecnologia dos transgênicos representa, do ponto de vista científico, o que há de mais moderno e eficiente na relação de dominação do homem sobre a natureza. Essa perspectiva converge com as observações de um entrevistado que também reforçou essa ideia de que, no mundo científico, os pesquisadores que atuam na área da transgenia acabam tendo uma espécie de reconhecimento científico em relação aos demais pesquisadores.

16 Para Giddens (1991), a confiança é um fenômeno moderno que, diferentemente da noção de fé pré-moderna, está sempre associada ao risco, este potencializado na modernidade pelos avanços técnico-científicos que não conseguem dimensionar com exatidão as consequências dos eventos produzidos. De certa forma, a confiança é relacional aos riscos, ou seja, possui consciência da existência destes.

defendiam uma concepção mais ampliada do princípio da precaução e questionavam a validade e suficiência da análise de riscos. Como se vê, ambas as linhas admitiam os riscos e as incertezas, o que as diferenciavam eram as interpretações e que cada uma delas dava às questões.

Considerando as disputas existentes no campo científico e, principalmente, a não polarização entre ciência e política, pode-se dizer que o embate acerca da biossegurança não possui uma dimensão unicamente técnica-procedimental[17] de avaliação, mas carrega consigo uma dimensão social. Segurança e risco, confiança e desconfiança são percepções desenvolvidas a partir das dimensões técnico-científicas e sociopolíticas.

Em certa medida, essas diferentes posições são estabelecidas a partir de diferenças metodológicas no que se refere aos princípios que fundamentam as análises científicas. Isso pode ser visto no discurso de um dos entrevistados:

> Eles se baseiam em dois critérios principais: o primeiro é a performance agronômica, ou seja, se aquela variedade é competitiva com as outras, partindo do pressuposto de que os agricultores não podem perder dinheiro, pois, é claro, se o agricultor perder dinheiro ele não vai aderir a essa tecnologia. O segundo critério que eles usam é o da equivalência substancial, isto é, eles pegam o milho ou a soja, por exemplo, e fazem uma análise de composição para analisar as proteínas, lipídios, glicídios, aminoácidos, vitaminas, etc. Assim, eles fazem uma comparação desses elementos com o milho convencional e como o resultado é parecido, eles chamam de substancialmente equivalente (entrevista realizada em 14/03/2012).

Nesse sentido, as divergências estão no tipo de critério usado por cada um dos grupos em relação ao que consideram relevante avaliar. Por um lado, as preocupações com desempenho de produtividade e equivalência, em termos substanciais; por outro, as preocupações ambientais, com a saúde e os riscos insuficientemente dimensionados pelas análises pautadas em uma avaliação supostamente menos rigorosa. Percebe-se aqui que tais critérios científicos possuem um substrato político, ou seja, têm em seu horizonte uma concepção de desenvolvimento e de

17 Essa percepção vem de encontro com a relativização do que Latour denominou como tentativa de purificação feita pelos modernos. Nesse sentido, Latour (1994, p. 65) argumenta: "Os modernos afirmam que a técnica é instrumental, a ciência arrazoada e puro ato, a economia puro cálculo, o capitalismo pura reprodução, o sujeito pura consciência. Nisso é o que fingem crer, mas é preciso, sobretudo, nunca acreditar neles completamente, pois aquilo que afirmam é apenas metade do mundo moderno".

sociedade que lhes são imanentes. Além disso, se esses critérios forem pensados sob a ótica da ciência em ação, é preciso considerar a busca por aliados e suportes, ou seja, a relação de interesses que eles podem despertar em outros espaços societais, como, por exemplo, as empresas que produzem sementes, os segmentos associados ao agronegócio e o próprio governo no que tange à política agrícola de exportação.

Os posicionamentos da ciência e da tecnologia em relação à produtividade e à segurança foram abordados por Beck (2001, p. 109) da seguinte maneira: na busca pelo aumento da produtividade, sempre se faz abstração dos riscos resultantes. Na curiosidade técnica-científica, a prioridade é dada aos ganhos de produtividade; só depois, e às vezes até depois de um longo tempo, é que se reflete sobre as ameaças resultantes. Nessa perspectiva, o que se coloca é o fato de a ciência estar muito atrelada à noção de desenvolvimento, no sentido de produtivista. No caso dos transgênicos, esse aspecto parece ser ainda mais forte em função do discurso produtivista impregnado na agricultura contemporânea, tendo como um dos pontos de sustentação o conceito de segurança alimentar[18]. Novamente, percebe-se que a combinação ciência/política se faz presente. Há uma concepção funcional da ciência que é eminentemente política, logo, os embates são mediados por tal combinação.

O contraponto das análises de performance e equivalência é feito por meio de uma consideração mais enfática do chamado *princípio da precaução*. Conforme um entrevistado, os principais pontos que sustentam sua contraposição em relação ao grupo majoritário envolvem tempo, espaço e combinação/expressão genética:

> Se você fizer estudos só de curto prazo com o cigarro, eles vão apontar que o cigarro não faz mal à saúde; a mesma coisa acontece com o álcool. Agora, se fizer estudos de longo prazo, os problemas são evidenciados. Esse é o ponto, nós não estamos fazendo estudos em longo prazo com a biotecnologia dos OGMs; o princípio da precaução diz que é preciso fazer os estudos em todos os biomas do Brasil porque eles não são iguais, as possibilidades de expressão vão ser diferentes; além disso, o transgene inserido dentro da planta passa a fazer parte de um conjunto de genes onde ele antes não estava. Nós acreditamos que com isso,

18 Christiane Campos (2007) ressalta que na Conferência Mundial de Alimentação, ocorrida em Roma, em 1974, definiu-se segurança alimentar como "o adequado suprimento alimentar mundial para sustentar a expansão do consumo e compensar eventuais flutuações na produção e nos preços". Em 1983, sob impacto do fracasso da "Revolução Verde", as discussões conduzidas pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) levam à redefinição do conceito de segurança alimentar como sendo a garantia do acesso físico e econômico das pessoas à alimentação básica de que necessitam.

> outras características podem surgir ou deixar de existir (entrevista realizada em 21/05/2012).

A preocupação com estudos a longo prazo, com animais em gestação, com expressões nos diferentes climas e biomas, bem como expressões não dimensionadas no próprio processo de combinação genética, constitui-se como argumento que eleva o *princípio da precaução* como referencial metodológico para a avaliação dos riscos associados à biotecnologia dos transgênicos. Latour (2000) considera que esse jogo político de convencimento que ocorre no interior de um campo científico consiste no uso do recurso de uma retórica científica[19] que ocorre, geralmente, por meio da mobilização de literatura e aliados que, do ponto de vista científico, fortaleçam a posição do proponente em relação aos seus opositores. Assim, a construção dos fatos científicos é um processo coletivo e arquitetado a partir de elementos sociopolíticos[20]. Ora, dessa forma, não parece difícil perceber a dimensão política imanente à própria ciência.

Portanto, seja por uma dimensão propriamente institucional da ciência, seja pelas disputas por legitimação presentes no campo científico por parte dos agentes nele inseridos ou pela impossibilidade de se fazer um corte epistemológico polarizado entre o que faz parte da ciência e o que faz parte da política, os embates na CTNBio em torno dos riscos, da biossegurança, do *princípio da precaução* e da confiança em uma dada tecnologia não são meramente técnicos, mas constitutivamente científicos e políticos ao mesmo tempo; isso porque o que se entende por ciência é constitutivamente formada por aspectos humanos e não humanos, por objetos e sujeitos, por aspectos naturais e sociais, científicos e políticos.

POLÍTICA DA POLÍTICA NA CTNBIO

Além da dimensão política presente no campo científico, a CTNBio está vinculada à política institucional propriamente dita, afinal, foi por esta criada com o objetivo de deliberar politicamente a partir de avaliações científicas. Assim, a composição de seus membros, os critérios de escolha e o jogo político interinstitucional na esfera estatal, bem como das relações entre Estado e sociedade,

19 Essa máxima pode ser entendida em sua forma invertida, conforme argumenta Bourdieu (*apud* Ortiz, 1983, p. 124), ao dizer que os conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos.

20 Nesse caso, Latour (2000) considera a perspectiva das redes sociotécnicas como mecanismo metodológico de apreensão das alianças visadas pelos agentes do campo científico interessados na afirmação dos fatos científicos.

implicam a incursão de forças sociopolíticas externas sobre a comissão. Assim, as deliberações desse grupo com formação científica especializada estão duplamente atravessadas pela dimensão política: uma que pode ser denominada imanente e que foi apresentada no tópico anterior; e outra que está corporificada em instituições políticas específicas, ainda que não necessariamente constituídas como polaridades autônomas.

Há pelo menos duas dimensões sociopolíticas que atravessam o espaço institucional da CTNBio: por um lado, sua relação com as demais instituições do Estado e, por outro, a presença de forças sociopolíticas de interesses privados. Ambas são de fundamental importância para se compreender o resultado dos processos decisórios acerca da liberação dos transgênicos no Brasil.

Estabelecendo uma analogia com a CTNBio, pode-se dizer que, por mais que as decisões dessa comissão sejam tomadas em nome de uma avaliação científica, esta está imbuída de uma complexa teia de interesses presentes na sociedade, pois existem relações de ordem institucional que interferem no processo decisório. Além disso, o espaço político estatal em que se assenta essa comissão incorpora um conjunto amplo de interesses sociais que medem forças, com o intuito de conseguir estabelecer alguma forma de dominação política[21]. Os relatos dos entrevistados[22] indicam as interferências político-institucionais no processo decisório da comissão. Nesse sentido, pode-se destacar o fato de alguns cientistas terem seus nomes rejeitados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia[23], por causa de suas posições em relação ao *princípio da precaução*.

Considerar a dimensão institucional da comissão[24] significa situá-la em um cenário institucional, ou seja, a comissão foi criada em função de uma demanda política e vincula-se a determinadas esferas institucionais do Estado, a seus interesses políticos e econômicos. A posição da CTNBio como uma instituição

21 Nesse caso, parte-se de uma concepção de Estado defendida por autores como Jessop (1990; 2008), que compreende o Estado como um espaço composto por um complexo jogo de forças, no qual há uma inter-relação entre os agentes e os condicionantes estruturais.

22 Entrevistas realizadas em 14/03/2012 e 21/05/2012.

23 Isso porque o Ministério da Ciência e Tecnologia possui as prerrogativas finais sobre as indicações dos demais ministérios e órgãos representativos, com o direito de indicar nomes para a constituição da CTNBio.

24 Parece importante considerar aqui, seguindo Marcuse (1969), que a racionalidade científica possui um instrumentalismo interno, um *a priori* tecnológico e político, que está posto na racionalidade científica presente na sociedade moderna. Dessa maneira, por mais que a ciência tente ser objetiva e subjetivamente neutra, ela se assenta em uma projeção de mundo que está colocada no lugar em que a ciência se encontra, ou seja, na sociedade. Marcuse analisa a ciência a partir da tecnologia e esta é entendida como um modo de produção, ou seja, como a totalidade dos instrumentos, dispositivos, invenções que é capaz de organizar e modificar as relações sociais. Assim, a ciência e a tecnologia reproduzem, fielmente, a manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes.

vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, sua criação pelo Governo Federal para responder às pressões políticas e econômicas advindas com a difusão das lavouras transgênicas no País e as regras institucionais que normatizam sua atuação são indicativos da dimensão político-institucional que envolve a comissão.

Isso pode ser observado na constituição da comissão e nas regras do processo decisório. Zanoni et al. (2011, p. 250) argumentam que a comissão é constituída, em sua maioria, por cientistas que trabalham na área de biotecnologia[25], e não em biossegurança, não apresentando, na acepção desses autores, um caráter democrático de representação. Isso porque, conforme prescreve a própria Lei de Biossegurança de 2005, os nomes da comunidade científica designados para a comissão são definidos, em última instância, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Considerando que esse Ministério possui uma posição bem definida em relação aos transgênicos, conforme observado nas entrevistas realizadas, essa dimensão institucional acaba tendo grande peso nas decisões da comissão.

Isso ocorre em função de a escolha dos representantes passar pela esfera política dos Ministérios. Independentemente de quais sejam os Ministérios e suas posições assumidas, são intencionalidades e interesses políticos que determinam a escolha dos cientistas e sua atuação no processo deliberativo interno da comissão. Conforme o relato de um entrevistado:

> Se o ministro da agricultura é francamente favorável à expansão dos transgênicos e tem pressa nos acordos da Embrapa com as grandes empresas, claro que o representante que está lá na CTNBio não vai ter uma posição contrária à do ministro. Assim, quando você olha para as representações, para o leque de representações que forma a CTNBio, tu já sabes que todos os produtos vão ser aprovados porque a maioria das cabeças que estão representadas lá dentro já tem posições definidas. Assumindo, no nosso caso, que o MDA é uma dessas cabeças, há uma posição institucional e, como essa posição é traduzida em toda a sua hierarquia, inclusive em todas as instâncias, é de esperar que ela se cumpra. Então, a orientação do ministro tende a se representar, a se reproduzir lá dentro (entrevista realizada em 21/05/2012).

25 Conforme a Lei de Biossegurança de 2005: "A CTNBio, composta de membros titulares e suplentes, designados pelo Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, será constituída por 27 (vinte e sete) cidadãos brasileiros de reconhecida competência técnica, de notória atuação e saber científicos, com grau acadêmico de doutor e com destacada atividade profissional nas áreas de biossegurança, biotecnologia, biologia, saúde humana e animal ou meio ambiente" (Lei 11.105, de mar. 2005; art. 11).

Durante o governo Lula (2003-2010), as posições políticas dos ministérios em relação aos transgênicos eram bem distintas e demarcadas. Assim, o Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) se posicionaram favoravelmente à liberação dos transgênicos, enquanto o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) se colocaram contrários[26]. Como a proporcionalidade da representação era distribuída de forma a conferir peso maior ao MCT[27], pois este indicava um número significativo de membros, o peso político de suas indicações se tornava decisivo nas resoluções da comissão. As discussões em torno do formato do processo decisório refletem o sentido político que envolvia as decisões técnicas em torno dos pareceres acerca dos transgênicos.

Essa dimensão política da política como um fator de delineamento das decisões na CTNBio pode ser associada com a perspectiva neoinstitucional. Segundo Hall e Taylor (2003, p. 196), "as instituições são procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais inerentes à estrutura organizacional da comunidade política que afetam diretamente o comportamento dos agentes". Isso significa que as decisões da CTNBio, em função das próprias regras que constituíram a comissão, como a escolha dos membros, o formato das votações e o perfil dos cientistas escolhidos, são resultantes de interferências institucionais externas.

Isso pode ser observado em um caso de um professor, considerado uma das maiores autoridades científicas na área da engenharia genética e que teve seu nome rejeitado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia para assumir a cadeira na comissão. De acordo com um entrevistado[28], o motivo principal dessa não aceitação, afinal, mesmo o nome do professor tendo sido indicado por um Ministério credenciado para tal, foi o fato de o mesmo possuir um capital científico de peso e

---

26 Colocar-se como contrário nesse caso não tem o sentido de opor-se a biotecnologia em si, mas de discordar dos procedimentos analíticos de avaliação dos riscos suscitados por ela e do próprio processo político que envolveu a liberação dos transgênicos.

27 A composição da CTNBio, a partir de 2005, passou a ser assim designada: "I - 12 (doze) especialistas de notório saber científico e técnico indicados pelo MCT, em efetivo exercício profissional, sendo: 3 (três) da área de saúde humana; 3 (três) da área animal; 3 (três) da área vegetal; 3 (três) da área de meio ambiente; II - um representante de cada um dos seguintes órgãos, indicados pelos respectivos titulares: Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Saúde; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério da Defesa; Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República; Ministério das Relações Exteriores; um especialista em defesa do consumidor, indicado pelo ministro da Justiça; um especialista na área de saúde, indicado pelo ministro da saúde; um especialista em meio ambiente, indicado pelo ministro do meio ambiente; um especialista em biotecnologia, indicado pelo ministro da agricultura, pecuária e abastecimento; um especialista em agricultura familiar, indicado pelo ministro do desenvolvimento agrário; um especialista em saúde do trabalhador, indicado pelo ministro do trabalho e emprego (Lei 11.105, de mar. 2005; art. 11, incisos I-VIII).

28 Entrevista realizada em 21/05/2012.

uma posição contrária aos interesses majoritários da comissão. Assim, reforça-se a ideia de que o peso da dimensão político-institucional acaba se sobressaindo em relação às decisões tomadas no campo científico.

Além disso, a interferência das forças sociais na comissão pode ser observada quando um entrevistado[29] faz alusão às pressões políticas da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), com o objetivo de flexibilizar as leis de biossegurança. Segundo um entrevistado membro da comissão, representantes da CNA conseguiram colocar na agenda da CTNBio a discussão para diminuir a exigência dos estudos sobre impactos e riscos. Isso teria sido feito sob a justificativa de diminuir a desconfiança externa em relação aos transgênicos produzidos no Brasil, pois tal rigidez jurídica estaria prejudicando o agronegócio. Dessa forma, percebe-se que há forças políticas com grande capacidade de mobilização tentando tornar as exigências e a própria lei ainda mais permissivas.

O campo científico está, invariavelmente, sob a pressão de interesses sociais, políticos e econômicos, em função dos interesses que determinada pesquisa pode gerar[30]. Os agentes do campo científico não estão imunes a esse jogo de interesses, quando não são eles próprios exímios jogadores. Assim, parece estar a política, tanto em sua dimensão institucional quanto no que se refere à mobilização de forças a fim de buscar impor sua vontade, inextricavelmente presente nas decisões da CTNBio.

Conforme diz um entrevistado:

> Bom, existem vários argumentos apresentados pelo grupo majoritário. Um deles é que sai muito caro, outro é que leva muito tempo e outro ainda é de que não precisa. Parece-me que os mais consistentes, que sustentam as argumentações deles, são os dois primeiros. Há um interesse associado à tecnologia, a tecnologia tem pressa, as empresas têm pressa, cada uma concorrendo entre si, cada uma lançando seu produto no mercado. Estudos que demandam mais tempo implicam riscos de perder oportunidades; estudos que custam mais caro implicam redução da rentabilidade e, se esses estudos chegarem a apresentar problemas, eles ameaçam toda a construção até então desenvolvida, inclusive a própria concorrência (entrevista realizada em 21/05/2012).

29 Entrevista realizada em 21/05/2012.

30 Nesse aspecto, novamente os relatos dos entrevistados deixam no ar as intervenções diretas feitas por órgãos estatais e privados no processo decisório, por meio das influências políticas que exercem no espaço estatal. As relações de parcerias nas pesquisas envolvendo instituições estatais com empresas privadas e as vinculações de cientistas que participaram da CTNBio nessas relações reforçam mais uma vez a atuação de forças e intencionalidades políticas no processo decisório da comissão.

Nessa perspectiva, torna-se mais transparente a presença de um conjunto de interesses sociais envolvidos. A posição do grupo denominado minoritário defende a realização de estudos de longo prazo, a fim de avaliar os impactos em diferentes gerações, bem como nos mais variados biomas. Esses procedimentos demandariam mais tempo de estudo e avaliação, o que tornaria o negócio desinteressante para as empresas que investem em biotecnologia. Nesse ponto é que as diferentes acepções em torno do *princípio da precaução* ganham um sentido sociopolítico mais explícito, afinal, o grupo denominado majoritário defende a ideia de que os estudos que estão sendo realizados são suficientes para garantir os princípios da biossegurança.

Dessa forma, os interesses do mercado se fazem presentes na comissão, e essa presença parece ter sido mais explícita no contexto das primeiras liberações, quando, conforme um entrevistado:

> A Monsanto tinha um representante na CTNBio. Mas não é só isso, o que acontece é que tem muitas pessoas da Embrapa na CTNBio e algumas dessas pessoas coordenavam convênios entre a Embrapa e a Monsanto. Havia, por exemplo, um rapaz da Embrapa de Campina Grande que era o executor de um convênio entre a Embrapa e a Monsanto para a transferência de transgenes de algodão da Monsanto para as variedades de algodão da Embrapa. Esse cara era um membro da CTNBio na época (entrevista realizada em 14/03/2012).

A biotecnologia dos transgênicos, sem dúvida, despertou muitos interesses políticos e econômicos. Sob o discurso de aumentar a produtividade em nome da *segurança alimentar*, o governo, as empresas detentoras dessa biotecnologia e mesmo segmentos dos produtores rurais vislumbraram nos transgênicos uma possibilidade de aumentar seus rendimentos. Associado a isso, houve o interesse explícito de grandes empresas multinacionais que, na época[31], detinham o maior capital científico[32] na área de biotecnologia. A combinação entre os interesses das

31 Isso porque, nos anos mais recentes, instituições de caráter público como a Embrapa também passaram a ser competitivas no mercado das empresas que lidam com biotecnologia. Muito em função de parcerias feitas com as empresas multinacionais, mas também como resultante de uma política interna e estatal, a Embrapa vem desenvolvendo projetos com transgênicos com ligeira autonomia, como é o caso do feijão transgênico desenvolvido recentemente.

32 Bourdieu (*apud* Ortiz, 1983) define o capital científico a partir da autoridade científica que determinado pesquisador acumula em sua trajetória dentro do campo científico. Essa autoridade é adquirida principalmente pelo reconhecimento dado pelos outros ao trabalho realizado por um pesquisador, em função do valor distintivo de seus produtos, ou seja, dos resultados alcançados nas pesquisas realizadas por determinado pesquisador. O prestígio e o reconhecimento conferem uma autoridade científica que pode ser entendida como sendo o

empresas que buscam ampliar seus horizontes econômicos e do Estado, cuja política econômica se assentava na agroexportação de *commodities*, formou um campo de interesses com grande capacidade de mobilização política dentro da CTNBio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As decisões tomadas na CTNBio são o resultado de convicções científicas e políticas simetricamente situadas na relação do campo científico com demais esferas institucionais. As convicções científicas podem ser associadas às linhas de pensamento que fundamentam as diferentes percepções e concepções acerca da biossegurança e dos riscos, porém elas não são puramente científicas, no sentido moderno da expressão, pois a ciência é atravessada constitutivamente pela política. Os posicionamentos políticos indicam que os agentes pertencentes ao campo científico estão ligados às demais instituições e mesmo a organizações da sociedade, portanto, envolvidos em relações políticas que atravessam esses espaços e passam a ter voz ativa nas cadeiras dos laboratórios. De certa forma, eles buscam na ciência a legitimidade para suas incursões.

Nesse sentido, a CTNBio precisa ser pensada como um espaço político. As decisões da comissão, por mais que estejam assentadas em análises e parâmetros ditos científicos, são constitutivamente políticas. As regras de constituição dos membros da comissão, os critérios de aceitação e rejeição por parte do Ministério da Ciência e Tecnologia, os vínculos entre esferas institucionais do Estado com representantes do mercado, a postura do próprio Estado em relação à biotecnologia no contexto referido, bem como aspectos que se referem à própria transitoriedade dos agentes do campo científico nos demais espaços sociais, constituem-se como mediações que são decisivas para compreender os pareceres e os embates na CTNBio.

Assim, os embates presentes na CTNBio, assentados em um discurso científico, não estão dissociados de interesses sociais e políticos. Os embates entre a preocupação produtivista, calcada no desempenho agronômico, *versus* o princípio da precaução, calcado em uma visão ampliada acerca dos impactos ambientais e dos riscos suscitados por essa tecnologia, sinalizam diferentes horizontes de desenvolvimento rural presentes na comissão. De um lado, o imediatismo e o produtivismo associados a uma dada racionalidade científica e econômica tributária do modelo convencional de desenvolvimento; de outro, a preocupação de longo prazo e a

capital científico de um pesquisador, isso porque tal capital define a posição ocupada por um agente na estrutura do campo e a influencia nas relações de força imanentes a esse espaço.

complexidade como fundamentos de um saber comprometido com uma ideia de sustentabilidade. De fato, ciência e política não podem ser separadas quando determinada tecnologia está sendo discutida ou quando um fato científico, para usar a expressão de Latour, está em construção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abramovay, Ricardo. Mundo da controvérsia. In: Veiga, José Eli da (Org.). *Transgênicos*: sementes da discórdia. São Paulo: Senac, 2007.

Beck, Ulrich. *La societé du risque: sur la voie d'une autre modernité*. Paris: Champs Essais, 2001.

Belik, Walter et al. Instituições, ambiente institucional e políticas agrícolas. In: Ramos, Pedro et al. *Dimensões do agronegócio brasileiro*: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007.

Bourdieu, Pierre. *Razões práticas*: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

_____. *Os usos sociais da ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 1997.

Campos, Christiane Senhorinha Soares. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. *Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*, Barcelona, Universidad de Barcelona, v. XI, n. 245, p. 68, 1 ago. 2007.

Cezar, Frederico Gonçalves; Abrantes, Paulo César Coelho. Princípio da precaução: considerações sobre o princípio e sua relação com o processo de análise de risco. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 20, n. 2, p. 225-262, maio/ago. 2003.

Decreto Federal n. 1.752, de 20 de dezembro de 1995.

Ferreira, Heline Sivini. *Desvendando os transgênicos*: as interferências da sociedade de risco no Estado de direito ambiental brasileiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

Filgueiras, Luiz; Gonçalves, Reinaldo. *A economia política do governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

Giddens, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

Guivant, Júlia Silvia. *A governança dos riscos e os desafios para a redefinição da arena pública no Brasil*. Ciência, Tecnologia e Sociedade. Brasília: CGEE, 2005.

_____. Transgênicos e percepção pública da ciência no Brasil. *Ambiente e Sociedade*, São Paulo, v. 9, n. 1, jun. 2006.

Haberer, J. Politização da ciência. In: Dias de Deus, Jorge (Org.). *A crítica da ciência*: sociologia, ideologia e ciência. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1979.

Hall, Peter; Taylor, Rosemary. As três versões do neoinstitucionalismo. *Lua Nova*, São Paulo, v. 1, n. 58, 2003.

Jessop, Bob. *State theory*: putting capitalist sates in their place. Pennsylvania: University Press, 1990.

_____. *State power*. Cambridge: Polity Press, 2008.

Lacey, Hugh. *A controvérsia dos transgênicos*: questões éticas e científicas. São Paulo: Letras e Ideias, 2006.

Latour, Bruno. *Jamais fomos modernos*: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

_____. *Ciência em ação*: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Unesp, 2000.

Lei Federal n. 8.974, de 5 de janeiro de 1995.

Lei Federal n. 11.105, de 24 de março de 2005.

Lenzi, Cristiano Luiz. A linguagem da política ambiental: as sementes geneticamente modificadas e o discurso da precaução no Brasil. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 26, n. 13, jan./dez. 2009.

Marcuse, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969.

Marinho, Carmem; Gomes, Carlos Minayo. Decisões coletivas na liberalização dos transgênicos nos Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 3, jul./set. 2004.

Merton, Robert. *Sociologia*: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

_____. Os imperativos institucionais da ciência. In: Dias de Deus, Jorge (Org.). *A crítica da ciência*: sociologia, ideologia e ciência. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1979.

Nodari, Rubens Onofre. *Biotecnologia*. Florianópolis: UFSC, 2008.

Nutti, Marília Regini; Lajolo, Franco Maria. *Transgênicos*: bases científicas de sua segurança. São Paulo: USP, 2011.

Ortiz, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

Pelaez, Victor; Albergoni, Leide. Barreiras técnicas e comerciais aos transgênicos no Brasil: a regulação nos estados do Sul. *Indic. Econômico*, Porto Alegre, v. 32, n. 3, nov. 2004.

Pelaez, Victor; Schmidt, Wilson. A difusão dos OGMs no Brasil: imposição e resistências. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 14, abr. 2000.

Valois, Afonso Celso. Importância dos transgênicos para a agricultura. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 18, n. 1, jan./abr. 2001.

Zanoni, Magda et al. O biorrisco e a comissão técnica nacional de biossegurança: lições de uma experiência. In: Zanoni, Magda; Fermet, Gilles (Org.). *Transgênicos para quem?* Agricultura, ciência e sociedade. Brasília: MDA, 2011.

Regionalizando o mundo social:

configurações, campos e interações face a face

Célia da Graça Arribas*

Resumo Tendo em mente a diversidade de enquadramentos sociológicos disponíveis na contemporaneidade, pretende-se, neste texto, destacar apenas três propostas analíticas consideradas bem-sucedidas: as de Norbert Elias, Pierre Bourdieu e Erving Goffman. A intenção, como não poderia ser de outro modo, não é a de esgotar as explicações ou saídas metodológicas pensadas por esses grandes nomes pertencentes a tradições sociológicas distintas – alemã, francesa e estadunidense, respectivamente. Interessa, antes, ressaltar o jogo de escalas e as diferentes maneiras por meio das quais cada autor buscou capturar os arranjos societários – configurações, campos sociais e interações face a face. Ao partir dos primórdios da sociologia, a ideia é percorrer as perspectivas sociológicas dos "pais fundadores", sobretudo com relação à proposição de Max Weber, cujos escritos parecem uma súmula para a produção contemporânea.
Palavras-chave Sociologia contemporânea; Norbert Elias; Pierre Bourdieu; Erving Goffman.

Regionalizing the social world: configurations, fields and face-to-face interactions

Abstract *Keeping in mind the diversity of sociological frameworks in the contemporary age, this text aims to highlight exclusively three successful analytical purposes, that is, those proposed by Norbert Elias, Pierre Bourdieu and Erving Goffman. As it could not be different, the goal of this paper is not to exhaust the explanations or the methodological outputs envisioned by these scholars, who belong to distinct sociological traditions: German, French and American, respectively. Indeed, the goal is to emphasize the different levels and ways by which each author sought to capture the sociological arrangements – configurations, social fields and face to face*

Recebido para publicação em 9/04/2011.
Aceito para publicação em 19/06/2012.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH/USP.

interactions. Starting from the early days of sociology, the idea is to take a glimpse of the "founding fathers" sociological perspectives, especially regarding the Max Weber proposition, whose writings seem a precedent for contemporary production.
Keywords *Contemporary Sociology; Norbert Elias; Pierre Bourdieu; Erving Goffman.*

INTRODUÇÃO

O mundo social e suas tramas sempre ensejaram interpretações sociológicas de diversos matizes. A intenção de explicar as amarrações sociais já rendeu à sociologia inúmeras perguntas que continuam pautando os estudos até hoje. Em meio ao mercado de métodos de análise e correntes teóricas, tornou-se constante a busca por resoluções capazes de sintetizar e de precisar o olhar analítico. Afinal, qual, dentre várias, seria a melhor maneira de apreender o mundo social, de entender sua movimentação, sua dinâmica e seu funcionamento? Como enfocar esse universo de agitações? Que recortes e ênfases priorizar na análise da dinâmica societária? Quais os fatores determinantes da ação social? Enfim, como regionalizar a realidade social, com o fim de compreendê-la? Eis algumas inquirições cujas respostas e especificidades construíram, de forma paulatina, as maneiras e grandezas de investigação sociológica, desde os clássicos Marx, Durkheim e Weber até autores mais contemporâneos.

Tendo em mente a diversidade de enquadramentos sociológicos disponíveis, pretende-se, neste texto, destacar apenas três propostas analíticas consideradas bem-sucedidas, quais sejam: as de Norbert Elias, Pierre Bourdieu e Erving Goffman. A intenção, como não poderia ser de outro modo, não é a de esgotar as explicações ou saídas metodológicas pensadas por esses grandes nomes pertencentes a tradições sociológicas distintas – alemã, francesa e estadunidense, respectivamente. Interessa, antes, ressaltar o jogo de escalas e as diferentes formas de capturar os arranjos societários de cada autor: desde as configurações, passando pelos campos sociais, até chegar às interações face a face. Ao partir dos primórdios da sociologia, a ideia é a de sobrevoar as perspectivas sociológicas dos "pais fundadores", sobretudo com relação à proposição de Max Weber, cujos escritos parecem ser uma súmula para a produção desses três sociólogos tidos como contemporâneos.

UM SOBREVOO PELA SOCIOLOGIA

Surgida no fim do século XIX, a reboque da secularização, a sociologia, logo de início, investiu, paradoxalmente, na análise do fenômeno religioso. À medida

que o universo da tradição era posto abaixo, e sua morte parecia iminente, na contracorrente do senso comum dos entusiastas da modernidade – persuadidos do fim da religião –, os primeiros sociólogos não consagraram seu fim absoluto. Embora convencidos de seu enfraquecimento, eles constatavam a permanência do *religioso* na sociedade moderna, perspectiva que iria decidir definitivamente sua concepção de sociabilidade. E é dessa forma, isto é, a contrapelo, que a sociologia vem atuando: onde se exaltava a liberdade, os sociólogos mostravam a permanência das aparências, da predeterminação social e da alienação; onde se proclamava a igualdade, pontuavam a existência de classes e a persistência da hierarquia; onde se celebrava a fraternidade, descortinavam o conflito pelo poder (Trigano, 2001, p. 7-15). E, figurando como sucedânea da explicação religiosa de mundo, a sociologia da religião nascia com a inglória tarefa de dar conta do fenômeno da transcendência, dentro de um quadro explicativo que repousasse sobre o princípio da imanência de todo o fenômeno social – "considerar os fatos sociais como coisas", como propunha Émile Durkheim (1999, p. 15).

Assim, segundo as distintas perspectivas das análises clássicas, Durkheim se interessou pelas representações simbólicas coletivas, que se referiam diretamente às estruturas da sociedade. Karl Marx, por outro lado, enxergava-as sob o signo da "ideologia", atendo-se, sobretudo, às questões de dominação e desigualdade, um tanto negligenciadas por Durkheim. As ideologias religiosas não passavam de produtos da economia e do funcionamento da sociedade, regida pela luta de classes, segundo Marx. Max Weber, por sua vez, na contramão de Marx, acentuou a primazia dos sistemas (simbólicos) sobre os comportamentos sociais e, contrariamente a Durkheim, deu relevo às vias de institucionalização das crenças e à constituição da autoridade. Os sistemas de crença se entrelaçavam com o comportamento social e com o *ethos*, originando-se de um complexo jogo de forças e de poder em cada esfera autônoma de valor.

O alcance de todos esses achados, no entanto, transcende a análise do fenômeno religioso, a despeito da importância que tiveram para o desenvolvimento dos respectivos argumentos. O modo como cada autor buscou recortar o mundo social, de um lado, e a ênfase nas determinações da ação social, por outro, conduziram a um plano múltiplo de referências para os que vieram depois.

Dos legados dos "clássicos", a sociologia da religião de Max Weber talvez tenha sido a que mais deixou marcas nos trabalhos dos três sociólogos em questão neste artigo. Como é sabido, em seu famoso estudo sobre a "ética protestante e o espírito do capitalismo", Weber buscou demonstrar a existência da afinidade entre a noção protestante de "vocação" – que toma forma na atividade metódica e racional – e o

princípio capitalista de maximização do lucro. Ele apresentou a ideia de que essa conduta religiosamente orientada poderia ser encarada como uma das causas do desenvolvimento da ação racional na esfera econômica. Por isso, a correlação traçada entre o protestantismo e o capitalismo foi interpretada por muitos como uma tentativa de refutação do materialismo histórico de Marx, na medida em que Weber invertia a ordem causal, demonstrando que fatores "espirituais" poderiam proceder aos "materiais" na análise histórico-social. Pensar dessa maneira, contudo, é equivocar-se totalmente, uma vez que tal posição não faz jus à complexidade do construto weberiano – nem à apreensão de Marx. Com efeito, Weber tinha em vista refutar a ideia de que a vida social fosse unicamente determinada pela esfera econômica. Ao partir desse postulado, ele acabou desenvolvendo uma concepção que desempenhou papel de destaque em seu esquema analítico; ao segmentar o mundo social em esferas autônomas de valor, Weber mostra que os microcosmos econômico, jurídico, artístico, religioso, etc. articulam-se, ao longo do tempo, por meio de uma lógica inerente ou, nas palavras de Weber, conforme sua "legalidade própria".

Dessa forma – e aqui está um dos pontos mais importantes para a sociologia contemporânea –, não se poderia explicar o desenvolvimento de uma esfera em termos do desenvolvimento de qualquer outra, ainda que haja relações entre elas. Irrompe, a partir daí, uma importante e duradoura influência que atinge a sociologia atual: ressaltar as afinidades e tensões entre as esferas de valor ou entre os diferentes domínios sociais relativamente autônomos, no intento de compreender o modo como a orientação da conduta de vida (ou seja, da ação cotidiana de agentes individuais) se estabelece em cada esfera/domínio. Por essa via, poder-se-ia encontrar (ou não) certa congruência entre os sentidos que os homens imprimem à ação nos microcosmos em que se inserem. Por essa razão, segundo a visada weberiana, cada domínio só se torna inteligível do ponto de vista de seus agentes, sobretudo de seus especialistas. E é nesse sentido que a esfera religiosa é modelar, porque é por meio dela que se pode ver com mais nitidez a dinâmica central que fica a cargo dos protagonistas da religião (profetas, sacerdotes, magos e leigos), movendo-se de acordo com registros e regras específicas.

Um dos caminhos dessa proposição foi desembocar em uma construção explicativa adequada e pertinente entre as atividades material e simbólica, a ponto de sublinhar, em seus domínios polares – a esfera econômica e a esfera religiosa –, a existência de conexões causais conformadoras de um sistema de crenças próprio à economia e um sistema econômico próprio à religião. Até então, a esfera econômica aparentava se movimentar sem suportes simbólicos provenientes de lógicas alheias a ela, como se fosse a mais autônoma e imperativa das esferas. Weber

modificaria o cenário sentenciando que as práticas dos agentes correspondem a representações tanto de interesses materiais quanto ideais:

> Não as idéias, mas sim os interesses, materiais e ideais, que dominam diretamente a ação dos homens. As "imagens do mundo" criadas pelas "idéias" determinaram, com grande freqüência, feito manobristas de linha de trem, os trilhos em que a ação é empurrada pela dinâmica dos interesses (Weber, 1992, p. 247, em livre tradução).

E assim, no afã de compreender o sentido da ação dos agentes sociais, o esquema analítico weberiano conferiu à atividade de simbolização um estatuto sociológico, façanha herdada e aprimorada no devir das pesquisas sobre o mundo social.

No limite, o legado de Weber impossibilita pensar a vida social por meio de concepções congeladas ou substancializadas. Definir, *a priori*, o que é religião ou o que é economia, por exemplo, tornaria a análise sociológica algo empobrecida; perder-se-ia muito na hora de explicar – porque se ignoram – as concatenações entre as esferas de valor, suas constrições e, sobretudo, sua dinâmica própria proveniente do sentido da ação dos homens que a compõem. As análises histórico-sociais estariam, portanto, sujeitas a uma série de conexões, uma vez que as diferentes sociedades e seus diversos tempos apresentam registros, noções, concepções e sistemas de crenças específicos. Weber regionaliza destarte o mundo social segundo sua grandeza de análise – as *esferas de valor* –, sem deixar de lado as ações individuais e seus sentidos. Sua armação teórico-metodológica embasou os aspectos que circundam as propostas analíticas de Elias, Bourdieu e Goffman, sendo que cada qual fez render à sua maneira os bens que lhes foram deixados. A produção atual circunscrita a esses três sociólogos exibe a perene ambição de ultrapassar os "clássicos", desenvolvendo visadas inusitadas, motivadas por problemas não resolvidos ou sequer postos pelos "pais fundadores"; ineditismo este que não abandona nem renega os caminhos já trilhados pelos antecessores.

AS CONFIGURAÇÕES DE ELIAS

Nascido no final do século XIX, mais precisamente em 1897, em Breslau, na Alemanha, Norbert Elias é considerado hoje um dos maiores autores de obras de sociologia histórica. Sua tese sobre a sociedade de corte (Elias, 1996), redigida em 1933 (mas jamais defendida), bem como sua primeira obra sobre o processo

civilizador no Ocidente (Elias, 1993; 1994), apareceu na Alemanha em 1939, mas só conheceu uma larga difusão a partir de 1969, após sua reedição. Ao ser traduzido para o francês, na década de 1970, diferentemente do que se poderia esperar, não foram os sociólogos que deram maior atenção a Elias. Foi sobretudo esse último livro seu que recebeu calorosa acolhida por boa parte dos historiadores franceses, muito provavelmente porque coincidia com algumas das concepções da Nova História (ou também denominada Escola dos Annales). Isso se deve ao fato de que uma de suas preocupações fundamentais visava justamente a reconciliar duas perspectivas que se mostravam opostas: a histórica e a sociológica.

Elias se recusava à ideia de contrapor as noções de indivíduo e sociedade, como se fossem entidades autônomas e independentes. Pelo contrário, para ele, o processo de individualização sempre esteve historicamente ligado a um processo de socialização. Os indivíduos *interdependentes* – e é esse o conceito-chave para entender Elias – formam a sociedade, que, por sua vez, não é exterior a eles: a sociedade não consiste simplesmente em um conglomerado de unidades individuais, como o é para o individualismo metodológico; tampouco se trata de um conjunto apartado das ações individuais, segundo faz crer uma visão holística. A noção de interdependência reside no coração da sociologia eliasiana, e é ele quem melhor explica sua forma de encarar a questão:

> Assim como em um jogo de xadrez, cada ação de um indivíduo, relativamente independente, representa um movimento no tabuleiro de xadrez social e desencadeia a resposta de outro indivíduo (na realidade, no mais das vezes, de muitos outros indivíduos), limitando a independência do primeiro jogador e provando a sua dependência (Elias, 1996, p. 195, em livre tradução).

Norbert Elias dispõe de criativa análise da vida social, ao privilegiar o estudo das emoções dos indivíduos, sem, no entanto, deixar de correlacioná-las aos macroprocessos histórico-sociais mais abrangentes. Diferentemente dos clássicos, ao incorporar a dimensão simbólica dos afetos e dos sentimentos, Elias confere estatuto sociológico não somente às injunções "objetivas", segundo a perspectiva que seria cara a Durkheim. Ele busca mostrar que os agentes, formados a partir de sistemas simbólicos expressivos, desenvolvem formas de ser e de estar no mundo, não como se fossem meros executores de estilos de vida determinados de antemão pela classe ou pela estrutura econômica, segundo a visão de Marx. Dentro das constrições sociais específicas, os indivíduos, apesar ou por causa delas, dispõem de um leque de opções e de maneiras de agir, ou, nas palavras dele, movem-se

dentro de "um campo de decisões" (Elias, 1996, p. 188); quer dizer, eles têm a capacidade ou a possibilidade de manejar um cabedal de saberes, linguagens, gírias, informações, conhecimentos, tradições, enfim, um estoque partilhado de referências e de valores que fazem as antigas noções de prescrição ou de liberdade irrestrita perderem vigência.

Elias, a partir desse novo quadro analítico, atém-se à dinâmica das relações que conferem contorno à trama social. Ao partir do pressuposto de que é preciso observar o que é dado, ele vai mostrar, em *A sociedade de corte*, por exemplo, que a aristocracia é constituída de indivíduos interdependentes, modelados por um conjunto de códigos de conduta "civilizados". O desafio perseguido é o de integrar os dados na recomposição do todo, de modo a assegurar aos integrantes de determinada formação social – o que ele chama de *configuração* – seu caráter específico. O rei, a despeito do óbvio poder de que é investido, não escapa, na análise eliasiana, das teias do jogo social e das determinações correspondentes àquela sociedade que a todos constringe.

Ao contrário do que pode supor uma visada mais apressada, de acordo com sua reconstituição do arranjo societário cortês, Elias mostra que é justamente o rei o sujeito mais atado a esse tipo de armação social – diagnóstico que dificulta apontar, de antemão, quem são os dominantes e os dominados em cada configuração. Para ele, o que existem são possibilidades de ascensão e de queda, conforme a capacidade mais ou menos habilidosa de manejar os símbolos valorizados. A distinção social e a identidade simbólica dos grupos na corte emergem, então, na proporção da capitalização e do manuseio da etiqueta e dos códigos de conduta. A arte de observar o semelhante e de manipular o autocontrole dos afetos e das emoções é exigência para o "sucesso" naquela sociedade. Não bastava auferir ganhos econômicos; o domínio simbólico se consolidava como principal riqueza.

Esse sistema de interdependência que a todos enreda ressurge em outra obra de Elias, *Os alemães*. Ao partir das experiências dos diferentes grupos da sociedade alemã, Elias modifica constantemente seu foco analítico, com o propósito de mostrar quais são e como se correlacionam os rebatimentos das forças sócio-históricas nas vivências individuais. Por meio da análise da função social do duelo como centro da vida cultural do país do final do século XIX e princípios do XX, Elias reconstrói o conjunto de valores partilhados pelos envolvidos nessa prática – valores que acabaram por oferecer, mais tarde, os elementos para a estruturação das ideias de superioridade social, pertencimento, honra e diferenciação, tão caras ao nacional-socialismo. Já em *O processo civilizador*, o autor se apoia não mais em uma prática social, mas sim em duas coordenadas-chave, ou, se preferir, em

duas concepções sintéticas, quais sejam: a noção de "cultura" e a noção de "civilização", com o intento de caracterizar os grupos intelectuais na Alemanha e na França, respectivamente. Em ambos os volumes que compõem a obra, Elias logra expressar como, a partir de um conjunto de valores, as práticas sociais forjaram identidades peculiares que, em determinado momento, foram alçadas à categoria de identidade nacional. Por trás desses achados, o sociólogo ainda torna evidente a maneira como se desenrolou gradualmente um processo de pacificação e de domesticação das condutas, dos comportamentos e dos sentimentos, processo de longa duração no Ocidente, envolvendo e comprimindo os indivíduos em cada configuração atravessada.

O jeito peculiar com que Elias enquadra o mundo social mostra que este último nada mais é do que uma rede de relações de indivíduos entrelaçados e interdependentes, movendo-se de acordo com certo sistema de crença vigente. Ao examinar ora as biografias, ora a história da nação, ora a dos grupos constituintes da sociedade, Elias reconstrói os sentidos das lutas de modo mediado, desvendando as ligações entre domínios aparentemente esparsos e desconexos da vida social – economia, cultura, política, etc. De forma bastante econômica, as práticas da "etiqueta" e do "duelo" ou noções como as de "civilização" e "cultura" fazem as vezes de um fio condutor em torno do qual o sociólogo vai reconstituindo paulatinamente a totalidade dos domínios sociais. Essas formas aglutinadas e compactas de compreender as dinâmicas e as ações sociais, em suas mais diversas instâncias de atuação, envolvem, portanto, pelo menos três dimensões de análise: (i) os jogos de escalas entre os diferentes domínios e vozes; (ii) as lutas horizontais e verticais entre os diversos grupos; e (iii) o impacto disso tudo no âmbito psicoafetivo do indivíduo. Sua medida de grandeza – a *configuração* – permite reconstruir a morfologia dos domínios, por meio da rede de constrangimentos cruzados, expressiva da dinâmica da vida em sociedade. Mesclam-se, dessa maneira, as estruturas de personalidade (entendidas como as estruturas psicológicas dos indivíduos) com as estruturas sociais; essa forma de recortar e de capturar os arranjos societários prima pela apreensão do movimento social e rejeita, por conseguinte, a sedimentação da experiência em conceitos substancializados – concepção já cultivada por Weber.

A sociedade é percebida em seu movimento, em processo, em um constante jogo no qual os registros simbólicos servem de material para decifrá-la. E decifrar significa compor as motivações por meio das quais a sociedade emerge com seus indivíduos entrelaçados em suas complexidades. Isso equivale a dizer, por fim, que a história individual está contida na história do grupo e que, em contrapartida, a história do grupo é redutível às histórias individuais.

OS CAMPOS DE BOURDIEU

No final de sua vida, Pierre Bourdieu se tornou, por sua obra e por seu engajamento público, uma das principais referências da vida intelectual francesa. Seu pensamento exerceu e ainda exerce considerável influência nas ciências humanas e sociais, particularmente sobre a sociologia pós-guerra, embora tenha recebido inúmeras críticas denunciando sua visão supostamente determinista – crítica que, aliás, não faz jus ao seu pensamento. Preocupado em captar a inteligibilidade das experiências vividas pelos agentes, sem, no entanto, dispensar a efetividade das ações da estrutura social sobre eles, Bourdieu dialogou tanto com as contribuições dos clássicos Durkheim, Marx e Weber quanto com autores posteriores – como, por exemplo, com a escola estruturalista[1]. Sua intenção foi a de elaborar uma investigação mais abrangente e precisa da realidade social que respondesse a uma das inquietações sociológicas bem conhecidas: como se dá a internalização da estrutura social pelo agente e sua consequente externalização por meio da ação individual?

> [...] é preciso situar-se no lugar geométrico das diferentes perspectivas [de Marx, Weber e Durkheim]. Vale dizer, é preciso situar-se no ponto de onde se torna possível perceber, ao mesmo tempo, o que pode e o que não pode ser percebido a partir de cada um dos pontos de vista (Bourdieu, 2001b, p. 28).

Preocupado com as distintas formas de dominação simbólica que se manifestam nos diversos âmbitos constituintes do mundo social, Bourdieu se dedicou à análise das relações de poder, associado, em sua obra, à capacidade de controle das variações das condutas e dos limites *do* e *em* jogo no mundo social. Sua insistência em assinalar os mecanismos de reprodução da dominação levou-o a desenvolver ferramentas heurísticas capazes de tornar conhecidos os fundamentos e a eficácia do poder simbólico. As noções de campo, *habitus* e capital atuam, desse modo, como conceitos críticos que estimulam uma sociologia da desnaturalização e do desvendamento das relações de poder e de dominação.

Bourdieu se inspirou bastante na sociologia de Max Weber, mais precisamente em sua sociologia da religião, dominada pela referência às lutas e disputas por legitimidade e poder (Bourdieu, 2001b, p. 27-78; p. 79-98). Mediante a revisão

1 Para mais informações a esse respeito, ver a introdução de Sérgio Miceli ao livro *A economia das trocas simbólicas*, de Pierre Bourdieu (2001b, p. I-LXI).

crítica da relação entre os agentes religiosos proposta pelo sociólogo alemão (profetas, sacerdotes e feiticeiros), Bourdieu cria a noção de *campo*, um construto que ajuda a identificar a *estrutura das relações objetivas*, com o intento de explicar de forma concreta as interações que Weber descrevia em formato de tipologia. A cada domínio social, não redutível a outros domínios, corresponde um *campo* que, como ferramenta heurística, permite compreender as tomadas de posição dos agentes nele envolvidos. Detentores de certa autonomia inscrita em suas regras de funcionamento, os campos – como as esferas – são ao mesmo tempo constrangidos externamente por meio de relações com outros domínios sociais, principalmente pelos interesses políticos e econômicos, os quais, no mais das vezes, acabam por reequacioná-los.

Longe de apagar o vigor e a fluidez das relações sociais que compõem a dinâmica de cada campo, Bourdieu buscou iluminar o sentido da vivência social dos agentes e, ao fazê-lo, demonstrou que os indivíduos se movimentam dentro de espaços sociais circunscritos, os quais lhes oferecem um leque próprio de saberes, linguagens, informações e conhecimentos. Dispostas ao longo de suas trajetórias, suas ações, pautadas por esse leque de opções, vão engendrando um modo particular de sentir, de pensar e de agir, isto é, um senso prático, que na terminologia de Bourdieu recebeu o nome de *habitus*. E foi justamente essa sua noção de *habitus* que lhe permitiu pensar a ligação entre socialização e ação individual. Mais do que um simples condicionamento que conduz à reprodução mecânica do que foi aprendido ao longo de uma vida, o *habitus* não é propriamente um hábito ou um costume que o indivíduo leva a cabo maquinalmente; é um conjunto de disposições que mais se parece com a gramática de uma língua que os indivíduos adquirem ou aprendem por meio da socialização e, a partir dessa gramática, conseguem criar um número razoável de sentenças para lidar com as mais diversas situações. Eles não saem por aí repetindo interminavelmente as mesmas frases, feito papagaios. Assim também as tomadas de posição dos indivíduos não são sempre as mesmas, o que não impede de perceber, em contrapartida, que elas seguem certos padrões de percepção e de ação. Com efeito, o *habitus* mais parece um gerador que origina o senso prático, possibilitando ao agente produzir um conjunto de práticas adaptadas ao jogo social a que pertence.

> Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de *disposições* duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes (Bourdieu, 1980, p. 88, em livre tradução).

O *habitus* é estrutura estruturada, porque é produto da socialização, mas é igualmente estrutura estruturante porque gera uma infinidade de práticas novas. Por isso,

> uma das funções principais da noção de *habitus* consiste em descartar dois erros complementares [...]: de um lado, o mecanismo segundo o qual a ação constitui o efeito mecânico da coerção de causas externas; de outro, o finalismo segundo o qual, sobretudo por conta da teoria da ação racional, o agente atua de maneira livre, consciente [...] (Bourdieu, 2001a, p. 196).

Para melhor entender os vínculos entre o processo de socialização e as ações individuais, Bourdieu voltou sua atenção à compreensão dos sistemas de crenças e de valores, isto é, à ilusão coletiva que embebe as relações sociais, dando o tônus do funcionamento dos mais diversos campos sociais. Como se pode ver em *As regras da arte*, por exemplo, os campos – neste caso, o campo artístico francês – são compostos por grupos de agentes inter-relacionados, que se movimentam segundo coordenadas inerentes à própria dinâmica do campo, o que não significa dizer que não haja disputas entre eles. Pelo contrário, a corrida pelo poder e pela dominação em cada campo é justamente um de seus fatores estruturantes, e ela vai depender da maior ou menor capacidade de movimentação naquele microcosmo e da habilidade no manuseio de estratégias – habilidade proveniente do *habitus* dos indivíduos – que consigam impor uma visão de mundo como legítima sobre as demais.

Nessa situação de competição, organizam-se de forma relacional as posições entre os que detêm e os que carecem do poder específico ao campo: os que ocupam posições dominantes, a ortodoxia, e os que pretendem dominar, a heterodoxia. Essa luta expressa o caráter hierarquizado e a busca incessante por legitimidade em cada domínio social, cuja dimensão simbólica não deixa de se referir, em última análise, a fatores de ordem econômica. Ao privilegiar as relações simbólicas contidas nos domínios sociais, Bourdieu acaba por enfatizar os processos de criação de signos de distinção, processos esses que são, no limite, a consagração do arbitrário.

Ao reinterpretar, em uma perspectiva relacional, a análise de Max Weber, que aplicava à religião termos retirados da economia, como monopólio religioso, concorrência, oferta, procura, etc., Bourdieu os eleva a propriedades gerais, válidas nos diferentes campos. A construção desse raciocínio o levou a investigar outras relações de permuta linguística provenientes de armações teóricas afins, como capital, investimento, ganho, mercado, bens e demais conceitos que ele adaptou

à sua unidade de análise – os *campos*. Contrário a todas as espécies de reducionismo, a começar pelo economicismo, que nada mais conhece além do interesse material e da maximização do lucro monetário, Bourdieu elabora a teoria geral da economia dos campos, que permite descrever e definir a conformação de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e conceitos mais gerais. Por isso a tentativa de explicitar e explicar o jogo de linguagem que no campo se joga, os móveis materiais e simbólicos que nele se geram, enfim, de subtrair do arbitrário e do não motivado os atos dos agentes relacionalmente envolvidos. Ainda que o campo em si não passe de uma unidade de análise que visa a facilitar a compreensão da "realidade", o mundo social, quando assim regionalizado, apresenta-se de forma bastante inteligível, mantendo seu caráter dinâmico, versátil e vivaz.

AS INTERAÇÕES FACE A FACE DE GOFFMAN

Nascido no Canadá em 1922, Erving Goffman iniciou seus estudos de sociologia na Universidade de Toronto (1944) e finalizou-os na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos. Tornou-se um dos principais herdeiros da denominada Escola de Chicago, conhecida por se afastar dos métodos ditos quantitativos e privilegiar a observação participante. Embora se recusasse a ser considerado um "interacionista"[2], marcaram sua obra tanto a etnometodologia quanto a perspectiva analítica cultivada pelo interacionismo simbólico. Não à toa, vê-se em *Asylums*, por exemplo, o legado dessa influência. O livro, conjunto de quatro ensaios, publicado em 1961, sob o seguinte título original *Asylums: essays on the condition of the social situation of mental patients and other inmates*, funda-se sobre a observação direta das relações interpessoais transcorridas dentro de uma instituição psiquiátrica. Goffman descreveu seu método de coleta de dados de "estudo etnográfico", e sua intenção foi a de detalhar a noção de *instituição total* – um lugar de residência e de trabalho que reúne certo número de indivíduos confinados que atuam de acordo com suas necessidades pessoais.

Como parte da conclusão de seu trabalho, Goffman apontou a existência de duas forças opostas interagindo nesse local. De um lado, esse tipo de estabeleci-

2 O Interacionismo Simbólico é uma corrente de pensamento nascida nos Estados Unidos a partir da conformação de diferentes disciplinas: a sociologia, a antropologia, a etnologia e a psicologia social. Herdeira da Escola de Chicago, ele se desenvolve por meio de várias tendências, dentre as quais a sociologia fenomenológica de Alfred Schütz, a etnometodologia de Harold Garfinkel, a análise conversacional de Harvey Sacks e a sociologia cognitiva de Aaron Cicourel. Erving Goffman, Howard Becker e Anselm Strauss são outros autores considerados interacionistas. Para mais detalhes, consultar Giddens e Turner (1999, p. 127-174).

mento teria uma função englobante, quer dizer, ele orientaria os internos no sentido de encenarem papéis bem definidos, determinados pela própria instituição, por meio das técnicas de despersonalização, de alienação e de mortificação – as quais acabariam por estruturar as percepções e os comportamentos desses internos de maneira uniforme. Esse processo Goffman chamou de adaptação primária. Por outro lado, os atores – isto é, os pacientes – teriam uma capacidade de se distanciar do papel originário atribuído pela instituição, momento denominado pelo sociólogo de adaptação secundária.

Aqui se está diante de uma função desintegrante que consiste nos diversos atos de ataques contra a instituição; esse atos são ao mesmo tempo estratégias de adaptação por meio das quais os internos tentam recuperar, de alguma forma, sua autonomia. O interesse de Goffman não consistia especificamente na existência objetiva da doença que qualifica o "doente mental" (aliás, ele colocou em questão essa existência), mas sim na progressão da doença mental no sentido sociológico, isto é, enquanto um rótulo que vai pautando gradualmente os papéis sociais. Que o paciente seja doente ou não pouco importa. A questão para Goffman era compreender como e por quem o "doente" é considerado como tal. Resposta: por aqueles que a ele se dirigem e pela posição que ocupa na instituição, portanto, *na* e *pela* interação.

A dificuldade de associá-lo formalmente ao interacionismo simbólico decorre do fato de que sua obra não se reduz a uma análise propriamente interacionista. A interação social servia para Goffman mais como um guia, e foi dessa forma que ele a utilizou ao desfiar de modo peculiar o mundo social. Buscou, antes de mais nada, captar o que parece e o que aparece nas interações interpessoais, como se estivesse fazendo uma "sociologia das aparências". Seu impulso primordial foi o de captar a dinâmica societal por meio de elementos que só existiriam nesse contato face a face.

Mas quais elementos seriam esses? Eles apareceriam somente nas interações? Como analisar suas singularidades? Foram essas algumas das inquirições que condicionaram o interesse de Goffman e que tornaram sua análise particularmente interessante e inusitada, na medida em que o autor buscava sempre ajustar seu olhar àquilo que é demasiadamente fugaz, efêmero ou passageiro – isto é, as *interações*.

Em sua tese defendida em 1953, depois de seu trabalho de campo realizado em uma das ilhas de Shetland, entre 1949 e 1951, Goffman deixou claro que seu objetivo era entender como se produziam as interações interpessoais, dado que elas não passavam, para ele, de um tipo de ordem social, como o são também a

economia, a política, a arte, a religião, etc.[3] Pretendia, assim, recuperar a dinâmica da sociedade por meio da análise das tensões e de ruídos próprios tão somente à internalidade dos contatos face a face. Sua preocupação não era tanto construir pontes explicativas que dessem conta da correlação entre a ação individual e a posição social, ainda que o fizesse; Goffman queria, antes, observar a performance dos agentes em cada encenação. O manejo de bens simbólicos e das emoções, a compostura e a deferência, a linguagem, mas também os subtextos, os atos não verbais, o silêncio, a gestualidade, enfim, toda uma *hexis* corporal carregada de significados e de expressividade viria à tona em uma nova ordem passível de análise sociológica – a *interação face a face*. Daí o nível de envolvimento dos atores, isto é, a voltagem, por assim dizer, da inter-relação constituir a porta de entrada para o sociólogo: quanto mais envolvidos estiverem os atores tanto mais aberta estará a porta para a compreensão sociológica. Nela ver-se-iam os marcadores sociais se redefinindo e se repondo de maneira particular, sobretudo por meio dos efeitos psicobiológicos aí produzidos, como, por exemplo, o enrubescer da face, o tremer das mãos, a transpiração, a sequidão da boca, o tartamudear – elementos que imprimem no corpo o aprendizado social. A atuação e a cognição decorrentes da interação – considerada um movimento sitiado por inúmeras negociações – estariam, nesse sentido, vinculadas às regras, às normas e às expectativas mutuamente compartilhadas. O corpo, esse espaço microssocial, transforma-se, dessa forma, em um lugar de condensação de atributos macrossociais.

Utilizando como recursos metafórico-analíticos ora a linguagem teatral (*Asylums: essays on the condition of the social situation of mental patients and other inmates*), ora a cinematográfica (*Frame analysis: an essay on the organization of experience*), ora a ritualística (*Interaction ritual: essays on face-to-face behavior*), Goffman concatenou evidências e elementos atuantes nas diversas cenas, demonstrando que por detrás dos atos mais passageiros e repentinos se encontra em funcionamento todo um mundo social. Embora, conforme dito, ele não tenha se apegado aos atributos propriamente externos que mobiliam os cenários onde se desenrolam as interações, vários níveis de orientação sociológica são recuperados, já que não negou, em momento nenhum, as constrições externas passíveis de

3 Alguns meses antes de sua morte, em 1982, enquanto preparava seu discurso como presidente eleito da American Sociological Association (ASA), sua grande preocupação ainda era conseguir fazer com que seus colegas da ASA aceitassem como analiticamente pertinente a interação face a face como uma ordem social. O texto que iria ser pronunciado naquela ocasião se encontra publicado na *American Sociological Review*, com o nome de *The Interaction Order* (v. 48, n. 1, p. 1-17, fevereiro 1983), ou em francês, no livro *Les moments et leurs hommes*, sob o título *L'ordre de l'interaction* (1988, p. 186-230).

orientar a ação. Longe de se constituírem epifenômenos, as interações são consideradas instrumentos privilegiados de acesso às normas tácitas, aos valores e aos sistemas de crenças de determinado arranjo societal, sobretudo se estiverem sob o foco analítico os deslizes, as gafes e as rachaduras capazes de expor de forma mais evidente as entranhas recônditas da sociedade. Enganam-se, porém, os que veem nessa forma de recuperação da dinâmica social o resgate do psicologismo. Goffman vai além da simples e, muitas vezes, inócua separação entre o individual e o coletivo, revelando que a ordem social se esparrama por toda a parte. Importava para Goffman ver e descrever o desempenho dos atores, porque, no limite, se trata do desempenho de um papel coletivo. O ator não possui nada substancialmente dele que não seja igualmente social.

O inusitado dessa visada fica a cargo da recuperação das aparências e das impressões que um indivíduo tem de si e do outro no ato mesmo de conhecimento mútuo, o que não deixa de ser também um ato de reconhecimento das normas sociais vigentes. As propriedades de classe, de renda, sexo, etc. se encontram de soslaio na caracterização da ordem social da interação, com a ressalva de que a intenção de Goffman era captar de que maneira esses fatores são repostos, transfigurados, retrabalhados em uma ordem fugidia e passageira. A inteligibilidade da interação – como outrora das esferas e dos campos – não se reduz aos aspectos econômico, político ou simbólico, embora todos se concatenem nela. Um domínio social não se explica em termos de outro, tampouco se pode ignorar as relações existentes entre os diversos domínios, diriam em coro Weber, Elias, Bourdieu e Goffman.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora guardem suas especificidades, as diferentes formas de regionalizar o mundo social – as configurações de Elias, os campos de Bourdieu e as interações face a face de Goffman – compartilham elementos comuns a partir dos quais se pode chegar a pelo menos três ganhos para a análise sociológica. Primeiramente, ao rejeitarem uma explicação essencializada do mundo social, que engessa e ignora os desejos e atitudes supostamente irrelevantes dos agentes, essas proposições enfatizam a face latejante da dinâmica societária: sentimentos, emoções, paixões dos homens reais, levando em conta o movimento, a fluidez e a versatilidade das vivências. Mesmo o aparentemente banal e irrelevante ou mesmo a ação mais fugaz fazem as vezes de subsídios para a apreensão do mundo social.

Os autores em questão só lograram realizar seus feitos – eis o segundo ponto – porque investiram, cada qual à sua maneira, em um jogo de escalas e perspectivas cambiantes, ora analisando as biografias, ora a história dos grupos, ora o sentido das ações, das emoções e dos gestos, ora os sistemas de valores e os marcadores sociais, resultando em um vaivém constante entre registros macro e microssociológicos. Recuperaram a trama vívida da sociabilidade, envolvendo de forma concatenada as diversas instâncias sociais por meio de enfoques panorâmicos gerais, de médio alcance ou por meio de *zooms*.

Por último, mas não menos importante – e aqui parece residir a contribuição essencial dos autores em questão –, desde uma visada mais estrutural até uma infinitesimal, cada autor contribuiu para mostrar que, apesar das diferentes grandezas de regionalização do mundo social, "sociedade" e "indivíduo" aparecem em Elias, Bourdieu e Goffman não como objetos que existem separadamente; são, antes, apresentados como aspectos decompostos da mesma realidade. Como explicar que uma sociedade, para além de um simples agregado de indivíduos, é a constituição de um conjunto organizado, de um todo que ultrapassa a justaposição sucessiva dos destinos individuais? A origem da individualização não passa, para eles, do produto dessa mesma sociedade que delimita, desde o nascimento dos indivíduos, as formas possíveis de identidade própria. A originalidade desse pensamento consiste em refutar toda a posição que tende a separar e, sobretudo, a opor indivíduo e sociedade. É, portanto, a partir dessa constatação primeira que se organiza toda a argumentação. A noção de indivíduo social pressupõe a de sociedade, pois não há indivíduo senão em relação a uma comunidade organizada anteriormente a ele.

As identidades individuais não são constituídas por meio da resistência ao grupo, escapando, assim, de qualquer sorte de agitação penosa do entorno social. Elas são o resultado de um controle e de uma medição de disposições comportamentais exercidos pela rede de relações interindividuais (ou intergrupais) que compõe a sociedade. Desde as formas de se portar, de se vestir, de pensar e de agir, até as sensações, os sentimentos, as pulsões, os modos de ação instintivos e os efeitos psicobiológicos são gerados a partir de registros oferecidos por um conjunto maior de coordenadas identitárias. As marcas sociais aparecem inclusive no corpo, esse lugar privilegiado para as manifestações dos valores e sistemas de crenças.

Isso, contudo, não significa um olhar determinista. Desde a infância e/ou desde o primeiro contato com algum tipo de instituição (escola, hospitais psiquiátricos, etc.) ou com algum tipo de atividade social (artística, literária, política, etc.), o aprendizado no seio dos grupos onde acontecem as relações interpessoais

se desenrola aos poucos e de acordo com "leis" ou regras (a polidez, o respeito, a interdição, etc.). Contudo, os indivíduos, agentes ou atores não estão condenados a agir ou encenar de forma engessada e previsível, tampouco dispõem de liberdade irrestrita. É precisamente por meio de uma mediação controlada por toda a organização social que reside, entre a ideia do ato e sua realização, tanto um leque circunscrito de opções de agir quanto a liberdade de escolher essa ou aquela forma de ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bourdieu, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Éditions de Minuit, 1980.

_____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001b.

Durkheim, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Elias, Norbert. *O processo civilizador*: formação do Estado e civilização. v. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

_____. *O processo civilizador*: uma história dos costumes. v. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. *La sociedad cortesana*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

_____. *Os alemães*: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

Giddens, Anthony; Turner, Jonathan (Org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Unesp, 1999.

Goffman, Erving. *Interaction ritual*: essays on face-to-face behavior. New York: Pantheon Books, 1982.

_____. The interaction order. *The American Sociological Review,* v. 48, n. 1, p. 1-17, 1983

_____. *Frame analysis*: an essay on the organization of experience. Boston: Northeastern University Press, 1986.

_____. *Les moments et leurs homes*. Paris: Éditions du Seuil et Éditions de Minuit, 1988.

_____. *Asylums*: essays on the condition of the social situation of mental patients and other inmates. New York: Anchor Books, 1990.

Trigano, Shmuel. *Qu'est-ce que la religion?* Mesnil-sur-l'Estrée: Flammarion, 2001.

Weber, Max. *Ensayos sobre sociología de la religión*. Tomo I. Madri: Taurus Humanidades, 1992.

_____. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Cidades mortas:

o rural como sinônimo de atraso e decadência

Luciana Meire da Silva*

Resumo Em Cidades mortas, livro publicado pela primeira vez em 1919, é reunida uma série de contos escritos entre 1900 e 1910. Monteiro Lobato (1882-1948) critica as especificidades do rural brasileiro. Ele o vê como decadente e sem perspectivas de ser reabilitado, porque, segundo entende, caíra em profunda exaustão. Nos contos ambientados na região valparaibana, as imagens elaboradas para falar da decadência são trágicas e mórbidas. A ideia de rural aparece em oposição ao urbano. A construção do urbano, feita por Lobato, é vinculada ao progresso, entendido como modernização ligada ao dinamismo das cidades. O modelo é São Paulo e também a rica Ribeirão Preto, na região do Oeste Paulista. Monteiro Lobato critica a velha elite cafeicultora valparaibana decadentista por seus desperdícios, pelo absenteísmo, pela falta de racionalidade no trato com as lavouras e por suas reclamações de protecionismo governamental. Para o autor, a mentalidade desses perdedores ficou presa ao passado colonial; um obstáculo para o progresso da nação.

Palavras-chave Pensamento social brasileiro; Monteiro Lobato; *Cidades mortas*; Brasil rural.

Dead Cities: the rural as a synonym for backwardness and decadence

Abstract *In* Dead cities*, a book first published in 1919, is collected a series of short stories written between 1900 and 1910. Monteiro Lobato (1882-1948) criticizes the specificities of Brazilian rural. He sees it as decadent and no prospects of being rehabilitated, because as he understands it fell into deep depletion. In the tales acclimatized in the valparaibana region, the images prepared to talk about the decadence are tragic and morbid. The rural*

Recebido para publicação em 26/06/2012
Aceito para publicação em 18/12/2012

* Bacharel em Ciências Sociais pela Unesp de Marília, mestre em Sociologia pela Unesp de Araraquara e doutoranda em Ciências Sociais pela Unesp de Marília. Estuda o Brasil rural nas obras de Monteiro Lobato das décadas de 1910 a 1930, com bolsa de estudos da Fapesp. É orientanda da professora doutora Célia Aparecida Ferreira Tolentino.

idea appears in opposition to urban idea. The urban construction, done by Lobato, is linked to progress; it is understood as modernization linked to the dynamism of cities. The model is São Paulo and also the rich Ribeirão Preto, in the West region of São Paulo. Monteiro Lobato criticizes the old and decadent valparaibana coffee elite for their waste, absenteeism, lack of rationality in dealing with crops and for their claims of government protectionism. For the author, those losers' mentality will be attached to the colonial past, an obstacle to the nation progress.

Keywords *Brazilian social thought; Monteiro Lobato;* Dead cities*; rural Brazil.*

INTRODUÇÃO

Entre os aspectos mais significativos da Primeira República, constituídos das mais reveladoras preocupações da literatura de Monteiro Lobato nas décadas de 1900 e 1910, figuram a decadência da agricultura cafeeira na região do Vale do Paraíba e sua migração para o Oeste Paulista. No final do século XIX, a lavoura cafeeira valparaibana perdeu sua hegemonia de região predominantemente cafeicultora para a produção da região do oeste do estado de São Paulo. A transição, vista e vivida por ele como filho de uma família oligárquica cafeeira[1] na região do Vale do Paraíba, é tema recorrente em *Cidades mortas*, uma coletânea de textos escritos entre 1900 e 1910, mas publicada somente em 1919.

Nesse livro, Monteiro Lobato recria de forma literária e saudosa fatos e glórias passados quando da produção rural cafeeira. Diferentemente, entretanto, da nostalgia romântica, sua expectativa, a princípio, não parece ser a volta ao passado, e sim à sua superação. Lobato chama a atenção do leitor para o estado de declínio e decadência da região agrária valparaibana.

Como "arguto crítico social, homem preocupado com os destinos de seu país[2]", ele traz para o leitor o rural valparaibano, em sua visão, atrasado e decadente e elabora sua interpretação da transição histórica da agricultura cafeeira da região. Segundo Lobato, a pujança de ontem do Vale do Paraíba teria migrado para o Oeste Paulista por meio do chamado "progresso nômade".

---

1 Conforme Sérgio Miceli (2001, p. 98), no livro *Intelectuais à brasileira,* José Bento Monteiro Lobato foi "filho e neto de grandes proprietários de terras na região paulista do Vale do Paraíba, teve a educação esmerada que em geral recebiam os jovens dessa fração da classe dominante. A morte de seu pai ocorre no momento em que cursava os preparatórios então exigidos para matrícula no curso superior. Como para seu avô, o visconde de Tremembé, não houvesse outro caminho possível a não ser torná-lo um bacharel, nem mesmo lhe permitiria tentar o ingresso na Escola de Belas-Artes ou na Escola de Engenharia, as duas outras alternativas entre as quais podia se dar ao luxo de hesitar um herdeiro de quase 2 mil alqueires [...]".

2 Expressão dos autores Azevedo, Camargos e Sacchetta (1997, p. 58).

O RURAL E SEU ESTILO DE VIDA PACATO E ATRASADO

Monteiro Lobato terminou o curso de bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas no Largo São Francisco, na capital paulista, em dezembro de 1904. No mesmo ano, retornou para Taubaté, sua terra natal, e escreveu uma carta ao amigo Godofredo Rangel sobre suas primeiras impressões das "cidades mortas", do viver rural e de seus costumes, agora percebidos pelos olhos do ex-estudante de Direito de volta, então, ao Vale do Paraíba, depois de viver em São Paulo:

> Aqui no exílio a modorra é um mal ambiente que derruba até os mais fortes. Exílio, Rangel, pura verdade! Saltar da libérrima vida estudantina de São Paulo e vir cair neste convencionalismo de aldeia, com trabalhos forçados... Sinto-me rodeado de conspiradores; todos tramam o meu achatamento. Tudo quanto mais prezávamos – o nosso individualismo, etc. é crime de lesaldeia, de que o vigário, os parentes e as mais "pessoas gradas" nos querem curar. Ideal é fazer de nós mais uma "pessoa grada", mais um "cidadão prestante". É arredondarmos como um pedregulho, lixar-nos todas as arestas! Um homem aqui só fica "grado" quando se confunde com todos os outros e é irmão do Santíssimo Sacramento (Lobato, 1964, p. 84-85).

Pode-se observar sua construção de ideia de rural em oposição ao urbano. O rural é visto por ele como exílio, letargia desanimadora das pessoas mais fortes. Nesse caso, não é rural só de agrário, embora também o fosse; é rural no sentido de um modo de viver pautado pela ética da convivência e das relações sociais da comunidade, "com trabalhos forçados", onde, particularmente, o individualismo e a não religiosidade são "pecados de lesa aldeia".

Em carta ao amigo Godofredo Rangel, Lobato confessa não querer participar das missas e dos eventos comemorativos locais, e os parentes o pressionavam, o vigário perguntava por ele, os amigos da família exigiam sua presença, e ele se sentia incomodado e constrangido no papel de "cidadão prestante". Em contraste com esse modo de vida, com apreço pela comunidade, com suas convenções e sociabilidade, estaria sua vivência acadêmica acontecida nas salas de aula e no pátio da faculdade de Direito do Largo São Francisco, nas "repúblicas", nos cafés – um estilo de vida pautado pela convivência com os amigos estudantes, pela liberdade de ir e vir. Conforme Cavalheiro (1955), após o término das aulas, os estudantes se encontravam nos cafés, onde continuavam os debates iniciados dentro das salas de aula. Muitas vezes, eram críticas sobre a caducidade e também arcaísmos de autores

utilizados por seus mestres. Esses eram alguns dos aspectos da vida na capital paulista, onde a "boemia literária" ocupava lugar de destaque entre os estudantes.

E, comparadas à cidade de São Paulo e seus duzentos e quarenta mil habitantes, com seu projeto modernizador inspirado na *Belle Époque*[3] europeia e capitaneado pelo prefeito Antônio da Silva Prado, "ex-conselheiro do Império, fazendeiro, industrial e influente paulista, que permaneceu no cargo até 1911 – ano em que é inaugurado o Teatro Municipal" (Costa; Schwarcz, 2000, p. 34-35), as cidadezinhas do Vale do Paraíba parecem viver em outro tempo.

Em contraposição à sua ideia de rural como sinônimo de atraso, a construção do urbano feita por Lobato é vinculada à determinada ideia de progresso, entendido como modernização, ligada ao dinamismo das cidades urbanizadas. No conto *Cidades mortas*, escreve:

> Até o ar é próprio; não vibram nele fonfons de auto nem cornetas de bicicletas nem campainhas de carroça nem pregões de italianos nem *ten-tens* de sorveteiros, nem *plás-plás* de mascates sírios. Só os velhos sons coloniais – o sino, o chilreio das andorinhas na torre da igreja, o rechino dos carros de boi, o cincerro de tropas raras, o taralhar das baitacas que em bando rumoroso cruzam e recruzam o céu (Lobato, 1995, p. 23, grifos do autor).

Sua representação do urbano se caracteriza pela agitação e pelo movimento das vias públicas e seus rumores, elementos vinculados aos signos do mundo moderno. Eles traduzem o dinamismo do trabalho a todo vapor da zona urbana, entendida como a cidade de São Paulo e também as cidades da nascente região cafeicultora do Oeste Paulista: o barulho dos autos traduz a liberdade dos indivíduos se locomoverem com certa velocidade pelas ruas, e as "cornetas de bicicletas", "campainhas de carroça", "pregões de italianos", "*ten-tens* de sorveteiros" e "*plás-*

3 Segundo Nicolau Sevcenko (1999, p. 27): "A situação era realmente excepcional. A cidade do Rio de Janeiro abre o século XX defrontando-se com perspectivas extremamente promissoras. Aproveitando de seu papel privilegiado na intermediação dos recursos da economia cafeeira e de sua condição de centro político do país, a sociedade carioca viu acumularem-se no seu interior vastos recursos enraizados principalmente no comércio e nas finanças, mas derivando já também para as aplicações industriais. Núcleo da maior rede ferroviária nacional, que o colocava diretamente em contato com o Vale do Paraíba, São Paulo e os Estados do Sul, Espírito Santo, e o *hinterland* de Minas Gerais e Mato Grosso, o Rio de Janeiro completava sua cadeia de comunicações nacionais com o comércio de cabotagem para o Nordeste e o Norte até Manaus. Essas condições prodigiosas fizeram da cidade o maior centro comercial do país. Sede do Banco do Brasil, da maior Bolsa de Valores e da maior parte das grandes casas bancárias nacionais e estrangeiras, o Rio polarizava também as finanças nacionais. Acrescente-se ainda a esse quadro o fato de essa cidade constituir o maior centro populacional do país, oferecendo às indústrias que ali se instalaram em maior número nesse momento o mais amplo mercado nacional de consumo e de mão-de-obra".

-plás de mascates sírios" sugerem a valorização da dinâmica social promovida pelo trabalho dos imigrantes, principalmente com as atividades comerciais. Tal mão de obra, livre e assalariada, é incorporada pelo comércio e pela nascente indústria nacional. Também o Oeste Paulista congrega mão de obra estrangeira e prospera a olhos vistos. Em contraposição, há uma vida colonial rural silenciosa, lenta e atrasada no Vale do Paraíba, sem a agitação urbana e sem a velocidade características da dinâmica social do trabalho possibilitada pela indústria e pelo comércio. Seu silêncio só era quebrado quando o sino da igreja tocava, as andorinhas chilreavam e os carros de boi passavam. "O cincerro de tropas raras" indica a ausência das tropas, outrora carregadas de mantimentos e então sem mais passarem por ali. Sem a circulação de dinheiro, não haveria grande circulação de mercadorias. O canto das baitacas ao cruzar o céu é a consagração do viver rural pacato. Nesse sentido, o rural é representado como estilo de vida quieto e colonial, com base nas tradições e religiosidades, e caracterizado pela sintonia com a natureza. Monteiro Lobato reclama uma dinâmica social urbana e laboral, relacionada à sua ideia de progresso, inexistente nas cidades mortas do Vale do Paraíba, identificadas como decadentes e irracionais.

Lobato observa o desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro. A região rural do Vale do Paraíba se enfraquecera na batalha do desenvolvimento capitalista e ficara para trás, em contraposição a outras cidades que se dinamizaram: "Desviou-se dela a civilização. O telégrafo não a põe à fala com o resto do mundo, nem as estradas de ferro se lembram de uni-la à rede por intermédio de humilde ramalzinho" (Lobato, 1995, p. 25).

A civilização, desviada da região, é retratada, por exemplo, pela ausência do telégrafo, facilitador da comunicação com o mundo, das estradas de ferro, pois, no processo civilizatório da era cafeeira, elas contribuem para o escoamento do café para o mercado de consumo interno e externo. A velocidade sobre os trilhos diminui o isolamento entre as zonas rural e urbana e abre novos caminhos para a acumulação capitalista brasileira e para investimentos em outros setores da economia nacional. A dinâmica de trabalho produtivo, representada pela região próspera do Oeste Paulista e pela cidade de São Paulo, é a referência de progresso material para Lobato nesse momento. Essa é a civilização inexistente nas cidades mortas da região do Vale. Ao contrário, o rural decadente se sobressai como a imagem de uma "vovó entrevada, sem netos", estéril, decaída à margem do caminho. Sem esperanças de reversão da situação, ela chora as saudades de um passado glorioso. Um rural com vida parasitária, em um lugar distante, situado na depressão profunda entre as montanhas de relevo fortemente desnivelado e

de difícil acesso e, por esse motivo, um lugar esquecido e não frequentado pelas pessoas. Seu saldo seria: abandono, isolamento, atraso e esquecimento. As cidades mortas do Vale do Paraíba viveriam nas trevas do silêncio, da incivilidade, da vida acanhada, da aldeia com suas convenções sociais, da falta de individualismo e de individuação. No pensamento de Lobato, verifica-se um profundo sentimento de decadência: o rural do Vale do Paraíba não poderia mais ser salvo, pois caíra em estágio de deterioração e exaustão irremediáveis.

AS ELITES RURAIS DERROCADAS

Monteiro Lobato viveu a transição histórica da economia agrária do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista na condição de filho de uma família oligárquica cafeeira, muito próspera nessa região no que se refere aos negócios cafeeiros. Segundo Campos (1986, p. 4):

> No final do século XIX, a família de Monteiro Lobato, enriquecida em consequência da primeira expansão do café, já não podia ser considerada rica. Assim, as relações sociais herdadas por Monteiro Lobato certamente foram bem mais importantes do que a fazenda Buquira, que recebeu em 1911, com a morte do avô.

Lobato vê a decadência da economia rural valparaibana como sinônimo do viver mórbido da elite cafeicultora, no passado, considerada imbatível, eterna e sólida, como atestavam seus "soberbos casarões apalaçados", em uma vida de ostentação e luxo, de poderio senhorial sobre criados, funcionários, sacerdotes e escravos. Tal poderio foi validado por muito *status,* entretanto, na verve do escritor, tanto o poder patriarcal quanto o "lugar social" dessa elite teriam ruído:

> Pelas ruas ermas, onde o transeunte é raro, não matracoleja sequer uma carroça; de há muito, em matéria de rodas, se voltou aos rodízios desse rechinante símbolo do viver colonial – o carro de boi. /Erguem-se por ali soberbos casarões apalaçados, de dois e três andares, sólidos como fortalezas, tudo pedra, cal e cabiúna; casarões que lembram ossaturas de megatérios donde as carnes, o sangue, a vida para sempre refugiram (Lobato, 1995, p. 22).

Para o escritor, a "morte" do *status* social estaria materializada na paisagem desolada e mortiça da região do Vale do Paraíba, como se percebe em seus escritos. A julgar por suas imagens tétricas desenhadas para descrever essa era de deca-

dência, pode-se concordar com Ana Luiza dos Reis Bedê (2007), quando ela afirma haver em Lobato influências intelectuais dos literatos decadentistas do fim do século[4]. Pode-se dizer ainda que o pensamento de Lobato oscila dialeticamente entre tradição e modernidade, pois, como forma de superação da decadência cafeeira do Vale do Paraíba, o autor aponta para a exploração capitalista próspera nas terras da região do Oeste Paulista.

Em carta endereçada a Godofredo Rangel, no dia 18 de janeiro de 1907, Monteiro Lobato se mostra fascinado com as novas possibilidades do nascente Oeste Paulista. Este passa a representar o lugar de novos "costumes, hábitos e ideias", diferente do clima mórbido do Vale:

> [...] O mês de dezembro passei-o todo fora daqui, em São Paulo e no Oeste, corri as linhas da Paulista, Mogiana e Sorocabana, com paradas nas inconcebíveis cidades que da noite para o dia o café criou – São Carlos, um lugarejo de ontem, hoje com 40 mil almas; Ribeirão Preto, com 60 mil; Araraquara, Piracicaba a formosa e outras. Vim de lá maravilhado e todo semeado de coragens novas, pois em toda a região da Terra Roxa – um puro óxido de ferro – recebi nas ventas um bafo de seiva, com pronunciado sabor de riqueza latente. /Em Ribeirão a colheita do município foi o ano passado de quatro e meio milhões de arrobas – coisa fabulosa e nunca vista. Um fazendeiro, o Schmidt, colheu, só ele, 900.000 arrobas. Costumes, hábitos, idéias, tudo lá é diferente destas nossas cidades do velho São Paulo e da tua Minas [...] (Lobato, 1964, p. 153).

Monteiro Lobato contrapõe as características da cultura paulistana, representantes do progresso por meio do urbanismo cosmopolita e da dinâmica social do trabalho, com o progresso da nova região próspera do Oeste Paulista. Dessa nova região, elogia a colheita realizada por fazendeiro empreendedor. Ao mesmo tempo, ele vê o fazendeiro do Vale como responsável pela derrocada[5] e elogia e

---

4 A autora Ana Luiza Reis Bedê (2007, p. 137) analisa a influência que Guy de Maupassant exerceu no pensamento de Monteiro Lobato e pergunta: "Por que Lobato queria contos que tivessem dramas ou que deixassem entrever dramas? Talvez uma das razões seja o seu anti-romantismo. [...] o criador de Jeca Tatu revelou-se um dos mais acirrados críticos da visão idealizada dos índios nos romances de José de Alencar e dos caboclos nos contos de Bernardo Guimarães. Deste último afirmou, em *Oblivion* de *Cidades mortas*, que lê-lo 'era [...] ir para a roça adjetivada por menina de Sião'".

5 Em perspectiva comparativa ao pensamento de Monteiro Lobato sobre a decadência da elite cafeicultora, cita-se o estudo de Oliveira Viana, *Populações meridionais no Brasil,* publicado originalmente em 1918. Em seu livro, ao falar das populações rurais, mais precisamente do fazendeiro patriarcal, proprietário de terras, escravos e agregados, Oliveira Viana o descreve como "poderosa aristocracia rural" constituída pelo elemento ariano da nacionalidade, uma raça superior porque preservava a característica do povo português, brava gente cheia de qualidades,

entende como progresso a nova forma de exploração capitalista dos cafeicultores do Oeste Paulista.

Um exemplo de pensamento contraposto às críticas à elite cafeeira de Monteiro Lobato é o de Paulo Prado, escritor de *Paulística* ([1925] 1927). Ele reclama a estirpe empreendedora, afirma a superioridade do cafeicultor paulista, considerado uma raça de nobres, brancos portugueses, incansáveis na exaltação de sua própria ascendência, à frente da economia agroexportadora e na condição de elite aristocrática; diferente, portanto, do restante da população do país: pobre, "miscigenada por raças múltiplas" e de "resultado duvidoso". Contudo, aquela "raça de fortes" perdia sua característica de elite agrária dominante com a chegada dos imigrantes, internos e externos, para o trabalho na indústria, no comércio e no campo, energia laboral e empreendedora ofuscante do viver social e tradicional português:

> A aristocracia rural era o último reduto do tipo ancestral, degenera, se extingue e se transforma no industrialismo cosmopolita, e sem laço íntimo e profundo que a liga ao solo – na sua vida social e na sua vida política – estrangeira na própria terra, assiste inerte e desolada à formação de uma nova raça, que ainda não tem nome, e que será o futuro habitante de São Paulo. A onda imigratória – imigrante de outros países, imigrantes do próprio Brasil – inunda os campos e colinas do planalto, que não mais protege a serra rude e hostil (Prado, 1927, p. 39).

Portanto, diferente do visto nos escritos de Paulo Prado (1925), Lobato (1906) não lamenta a perda de uma "estirpe heroica e nobre", tampouco o patriarcalismo centralizador como condutor da nação e guia político da vida nacional. Lobato ironiza a tragédia daqueles que, apesar de alardearem sua superioridade e de se

---

características adaptadas ao meio rural brasileiro. Ele enaltece os conquistadores portugueses e fala da classe proprietária rural como uma raça de descendência portuguesa moralmente superior e preparada para o ensino de hábitos e costumes ao povo brasileiro, diferente dos caipiras e matutos, denominados por ele de "plebe rural", "classes inferiores" formadas pelo casamento de uma mulher com vários homens. Dessa forma, os laços familiares seriam solúveis e instáveis, fato que fragiliza o poder paterno e contribuiria para a propensão de falhas morais na sociedade. A moral autoritária e austera, responsável pela coesão social, tem forte presença no pensamento de Oliveira Viana e é uma marca pertencente à aristocracia rural: "Herança da família lusa, profundamente transformada, pelo "habitat" rural, pelo isolamento dos latifúndios, pela dispersão demográfica dos campos, pela necessidade, nos primeiros séculos, da solidariedade na luta, a família fazendeira, tal como nos aparece no IV século, é realmente a mais bela escola de educação moral do nosso povo. Hoje, como a vemos, está fortemente abalada na sua solidíssima estrutura, mas, outrora, ela se organiza à maneira austera e autoritária da família romana" (Viana, 1973, p. 54). Observamos Oliveira Viana (1919) falar dessa elite fazendeira "abalada na sua solidíssima estrutura", mas com valores morais superiores. Por essa razão, o autor reclama o patriarcalismo severo da mentalidade autoritária como o eixo central e diretivo da nação e guia político e moral da vida nacional.

orgulharem de pertencer às famílias de "quatrocentões" da nobreza portuguesa, perdem tudo por falta de racionalidade e falta de adaptação às novas exigências da exploração capitalista agrária.

No conto "Café! Café!", escrito em 1900 e publicado em *Cidades mortas*, Lobato volta a questionar a mentalidade tacanha, medíocre e obsessiva dos fazendeiros da região valparaibana, segundo ele, incapazes de pensar para além da cafeicultura e por isso levam o Vale à bancarrota. Na perspectiva de progresso, o reverso dessa moeda para Lobato seria a diversificação da agricultura com produtos tão rentáveis quanto o café.

Lobato sugere que o fazendeiro não passa de um velho formado em uma cultura colonial e arcaica – "a escola de Ganimedes" –, com pouca chance de incorporar novidades científicas. A "cabeça do major" seria provinciana e fundada nos conhecimentos empíricos e estreitos do trabalho repetitivo da vida do campo:

> [...] meteram a foice na capoeira, fincaram os paus da cerca, apuraram os esteios da morada, cobriram-na de sapé; e lentamente, à medida que vinham entrando, compelidas pela vara de marmelo e a rija palmatória do feroz pedagogo, foram erigindo a casa mental do nosso herói (Lobato, 1995, p. 160).

Assim, o fazendeiro, personagem criado por Lobato, seria incapaz de absorver os novos conhecimentos mais específicos e técnicos, pois refratário, sempre resiste ao novo. Ele é elemento do Brasil rural atrasado que Lobato deseja ver eliminado da vida nacional. Suas ideias, bem como seus costumes, tradições, experiências e crenças, já não têm mais lugar nesse novo tempo.

Acostumado a ter o país a seu serviço, o fazendeiro não tem intenção – nem razão – de mudar sua lógica de mandatário nas exigências feitas para a satisfação de seus interesses, pois acredita que jamais seria perdedor na história. Membro da elite perdedora valparaibana, Monteiro Lobato vivencia os prejuízos em primeira mão e por isso não acha motivos para crer nessa eternidade.

Lobato demonstra sua perspectiva positivista/evolucionista no sentido como ele a entende: sociedades e povos sem conquista de progresso material estão fadados ao esquecimento e ao desaparecimento. Na marcha para a civilização, somente os mais fortes e aptos sobrevivem. Para ele, a elite decadentista valparaibana não consegue se adaptar às exigências capitalistas dos novos tempos e por isso está morta e enterrada; não consegue viabilizar os progressos da ciência e das novas tecnologias, nem a emancipação econômica advindas da livre iniciativa da produção e do comércio. Para Lobato, as elites derrocadas e incapazes de acom-

panharem a marcha do progresso são suplantadas, em sua visão, pelo fazendeiro modernizador da região do Oeste Paulista.

No conto "O luzeiro agrícola", escrito em 1910 e publicado no livro *Cidades mortas,* Lobato propõe uma saída para a irracionalidade dos fazendeiros e expõe uma solução possível para o problema da monocultura cafeeira por meio de lições pedagógicas a serem aplicadas à sociedade como um todo. No conto, algumas lideranças são convidadas a participar de um curso sobre práticas agrícolas. Como se pode notar, um detalhe chama atenção no texto: dentre os muitos convidados representantes da sociedade, apenas um era "fazendeiro". Trata-se de uma sugestão de dúvida de Lobato quanto à possibilidade de "restauração" dessa elite, pois, diante das possibilidades de novas práticas, dificilmente esse grupo tornar-se-ia adepto com real interesse. No conto, Lobato sugere a importância de um conhecimento utilitário e pragmático voltado para a lavoura produtiva, ele valoriza o ensino técnico como forma de aprendizado de práticas agrícolas exequíveis para a nação e defende a incorporação de técnicas aliadas à ciência e à organização hierárquica e disciplinada nos procedimentos com o trabalho na lavoura para a conquista do progresso, mas, ao colocar na boca do personagem Sizenando que a máquina agrícola seria o verdadeiro instrumento do progresso, sem nenhum fazendeiro para ouvir (o único presente perdera as terras), Lobato parece colocar a ideia da inexistência de pessoas para escutarem tal discurso. A velha reclamação do autor retorna: os fazendeiros fazem "ouvidos moucos", quando novas ideias surgem.

No final do conto "O luzeiro agrícola", os resultados alcançados com o investimento no curso prático foram um fiasco:

> Meses mais tarde precedeu-se à colheita. As cebolas haviam apodrecido na terra, devido às chuvas; os alhos vieram sem dentes, devido ao sol; as batatas não foram por diante, devido às vaquinhas; as outras "policulturas" negaram fogo devido à saúva, à quenquém, à geada, a isto e mais aquilo. /Não obstante, seguiu para o Rio um soporoso relatório de trezentas páginas onde Capistrano, entre outras maravilhas, notava: "Os resultados práticos do nosso método demonstrativo *in loco* têm sido verdadeiramente assombrosos! Os lavradores acodem em massa às lições, aplaudem-nos com delírio e, de volta às suas terras, lançam-se com furor à cultura poli, em tão boa hora lembrada pelo claro espírito de V. Excia. o Senhor Ministro pode felicitar-me de ter aberto de par em par as portas da idade de ouro da agricultura nacional" (Lobato, 1995, p. 132-33).

Em arroubos de determinismo climático, Lobato demonstra, em sua crítica, sua descrença nas condições climáticas de um país quente como o Brasil, nas reações dos fazendeiros desinteressados nas melhorias, na "gerência" do governo à frente das propostas de modernização da agricultura, pois este não dava jeito sequer às saúvas e às pragas da lavoura. Nesse momento, Lobato não vê uma saída política para a crise da lavoura. Os famosos relatórios emitidos pelo Ministério da Agricultura para efetivação e acompanhamento dos investimentos mentiam os resultados, uma característica clara de farsa, e tudo ficava por isso mesmo.

Monteiro Lobato defende uma modernização agrária para o país, tal como a melhoria das terras usando adubo, diversificação das culturas, avicultura, sericultura, ensino técnico agrícola para aprendizado de práticas exequíveis, máquina agrícola, técnica aliada à ciência, hierarquia e organização disciplinada dos trabalhos na lavoura. Todos esses elementos compõem a crítica fundada na razão positiva de Lobato.

Ao reclamar das características predadoras do desenvolvimento brasileiro, observa que, além do "progresso cigano", outros fatores contribuíram para a decadência da cafeicultura no Vale do Paraíba: a falta de um tratamento adequado e racional para o solo; a saída dos "homens fortes aptos para o trabalho" em busca de um lugar para exercerem sua atividade profissional.

Segundo ele, a fertilidade natural do solo pode levar ao desenvolvimento, mas esse fato não acontece, pois: "[...] mal a uberdade se esvai, pela reiterada sucção de uma seiva não recomposta, como no velho mundo, pelo adubo, o desenvolvimento da zona esmorece, foge dela o capital – e com ele os homens fortes aptos para o trabalho" (Lobato, 1995, p. 21).

Lobato trabalha a ideia da existência de um estado de coisas a superar na nação rural, mas ainda não há definida no horizonte qualquer novidade surpreendente.

Como se pode ver, há uma preocupação de certa forma modernizante, mas, ao mesmo tempo, um forte condicionamento social com ênfase na lógica da sociedade rural brasileira, nos primeiros anos da República, responsável pela decadência da cafeicultura no Vale do Paraíba. Por isso, ao terminar o texto *Cidades mortas,* Lobato elogia o café – o "Átila café", destruidor da uberdade do solo – em sua forma assumida no Oeste Paulista:

> Outras vezes o viajante lobriga ao longe, rente ao caminho, uma ave branca pousada no topo dum espeque. Aproxima-se devagar ao chouto rítmico do cavalo; a ave esquisita não dá sinais de vida: permanece imóvel. Chega-se inda mais, franze a testa, apura a vista. Não é ave, é um objeto de louça... /O progresso cigano,

> quando um dia levantou acampamento dali, rumo Oeste, esqueceu de levar consigo aquele isolador de fios telegráficos... E lá ficará ele, atestando mudamente uma grandeza morta, até que decorram os muitos decênios necessários para que a ruína consuma o rijo poste de "candeia" ao qual o amarraram um dia – *no tempo feliz que Ribeirão Preto era ali* [...] (Lobato, 1995, p. 24, grifos nossos).

A região rural do Vale do Paraíba é representada como o lugar do atraso, da falta de racionalidade nos trabalhos da lavoura, da ausência de curiosidade científica e da falta de interesse por técnicas modernas por parte dos fazendeiros do café e seus descendentes, estes considerados perdedores por esbanjarem as riquezas sem preocupação com investimentos na agricultura.

CONCLUSÃO

A ideia de Brasil rural, no pensamento de Monteiro Lobato, é formada a partir da contraposição entre rural e urbano. O rural se sobressai não apenas como agrário, embora também o seja, mas como um estilo de vida pautado no viver acanhado característico da aldeia, pacato, com falta de individualismo e individuação das "cidades mortas", onde predominam os velhos sons coloniais, na região do Vale do Paraíba, em relação ao estilo de vida urbano e próspero da cidade de São Paulo, transparecido nos sons dos autos pelas ruas, na dinâmica da vida de trabalho, nas "cornetas de bicicletas", nos "pregões de italianos", nos "ten-tens de sorveteiros". Nesse embate, Lobato critica o rural valparaibano, entendido por ele como letargia e modorra, e elogia o urbano como exemplo de moderno e próspero, o lugar das luzes e da civilização.

A característica de pensar de Monteiro Lobato é uma oscilação dialética entre tradição e modernidade, pois, como perspectiva de superação da decadência rural do Vale, Lobato aponta para a nascente região do Oeste do estado e a vislumbra, nesse momento, como a outra perspectiva possível para a civilização do café. Um novo lugar surgia e parecia ser a contrapartida por meio da fração viva da elite cafeicultora. Lobato elogia os fazendeiros empreendedores de tal obra de civilização e o surgimento de novos hábitos e lucros espantosos.

Em carta endereçada a Godofredo Rangel, no dia 18 de janeiro de 1907, cheio de sonhos, Monteiro Lobato se mostra fascinado com as novas possibilidades de consumo e de riquezas na nascente região cafeicultora do Oeste Paulista, o lugar, então, de novos "costumes, hábitos e ideias". Lobato elogia as grandes possibilidades advindas com a exploração agrária cafeeira, como, por exemplo, as cidades crescidas

da noite para o dia: São Carlos, Ribeirão Preto, Araraquara e Piracicaba. Lobato passeia de trem pela região e vê com bons olhos as atitudes empreendedoras dos fazendeiros investidores das terras do Oeste. A ideia criada por Lobato do rural despontado na nova região não é de toda apenas motivada pelo entusiasmo, pois, como observa o autor Sérgio Silva (1981), os fazendeiros da região Oeste são homens com características empreendedoras não apenas no setor agrário, mas também em diversos outros, como estradas de ferro, bancos, casas de exportação e a expansão do comércio para atender as novas demandas da exploração cafeeira. Eles tornar-se--iam participantes de cargos representativos da nação nos âmbitos estadual e federal.

Contudo, a felicidade vislumbrada por Lobato com as novas possibilidades de riqueza e prosperidade no Oeste também seria cigana, assim como o progresso das terras do Vale, fato ainda não percebido por ele no momento de sua escrita.

Essa singularidade da cafeicultura do Vale do Paraíba, vista como decadente, e sua migração para o Oeste do estado de São Paulo, vista como progressista, foram pensadas, e mais, foram buscadas por Monteiro Lobato como uma condição de experiência e de existência histórica nos primeiros anos da década de 1900.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Azevedo, Carmen Lúcia de; Camargos, Márcia; Sacchetta, Vladimir. *Monteiro Lobato*: furacão na Botocúndia. São Paulo: Editora Senac, 1997.

Bedê, Ana Luiza dos Reis. *Monteiro Lobato e a presença francesa em a barca de Gleyre*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.

Campos, André Luiz. *A república do picapau amarelo*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

Cavalheiro, Edgard. *Monteiro Lobato*: vida e obra. São Paulo: Editora Brasiliense, 1955.

Costa, Ângela Marques da; Schwarcz, Lilia Moritz. *1890-1914*: no tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Lobato, M. *Obras completas de Monteiro Lobato, 1ª série*, Literatura Geral. v. 11. São Paulo: Brasiliense, 1964.

_____. *Cidades mortas*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Miceli, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Prado, Paulo da Silva. *Paulística*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927.

Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Silva, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1981.

Viana, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1973.

Processos sociais, construções discursivas e "imagens de política pública" na construção da política de silvicultura no Rio Grande do Sul, 2004-2009*

Márcio Barcelos**

Resumo Este artigo analisa o processo de construção da política pública de silvicultura no estado do Rio Grande do Sul, no período entre 2004 e 2009, e tem como objetivo compreender o papel desempenhado por ideias, crenças e construções discursivas nos processos que originam as políticas públicas. Toma-se como ponto de partida analítico o pressuposto de que políticas públicas são, antes de tudo, processos sociais complexos, marcados por interações discursivas entre os atores que buscam influenciar a tomada de decisão. O artigo tem como base teórica modelos da sociologia e da análise de políticas públicas que destacam o papel de crenças, percepções, símbolos e ações coordenadas, além de como esses fatores impactam na construção de políticas públicas. Tomou-se como objeto empírico de estudo o caso da política de silvicultura porque se tratou de um exemplo crucial de construção de uma política a partir da disputa entre uma ampla variedade de atores que buscaram, das mais diversas formas, influenciar no processo. As conclusões apontaram para o fato de que coalizões formadas a partir de crenças compartilhadas conseguem influenciar de maneira importante no processo da política. Contudo, observou-se que a construção de determinadas percepções e símbolos em relação a uma questão de política pública e a maneira como é enquadrado o discurso tanto no âmbito da sociedade quanto em espaços institucionais determinados, como o

Recebido para publicação em 21/06/2012.
Aceito para publicação em 18/12/2012.

* Este artigo é oriundo de dissertação de mestrado defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Agradecimento especial aos professores Carlos Aurélio Pimenta de Faria e Marcelo Kunrath Silva, pela rigorosa avaliação por ocasião da banca de defesa, e pelas observações e sugestões feitas pelos pareceristas anônimos da *Revista Plural*.

** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Poder Judiciário, podem ter impactos ainda mais decisivos na construção da política pública.
Palavras-chave Políticas públicas; participação; processos sociais; silvicultura.

SOCIAL PROCESSES, DISCOURSIVE CONSTRUCTIONS AND "POLICY IMAGES" IN FORESTRY POLICYMAKING IN RIO GRANDE DO SUL, 2004-2009

Abstract *This paper analyzes the forestry policy process in the state of Rio Grande do Sul, in the period between the years 2004 and 2009. The main objective is to understand the role played by ideas, beliefs, and discursive constructions in the processes that give rise to public policy. It takes as analytical starting point the assumption that public policies are, above all, complex social processes, marked by discursive interactions between actors seeking to influence decision making. The article builds on theoretical models of sociology and public policy analysis that highlight the role of beliefs, perceptions, symbols and coordinated actions, and their impact on the construction of public policies. The case of forestry policy was a crucial example of building a policy from the dispute between a wide variety of actors who sought, in many different ways, influence the process. The findings pointed to the fact that coalitions formed from shared beliefs can influence the policy process. However, it was observed that the construction of symbols and perceptions related to a policy issue, and the framing of the policy discourse, both in civil society or institutional venues like the Judiciary Power, can have impacts even more crucial in the construction of public policy.*
Keywords *Public policies; participation; social processes; forestry.*

INTRODUÇÃO

Este trabalho, oriundo de dissertação de mestrado em sociologia, examina o processo de construção de uma política pública e, mais especificamente, investiga as dinâmicas complexas de relações envolvendo atores situados na esfera estatal e aqueles situados na esfera societal, enfatizando a escolhas e os "modos de agir" dos diferentes atores, quando se dispõem a tentar influenciar de maneira efetiva na construção de políticas públicas.

O pressuposto analítico básico do estudo afirma que políticas públicas são, antes de tudo, processos sociais, em que ideias, crenças, discursos e conhecimento técnico/especializado vislumbram papel fundamental. Portanto, para além de processos gerenciais e administrativos, em que atores agem por pressupostos de escolha

racional, considera-se que políticas públicas são construídas por discursos, linguagem e símbolos (Majone, 1989). Tal fenômeno é entendido como constituído a partir de compreensões que são socialmente construídas e interpretadas pelos atores que participam do jogo político.

Com base nos pressupostos descritos e no referencial teórico que será detalhado a seguir, examinou-se empiricamente a construção de uma política pública específica na área ambiental, no estado do Rio Grande do Sul. A política de silvicultura no Rio Grande do Sul foi construída a partir de embates e disputas envolvendo uma ampla variedade de atores, tanto na esfera estatal quanto societal, que desenvolveram as mais variadas estratégias na busca por influenciar nos rumos da política. Indo muito além da análise da tradicional disputa entre desenvolvimentistas *versus* ambientalistas, pretende-se aqui examinar a construção de percepções, discursos e compreensões que acabaram por influenciar na dinâmica do processo de construção da política pública.

As perguntas básicas que orientam o trabalho são as seguintes: qual o papel das ideias e do conhecimento nos processos que dão origem às políticas públicas? Como se processa a construção de determinadas percepções em torno de uma "questão" de política pública e qual o peso dessas percepções ao longo do processo de construção da política? De que maneira os participantes, em determinada área de política pública, jogam com imagens e símbolos, na tentativa de influenciar efetivamente a construção das políticas? Qual o papel do conhecimento técnico e especializado nesses processos? Essas perguntas estão interligadas no âmbito deste trabalho, uma vez que são oriundas de questionamentos relativos à dinâmica entre ampliação da participação da sociedade em processos de políticas públicas *versus* a exigência de especialização técnica para a busca por uma influência efetiva sobre esses processos. Tal fenômeno tem sido observado e destacado tanto na literatura internacional quanto na brasileira sobre políticas públicas (Jasanoff, 1994; Oliveira, 2009; Alonso; Maciel, 2010).

O foco analítico do trabalho se dirige aos atores e suas estratégias e é derivado de três pressupostos teóricos. O primeiro examina e analisa a construção de políticas públicas a partir de uma visão de processo, como um complexo de interações que se desenvolve ao longo de determinado período, envolvendo uma pluralidade de atores (Sabatier; Weible, 2007). O segundo afirma que processos de políticas públicas são definidos, majoritariamente, a partir das interações entre uma variedade de atores provenientes tanto da esfera estatal quanto da societal, sendo que os mais decisivos são aqueles que possuem alto grau de especialização na área em questão. Isso leva à formação de "subsistemas" especializados em cada área de política pública, no âmbito dos quais as políticas são construídas (True;

Jones; Baumgartner, 2007). Por fim, o terceiro pressuposto afirma que, além da dimensão institucional, sempre importante, valores, ideias, conhecimento e crenças dos envolvidos também devem ser considerados na análise de processos de políticas públicas (Faria, 2003).

Em relação ao objeto empírico da investigação, o processo de construção da política de silvicultura no Rio Grande do Sul foi analisado desde a fase da formação da agenda, em que se construíram a "questão" da silvicultura e a necessidade de ação governamental para tratar dessa questão, até a fase da tomada de decisão, quando se definiu o desenho final da política pública. Buscou-se estabelecer as relações entre o agir dos atores participantes, as interações entre si e o papel das regras formais e do contexto institucional no desenrolar dos eventos. A estratégia metodológica visou reconstituir a "cadeia de eventos" (Mayntz, 2004) por meio da qual se estruturou a decisão sobre a política pública. Como fonte de dados foram realizadas entrevistas em profundidade com atores-chave do processo, analisadas atas de reuniões do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema) e audiências públicas, relatórios produzidos pelos diversos atores envolvidos, além de notícias veiculadas em jornais e *blogs*. Buscou-se, assim, construir um panorama amplo do processo de tomada de decisão que deu origem à política. Esse conjunto de dados foi analisado com o auxílio do programa de análise de dados qualitativos Nvivo.

Dentre as várias áreas de política pública que se poderia analisar para buscar respostas às questões de pesquisa, escolheu-se a ambiental, por uma série de fatores. Em primeiro lugar, por tratar-se de uma área em que o conflito sempre latente e muitas vezes explícito do "desenvolvimento econômico" *versus* "a preservação ambiental" faz com que atores das mais variadas procedências se articulem, planejem estratégias e desenvolvam ações coordenadas no sentido de influenciar nos processos que dão origem às políticas públicas do setor. Em segundo lugar, por ser uma área em que são gestadas e produzidas políticas de caráter regulatório[1], onde é possível observar com clareza os movimentos e as tomadas de posição dos envolvidos, bem como verificar os impactos de suas ações sobre os desenhos das políticas. O terceiro fator é decorrente dos dois primeiros: dadas tais condições, analisar políticas públicas da área ambiental acaba se configurando como um bom exemplo para o exame das dinâmicas de interação entre Estado e sociedade, na

1 De acordo com a tipologia clássica de Lowi (1972), que distingue entre quatro "tipos" de políticas públicas: regulatórias, distributivas, redistributivas e constitutivas. Políticas regulatórias, como as da área ambiental, são aquelas que têm como objetivo disciplinar aspectos da atividade social. Gomide (2008, p. 18) afirma que "políticas regulatórias envolvem redistribuição de custos, escolhas entre quem será favorecido e quem será desfavorecido, portanto, conflito".

produção de políticas públicas no Brasil dos anos 2000. Outro fator importante foi a dimensão da especialização técnica e do papel decisivo desempenhado por atores com alto grau de *expertise* na construção das políticas, em que pese o poder da lógica "externa" à área, principalmente a "força da dinâmica eleitoral-partidária" (Oliveira, 2008a; 2008b). Por fim, não se pode deixar de destacar o alto grau de envolvimento e busca por influência nas políticas públicas por parte das ONGs que atuam na área ambiental. Essas entidades assumem uma forma muito próxima daquelas que a literatura tem definido como "organizações de *advocacy*" (Andrews; Edwards, 2004), ou seja, atores coletivos que buscam, mediante ações coordenadas, alcançar objetivos e resultados práticos na definição das agendas de políticas públicas ou nos desenvolvimentos posteriores, que definem essas políticas.

O processo em questão se refere a uma política de caráter regulatório destinada a criar um regramento para a atividade de plantio de espécies exóticas de árvores, principalmente eucalipto, na região conhecida como Metade Sul do Rio Grande do Sul. Essa região, traçada a partir de uma linha imaginária que corta o estado ao meio, no sentido leste-oeste, compreende a área onde se assenta um conjunto de ecossistemas definidos como Bioma Pampa[2] ou simplesmente "o pampa gaúcho". A disputa maior no processo da política ocorreu em torno da elaboração do principal instrumento regulador desta, o Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura (ZAS), o qual define as restrições e as possibilidades de expansão para determinada atividade industrial com potenciais riscos de agressão ao ambiente natural.

A política de silvicultura no Rio Grande do Sul foi produzida a partir de uma disputa extremamente complexa envolvendo uma diversidade de atores – governo do Estado, indústrias papeleiras (nacionais e multinacionais), entidades da sociedade civil gaúcha (ONGs ambientalistas, associações de empresários, sindicatos, etc.), especialistas (professores universitários e pesquisadores), membros do Judiciário, jornalistas, entre outros, que desenvolveram as mais variadas estratégias de ação no sentido de influenciar o "desenho" final da política.

As ONGs que atuam na área ambiental foram de participação decisiva ao longo do desenvolvimento da política, contribuindo de forma categórica para que a política de silvicultura do Rio Grande do Sul tivesse a forma que acabou tomando no desenrolar do processo.

---

2 O estado do Rio Grande do Sul possui dois grandes biomas: pampa e mata atlântica. Para maiores informações, consultar o mapa de biomas do Brasil, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=169>.

ABORDAGEM TEÓRICA

As análises sobre políticas públicas e participação no Brasil, ao longo dos anos 90 e início dos anos 2000, foram marcadas por um amplo predomínio de uma literatura que destacou as "virtudes" da sociedade civil contra o "Estado dominado pelos interesses", conforme destaca Lavalle (2003). Contudo, ao longo dos anos 2000, uma série de análises (Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006; Silva, 2007; Côrtes, 2005; Côrtes et al., 2009) chamou a atenção para o fato de que perspectivas que partam de pressupostos que se aproximem da ideia de uma "sociedade civil virtuosa", em oposição a um "Estado dominado por interesses", não dão conta dos processos interativos que envolvem a definição das agendas e os processos de construção de políticas públicas. Essas análises apontam para a importância de abordagens que busquem dar conta das relações estabelecidas entre atores estatais e societais, bem como das interações, redes e coalizões que "atravessam" as tradicionais fronteiras entre Estado e sociedade:

> Vários atores societais muito influentes não se encontram localizados apenas no Estado ou apenas na sociedade civil. Eles transitam com muita freqüência entre estes espaços e estabelecem relações de acordo com crenças, idéias e interesses compartilhados (Côrtes, 2005, p. 152).

No Brasil, um conjunto importante de estudos sobre políticas públicas e participação na área ambiental tem buscado avançar em relação a uma visão que "separa" o Estado da sociedade. A partir das abordagens da Teoria da Mobilização de Recursos e da Teoria do Processo Político, houve auxílio no exame de importantes questões ligadas à relação entre Estado e sociedade na produção de políticas ambientais no país (Alonso; Costa, 2002; Alonso; Costa; Maciel, 2007; Oliveira, 2007; 2008a; 2008b; 2009). A Teoria da Mobilização de Recursos enfatiza os "dilemas estratégicos" relativos às dinâmicas e às táticas levadas a cabo pelos movimentos sociais, na tentativa de influenciar determinados processos sociais (por exemplo, processos de políticas públicas).

Considera-se, nessa perspectiva, a dimensão dos custos e das recompensas e sua importância para o envolvimento dos atores nos movimentos sociais. Custos e recompensas, por sua vez, são afetados pela dimensão institucional, ou seja, pelo ambiente no qual os atores interagem (McCarthy; Zald, 1977, p. 1213 e 1216). Um dos principais pressupostos desse enfoque analítico é que, sem a habilidade

de mobilizar recursos, um grupo (ou movimento) terá poucas chances de obter sucesso em seus pleitos.

Já a perspectiva do "processo político" enfatiza as "políticas de contestação" (*contentious politics*), que envolvem diferentes formas e combinações de ações coletivas levadas a cabo por atores que, compartilhando identidades e objetivos, agem de forma coordenada, no sentido de alcançar esses objetivos. As políticas de contestação, sejam na forma de "performances", seja na de "repertórios" contestatórios, são profundamente influenciadas pelo contexto de cada momento, noção que os autores sintetizam no conceito de "estrutura de oportunidades políticas" (Tilly; Tarrow, 2006, p. 9 e 11). A ideia de ação coordenada é central nessa abordagem, uma vez que, no que tange à mobilização e à influência sobre processos sociais, sua ênfase não recai na dimensão da participação, mas sim na dimensão sócio-organizacional de coordenar grupos de pessoas que são dispersas, autônomas e não organizadas (Casey, 1998, p. 39).

Portanto, centrais na perspectiva sociológica são questões de organização e ação coordenada de atores que compartilham crenças, valores e visões de mundo. Estratégias seriam, assim, consequência das interações entre fatores ambientais (contexto) e características dos atores envolvidos. Domingues afirma que essas correntes teóricas desafiam o argumento clássico de Olson (e das abordagens de escolha racional), segundo o qual a mobilização social (em organizações) encerra um problema de "ação coletiva", em razão de desincentivos individuais, como o problema do carona (*free rider*), entre outros. Na avaliação de Domingues, Tarrow e outros autores dessa linha teórica demonstram que o problema é, antes, social do que individual. Movimentos seriam produzidos quando

> [...] as oportunidades políticas se ampliam, quando elas demonstram a existência de aliados e quando revelam a vulnerabilidade dos "oponentes". Assim, seus organizadores tornam-se "pontos focais" que transformam oportunidades externas, convenções e recursos em "movimentos", na medida também que "repertórios de contestação", "redes sociais" e "quadros culturais" diminuem os custos de juntar as pessoas (Domingues, 2003, p. 475).

No Brasil, os referenciais analíticos destacados têm sido utilizados em pesquisas e trabalhos recentes que examinam as ações do movimento ambientalista brasileiro em sua busca por influenciar a formulação e a implementação das políticas públicas do setor. Essa literatura tem chamado a atenção para as dinâmicas de mobilização, o engajamento político e a importância do contexto

institucional (estrutura de oportunidades políticas) que teria influenciado tanto na mudança do perfil dos atores que integram a rede de ativismo ambiental quanto na transformação dos padrões de organização do movimento, a partir da década de 1980 (Alonso; Costa, 2002; Alonso; Costa; Maciel, 2007; Oliveira, 2008a; 2008b).

As perspectivas da análise de políticas públicas, principalmente aquelas focadas em seu processo, dialogam diretamente com as abordagens sociológicas discutidas. Sabatier (1988) e Sabatier e Jenkins-Smith (1993) desenvolveram o Modelo das Coalizões de Defesa (*Advocacy Coalition Framework* – ACF), buscando explicar conflitos intensos envolvendo áreas e assuntos complexos em torno de políticas públicas, especialmente aquelas de caráter regulatório[3]. Esse modelo enfatiza a organização e a ação coordenada de atores que compartilham crenças e valores. Além disso, presume que as áreas de política pública são compostas por "subsistemas" (*policy subsystems*), no interior dos quais as políticas são "gestadas", a partir da negociação entre uma diversidade de atores dotados de algum tipo de especialização na área em que atuam. Para fins de análise, o ACF "agrega" esses atores em torno do conceito central de "coalizão de defesa" (*advocacy coalition*). Tais coalizões são construídas a partir de crenças (*policy beliefs*) compartilhadas pelos atores envolvidos, que desenvolvem ações coordenadas em busca de influenciar nos processos decisórios (Weible, 2005; Sabatier; Weible, 2007).

O Modelo das Coalizões de Defesa considera que os atores, em determinada área ou processo de política pública, buscam aliados que compartilhem os mesmos sistemas de crenças e valores sobre as políticas públicas. A coalizão, entendida como uma rede de atores posicionados tanto na esfera estatal quanto na societal, age de maneira coordenada, ao longo do tempo, buscando influenciar nos processos das políticas. Ela pode ser compreendida também como uma rede que "atravessa" as fronteiras tradicionais entre Estado e sociedade. Essa perspectiva e seu sucesso em explicar processos extremamente complexos têm levado alguns autores a afirmar a necessidade de novas posturas teóricas e metodológicas:

> Boa parte do debate sobre relações Estado-sociedade é baseada em uma "linha divisória" separando o Estado da sociedade. Contudo, talvez a "linha divisória" que seja mais relevante, e mais útil analiticamente, seja aquela entre diferentes redes, ou coalizões, que são compostas por atores tanto do Estado quanto da sociedade (Princen, 2007, p. 17).

3 As pesquisas dos autores do modelo ocorrem principalmente na área ambiental, embora o uso do ACF tenha se expandido para uma diversidade de outras áreas, como segurança nuclear, transportes, saúde pública, educação, esportes, entre outras (Sabatier; Weible, 2007).

O Modelo das Coalizões de Defesa considera, portanto, as mudanças nas políticas públicas ou os processos de formulação e implementação sendo influenciados pela competição entre coalizões formadas por atores que compartilham determinadas crenças sobre quais devem ser os resultados da política.

Trata-se, portanto, de um modelo analítico que confere grande importância aos aspectos comportamentais que conformam as interações entre os atores participantes de um dado subsistema de política pública. O mecanismo básico considerado como a "causa" (*causal driver*) por trás dos comportamentos é o de "crença" (*belief*). Tal noção é construída a partir de três níveis. No mais profundo estão as "crenças essenciais" (*deep core beliefs*), que envolvem suposições ontológicas e normativas constituídas ao longo do processo de socialização dos indivíduos. Nesse nível estão suposições em relação à natureza humana, às prioridades a valores fundamentais como liberdade e igualdade, ao papel dos governos *versus* o dos mercados, etc. A "tradicional escala" esquerda/direita opera no grau das crenças essenciais (Sabatier; Weible, 2007, p. 194). No nível seguinte estão as "crenças em relação à política pública" (*policy beliefs*), ou seja, a "transposição" das crenças essenciais (*deep core beliefs*) para o desenho das políticas. Referem-se a preferências em relação a "como devem ser" as políticas públicas (autoridade do governo ou presença do mercado, causas dos problemas, possíveis soluções, etc.). Por fim, no nível mais superficial operam as "crenças secundárias" (*secondary beliefs*), que se referem a questões mais específicas e pontuais em relação à política pública. As *policy beliefs* são as mais importantes para a identificação de coalizões de defesa. São a "cola" que mantém os atores articulados entre si e os impulsiona ao desenvolvimento de ações coordenadas (Zafonte; Sabatier, 2004; Witting, 2009).

Finalmente, outro conceito central para entender dinâmicas de construção de políticas públicas, especialmente aquelas marcadas por um contexto de disputa entre posições e ideias distintas, é o de "imagem da política" (*policy image*). Desenvolvido por Baumgartner e Jones (1991; 2009) no âmbito da Teoria do Equilíbrio Pontuado, esse conceito dialoga diretamente tanto com as abordagens sociológicas quanto com o Modelo das Coalizões de Defesa. Refere-se à construção de símbolos e percepções em relação à determinada questão de política pública. Tais percepções e símbolos, construídos por atores envolvidos no processo de política pública, são sintetizados na forma de "imagens da política pública" e irradiados para a sociedade de uma forma mais ampla. A partir da construção de determinada percepção em relação ao que deva ser a política pública e de seu estabelecimento como visão predominante, é possível que se consiga apoio e recursos para que o desenho da política pública esteja de acordo com tal percepção.

A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE SILVICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL: CONSTRUÇÃO DA "QUESTÃO", ENTRADA NA AGENDA E O PROCESSO DA POLÍTICA

Na pesquisa documental realizada, a primeira referência à ação governamental, no sentido de fomentar a atividade de silvicultura no Rio Grande do Sul, é o Decreto n. 43.493, de 10 de dezembro de 2004. Esse decreto foi estabelecido, para fins de recorte da pesquisa, como um ponto de partida empírico, uma vez que é o documento que traz a decisão de governo em que se define pelo fomento governamental a uma atividade econômica e são nomeados os principais atores envolvidos no processo. Esse decreto cria um espaço institucional de gestão destinado a desenvolver uma nova base produtiva na chamada "Metade Sul" do estado, visando atacar a estagnação econômica historicamente vivida pela região[4]. Tratava-se do Comitê Gestor do Arranjo Produtivo de Base Florestal do Rio Grande do Sul, ou, como ficou posteriormente conhecido, o APB Florestal.

Essa "luta pelo desenvolvimento econômico" ocorreria principalmente a partir do investimento e do incentivo à expansão da atividade de silvicultura, aproveitando um momento em que grandes multinacionais da área de celulose planejavam implantar megaprojetos de plantio de eucalipto, com vistas à produção de celulose para fabricação de papel. O governo do estado iria se tornar um "parceiro" dessas empresas e apoiar seus projetos na forma de fomento e implantação de infraestrutura adequada para a exploração da silvicultura na região. Três eram as empresas com projetos de plantio de eucalipto no pampa gaúcho: Aracruz Celulose, Votorantim Celulose e a gigante multinacional sueco-finlandesa Stora-Enso[5]. Paralelamente a esse apoio aos grandes empreendimentos, também foram destinadas linhas de financiamento a pequenas e médias empresas que desejassem investir na plantação de florestas de eucalipto, pinus e acácia (Sedai, 2004).

Dentre os principais objetivos do comitê gestor criado pelo Decreto n. 43.493, estava "a integração e a interação sinérgicas dos agentes públicos e privados vinculados às cadeias produtivas de base florestal no estado do Rio Grande do Sul" (Sedai, 2004). Foi instituído no âmbito de um programa de exportação desenvolvido pela Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (Sedai)

4 O Rio Grande do Sul é marcado pelo que Schneider e Fialho (2000) definem como "desequilíbrio regional entre a metade sul e a metade norte". A primeira tem enfrentado, historicamente, o problema da estagnação econômica.

5 Considerada a empresa de capital aberto mais antiga do mundo. Suas origens, nas atividades de mineração, extração e beneficiamento de madeira, remontam ao ano de 1288. Desde então, tem operado ininterruptamente, conforme consta no endereço eletrônico da empresa: <http://www.storaenso.com/about-us/history/Pages/stora-enso-oyj-new.aspx>.

(programa Exporta-RS) e coordenado pela Caixa/RS, órgão de fomento vinculado a essa secretaria. A operacionalização desse espaço de gestão ocorreu por meio da integração de diversos atores tanto governamentais quanto de fora do governo.

Um ponto central do documento é o que afirma a necessidade de haver articulação entre atores governamentais e da iniciativa privada. Essa articulação deveria promover

> [...] uma atuação voltada ao aprimoramento, ampliação, fortalecimento e ganhos de competitividade da cadeia produtiva de base florestal, com ênfase para os segmentos de papel e celulose, móveis, energia, compensados e aglomerados (Sedai, 2004).

Parte da destinação de recursos seria viabilizada por meio do Programa de Financiamento Florestal Gaúcho (Proflora/Caixa/RS), pelo qual deveriam ser canalizados recursos do BNDES para incentivar o plantio de florestas destinadas a garantir o abastecimento de matéria-prima para a indústria de transformação de madeira do Rio Grande do Sul. Todo esse complexo, voltado para a constituição de uma nova cadeia produtiva, seria coordenado pelo APB Florestal, cujos integrantes são dispostos no Quadro 1.

A partir do estabelecimento do APB Florestal, formou-se uma poderosa coalizão que agiu no sentido de estabelecer a cadeia produtiva de base florestal como a grande possibilidade de dinamizar a economia da Metade Sul do estado, atraindo grandes investimentos e "contribuindo, assim, para diminuir as desigualdades regionais e sociais" (Sedai, 2004). Esse grupo, congregando atores tanto de dentro do aparato estatal quanto do âmbito societal, constituiu um acabado exemplo de coalizão de defesa, no sentido do *Advocacy Coalition Framework*. Os dois indicadores básicos para identificar uma coalizão de defesa (Sabatier; Weible, 2007) estiveram presentes: em primeiro lugar, a articulação entre uma variedade de atores que compartilhavam crenças em comum relativas à noção de desenvolvimento econômico como uma necessidade urgente da Metade Sul do estado e, em segundo lugar, a ação em conjunto e o desenvolvimento de ações coordenadas no sentido de transpor essas crenças para o desenho da política. Essa coalizão formada a partir do APB Florestal será aqui definida como "Coalizão Pró-Expansão da Silvicultura".

A estratégia principal da coalizão foi o investimento em uma ideia da silvicultura e dos grandes investimentos das empresas de celulose, como a "alavanca para o progresso" da Metade Sul. Essa percepção acabou por constituir uma "imagem

Quadro 1. Composição do arranjo produtivo de base florestal (APB Florestal).

Órgãos governamentais	Entidades não governamentais
Gabinete do Governador; Secretaria do Desenvolvimento e Assuntos Internacionais; Secretaria da Agricultura e Abastecimento; Secretaria do Meio Ambiente; Secretaria da Fazenda; Secretaria do Planejamento; Secretaria da Ciência e Tecnologia; Caixa/RS; Gabinete da Reforma Agrária e Cooperativismo; Federação dos Municípios (Famurs).	Federação dos Agricultores do Rio Grande do Sul (Farsul); Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs); Federação do Comércio (Fecomércio); Federação das Associações Comerciais (Federasul); Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag); Federação das Cooperativas Agropecuárias (Fecoagro); Associação dos Fumicultores do Brasil (Afulbra); Associação Gaúcha de Reflorestadores (Ageflor); Sebrae/RS; Sindicato das Indústrias de Madeira (Sindimadeira); Sindicato das Indústrias de Papel e Papelão (Sinpasul); Associação dos Fabricantes de Móveis do RS (Movergs)

Fonte: Rio Grande do Sul (2004), Decreto n. 43.493.

da política" em relação à silvicultura que se mostrou extremamente poderosa na sociedade gaúcha. A ação da coalizão se efetivava nos mais diversos espaços onde fosse possível destacar e divulgar as bases dessa imagem essencialmente positiva. Além disso, congregava aliados de fora do APB Florestal, principalmente na Assembleia Legislativa, com diversos deputados formando uma espécie de "bancada da celulose". Nesse espaço, assim como em reuniões do Consema e plenárias municipais, é possível perceber com clareza tanto as crenças a orientar a coalizão como a *policy image* construída. O excerto a seguir transcreve parte de uma intervenção do deputado estadual Sandro Boka, do PMDB, em uma sessão plenária realizada em 2007:

> A Região da Metade Sul do estado está cansada de acompanhar o anúncio de investimentos, de perceber o interesse dos empresários em investir e depois ver os problemas ambientais, entraves e demoras, afugentando os empresários. Só na minha cidade são 20 mil desempregados. Agora, podem ser mais 400 pessoas

> a ficarem desempregadas, e nada pior do que olhar no semblante de quem está prestes a perder seu emprego (Assembleia Legislativa Rio Grande do Sul, 2007) .

A fala do deputado vai ao encontro do excerto a seguir, parte da intervenção do presidente da Caixa/RS, em uma reunião do Consema em 2005, quando foi destacada a intenção do Governo do Estado de apoiar o desenvolvimento de um polo madeireiro na região da Metade Sul do Rio Grande do Sul:

> Assim se enquadra o envolvimento da Caixa/RS com esse esforço de desenvolvimento, não apenas da celulose, do papel, da madeira, mas de toda uma cadeia produtiva de base florestal que se apresenta para o Rio Grande do Sul como uma das raras oportunidades de reestruturação econômica, conseqüentemente, de reivindicação social, especialmente nas regiões mais empobrecidas do nosso Estado (Consema, 2005).

As citações são a expressão das *policy beliefs* ou crenças em relação à política pública que mantinham a Coalizão Pró-Expansão da Silvicultura articulada. Essas crenças compartilhadas entre os diversos atores participantes do APB Florestal orientavam suas ações estratégicas e estavam por trás dos interesses imediatos dos atores, "construindo seus interesses" (John, 2003). Tais crenças em relação a como deveria se estruturar a política de silvicultura também deram a direção para a construção de uma "imagem de política pública" (*policy image*) que destacava a silvicultura como "a salvação econômica da região da Metade Sul do Rio Grande do Sul". Imagens de política pública são construídas a partir de discursos, símbolos e percepções da realidade e buscam afetar corações e mentes. Nesse sentido, é de se destacar o forte componente dramático presente no discurso do deputado estadual, que dá forte ênfase ao sofrimento e ao medo dos que estão "prestes a perder seu emprego". True, Jones e Baumgartner (2007, p. 161) chamam a atenção para o fato de que a imagem de uma política pública apresenta "uma mistura de informações empíricas e apelos emotivos". Esses "apelos emotivos", se manipulados de maneira competente por empreendedores habilidosos, terão considerável impacto sobre os rumos de processos de políticas públicas.

Esse tipo de construção discursiva teve grande impacto nos municípios da chamada "Metade Sul" do Rio Grande do Sul, uma vez que essa região tem sido caracterizada historicamente pelo baixo nível de desenvolvimento econômico e social (Binkowski, 2009). Ao longo do século XX, construiu-se, no Rio Grande do Sul, uma divisão, uma Metade Norte industrializada e economicamente desenvolvida,

e uma Metade Sul marcada pela concentração de terras e pouco desenvolvimento econômico. A situação de estagnação econômica da região, em comparação com a Metade Norte do estado, tem sido analisada desde a década de 1980 (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grand do Sul, 2003; Dalmazo, 1992; Fonseca, 1985; Freitas, 1980). Uma ordem social fundada em um "latifúndio de pouco empreendedorismo, uma economia centrada no setor primário e grande conservadorismo dos capitalistas da região" (Ilha; Alves, 2002, p. 01) tem sido apontada como um dos principais fatores a explicar a dificuldade enfrentada pela região para alcançar o desenvolvimento econômico. A região do pampa gaúcho se diferencia da Metade Norte do estado, onde predomina a pequena propriedade rural e a indústria de transformação, em que o maior exemplo são os municípios em torno do polo metal-mecânico de Caxias do Sul. Construiu-se, a partir de estudos e análises tanto acadêmicos quanto jornalísticos e de entidades do setor privado gaúcho, a ideia de que a Metade Sul não conseguiria se desenvolver economicamente a partir de transformações endógenas, mas sim a partir de investimentos externos que impulsionassem a criação de novas cadeias produtivas.

A ideia de que o principal impulso ao desenvolvimento teria que "vir de fora" ainda ganhou muita força ao longo da administração Antônio Britto (PMDB), entre 1994 e 1998. Schmidt e Herrlein (2002, p. 272) destacam que esse governo, a partir de um diagnóstico negativo da economia gaúcha, desenvolveu a forte crença de que "conglomerados internacionais, com tecnologia de ponta (GM, Ford, Dell, etc.), poderiam modificar e preencher os vazios da matriz produtiva do estado". Sendo assim, construiu-se, ao longo de pelo menos duas décadas, uma percepção positiva em relação a grandes investimentos levados a cabo por empresas nacionais e internacionais. Tais investimentos seriam os "motores" da inovação e do desenvolvimento econômico. Tal contexto é de fundamental importância para se compreender o acolhimento das ideias e estratégias gestadas dentro do APB Florestal, com vistas a impulsionar a criação de um grande *cluster* industrial na Metade Sul, a partir dos investimentos de grandes indústrias como Aracruz, Votorantim e a gigante multinacional Stora-Enso.

A aglutinação de uma ampla gama de atores reunidos em torno da percepção de que a Metade Sul não se desenvolveria "por si só" acabou por encontrar eco na sociedade gaúcha, especialmente nos municípios que poderiam vir a receber os milionários investimentos das indústrias de celulose. E o governo do estado deveria agir, formulando políticas públicas favoráveis e que atraíssem esses investimentos. O APB Florestal se constituiu, portanto, como o resultado de uma forte articulação entre uma diversidade de atores que compartilhavam determinadas concepções,

policy beliefs, comuns em relação a como "resolver" os problemas enfrentados nos municípios da Metade Sul do Estado. A "questão" da silvicultura foi desenvolvida e apresentada como uma "solução" adequada a um "problema" que historicamente afetava a região do pampa gaúcho. A partir daí é construída uma "imagem" em relação ao que deveria ser a política pública de silvicultura: uma indutora do desenvolvimento econômico. A partir dessas bases, o processo da política pública foi ganhando em complexidade, à medida que novos atores passaram a buscar participar e influenciar no jogo político.

A DINÂMICA DO CONFLITO POLÍTICO: SOBRE "CRENÇAS" E "IMAGENS" DE POLÍTICA PÚBLICA

A partir de meados de 2005, a "imagem da política" constituída no APB Florestal começou a ganhar uma "concorrente". Isso ocorreu no momento em que atores com visões distintas daquelas que orientavam a Coalizão Pró-Expansão da Silvicultura na Metade Sul passaram a se inserir e buscar influenciar no processo da política. Esse grupo não chegou a formar uma coalizão de defesa nos termos estritos do *Advocacy Coalition Framework*. Havia crenças profundas (*deep core beliefs*) e crenças sobre a política (*policy beliefs*) compartilhadas entre os diversos atores que compunham esse grupo. A ideia mais básica era a que destacava a primazia da preservação da biodiversidade sobre o desenvolvimento econômico. Essa "crença" se traduzia na política pública na forma da demanda pela criação de um instrumento de controle da expansão da silvicultura no Pampa Gaúcho, visando preservar suas características ambientais. Porém, e isso é essencial, não se verificaram evidências fortes de ação coordenada envolvendo todos os principais atores desse grupo, constituído por ONGs ambientalistas, membros do Ministério Público Estadual, funcionários do governo do estado (principalmente técnicos da Fepam e FZB[6]), pesquisadores, jornalistas, movimentos sociais como MST e Via Campesina, entre outros.

Diferentemente da Coalizão Pró-Expansão da Silvicultura, que agia de maneira coesa e articulada, esse "agrupamento" de atores que defendiam regras mais restritivas para a silvicultura, embora aliados, não chegou a constituir um espaço que os congregasse, visando ao planejamento de estratégias e ações coordenadas. Não se verificou algo que se comparasse com o APB Florestal, tanto em termos de um

6 Respectivamente, Fundação Estadual de Proteção Ambiental e Fundação Zoobotânica, que integram a estrutura da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema).

espaço para o desenvolvimento de estratégias quanto em termos de ação conjunta e articulada. Contudo, mesmo não formando uma coalizão de defesa fechada e coesa, esse conjunto de atores se constituiu como um jogador poderoso, que influenciou de forma decisiva na disputa sobre os rumos da política de silvicultura.

Esse grupo conseguiu, primeiramente, incluir a noção de "licenciamento ambiental" como um componente da política, o que não constava em todo o planejamento desenvolvido no APB Florestal. Como passo seguinte, teve sucesso em destacar os aspectos negativos da expansão da silvicultura. Assim, foi possível a constituição de uma imagem da política alternativa e concorrente àquela concebida pela Coalizão Pró-Expansão da Silvicultura. Na base dessa nova imagem constava um elemento jurídico que até então não havia sido destacado no processo da política: o Princípio da Precaução[7], ou seja, a noção de que a política de silvicultura deveria ser orientada pela cautela e pela prudência em relação a possíveis danos que poderiam ser causados pela propagação do eucalipto no pampa gaúcho. Assim, antes de ser um incentivo à produção e ao desenvolvimento econômico (ainda que "sustentável"), a política de silvicultura deveria fornecer um instrumento de defesa da biodiversidade, dos recursos hídricos e de outros aspectos ambientais relativos ao bioma pampa. A política de silvicultura deveria ser um instrumento de proteção do bioma pampa em face dos riscos potenciais apresentados pela expansão de uma atividade industrial de larga escala. A disputa entre atores que defendiam imagens concorrentes do que deveria ser a política de silvicultura orientou os desdobramentos do processo.

O enfoque recorrente da mídia no tema dos investimentos das empresas teria acendido a "luz amarela" das ONGs ambientalistas (Entrevista 2), que começaram a buscar informações sobre o assunto. Um entrevistado, ligado a uma ONG ambientalista com atuação no interior do estado, chama a atenção para o fato de já existir uma "imagem da política pública" plenamente constituída no momento em que as notícias passaram a ser veiculadas nos principais órgãos de mídia:

> Quando percebemos o que de fato acontecia, a coisa toda já estava montada: tínhamos, como fala um professor da Ufpel, um doce paraíso paisagístico-desen-

7 O Princípio da Precaução, proposto formalmente na conferência Rio-92, é definido como "a garantia contra os riscos potenciais ao meio ambiente que, de acordo com o estado atual do conhecimento, não podem ser ainda identificados". Por esse princípio, afirma-se que, na ausência da certeza científica formal, a existência de um risco de dano sério ou irreversível requer a implementação de medidas que possam evitar esse dano, mesmo que não se saiba ao certo se ele ocorrerá (ausência de evidência não é evidência de ausência). Para maiores esclarecimentos, consultar Machado (2001).

> volvimentista prometido a nós, da Metade Sul, era só seguirmos o caminho indicado por três empresas: Aracruz, Stora-Enso e VCP (Entrevista 3, ONG ambientalista).

A dificuldade em debater a política de apoio à silvicultura ocorria, em um primeiro momento, em função do poderoso apelo da ideia de "desenvolvimento para a Metade Sul", que já estava embutida na concepção do que deveriam ser os resultados dessa política. Esse apelo era manipulado com competência pelos defensores da expansão da monocultura do eucalipto e, a partir dessa época, a discussão foi se tornando cada vez mais intensa:

> Os grandes patronos do monocultivo apresentavam-se como os defensores do progresso, rebaixando os que se contrapunham como os "contrários ao desenvolvimento e ao progresso da Metade Sul". Tudo isso com o óbvio e amplo apoio da imprensa "comercial" (Entrevista 5, pesquisador).

Assim, ao longo do ano de 2006, os principais competidores do jogo que daria origem a uma política de silvicultura estavam posicionados. No âmago da disputa, havia crenças profundas operacionalizadas em *policy beliefs* em relação ao tipo de regramento que deveria ser construído para tratar da questão da expansão da silvicultura na Metade Sul do estado. Também nesse momento havia se constituído uma *policy image* concorrente, ainda não tão poderosa quanto a dominante, mas com potencial para influenciar nas circunstâncias em que ocorriam os debates sobre a política pública. Era poderosa o suficiente para inserir novos termos como legítimos no debate: Princípio da Precaução, preservação da biodiversidade do pampa gaúcho, atenção a aspectos culturais e tradicionais da região e preocupação com a possibilidade de esgotar os mananciais hídricos em uma região já pobre desse tipo de recurso. O conflito entre os atores posicionados de acordo com uma e outra *policy image*, nesse momento, era iminente.

A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA: IMAGENS, CRENÇAS E ESTRATÉGIAS DOS ATORES

A Coalizão Pró-Expansão da Silvicultura havia se fortalecido muito. Deputados, vereadores, prefeitos, associações de empresários e sindicatos rurais,

principalmente das cidades que seriam, de alguma forma, contempladas pelos investimentos, "engrossaram as fileiras"[8] daquele grupo inicial, ao longo do ano de 2007 e início de 2008. As audiências públicas, na forma como foram conduzidas, impuseram novamente a *policy image* que estava ameaçada a partir da ação das ONGs ambientalistas e da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público Estadual. Conforme excerto de artigo do deputado Berfran Rosado, coordenador da Frente Parlamentar Pró-Florestamento:

> Nosso debate sobre a silvicultura e seus reflexos ambientais, econômicos e sociais não está baseado em mitos, discursos e atos ideológicos. Baseia-se na verdade sobre o que representará o florestamento para a economia do Estado, especialmente, através dos empreendimentos na Metade Sul, região castigada pela falta de grandes investimentos (Rosado, 2007, p. 1).

O ano de 2008 representou, no âmbito do complexo jogo de forças envolvendo o processo da política pública, a vitória da Coalizão Pró-Expansão da Silvicultura, ou seja, a vitória de um grupo de atores estatais e societais que compartilhavam de um conjunto de crenças, ideias e interesses comuns e que tinham agido de forma estratégica e articulada. Essa articulação possibilitou a construção de uma "imagem da política" amplamente favorável à expansão da atividade de silvicultura na Metade Sul do estado, com base na ideia de "desenvolvimento econômico para a Metade Sul". Essa imagem sofreu a concorrência de uma *policy image* alternativa, que destacava os riscos que a silvicultura representava ao bioma pampa e a necessidade de regramentos que minimizassem esses riscos. Porém, ao longo de 2007, a coalizão pró-silvicultura manipulou com muita competência a ideia de "desenvolvimento para a Metade Sul", dotando-a de um apelo extremamente poderoso, principalmente naqueles municípios que seriam, em tese, favorecidos pelos investimentos. As audiências públicas nos municípios reforçavam a "janela de oportunidades" que se abria para a construção de uma política amplamente favorável à atividade de silvicultura.

Assim, foi aprovada no Consema, em abril de 2008, uma política de silvicultura bastante favorável à expansão da atividade de silvicultura no Rio Grande do Sul. Uma primeira versão do Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS), elaborada em 2007 por técnicos da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), foi descartada, sob o argumento de quer seria um "entrave ao desenvolvimento da Metade

8 Utiliza-se aqui a terminologia do Modelo das Coalizões de Defesa, segundo o qual "tropas mobilizadas" constituem um dos principais recursos que tornam possível a uma coalizão influenciar, de fato, em um processo de política pública (Sabatier; Weible, 2007, p. 207).

Sul." A aprovação dessa versão favorável à expansão da silvicultura ocorreu em uma reunião do Consema, quando participaram políticos de municípios da Metade Sul, membros de entidades ligadas ao setor produtivo, caravanas financiadas por empresas, entre outros participantes "de fora" do debate da área ambiental. A fala de um vereador de um município da região da Metade Sul expressa essa dinâmica:

> a sociedade gaúcha já se pronunciou sobre o zoneamento da silvicultura no Rio Grande do Sul. Houve várias audiências públicas, por toda a Metade Sul, onde vai ser o plantio, e o povo do Rio Grande do Sul, os gaúchos decidiram o que é melhor. Os ambientalistas entendem, como estamos vendo aqui, só um lado, só estão vendo o lado ambiental. E cadê o lado socioeconômico? Cadê o emprego? Cadê a renda? [palmas] (Consema, 19/04/2008).

Em todas as atas de reuniões que foram analisadas (43), não se observou outra onde tivesse havido tantos aplausos e vaias. Essa reunião foi absolutamente inédita em relação à dinâmica normal de funcionamento do Conselho, e esse é um indicador do grau de mobilização política "externa" à área ambiental que predominou aquele dia. A mobilização de uma diversidade de atores participando da reunião do Consema e buscando influenciar na aprovação da proposta alternativa de ZAS representa mais um exemplo do que, no Modelo das Coalizões de Defesa, é um dos principais indicadores de uma coalizão: um grau "não trivial" de ação coordenada (Sabatier; Weible, 2007). Os vereadores que fizeram as falas citadas se apresentavam como aliados importantes da Coalizão Pró-Expansão da Silvicultura, e essa coordenação na ação estratégica ao fim e ao cabo permitiu que a versão alternativa do ZAS fosse votada e aprovada "na base do fórceps", conforme admitido pelos próprios representantes daquela coalizão (Entrevista 4, entidade rural/agronegócio).

As ONGs entraram com ações na Justiça pedindo a anulação do processo, e novamente a Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público entrou em ação, atuando em conjunto com as ONGs. Pela segunda vez, os integrantes do Ministério Público foram decisivos para que houvesse uma mudança de rumos na definição sobre a forma que deveria tomar a política de silvicultura no Rio Grande do Sul. A primeira havia sido quando da construção de uma imagem da política de silvicultura que fosse alternativa àquela construída a partir da ação do APB Florestal.

Os reflexos dessas movimentações, tanto das ONGs quanto de seus aliados no Ministério Público, impulsionaram para que, ainda em agosto de 2008, fossem

anulados por decisão judicial tanto o processo de votação do ZAS no Consema quanto o documento dali resultante (Resolução Consema 187/2008). Houve ainda a determinação para que o processo retornasse ao Consema e fosse novamente discutido. Esses desdobramentos, embora extrapolassem a delimitação inicial do presente estudo, não poderiam ser negligenciados, uma vez que traziam novas possibilidades para a análise de processos de decisão sobre políticas públicas em cenários complexos.

A reação das ONGs em relação à votação do ZAS no Consema foi pela via jurídica. Entraram com ações na Justiça pedindo a anulação do processo, porém duas procuradoras do Ministério Público foram ainda mais longe: abriram processos contra os membros do governo que haviam conduzido a questão no Consema. Conforme um entrevistado:

> As procuradoras resolveram agir novamente. Processaram o governo do estado! A presidente da Fepam, o Secretário de Meio Ambiente, enfim, todo o pessoal do alto escalão! E o juiz, pela solicitação das procuradoras, resolveu buscar opiniões técnicas. Eu fui lá, outros colegas da universidade foram lá, especialistas em questões hídricas foram lá, fomos exaustivamente ouvidos. Resultado: o juiz mandou anular aquele ZAS, proibiu que se plantasse nas UPNs definidas inicialmente como muito frágeis e determinou que o processo todo tinha que voltar ao Consema e ser analisado por técnicos (Entrevista 2, ONG ambientalista).

Essa fala expressa um ponto central: a ação de membros do Ministério Público como decisiva para a mudança dos rumos no processo da política, atores que, antes de tudo, conheciam a fundo o contexto institucional, no sentido das regras do jogo que ordenavam a disputa. A partir desse conhecimento e de sua hábil manipulação, conseguiram implantar ações extremamente eficazes do ponto de vista dos resultados. Essa dimensão da dinâmica institucional da área ambiental é um dos aspectos decisivos para que se possam entender os resultados do processo da política de silvicultura. Atores vinculados à área jurídica, como expressão do regramento em uma área onde as políticas públicas são essencialmente regulatórias, tiveram papel decisivo. Sua ação foi no sentido de promover o *enforcement* de regras que já estavam dadas, mas que os demais atores ainda não tinham obtido sucesso em utilizá-las a seu favor. Esse papel central de "atores judiciais" (Wood, 2006), tanto do Ministério Público quanto do Poder Judiciário, como conhecedores das regras e capazes de usar esse conhecimento no sentido de reforçar o

poder destas, acabou reconhecido por integrantes de ambos os lados da disputa. Conforme entrevistado integrante da Coalizão Pró-Expansão da Silvicultura:

> O órgão ambiental do estado é fraco. Então o Judiciário, o MP, ocupa esse espaço. Deixa de ser um órgão fiscalizador e se transforma quase num gestor. E é um poder muito forte, que faz acontecer. Eles se organizaram, o MP se estruturou. São qualificados, sabem usar os recursos. Isso conta muito. Têm planejamento estratégico, conhecem as regras e seguem as regras... É isso aí... (Entrevista 4, entidade rural/agronegócio).

A fala citada é bastante ilustrativa: se o Poder Executivo, na área ambiental, é pouco estruturado, "fraco" (e essa "fraqueza" tem a ver com escolhas governamentais), é deixada uma espécie de "vácuo". Quem acaba ocupando esse "vácuo" é o Poder Judiciário e o Ministério Público.

O debate sobre a formulação de um novo modelo de zoneamento (o terceiro) teve lugar na Câmara Técnica de Biodiversidade e Políticas Florestais do Consema. Porém, dessa vez, o debate entre os dois grupos ocorreu basicamente entre técnicos, que ocuparam o lugar dos representantes das entidades.

Um entrevistado, técnico de uma ONG ambientalista, que participou ativamente das negociações, chamou a atenção para o fato de ser com os técnicos das empresas que se estabeleceram as primeiras possibilidades de diálogo e de buscas por consensos mínimos, a partir dos quais se pudesse avançar. Esse debate era favorecido pelo ambiente da Câmara Técnica, uma vez que se tratava de um espaço com menor número de integrantes do que a plenária do Consema, onde "era mais difícil discutir, devido aos posicionamentos políticos; lá virava briga política". Esse fato é corroborado também por um entrevistado do grupo contrário, integrante da coalizão pró-silvicultura: "Na Câmara Técnica acontecia a discussão entre um grupo muito reduzido, com alto conhecimento do tema. Então, ficava mais difícil virar briga política" (Entrevista 6, entidade rural/agronegócio). A construção do terceiro ZAS passava a operar, então, orientada por uma dinâmica menos conflituosa. Nesse ponto da análise surge a seguinte questão: e os setores que apoiavam a expansão da silvicultura na Metade Sul e que haviam sido tão ativos?

> P.: E esses setores aqui do Rio Grande do Sul, que haviam apoiado tanto a silvicultura, como ficou o debate com eles na Câmara Técnica?
> R.: Os técnicos das empresas acabaram aceitos como representantes legítimos dessas entidades lá na Câmara Técnica. E eram pessoas que entendiam que é

> importante estabelecer critérios, de alguma forma, para regrar as atividades. E é interessante, porque, na verdade, o que eles querem é que esses critérios sejam muito claros, muito explícitos. Assim, que as regras do jogo estejam muito claras, entende? Porque eles têm um planejamento econômico de médio e longo prazo, então é importante que haja estabilidade (Entrevista 1, ONG ambientalista).

Em agosto de 2009, foi definida uma proposta de consenso dentro da Câmara Técnica. Finalmente, em novembro de 2009, foi aprovado por unanimidade no Consema o Zoneamento Ambiental para a Silvicultura. Esse modelo de zoneamento, segundo os entrevistados, é quase tão restritivo quanto o elaborado inicialmente pelos técnicos da Fepam. Um entrevistado, professor universitário, que participou dos debates técnicos como representante de uma ONG ambientalista, sintetiza o processo:

> Conseguimos reconduzir pra dentro da proposta várias das coisas que estavam lá no ZAS original! Isso foi uma grande vitória. Conseguiu recolocar dentro das bacias a consideração em relação às UPNs, que havia sido excluída. E voltaram a considerar problemas de fauna, problemas de floras, problemas de tribos indígenas... Tudo o que tinham tirado conseguimos colocar de volta. Quando isso chegou ao Plenário, foi aprovado por unanimidade! Com os votos deles! (Entrevista 5, ONG ambientalista).

O zoneamento da silvicultura no Rio Grande do Sul, instrumento principal da política de silvicultura no estado, por fim, acabou sendo definido a partir de um debate entre técnicos e especialistas da área ambiental. É possível dizer que o grupo que se opôs à expansão da atividade de silvicultura na Metade Sul do Estado foi um jogador decisivo, que conseguiu, ao fim e ao cabo, influenciar no desenho da política pública. Mas isso somente ocorreu a partir do momento em que a "lógica interna" da área ambiental se sobrepôs à lógica externa que predominou ao longo de boa parte do processo. Conforme destaca o mesmo entrevistado: "Hoje eles nos respeitam, mas isso foi construído a partir do momento em que nos colocamos como especialistas, como técnicos, e que conduzimos o debate dessa forma". Poder-se-ia fazer um adendo a essa fala: isso foi construído também a partir do momento em que "atores judiciais", principalmente aqueles vinculados ao Ministério Público, "entraram no jogo". As decisões judiciais influenciaram de forma profunda em uma mudança de rumos que "trouxe os técnicos de volta" ao

processo da política pública e influenciou de maneira importantíssima nas definições da política de silvicultura no estado do Rio Grande do Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da construção da política pública de silvicultura no estado do Rio Grande do Sul, tomando como base os referenciais analíticos utilizados, permitiu sua compreensão como um processo social. Políticas públicas, para além de peças jurídicas, regulamentos, normas administrativas, entre outras expressões formais, são a expressão de dinâmicas sociais onde os mais variados atores tomam partido e buscam exercer influência. Tal conjuntura foi possível de ser observada neste estudo. Os modelos da análise de políticas públicas foram de fundamental importância para se compreender tal processo. O conceito de "coalizão de defesa" foi útil para análise, pois ajudou a perceber um conjunto de atores que agiu de maneira coordenada, com base em um conjunto de ideias, crenças e percepções compartilhadas.

Contudo, observou-se no estudo um ponto que desafia o Modelo das Coalizões de Defesa. De certa forma, a coalizão que defendia a expansão da silvicultura na Metade Sul do Rio Grande do Sul "perdeu o jogo" ou, pelo menos, não conseguiu transpor suas crenças, seus interesses e suas ideias para o desenho da política. Afinal, não foi aprovada no Consema uma política pública que fosse plenamente favorável aos grandes empreendimentos das empresas reflorestadoras. Sendo assim, como foi possível que uma coalizão tão poderosa não conseguiu impor uma política pública que representasse suas crenças, seus valores e seus interesses? Além do mais, como foi possível que a imagem da silvicultura como "a salvação econômica" da Metade Sul do Rio Grande do Sul, construída com tanta competência pela coalizão pró-silvicultura, não tenha sido expressa, em sua totalidade, no desenho da política pública?

É importante salientar que, enquanto houve plena "participação popular", prevaleceu completamente uma determinada visão ou percepção em relação ao que deveria ser a política de silvicultura: impulsionadora do desenvolvimento e apoiadora dos grandes empreendimentos das companhias florestadoras. Em audiências públicas realizadas nos municípios, bem como em fóruns e espaços deliberativos, prevalecia uma visão absolutamente favorável à atividade produtiva. Tal visão conforma o que aqui é designado como "imagem da política".

Contudo, nesse ponto, o conceito de "imagem da política pública", conforme desenvolvido por Baumgartner e Jones (1991; 2009), ajudou a compreender

como foi possível a reversão dos rumos do processo da política após a votação esmagadora ocorrida no Consema. A imposição "na base do fórceps" de um tipo de política pública foi derrotada e, ao fim e ao cabo, prevaleceu outro desenho de política, muito mais restritivo e que considerava aspectos relacionados à preservação do bioma pampa, e não apenas o desenvolvimento econômico da Metade Sul. A "imagem alternativa", que destacava os riscos ao bioma pampa de uma expansão generalizada da silvicultura, teve grande impacto sobre "atores judiciais" que tinham recursos de poder para interferir no processo da política e mesmo redirecioná-la, o que acabou ocorrendo a partir do momento em que a discussão sobre a política pública passou a acontecer no âmbito da Câmara Técnica, entre especialistas.

Uma análise mais apressada poderia constatar apenas o papel dos membros do Ministério Público e Poder Judiciário como determinantes. Contudo, se discursos, símbolos e percepções não tivessem sido anteriormente construídos pelos atores contrários à expansão da silvicultura, tal reação não teria ocorrido.

A análise de todo o desenvolvimento do processo, desde a entrada da "questão silvicultura" na agenda até sua transformação em política pública, permitiu que se visualizasse com clareza o papel que as imagens de uma política pública, quando bem construídas, jogam em processos de tomada de decisão. Os conceitos utilizados permitiram uma análise mais complexa desse tipo de processo de política pública na área ambiental, onde, invariavelmente, há o confronto entre defensores do desenvolvimento *versus* defensores da preservação ambiental. Os empreendedores que defenderam a expansão da silvicultura como um motor para o desenvolvimento gaúcho foram extremamente hábeis em construir uma visão positiva em relação a essa atividade e, mais do que isso, em conseguir o apoio de grandes parcelas da população gaúcha. A partir daí, apresentaram uma "solução" fundamentada na ideia de que a política pública deveria, antes de tudo, servir como um incentivo ao desenvolvimento econômico da região sul do estado. A silvicultura seria a "salvação econômica" para a região do pampa gaúcho (Metade Sul do estado), marcada historicamente pelo baixo desenvolvimento econômico.

Desmontar uma imagem tão bem construída talvez tenha representado o principal desafio para o grupo que se opunha à expansão do plantio de eucaliptos no pampa gaúcho. Isso acabou não se mostrando possível, porém esse grupo teve bastante competência para construir uma imagem alternativa, que destacava os riscos ao meio ambiente que a expansão da silvicultura apresentava para a Metade Sul. A silvicultura e os grandes empreendimentos de empresas de celulose não trariam o tão almejado desenvolvimento e ainda apresentariam riscos ao bioma

pampa, devido à desertificação provocada pela alta absorção de recursos hídricos pelas grandes plantações de eucalipto. Assim, o desenho da política pública deveria ser bastante restritivo, no sentido de proteger as nascentes e os cursos d' água, e a expansão da silvicultura no pampa gaúcho deveria ser controlada e limitada pelas agências ambientais tanto em nível federal quanto estadual.

Conceitos como "imagem da política", "coalizão de defesa", "subsistema de política", entre outros, abrem interessantes possibilidades analíticas para o exame empírico de processos de participação da sociedade na definição sobre políticas públicas no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alonso, Angela; Costa, Valeriano. Ciências sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica*, Anpocs, São Paulo, n. 53, p. 35-78, 2002.

Alonso, Angela; Costa, Valeriano; Maciel, Débora. O processo de formação da rede de ativismo ambientalista no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 13. *Anais*... GT 23, Sociedade e Ambiente, 2007, Recife-PE.

Alonso, Angela; Maciel, Débora. From protest to professionalization: Brazil environmental activism after Rio-92. *The Journal of Environment & Development*, Santa Barbara, California, v. 19, p. 247-251, 2010.

Andrews, Kennet; Edwards, Bob. Advocacy organizations in the U.S. political process. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, California, n. 30, p. 479-506, 2004.

Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. *Discurso do deputado estadual Sandro Boka*. 27. seção ordinária, de 11 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/plen/sessoesplenarias/visualiza.asp?ID_SESSAO=560>. Acesso em: 25/11/2009.

Baumgartner, Frank; Jones, Bryan. Agenda dynamics and policy subsystems. *Journal of Politics*, Dallas, Texas, n. 53, p. 1044-1074, 1991.

_____. *Agendas and instability in American politics*. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.

Binkowski, P. *Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na "Metade Sul" do Rio Grande do Sul*. 212 p. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

Casey, John. *Non-government organizations as policy actors*: the case of immigration policies in Spain. 165 p. 1998. Doctoral Thesis (Political Science and Public Law) –

Department of Political Science and Public Law, Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 1998.

Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema). Intervenção do presidente da Caixa/RS. *Ata de Reunião Ordinária*. 16 de dezembro de 2005. Arquivos do pesquisador.

_____. Intervenção de vereador. *Ata de Reunião Extraordinária*. 19 de abril de 2008. Arquivos do pesquisador.

Côrtes, Soraya Vargas. Arcabouço histórico-institucional e a conformação de conselhos municipais de políticas públicas. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 25, n. 2, p. 143-174, 2005.

Côrtes, Soraya Vargas; Silva, Marcelo Kunrath; Réos, Janete; Barcelos, Márcio. Conselho Nacional de Saúde: histórico, papel institucional e atores estatais e societais. In: Côrtes, Soraya Vargas (Org.). *Participação e saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

Dalmazo, Renato Antonio. *Planejamento estadual e acumulação no Rio Grande do Sul – 1940/1974*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1992. (Coleção Teses FEE, n. 16.)

Dagnino, Evelina; Olvera, A. J.; Panfichi, A. *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. v. 1.

Domingues, José Mauricio. Vida cotidiana, história e movimentos sociais. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 461-490, 2003.

Entrevista 1. *Agrônomo, ativista ambiental, integrante de ONG ambientalista*. Entrevista realizada em Porto Alegre, em dezembro de 2009. Arquivos do pesquisador.

Entrevista 2. *Professor universitário, integrante de ONG ambientalista*. Entrevista realizada em Porto Alegre, em agosto de 2009. Arquivos do pesquisador.

Entrevista 3. *Bióloga, ativista ambiental, integrante de ONG ambientalista*. Entrevista realizada em Pelotas, em outubro de 2009. Arquivos do pesquisador.

Entrevista 4. *Agrônomo, dirigente de entidade de classe/agronegócio*. Entrevista realizada em Porto Alegre, em novembro de 2009. Arquivos do pesquisador.

Entrevista 5, *Professor universitário, dirigente de ONG ambientalista*. Entrevista realizada em Porto Alegre, em novembro de 2009. Arquivos do pesquisador.

Entrevista 6, *Produtor rural, dirigente de entidade de classe/agronegócio*. Entrevista realizada em Porto Alegre, em novembro de 2009. Arquivos do pesquisador.

Faria, Carlos Aurélio. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 21-30, 2003.

Fonseca, Pedro Cesar Dutra. *A transição capitalista no rio grande do sul*: a economia gaúcha na Primeira República. São Paulo: Fipe/USP, 1985.

Freitas, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: Editora da Escola de Teologia São Lourenço, 1980.

Gomide, Alexandre. *Agenda governamental e o processo de políticas públicas*: o projeto de lei de diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Ipea: Texto para discussão n. 1334, 2008.

Ilha, Adayr; Alves, Fabiano. As desigualdades regionais no interior dos países do Mercosul: o caso da Metade Sul do Rio Grande do Sul. In: Colóquio sobre Transformaciones Territoriales, 4. *Anais*... "Sociedad, territorio e sustentabilidad: perspectivas desde el desarollo regional y local." Montevideo, Uruguay, 2002.

Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul (FEE). *Documentos FEE, n. 58*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003.

Jasanoff, Sheila. *The fifth branch*: science advisers as policymakers. Massachusetts: Harvard University Press, 1994.

John, Peter. Is there life after policy streams, advocacy coalitions and punctuations: using evolutionary theory to explain policy change? *Policy Studies Journal*, Washington, DC, v. 31, n. 4, p. 481-498, 2003.

Lavalle, A. G. Sem pena nem gloria: o debate da sociedade civil nos anos 1990. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Cebrap, v. 66, n. 66, p. 91-110, 2003.

Lowi, Theodor. Four systems of policy, politics and choice. *Public Administration Review*, Washington, DC, n. 32, p. 298-310, 1972.

Machado, Paulo Afonso. *Direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2001.

Majone, Giandomenico. *Evidence, argument and persuasion in the policy process*. New Haven: Yale University Press, 1989.

Mayntz, Renate. Mechanisms in the analysis of social macro-phenomena. *Philosophy of the Social Sciences*, Toronto, Ontario, v. 34, n. 2, p. 237-259, 2004.

McCarthy, John D.; Zald, Mayer. Resource mobilization and social movements: a partial theory. *The American Journal of Sociology*, Chicago, Illinois, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977.

Oliveira, Wilson. Redes sociais, reconversão profissional e participação em conselhos e instâncias de proteção ambiental no Rio Grande do Sul. *Teoria e Sociedade*, UFMG, Belo Horizonte, v. 15, p. 198-229, 2007.

_____. Gênese e redefinições do militantismo ambientalista no Brasil. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 751-777, 2008a.

_____. Engajamento político, competência e elites dirigentes do movimento ambientalista. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16, p. 167-186, 2008b.

_____. Significados e usos sociais da expertise na implementação de políticas públicas de gestão ambiental. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 12, p. 139-150, 2009.

Princen, Sebastiaan. Advocacy coalitions and the internationalization of public health policies. *Journal of Public Policy*, [s.l.], v. 27, n. 1, p. 13-33, 2007.

Rio Grande do Sul. Decreto N. 43.493, de 10 de dezembro de 2004. *Cria o Comitê Gestor dos Arranjos Produtivos de Base Florestal no Rio Grande do Sul – APB Florestal – e dá outras providências*. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

Rosado, Berfran. *Florestamento*: caminho para o crescimento. Instituto Sollo – Gestão Pública e Privada e Consultoria Ambiental. 2007. Disponível em: <http://www.institutosollo.org.br/artigos/Florestamento%20-%20Caminho%20do%20Crescimento.pdf>. Acesso em: 12/03/2010.

Sabatier, Paul. An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy oriented learning therein. *Policy Sciences*, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 129-168, 1988.

Sabatier PAUL; Jenkins-Smith, Hank. *Policy change and learning*: an advocacy coalition approach. Boulder, CO: Westview Press, 1993.

Sabatier, Paul; Weible, Christopher. The advocacy coalition framework: innovations and clarifications. In: Sabatier, Paul (Org.) *Theories of the policy process*. 2. ed. Boulder, CO: Westview Press, 2007. p. 189-221.

Schmidt, Carlos; Herrlein, Ronaldo. Notas sobre o desenvolvimento do Rio Grande do Sul: trajetória histórica e projetos contemporâneos. *Coleção Ensaios FEE*, Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, v. 23, n. 1, p. 255-284, 2002.

Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (Sedai). *Plano estratégico programa floresta-indústria*. 2004. Disponível em: <http://www.sedai.rs.gov.br>. Acesso em: 24/05/2010.

Silva, Marcelo Kunrath. Dos objetos às relações: esboço de uma proposta teórico-metodológica para a análise dos processos de participação social no Brasil. In: Dagnino, Evelina; Tatagiba, Luciana (Org.). *Democracia, sociedade civil e participação*. 1. ed. Chapecó: Argos Editora Universitária, 2007. v. 1. p. 477-497.

Tilly, Charles; Tarrow, Sidney. *Contentious politics*. Boulder, CO: Paradigm Publishers, 2006.

True, James; Jones, Bryan; Baumgartner, Frank. Punctuated-equilibrium theory: explaining stability and change in public policy making. In: Sabatier, Paul (Org.) *Theories of the policy process*. Boulder: Westview Press, 2007. p. 155-187.

Weible, Christopher. Beliefs and perceived influence in a natural resource conflict: an advocacy coalition approach to policy networks. *Political Research Quarterly,* v. 58, n. 3, p. 461-475, 2005.

Witting, Antje. Identifying the merits of ACF. *Draft Paper for PSA 2009 Panel*. Disponível em: <www.psa.ac.uk/2009/pps/Witting.pdf>. Acesso em: 08/06/2012.

Wood, Robert. The dynamics of incrementalism: subsystems, politics and public lands. *Policy Studies Journal*, Washington, DC, v. 34, n. 1, p. 1-16, 2006.

Zafonte, Matthew; Sabatier, Paul. Short-term versus long-term coalitions in the policy process: automotive pollution control, 1963-1989. *Policy Studies Journal*, Washington, DC, v. 1, n. 32, p. 75-107, 2004.

Poder e participação

Felipe Corrêa*

Resumo O presente artigo tem por objetivo realizar uma reflexão teórica acerca do poder, apresentando a problemática envolvida nas discussões do tema e três categorias fundamentais que pretendem abarcar as distintas concepções do poder: participação, dominação e autogestão. A partir de um aprofundamento das posições de Michel Foucault e Tomás Ibáñez, que concebem o poder como assimetria nas relações de força, propõem-se um modelo teórico e um método de análise que consideram a dominação e a autogestão como tipos ideais e extremos de um eixo da participação, o que permite refletir e tipificar as relações e os modelos de poder. Utilizado o modelo proposto, analisam-se o capitalismo, as classes sociais, a luta de classes e a natureza do Estado. Ao partir dos elementos teóricos explicitados, reflete-se sobre possíveis estratégias para a mudança e a transformação social, evidenciando problemáticas que envolvem os movimentos sociais.

Palavras-chave Poder; participação; dominação; autogestão.

Power and participation

Abstract *This paper aims to conduct a theoretical reflection of power, presenting the issues involved in the discussions of the topic and three fundamental categories that are intended to cover the different conceptions of power: participation, domination and self-management. From a deepening of the positions of Michel Foucault and Tomás Ibáñez, that conceive power as asymmetry in force relations, we propose a theoretical model and a method of analysis that considers domination and self-management as ideal types and extremes of an axis of participation, which allow to reflect and classify the power relationships and patterns. Using the proposed model, we analyze capitalism, social classes, class struggle and the nature of the state. Based on the explicit theoretical elements, we reflect on possible strategies for social change*

Recebido para publicação em 30/01/2012.
Aceito para publicação em 18/10/2012.

* Mestrando do Programa Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

and transformation, highlighting issues that involve social movements.
Keywords *Power; participation; domination; self-management.*

INTRODUÇÃO

Ainda que o poder seja um tema constantemente presente nas ciências sociais, aportes contemporâneos vêm aprofundando suas definições e a compreensão de seu funcionamento e contribuindo de maneira determinante para os métodos de análise sociais, tanto da institucionalidade quanto de fora dela. O presente artigo propõe: 1. conceituar o poder, identificar onde ele se manifesta e explicitar como ele funciona; 2. apresentar um modelo para tipificar, classificar e analisar as distintas relações de poder, fundamentando-se na participação; 3. contribuir com aportes teóricos às reflexões contemporâneas sobre o Estado, as classes sociais e os movimentos sociais. Para tanto, utiliza-se uma abordagem interdisciplinar, com autores de diferentes áreas acadêmicas, pois, assim, os objetos *poder* e *participação* podem ser melhor compreendidos e estudados.

O PODER: DEFINIÇÃO, *LOCUS E MODUS OPERANDI*

Discutir o poder implica, necessariamente, superar o problema semântico que há em toda a extensa literatura que historicamente aborda o tema. Buscando algumas definições, encontra-se: poder é "toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade" (Weber, 2009, p. 36); "em seu significado mais geral, a palavra poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos" (Bobbio, 2004, p. 933); "o poder é [...], acima de tudo, uma relação de força" (Foucault, 2005, p. 175); "designamos por poder a capacidade de uma classe social de realizar os seus interesses objetivos específicos" (Poulantzas, 1977, p. 100); "o poder pode ser definido como a produção dos resultados pretendidos" (Russell, 1979, p. 24). E ainda muitas outras poderiam ser citadas.

Para uma definição de poder, portanto, a questão não exige apenas adotar uma ou outra significação, mas compreender, histórica e sociologicamente, como o conceito de poder vem sendo trabalhado pelos diversos autores e quais são os aspectos e os elementos fundamentais abordados. Tal estudo exige, ao mesmo tempo, ter em mente que, por meio do mesmo termo, podem estar sendo discutidas distintas questões e, por outros termos – como, nesse caso específico, autoridade e dominação –, podem estar sendo discutidas as mesmas questões. Trata-se, assim,

de compreender amplamente o objeto em questão e suas distintas abordagens, considerando as referidas precauções metodológicas. Tomás Ibáñez (1982, p. 11)[1] enfatiza parte dessa problemática envolvida nos estudos sobre o poder:

> O fato de os pesquisadores das relações de poder seguirem, depois de tantos anos, dedicando parte importante de seus esforços para esclarecer e depurar o conteúdo da noção de poder, o fato de não haver um acordo minimamente generalizado sobre o significado desse termo e o fato de as polêmicas se darem mais sobre as diferenças de conceituação do que sobre as operações e resultados conseguidos a partir dessas conceituações, tudo isso indica claramente que a teorização sobre o poder encontra-se, em algum momento, com um obstáculo epistemológico que a impede de progredir.

Superar esse obstáculo implicaria, para Ibáñez, compreender o conteúdo das discussões em questão e avançar em relação a elas, no que se refere àquilo que denomina como "analítica do poder". Considerando as mais distintas definições de poder, o autor considera ser possível agrupá-las a partir de três grandes interpretações: 1. do poder como *capacidade*, 2. do poder como *assimetria nas relações de força*; e 3. do poder como *estruturas e mecanismos de regulação e controle*.

> Numa das suas acepções, provavelmente a mais geral e diacronicamente primeira, o termo "poder" funciona como equivalente da expressão "capacidade de", isto é: como sinônimo do conjunto dos efeitos dos quais um agente dado, animado ou não, pode ser a causa direta ou indireta. É interessante que, desde o início, o poder se define em termos relacionais, na medida em que, para que um elemento possa produzir ou inibir um efeito, é necessário que se estabeleça uma interação. [...] Numa segunda acepção, o termo "poder" refere-se a um certo tipo de relação entre agentes sociais, e costuma-se agora caracterizá-lo como uma capacidade assimétrica ou desigual que os agentes possuem de causar efeitos sobre o outro pólo de uma dada relação. [...] Numa terceira acepção, o termo "poder" refere-se às estruturas macro-sociais e aos mecanismos macro-sociais de regulação ou de controle social. Fala-se, neste sentido, de "instrumentos" ou "dispositivos" de poder, de "centros" ou de "estruturas" de poder, etc. (Ibáñez, 2007, p. 43-44).

1 Em *Poder y liberdad*, sua tese de doutoramento, Ibáñez analisa profundamente o poder, a partir de mais de trezentas obras.

Essas três conceituações do poder colocam-no no campo das relações sociais, e, por isso, excluem-se tanto as relações entre pessoas e coisas/animais – considerando que as relações de poder ocorrem sempre entre humanos que vivem em sociedade – quanto as relações que poderiam ser constituídas sem sujeitos.

Conceituar o poder como capacidade implica concebê-lo como "ter poder de fazer algo" ou "ter poder para algo"; o poder, assim, define-se a partir de uma capacidade de realização ou uma força potencial que poderia ser aplicada em uma relação social determinada. Compreender o poder como assimetria nas relações de força implica um conceito que, ainda que esteja ancorado na noção de capacidade explicitada na primeira acepção, não pode se resumir a ele. Nesse caso, o cerne da definição está nas assimetrias das diferentes forças sociais que se encontram em determinada relação social; quando essas forças, com capacidades distintas de causar efeitos sobre outras, põem-se em interação, forjam os efeitos sobre um ou mais polos da relação. Conceber o poder como estruturas e mecanismos de regulação e controle significa conceituá-lo a partir do conjunto de regras de determinada sociedade, que envolve tanto as tomadas de decisão para seu estabelecimento e para definir seu controle quanto a própria aplicação desse controle; uma estruturação social que exige instâncias deliberativas e executivas.

A obra de Michel Foucault, um dos pilares teóricos de Ibáñez, apresenta uma conceituação do poder que, ainda que o defina em termos de relação de força, articula-se com as noções de capacidade e de regulação e controle; ela permite uma abordagem ampla, abarcando elementos das três interpretações prévias. Para Foucault (2005, p. 176), "as relações de poder nas sociedades atuais têm por base essencialmente uma relação de força estabelecida, em um momento historicamente determinável"; forças que estariam em disputa, em luta permanente, em correlação e em um jogo contínuo e dinâmico. Quando, em uma determinada correlação de forças, alguma delas se impõe em relação às outras, há uma relação de poder. "As relações de poder são uma relação desigual e relativamente estabilizada de forças" (Foucault, 2005, p. 250). Assim, poder e relação de poder se tornam sinônimos. Ibáñez, a partir de Foucault, conceitua o que denomina "paradigma estratégico do poder" da seguinte maneira:

> O poder é uma relação, um ato. O poder é algo que se exerce. O poder tem uma presença difusa em toda a estrutura social, se produz em todo lugar do social. É onipresente não porque chega a todos os lugares, mas porque brota de todas as partes. [...] O poder toma a forma dos modelos da física. O poder é consubstancial com o social, não existem, assim, zonas sem poder, ou que escapem ao seu

> controle. O poder é imanente aos domínios em que se manifesta, a economia está constituída por relações de poder que lhes são próprias. O poder é ascendente, os poderes locais vão delineando efeitos de conjunto que conformam os níveis mais gerais: modificando as relações de força locais modificam-se os efeitos do conjunto. [...] O poder é, antes de tudo, uma instância produtiva. O poder produz saber, engendra procedimentos e objetos de saber. Quem ocupa uma posição de poder produz saber. O poder resulta de uma vitória; tem a guerra por origem. Os mecanismos do poder são da ordem do controle e da regulação, da gestão e da vigilância. [...] O poder não funciona a partir do soberano, mas a partir dos sujeitos. A vida é o símbolo do poder, seu objetivo é gerir e administrar a vida (Ibáñez, 1982, p. 99-100).

A partir de Foucault e Ibáñez, pode-se conceituar o poder como uma relação social concreta e dinâmica entre diferentes forças assimétricas, em que há preponderância de uma(s) força(s) em relação à(s) outra(s). O poder se encontra em todos os níveis e todas as esferas da sociedade e fornece as bases para o estabelecimento de regulações, controles, conteúdos, normas, sistemas que possuem relação direta com as tomadas de decisão.

PARTICIPAÇÃO: DA DOMINAÇÃO À AUTOGESTÃO

A participação é estabelecida a partir das relações de poder. Alfredo Errandonea (1989, p. 122) define a participação como "a capacidade de incidência e iniciativa própria nas decisões que lhes afetam, pessoal, grupal ou coletivamente. Todo tipo de decisões: no sentido mais amplo". Assim, as decisões relativas às esferas da sociedade (econômica, política/jurídica/militar, cultural/ideológica) seriam forjadas a partir de distintos níveis de participação, compreendendo "os mais diversos acessos vinculados à própria atividade, coletivamente integrada ou não" (Errandonea, 1985, p. 10). Se, como se viu, regulações, controles e normas constituem-se a partir das relações de poder, estas também constituem as bases da participação.

Teorizar sobre a participação a partir das relações de poder implica, portanto, concebê-la como um campo político ampliado, para além do âmbito do Estado e envolvendo as distintas esferas sociais.

Pode-se dizer que o campo da participação possui dois extremos, que funcionam como tipos ideais de poder: a dominação e a autogestão. A dominação é uma relação social hierárquica que pode ocorrer em todas as esferas da sociedade

e institucionalizar-se com uns decidindo aquilo que diz respeito a outros e/ou a todos. Ela explica as desigualdades estruturais, envolve relação de mando/obediência entre dominador/dominado, alienação do dominado, entre outros aspectos. É o fundamento básico das relações de classes, ainda que não se possa reduzir dominação à dominação de classe (Errandonea, 1989, p. 63-82). A autogestão é o oposto da dominação e implica participação no planejamento e nos processos decisórios, proporcionalmente ao quanto se é afetado por eles, de forma pessoal, grupal ou coletiva, nas diferentes esferas. Sua aplicação generalizada implica a substituição de um sistema de dominação por uma sociedade igualitária/libertária (Albert, 2004, p. 17-26; Errandonea, 1989, p. 122).

> No limite, a participação máxima generalizada [que se está chamando aqui de autogestão] que consegue substituir totalmente a dominação, reduzindo-a à inexistência, implicaria uma sociedade igualitária e libertada, segundo esta maneira de concebê-la. No outro extremo, também no limite, em termos lógicos, poderia dizer-se que a participação reduzida a zero, a sua total inexistência, integralmente substituída pela dominação, significaria uma sociedade de escravidão absoluta, se é que ela possa ser possível. Ao contrário do que acontece com o outro limite, para o qual não há inconveniente em concebê-lo – seja ele realmente possível ou não – este extremo que representa a absoluta robotização da conduta humana, ainda que seja logicamente concebível, parece nunca ter existido e até impossível de ser concebido como possibilidade real. Parece impensável a situação de um ser humano ser privado até de suas mínimas capacidades de iniciativa; isso constituiria um nível de dominação inútil para o próprio dominante (Errandonea, 1985, p. 10-11).

Os extremos constituídos pela dominação e pela autogestão demarcam, teoricamente, as possibilidades lógicas de limites nos processos de participação. Independentemente da possibilidade real ou não de se chegar a um dos tipos ideais, esses extremos, é relevante concebê-los como um modelo teórico lógico para a compreensão das diferentes relações de poder, dos tipos dessas relações e das distintas formas de participação que delas derivam. Esse esquema teórico abarca desde situações cotidianas, resultado dos micropoderes, até situações mais amplas e estruturais, constituídas pelos macropoderes. Assim, conceber as relações de poder dentro desses dois extremos, a partir do eixo da participação, constitui um método de análise para relações nos distintos níveis.

No limite da dominação, os agentes sociais não possuem capacidade de incidência, nem iniciativa para as decisões que lhes afetam; no limite da autogestão, eles têm a maior incidência e iniciativa possíveis, participando amplamente dos processos decisórios que lhes dizem respeito. Entretanto, esses extremos só funcionam como limites teóricos para se pensar as situações reais e concretas, que, na imensa maioria dos casos, não se situam nos extremos, mas em posições intermediárias. Ainda assim, os extremos possibilitam, em termos de método, avaliar as relações de poder em questão, além dos processos de participação por elas estabelecidos. O aumento ou a diminuição da participação nas decisões permitem avaliar em que sentido caminham as relações de poder e se elas se aproximam mais de um ou de outro extremo.

A partir desse modelo teórico, avaliar as situações mais fundamentais, em termos de micropoderes, torna-se uma tarefa mais simples do que se refletir acerca dos macropoderes, forjados por uma infinidade de relações. Em ambos os casos, é difícil – para não dizer impossível – trabalhar com a categorização binária, dominação ou autogestão; além disso, em razão de a legitimidade constituir o principal fundamento das relações de poder (Errandonea, 1989, pp. 126-127), surgem outros fatores que complicam a análise: a participação limitada pode servir para legitimar a dominação; a participação pode ser percebida, mas não realizada de fato, e assim por diante. Trata-se, assim, de buscar compreender teoricamente a realidade, a partir das distintas forças em jogo e das relações de poder forjadas entre elas e tentar, independentemente da percepção dos distintos agentes sociais, aproximá-las desses tipos ideais.

Pode-se dizer, por exemplo, que, em uma pequena cooperativa autogestionária, há mais autogestão que dominação e que, em um agrupamento restrito de militares, há mais dominação que autogestão. No primeiro caso, a participação é mais significativa que no segundo e é resultado das relações sociais forjadas a partir de tipos distintos de poder; na cooperativa, pode-se dizer que o poder é mais autogestionário que entre os militares, cujo poder é mais dominador (López, 2001, p. 121-130).

Entretanto, avaliar a sociedade contemporânea, por exemplo, em termos das relações sociais, levada a cabo por inúmeras forças nas distintas esferas, é tarefa mais complexa. Seria possível, em termos das macrorrelações de poder, aproximá-las dos tipos de poder mencionados?

SISTEMA DE DOMINAÇÃO, ESTADO E CLASSES SOCIAIS

Cada sociedade é um sistema, e "suas partes estão inter-relacionadas de tal maneira que o que acontece em uma delas possui alguma repercussão nas partes restantes, claramente, em grau variável" (Errandonea, 1989, p. 90). Em um sistema, as partes que o compõem dispõem-se, reciprocamente, como seus próprios elementos, e, nesse aspecto, cada sistema constitui-se a partir de uma estrutura caracterizada por uma configuração do conjunto das relações de poder existentes.

Assim, a sociedade constitui um sistema com determinada estrutura: são as forças sociais – conglomerados grupais, com interesses coletivos (geralmente, uma situação comum de classe), com certo grau de capacidade e de vontade para atuar na busca desses interesses, que atuam efetivamente, de maneira consciente, em função dos interesses, o que lhes confere a condição de fator do processo social em uma conjuntura específica (Errandonea, 1989, p. 118) – que, na correlação entre si, constituem as relações de poder e determinam os elementos estruturais e a relação entre esses elementos, que constituem a estrutura de determinado sistema.

A partir dessa caracterização, Errandonea afirma que sistemas caracterizados pela dominação nos distintos níveis devem ser denominados "sistemas de dominação", os quais são caracterizados por diferentes tipos de dominação, tais como: *exploração* – apropriação do sobreproduto do trabalho realizado (mais-valia) –; *coação física* – monopólio da violência –; e *político-burocrática* – monopólio das tomadas de decisões que afetam a sociedade de maneira geral (Errandonea, 1989, p. 97). Nos sistemas de dominação, as estruturas sociais são estruturas de classes – as classes sociais e seu papel estrutural são os principais aspectos de sua estrutura social. Um sistema de dominação constitui, assim, um modelo de poder dominador, analisado a partir das macrorrelações sociais.

A partir dessa conceituação de sistema de dominação, não se definem a dominação e as próprias classes sociais somente a partir da esfera econômica. A exploração, por exemplo, relação social essencialmente econômica, do campo do trabalho, constitui um tipo de dominação. Ela permite dividir a sociedade em exploradores – capitalistas que se apropriam do trabalho dos trabalhadores – e explorados – trabalhadores cujo trabalho é apropriado pelos capitalistas. Entretanto, Errandonea sustenta que o sistema de dominação também é caracterizado por outros tipos de dominação, como a coação física e a dominação político-burocrática. Esses tipos de dominação permitem dividir a sociedade entre aqueles que detêm o monopólio da violência e das tomadas de decisão e aqueles que não

o fazem. O Estado, que envolve Governo, Judiciário e militares, é um elemento central do sistema de dominação.

Pode-se definir, conforme Errandonea (1989, p. 97-119), as classes sociais a partir da dominação, extrapolando as definições que se fundamentam na exploração e que são, portanto, essencialmente econômicas – definidas, por exemplo, exclusivamente a partir da propriedade dos meios de produção.

O capitalismo contemporâneo caracterizar-se-ia como um "sistema de dominação". Por meio da dinâmica do poder defendida por Foucault (2005, p. 25-29) – que rechaça as noções de progresso e evolução da sociedade e de determinismo econômico necessário e obrigatório (Foucault, 2005, p. 115) e que afirma uma constituição do social a partir de distintas relações de poder conformadas em todas as esferas estruturadas da sociedade, as quais se influenciam e dependem uma da outra –, pode-se afirmar que o sistema de dominação atual, na realidade, não é um simples reflexo das relações da esfera econômica. Ele se constitui a partir da interdependência das esferas econômica, política/jurídica/militar e cultural/ideológica, que se influenciam mutuamente (Rocha, 2009). Portanto, o Estado, a partir dessas premissas, não é somente uma estrutura política que reproduz as relações das classes sociais levadas a cabo na esfera econômica; constitui-se, mais especificamente, como consequência das dominações em outras esferas, mas também como causa dessas dominações.

No campo socialista, foram os anarquistas que mais avançaram no sentido de constituir uma teoria do Estado, conforme sustenta René Berthier (2011, p. 114):

> Em sua teoria do Estado, Marx e Engels não irão, contudo, mais longe do que o reconhecimento da autonomização relativa do Estado. Bakunin irá mais longe. Considerando como aceitáveis – embora permanecendo crítico – os trabalhos econômicos de Marx, pode-se dizer que Bakunin começa a análise do Estado lá onde Marx detém-se. Desmentindo as insinuações concernentes a seu desprezo pelos problemas econômicos, Bakunin funda em *Estatismo e anarquia* sua teoria do Estado moderno sobre a análise de desenvolvimento do capitalismo.

Para Bakunin (2003), haveria, historicamente, um encadeamento dos fatos econômicos e políticos. Ainda que com uma autonomia relativa, o Estado teria sido fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, por razão da centralização e da sujeição do povo, que tinha a ilusão de estar sendo nele representado. Se por um lado o Estado representa os interesses dos proprietários capitalistas, por outro, constitui a estrutura política imprescindível para o desenvolvimento do capitalismo.

Ainda que modificadas as relações de produção, se o Estado continuasse a existir, ele recriaria o capitalismo.

Pode-se, com isso, afirmar que "o Estado não é um órgão reacionário porque é a burguesia que o dirige, ele o é por sua própria constituição: o Estado é a organização de classe da burguesia" (Berthier, 2011, p. 115). Qualquer transformação social do capitalismo, como no caso daquela preconizada por Bakunin, que defendia o socialismo, só poderia ser realizada a partir de fora das instâncias do Estado e contra ele, já que o Estado serviria, fundamentalmente, para manter o sistema de dominação capitalista.

Seria uma organização do conjunto das classes dominadas que, a partir de seus próprios organismos econômicos e políticos, como sindicatos, movimentos sociais, etc., deveriam levar a cabo tanto a luta pela transformação quanto a estruturação de uma nova sociedade que não se pautasse em um poder dominador, mas em um poder autogestionário, acabando com a dominação de maneira geral. Ainda que ganhos de curto prazo pudessem ser conquistados, tanto na esfera econômica (melhores salários, menos horas de trabalho) como na política (maiores liberdades e direitos civis), eles deveriam ser somente meios para um processo mais amplo de transformação, capaz de forjar um poder autogestionário que suprimiria o capitalismo e o Estado, e forjaria uma nova estrutura de poder, envolvendo local de trabalho e moradia.

Com essa concepção da natureza do Estado – assumida por Errandonea (1989), ao considerar o Estado uma das bases fundamentais do sistema de dominação –, estabelece-se uma noção de classes e da própria luta de classes a partir da categoria dominação, a qual, como visto, abarca a exploração. Isso implica que a estrutura de classes não seja definida "em termos simplesmente 'econômicos'", a partir das *relações de produção* e exploração; as classes deveriam ser definidas a partir de uma noção mais ampla, de dominação, considerando tanto a "propriedade injusta dos meios de produção" como "a propriedade injusta dos meios de *coerção* – a capacidade de impor decisões fisicamente – e dos meios de *administração* – os instrumentos que governam a sociedade". Atualmente, as forças armadas, os tribunais e as prisões constituiriam a base dos meios de coerção, e a burocracia do Estado, a base dos meios de administração (van der Walt, 2011, p. 30).

Nessa correlação íntima entre economia e política, forja-se uma noção de estrutura de classes cindida entre classes dominantes – as quais exercem ou possuem a titularidade da dominação – e classes dominadas – tanto aquelas que estão integradas e são essenciais ao funcionamento do sistema, podendo participar na instrumentação da dominação, quanto aquelas que não estão integradas no

sistema e não seriam completamente essenciais a ele (Errandonea, 1989, p. 104). No amplo campo das classes dominantes, estariam tanto os proprietários dos meios de produção, incluindo os capitalistas e proprietários de terras, como os gestores do capitalismo, do Estado, a tecnocracia e os militares de primeiro escalão, juízes e parlamentares em geral. Entre as classes dominadas, estariam os trabalhadores, o campesinato e os precarizados e marginalizados de maneira geral (Schmidt; van der Walt, 2009, p. 56-60, p. 108-113; van der Walt, 2011, p. 31).

Portanto, o sistema de dominação e sua estrutura de classes constituem os fundamentos de uma luta de classes entre classes dominantes e dominadas; o Estado faz parte da estrutura de classes e constitui-se como o instrumento político do capitalismo, imprescindível tanto em sua criação como em sua manutenção. Constitui-se como resultado de relações de dominação e como fundamento do poder dominador que é hegemônico no capitalismo contemporâneo.

PODER, LUTA DE CLASSES E ESTRATÉGIAS DE PARTICIPAÇÃO

A definição de poder elaborada a partir das obras de Ibáñez e Foucault afirma que o poder envolve as relações sociais, estabelecendo-se como relação forjada pela superação de algumas forças por outras. "As relações de poder são consubstanciais ao próprio fato social, são-lhe inerentes, impregnam-no, contém-no, no próprio instante em que dele emanam" (Ibáñez, 2007, p. 44). Não se pode conceber sociedade sem poder, independentemente de ele ser definido em termos de capacidade, assimetria nas relações de força ou estruturas e de mecanismos de regulação e controle. Qualquer sociedade possui relações sociais, agentes com distintas capacidades de realização, disputas e conflitos, aplicação de forças individuais e coletivas nessas disputas e nesses conflitos e estabelecimento de regulações e controles, mais ou menos institucionalizados, ou mesmo forjados pelo costume. O poder, portanto, está e estará presente em qualquer sociedade com relações sociais – tanto em termos micro quanto macrossociais.

Entretanto, como visto, o poder pode variar amplamente. Os tipos ideais apresentados, dominação e autogestão, extremos de um eixo de participação, servem tanto como paradigma analítico quanto como elementos para a elaboração de estratégias políticas e constituem as bases de dois modelos de poder distintos, conceituados por López: o poder dominador e o poder autogestionário. Analisado a partir desses tipos ideais, o capitalismo contemporâneo constitui um modelo de poder que é muito mais dominador do que autogestionário. Quando Errandonea o caracteriza como um sistema de dominação, fundamenta-se na análise de que,

mesmo possuindo elementos de participação como as eleições para representantes do Estado, suas relações se aproximam mais da dominação do que da participação ampla ou autogestão.

Os fundamentos desse poder dominador, caracterizado pelo sistema de dominação, seriam as instituições que lhes são centrais e que estão presentes nas três esferas anteriormente especificadas. Por meio da análise de Rocha, que considera a interdependência e a interinfluência dessas esferas, e pela definição da natureza do Estado que Berthier elabora a partir da obra de Bakunin, pode-se afirmar que esse poder constitui-se a partir de uma relação complexa entre distintos elementos sistêmicos, entre eles o Estado – instituição política central do capitalismo.

A estrutura de classes que compõe o sistema de dominação capitalista – caracterizado por um modelo de poder mais dominador que autogestionário – permite, de acordo com Errandonea, uma análise das classes e de suas relações. Haveria, nesse sentido, dois amplos conjuntos: as classes dominantes e as classes dominadas; o modelo de poder dominador estabelecido entre eles implica interesses distintos e em permanente contradição. Os conflitos gerados a partir da contradição entre dominadores e dominados, no contexto de uma relação social sistêmica, constitui a luta de classes.

Essa análise permite reflexões sobre diferentes estratégias para a mudança ou a transformação social. Conforme afirma Clausewitz (2010, p. 171), em qualquer estratégia, são os objetivos que condicionam as ações, ou seja, os objetivos estratégicos implicam uma estratégia coerente com ele, que se desdobre em táticas, as quais devem apontar para a estratégia e esta para o objetivo estratégico. Essa questão é fundamental, pois, se o objetivo estratégico for realizar ajustes dentro de um mesmo modelo de poder, algumas formas de participação política funcionarão mais do que outras; se o objetivo for a transformação do modelo das relações de poder em nível macrossocial, outras formas de participação política serão mais adequadas.

O modelo de poder atual pode ser ajustado em benefício das classes dominadas, conjunto que hoje sofre de maneira mais direta os efeitos do sistema forjado por ele. Entretanto, os ajustes – entre os quais há alguns significativos para as classes dominadas – que são realizados como desdobramentos de uma estratégia restrita que tem por objetivo a mudança social dentro dos marcos do capitalismo não são suficientes para uma transformação do sistema de dominação e do modelo de poder. Esses ajustes, quando realizados pelo Estado, tendem a reforçar seu poder, criando uma legitimidade que é sempre muito mais eficaz para isso que a utilização da força (Errandonea, 1989, p. 76-77). As ações que partem do Estado – como no

caso das políticas públicas – são, assim, táticas que se inserem em uma estratégia restrita de trabalho dentro dos marcos do Estado e, portanto, do capitalismo. São, assim, ações efetivadas pelas classes dominantes para solucionar problemas que possuem implicação direta na legitimidade do sistema que as coloca em tal posição. Em caso de sucesso, ações de Estado podem promover a mudança social, mas não a transformação social, que implicaria mudança no sistema e no modelo de poder vigentes. Isso não significa, entretanto, que todas as medidas de curto prazo favoreçam o atual sistema de dominação e tendam a fortalecer o modelo de poder dominador.

Efeitos relevantes da sociedade de classes são os movimentos sociais, definidos por Doug McAdam, Sidnei Tarrow e Charles Tilly (2009, p. 21) como uma "interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar ela sendo injustamente prejudicada ou ameaçada por isso". Assim concebidos, os movimentos sociais são organizações formadas pelas classes dominadas para resistir à dominação e modificar as relações de poder estabelecidas. Na maior parte dos casos, possuem objetivos restritos em torno de conquistas de curto prazo: aumento de salário e menos horas de trabalho (no caso do movimento sindical), terra e condições para a agricultura familiar no campo (no caso do movimento dos sem-terra), moradia digna (movimento dos sem-teto), melhorias para o bairro (movimento comunitário), etc. Entretanto, alguns movimentos sociais têm por objetivo estratégico uma transformação social mais ampla.

Diferentemente do Estado, uma instituição que é central para o atual sistema de dominação e faz parte de seu núcleo duro, os movimentos sociais são, historicamente, espaços de articulação das classes dominadas para a atuação em seu próprio favor. Se, por um lado, as medidas de curto prazo que partem do Estado tendem a reforçar sua legitimidade e, portanto, o sistema do qual ele constitui parte essencial, as conquistas de curto prazo provenientes da luta de classes efetivada pelos movimentos sociais podem servir para fortalecer um projeto de poder distinto, que se contraponha ao modelo vigente.

Ainda que constituam historicamente esse espaço organizativo das classes dominadas, sabe-se que os movimentos sociais, ao longo do tempo, tiveram diferentes relações com o sistema de dominação responsável por sua criação. Se houve movimentos que priorizaram o curto prazo e os ajustes nos marcos dados do poder, houve outros que, ainda que articulados para as lutas menos amplas, tiveram por objetivo uma transformação social do modelo de poder, afirmando-se como movimentos revolucionários. Em determinadas circunstâncias históricas,

os movimentos sociais foram atrelados ao Estado – como no caso do sindicalismo brasileiro, com a legislação trabalhista de Getúlio Vargas dos anos 1930 (Samis, 2004). Houve também escolhas estratégicas dos movimentos que decidiram, voluntariamente, vincular-se ao Estado, fundamentalmente para o atendimento de suas demandas de curto prazo – como no caso de parte significativa do movimento de moradia de São Paulo, no início dos anos 2000 (Cavalcanti, 2006). Houve ainda, historicamente, leituras que compreenderam que o Estado poderia ser conquistado pelas classes dominadas e, gerido por elas, servir de instrumento para a promoção de uma transformação social. Com esse objetivo, foram criados e estimulados movimentos sociais que, mesmo atingindo seu objetivo, por uma série de fatores, não modificaram o modelo de poder vigente (Tragtenberg, 2007).

Todas essas questões que tratam das relações íntimas entre Estado e movimentos sociais envolvem, necessariamente, o tema da burocratização dos movimentos sociais (Corrêa, 2011a; 2011b).

Modificar o modelo de poder da sociedade, levando o eixo da participação ao limite da autogestão, constitui um objetivo estratégico ambicioso. Substituir o sistema de dominação por um sistema de autogestão exige, em coerência com esse objetivo estratégico, estratégias e táticas que apontem para esse caminho. Táticas e estratégias que fortaleçam as relações de dominação não podem apontar para objetivos pautados na autogestão. Os movimentos sociais podem constituir espaços privilegiados para tanto, mas suas estratégias e táticas têm de estar ajustadas para tais objetivos.

As transformações sociais amplas só podem ocorrer a partir das construções cotidianas, partindo dos níveis mais básicos da sociedade. A organização autogestionária dos movimentos sociais – que envolve decisões compartilhadas em relação ao planejamento e aos processos decisórios – torna-se, portanto, um meio fundamental, senão imprescindível, para que se construa um modelo de poder autogestionário, que possa contar com os ganhos de curto prazo para o acúmulo de força das classes dominadas. Esses ganhos, entretanto, não podem se furtar de um objetivo estratégico que, mesmo sendo de longo prazo, deve nortear o fortalecimento de um modelo de poder que se contraponha ao atual e que possa alicerçar as bases da autogestão e impulsionar um processo de transformação social amplo, por meio de conquistas concretas, nas distintas esferas (melhoria de condições econômicas, maior participação política, etc.) e da construção subjetiva que poderá fortalecer culturas e ideologias próprias das classes dominadas e potencializar a vontade dos agentes envolvidos.

Esse projeto de longo prazo exige uma superação, dentro dos movimentos sociais, das posições essencialmente de curto prazo e as demandas corporativas, de seu próprio setor. Por isso, superar os objetivos de curto prazo e promover uma integração dos movimentos sociais em prol de um objetivo de transformação mais amplo torna-se peça-chave nesse processo, sendo necessária, para isso, uma estrutura orgânica mais ampla, articulada em uma organização popular intersetorial, ou em um tipo de "frente de classes dominadas", que possam constituir o cerne da transformação social rumo a um modelo de poder autogestionário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albert, Michael. Buscando a autogestão. In: Albert, Michael; Chomsky, Noam; Ortellado, Pablo; Bookchin, Murray; Guillén, Abraham (Org.). *Autogestão hoje*: teorias e práticas contemporâneas. São Paulo: Faísca, 2004.

Bakunin, Mikhail. *Estatismo e anarquia*. São Paulo: Imaginário/Ícone, 2003.

Berthier, René; Vilain, Eric. *Marxismo e anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2011.

Bobbio, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UNB, 2004.

Cavalcanti, Gustavo C. V. *Uma concessão ao passado*: trajetórias da união dos movimentos de moradia de São Paulo. 148 p. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – USP, São Paulo, 2006.

Clausewitz, Carl von. *Da guerra*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

Corrêa, Felipe. Movimentos sociais, burocratização e poder popular. In: Corrêa, Felipe. *Ideologia e estratégia*: anarquismo, movimentos sociais e poder popular. São Paulo, Faísca, 2011a.

_____. *Para uma teoria libertária do poder*. São Paulo: Estratégia e Análise, 2011b.

Errandonea, Alfredo. Apuntes para una teoría de la participación social. *Comunidad*, Estocolmo, n. 50, 1985.

_____. *Sociologia de la dominación*. Montevideu/Buenos Aires: Nordan/Tupac, 1989.

Foucault, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2005.

Ibáñez, Tomás. *Poder y libertad*. Barcelona: Hora, 1982.

_____. Por un poder político libertario. In: Ibáñez, Tomás. *Actualidad del anarquismo*. Buenos Aires: Anarres, 2007.

López, Fabio López. *Poder e domínio*: uma visão anarquista. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.

McAdam, Doug; Tarrow, Sidney; Tilly, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova,* São Paulo, Cedec, n. 76, p. 11-48, 2009.

Poulantzas, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

Rocha, Bruno Lima. *A interdependência estrutural das três esferas*. 321 p. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) – UFRGS, Porto Alegre, 2009.

Russell, Bertrand. *O poder*: uma nova análise social. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Samis, Alexandre. Pavilhão negro sobre pátria oliva. In: Colombo, Eduardo; Colson, Daniel; Antonioli, Maurizio (Org.). *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo: Imaginário, 2004.

Schmidt, Michael; van der Walt, Lucien. *Black flame*: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism. Oakland: AK Press, 2009.

Tragtenberg, Maurício. *A revolução russa*. São Paulo: Faísca, 2007.

van der Walt, Lucien. *Debating power and revolution in anarchism, black flame and historical marxism*. Johannesburg, 2011.

Weber, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: UNB, 2009. v. I e II.

A SOCIOLOGIA CULTURAL E SEU ENSINO

Claude Lévi-Strauss*

[175]

Os sociólogos se encontram ainda no estágio em que há mais preocupação de se saber o que seja sociologia do que de estudar a sociedade. A superabundância dos estudos dos fatos e seu pouco alcance condenam as concepções universitárias. A bem dizer, é surpreendente reconhecer que, depois de um século de reflexões ininterruptas sobre os fenômenos sociais, não possuímos ainda um tratado sistemático de sociologia do gênero dos proporcionados por Wundt e William James na alvorada da psicologia.

Aqueles que atribuem tal fato a um erro metodológico[1] são responsáveis pelo mesmo abuso que acabo de assinalar. Disso devemos simplesmente concluir que, do ponto de vista dos resultados, bem como dos métodos, a Sociologia não atingiu ainda o estágio em que se encontrava a psicologia aproximadamente em 1880.

As obras gerais, em sua grande maioria, concebem a sociologia como uma espécie de método universal que permite abordar todos os problemas defrontados, sob qualquer título, pelo homem. A sociologia jurídica encara as questões de direito; a sociologia econômica, a da economia política; a sociologia religiosa concerne à história das religiões, etc. Oferece-se, pois, não uma síntese, mas uma visão sintética insípida do conjunto dos estudos sociais, como se um único indivíduo, desde que se intitule sociólogo, fosse capaz de resolver uma quantidade prodigiosa de problemas, dos quais cada [176] um requer, para seu estudo particular, um número respeitável de especialistas.

O perigo dessa concepção usual é duplo: de um lado, a sociologia se apresenta no plano de uma "filosofia das ciências sociais", pois, na impossibilidade de

* Publicação original: Lévi-Strauss, C. A sociologia cultural e o seu ensino. *Anuário da Faculdade de Filosofia*, Ciências e Letras 1934-1935, edição fac-símile, p. 175-184, [1937] 2009.

1 Znaniecki, F. The object matter of sociology. *The American Journal of Sociology,* I-XXXII, jan. 1927.

submeter os problemas a um tratamento real, o tratamento especulativo continua a se apresentar como um refúgio de "*tout repos*".

Em seguida, ela orienta a sociologia para preocupações práticas e normativas. Ora, se entendermos por ciência um esforço de sistematização racional que se exerce sobre certa classe de dados empíricos, é evidente que uma disciplina, preocupada com aplicações práticas, não poderia ser uma ciência. Toda atividade prática utiliza dados de várias ciências. A construção de uma ponte tanto exige conhecimentos físicos quanto matemáticos, geológicos ou botânicos. A arte social — caso exista — não se apoia menos sobre a biologia e a psicologia do que sobre a sociologia propriamente dita. E não pertence mais a esta última mais do que, em relação à física, a arte do engenheiro que dela é um ramo ou uma aplicação.

* * *

Um esforço de definição arbitrária não basta para dar nascimento a uma ciência nova. A sociologia não nascerá de especulações metodológicas, mas da extensão espontânea dos resultados cientificamente válidos que o estudo das coletividades humanas tem fornecido até hoje. São os da arqueologia e da etnologia: uma entendendo-se com as sociedades como já desaparecidas, a outra com as sociedades como primitivas. Uma e outra, tal como a própria sociologia, realizando um estudo de *cultura,* isto é, dos modos de vida das coletividades humanas. Entendemos, com efeito, por cultura: a) um conjunto dado de gêneros de vida; b) distribuídos no interior de uma área geográfica; c) ela mesma determinada pela análise estatística da repartição dos traços; d) que possui uma continuidade espacial e temporal no interior da área; e) e apresentando por isso mesmo um caráter superindividual. [177]

Dizemos que esses gêneros de vida (por exemplo, na sociedade moderna, o hábito de fumar cigarros de papel, a ideologia democrática, o uso do colarinho, o sistema parlamentar, o jogo do *rugby*, os métodos de remoção dos detritos domésticos, a teoria da relatividade, o uso da eletricidade, etc.) apresentam – e por isso caracterizam sociedades humanas – um modo determinado de comportamento; a sociologia é o estudo desses modos de comportamento, porque a noção de sociedade se resolve, quando analisada, em uma simples palavra que utilizamos para designar um conjunto. Não se objete que essa definição conduz a sociologia à etnologia[2], pois é evidentemente de uma divisão toda contingente do trabalho que provém a limitação dos trabalhos etnológicos às civilizações primitivas.

2 Hocart, A. *Les progrès de l'homme*. Paris: Payot, 1935.

A observação inicial é a seguinte: só os métodos pacientes e modestos aplicados às sociedades primitivas pelos "trabalhadores sobre o terreno" fizeram, desde cinquenta anos, progredir nosso conhecimento das sociedades humanas. Quando tais métodos — e outros, sem dúvida, que ainda não percebemos — puderem ser aplicados, não só aos selvagens e povos desaparecidos, mas a todas as coletividades, inclusive à sociedade moderna, estaremos de posse de uma ciência na qual se fundirão etnologia e sociologia e que terá o nome de uma, da outra ou um terceiro, o que não importa. O papel da sociologia cultural, sintetizando os resultados já obtidos em seus respectivos domínios pela etnologia e pela sociologia tradicionais, é o de promover essa evolução.

* * *

Eis pelo quê não posso estar inteiramente de acordo com o senhor Fernando de Azevedo, quando escreve em seu belo livro:

> Se, porém, incluirmos na definição de cultura não só as criações imateriais (costumes e instituições, etc.) como também as criações materiais do homem (móveis, utensílios, veículos e, em geral, os complexos dependentes de um dado material), estes estudos referentes aos dados materiais ou tecnológicos, de um alto interesse [178] antropológico e etnográfico, ultrapassam o domínio sociológico[3].

Com efeito, o que delimita uma ciência não é a natureza dos fatos que ela reserva para si. Falando estritamente, todas as ciências estudam os mesmos fenômenos. A usura de uma máquina é um fato físico, já que ela exprime a capacidade de resistência de um metal; químico, se um sal foi porventura introduzido na fundição; geográfico, na medida em que o fenômeno é explicável pelo clima; sociológico, finalmente, se decorrente da ação de um *saboteur*. Uma ciência não é, pois, definível pela categoria dos fatos que ela isola, mas pelo *sistema de relações* onde esses fatos são suscetíveis – ao mesmo título que muitos outros – de estarem implicados. Só esse sistema constitui por sua análise um objeto específico.

Ora, é conveniente notarmos que, do ponto de vista das relações específicas que são o objeto da sociologia, não há nenhuma diferença entre o comportamento social de um costume e o de um objeto. Quando um etnólogo estuda um produto

3 Azevedo, F. *Princípios de sociologia*. São Paulo: Nacional, 1935. p. 381. Apoiando sua concepção, o senhor F. de Azevedo cita a seguinte frase do senhor Bouglé: "O aspecto social da nutrição não está no facto de comer, nem no que se come, mas na *maneira* de comer". Mas onde encontrar um melhor exemplo de fato social que, para um dado povo, o fato de escolher tal alimento e excluir tal outro?

material, por exemplo, o arco, procura a data e o local de seu nascimento, quais os fatores que explicam esse nascimento e sua localização no seio de um ciclo cultural dado, como finalmente o arco se expandia, onde penetrou, as modificações culturais que trouxe, etc. Mas, quando um sábio — qualquer que seja seu nome — analisa uma instituição, digamos o totemismo, que poderia nele procurar senão precisamente esses mesmos caracteres para os quais a experiência revela um idêntico modo de comportamento?

Por mais paradoxal que pareça a afirmação, temos razão afirmando que o objeto da sociologia não é o *social,* mas o *cultural.* O social está compreendido no cultural, como uma de suas categorias. Não representa um conjunto de fenômenos específicos. Afirmando isso, não estamos em contradição com Durkheim, muito pelo contrário. Durkheim tinha perfeitamente apreendido a especificidade do estudo sociológico, mas não concebera ainda sua extensão. Quando afirma a especificidade das relações sociais, é relativamente às relações geográficas, psicológicas, etc. Apontamos [179] apenas a seguinte precisão a seu comentário: o caráter de especificidade não pertence ao fato social *como tal,* mas, na medida em que exprime um dos aspectos, é um dos "complexos" cujo conjunto constitui o domínio da cultura.

Substituindo a célebre fórmula das "Regras" — os fatos sociais não podem ser explicados senão por fatos sociais — por uma nova fórmula — *omnis cultura ex cultura*[4] —, a sociologia cultural não trai o autor de "O Suicídio"; ela permanece na linha de sua inspiração[5].

Os dois programas se correspondem; com efeito, um traço cultural, qualquer que seja ele, depende de leis que não se reencontram, nem no domínio da biologia nem no da psicologia, que aparecem no momento em que a noção de cultura está constituída e desaparecem com ela. E, quando tendo seguido o traço cultural em todos os seus deslocamentos e suas transformações, o sociólogo, conduzido à sua aparição inicial, dá a esta o nome de "mutação"[6], o faz para exprimir, fora de toda a consideração metafísica, que, a partir do momento em que o traço cultural não é mais formulável em termos de cultura, escapa à sua análise para pertencer a outras disciplinas.

---

4 Lowie, R. *Culture and ethnology*. New York: Peter Smith, 1929. ch. IV, p. 66.

5 Sobre tal ponto, poderemos, sem dúvida, recorrer a um adversário encarniçado da sociologia cultural: "Foi Durkheim o primeiro a atribuir aos fatos culturais uma existência exterior e constrangedora. É pois seu ponto de vista que reaparece na concepção culturista do supra-individual, embora em termos modificados" (Abel, T. Is a cultural sociology possible? *The American Journal of Sociology*, Mars 1930).

6 Montandon, G. Prefácio. In: Hocart, A. *Les progrès de l'homme*. Paris: Payot, 1935.

Não há, pois, razão que afirme ser o caráter consciente um elemento indissociável do fato social[7]. Este – dizem – é essencialmente "cousa de alguém". Uma lei que se não considera como "representada" reduz-se a uma série de traços pretos sobre branco. Um quadro definido, sem considerar sua natureza como espetáculo, é apenas uma marca de manchas coloradas. Mas um elemento consciente é indispensável a qualquer ciência, seja qual for. É a consciência do sábio que transforma em fato científico o que, por si só, não passa de um aglomerado de sensações. Responder-nos-ão, sem dúvida, que, em matéria de fatos sociais, a consciência não está [180] apenas no indivíduo que estuda, mas também no objeto estudado. Pretendemos, ao contrário, que uma análise científica não deve, em caso nenhum, considerar este último elemento. É porque considero um desenho africano como um puro conjunto de linhas e cortes que posso conhecer a cultura negra. Qualquer outra atitude conduziria a especulações perigosas sobre a alma do indígena[8].

A essas razões gerais ajunta-se outra, tirada da consideração das exigências imediatas das pesquisas sociais. Conhecemos as instituições, os costumes das coletividades, como se desenvolveram durante um período de aproximadamente dez mil anos. Sua cultura material, no entanto, nos é parcialmente dada para uma duração que podemos avaliar bem maior que dez vezes tal tempo. Se nos transportarmos do tempo para o espaço, a relação é quase a mesma. A civilização material dos povos primitivos é conhecida em conjunto, mas a verdadeira significação das instituições sociais, sua materialidade, só agora começa a ser entrevista, o que é suficientemente demonstrado pelo completo revolucionamento de nossas concepções sobre as sociedades australianas. Restringir o sociológico ao social é, pois, reduzir a nada toda a possibilidade de generalização. O estudo do objeto revela um comportamento idêntico ao da instituição. Referindo-se, porém, a períodos históricos infinitamente mais longos, a espaços geográficos infinitamente mais vastos, permite perceber relações igualmente válidas no domínio dos costumes e das regras sociais, mas cujo estudo jamais teria bastado para desentranhar.

Não é tudo. Na medida em que Durkheim teve profunda razão, afirmando que os fatos sociais devem ser tratados "como coisas", é evidente que as coisas sociais realizam essa reivindicação de modo todo imediato, enquanto as repre-

---

7 Znaniecki, F. The object matter of sociology. *The American Journal of Sociology,* I-XXXII, jan. 1927.

8 Pretendeu-se, por vezes, assimilar ao behaviorismo a concepção que defendemos aqui; nada mais absurdo. A sociologia cultural é exatamente o contrário do behaviorismo. Este quis, *à tort*, banir a consciência do domínio que é seu por excelência: o da psicologia. A sociologia cultural pretende, ao contrário, impedir que se introduza a consciência em um domínio que lhe é totalmente estranho.

sentações pedem um trabalho preliminar de redução. Tomemos um exemplo: se Durkheim realizou completamente o programa traçado em "As regras", foi bem em sua memória, contestável quanto à conclusão, mas metodologicamente [181] admirável, sobre *Les origines de la prohibition de l'inceste*[9]. O fim é reduzir a interdição moderna das relações consanguíneas à regra de exogamia em vigor nas sociedades totêmicas. Por que agora tal redução de uma regra jurídica a outra regra jurídica? Precisamente porque a proibição do incesto, impregnada de valorações morais e de reações tornadas instintivas, aparece-nos necessariamente com um caráter ideal. Reduzindo-a, pela análise crítica, a um fenômeno totêmico, retira-se dele a significação emotiva, moral, filosófica, e passa a existir como se não fosse atualmente pensada, conferindo-lhe caráter de coisa.

O trabalho sociológico, porém, só então começa, porque o fato da exogamia, sua relação com o totemismo, sua sobrevivência em nossa civilização devem ainda, pelo método cultural, ser reduzidos a elementos seja inteligíveis, seja irredutíveis. Toda a memória de Durkheim — quer ele tenha ou não percebido isso — é apenas um tratamento prévio do fenômeno social, destinado a lhe conferir esse caráter de coisa, que dá margem ao esforço intelectual. Ora, esse caráter, um machado ou um vaso o possuem de modo imediato. Não nos devemos, pois, admirar, se os resultados fundamentais aos quais chegamos no estudo das coletividades humanas são devidos à arqueologia e à etnologia e se a sociologia, sem o estudo dos objetos materiais e sem o conhecimento de seu comportamento (aplicável e aplicado, já se vê, ao conjunto dos fenômenos sociais), se acha praticamente paralisada.

Não esqueçamos, todavia, que esse conhecimento tira todo o seu valor de suas possibilidades de generalização. O objeto é apenas o sinal visível do grupo que o utiliza. Que admirável programa, para a sociologia cultural, tentar explicar o nascimento, o desenvolvimento, o itinerário de uma crença, religião, superstição, teoria científica! Ter-se-á já pensado no que poderia trazer em sugestões sociológicas a manifestação visível, no plano de uma cidade, no momento em que uma notícia é difundida pelo rádio, dos diferentes pontos onde é recebida como verdadeira ou falsa? Tais investigações deveriam, porém, para ter eficácia, ser conduzidas como se se tratasse não de uma representação, de uma crença, de uma atitude [182] mental, mas precisamente de um objeto desprovido de elemento consciente; como esse, manifestariam as mesmas relações objetivas, cujos reconhecimento, verificação e desenvolvimento são a base essencial de qualquer trabalho sociológico. Invenção, difusão, acúmulo e continuidade oferecem, para o estudo das instituições, como

9 *Année Sociologique*, 1º ano, p. 1-70.

para o dos objetos, as categorias fundamentais do comportamento das coisas sociais.

* * *

É sem dúvida supérfluo notar que essa atitude nada tem de comum com a posição habitualmente designada sob o nome de "materialismo histórico". Expresso nos termos da sociologia cultural, o determinismo econômico significa que o complexo técnico é, relativamente aos outros, um complexo dominante. Que essa afirmação seja ou não fundamentada, isso representa um ponto de vista no *interior* da sociologia cultural. Aceitemo-lo ou o rejeitemos, as razões pelas quais demos conta da importância dos elementos materiais na análise da cultura subsistem integralmente. Deveremos, por outro lado, lembrar que o verdadeiro fundador da sociologia cultural – quero dizer Friedrich Ratzel – dificilmente poderia ser tido como marxista e que o único filósofo a que se tenham abertamente ligado certos teóricos da cultura — o que, de nossa parte, não podemos aceitar — é o autor da Evolução Criadora?

Não é menos curioso se ver alguns adversários da sociologia cultural, como parte do marxismo, aliarem-se à uma parte do americanismo. Sem dúvida, o ponto de vista cultural conta, nos Estados Unidos, com ilustres defensores; aí também se encontram seus mais encarniçados adversários[10]. A lista, porém, dos teóricos europeus de cultura não é menos imponente. Rivers e Elliot Smith na Inglaterra; Ratzel, Graebner, Schmidt, Menghin, Frobenius, na Europa Central; e Montandon na França bastam para conferir ao movimento um valor universal. Podemos facilmente disso nos inteirar vendo até que ponto na luta contra a sociologia cultural recomeça a história: nem ao menos há o esforço de ajustar a esse novo uso os velhos argumentos que serviram no combate a [183] Durkheim: desconhecimento dos valores morais, acusação de materialismo, etc. Afirma-se novamente a irredutibilidade das ciências da natureza e das ciências do homem[11]; como anteriormente Tarde, invoca-se, contra a especificidade do fato cultural, a explicação pela psicologia[12]. É que, como antigamente Durkheim e seus colabora-

10 Para os primeiros, Wissler, Lowie, Goldenweiser, Kroeber; Allport e Abel para os segundos.

11 "Não pode haver nenhuma conexão lógica possível entre os juízos científicos... e aqueles de que são o objeto os fenômenos culturais. Há aí dois planos de investigação científica que nunca podem coincidir, mesmo parcialmente" (Znaniecki, op. cit., p. 537).

12 O psicólogo americano Floyd H. Allport denuncia o "erro de substituir o grupo como um todo como princípio de explicação, aos indivíduos no grupo" — "O que o sociólogo chama uma instituição é, do ponto de vista do psicólogo, simplesmente as modalidades semelhantes e recíprocas da conduta individual, retinidas aos utensílios que o indivíduo fabricou para manifestá-las" (citado por Willey, M. The validity of the culture concept. *The American Journal of Sociology*, September 1929).

dores das "Année" faziam, a sociologia cultural luta hoje pelo estabelecimento de uma sociologia positiva: a sociologia será cultural ou não existirá.

* * *

A sociologia cultural possui na América do Sul títulos particulares. Foi ao Brasil, ao Paraguai, à Bolívia que Nordenskiöld pediu os elementos de seus admiráveis *Comparative ethnographical studies*, perfeita ilustração do método cultural.

Força é, pois, reconhecer que o ensino da sociologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não está exatamente adaptado às exigências de nosso ponto de vista. Os programas exigiriam séria revisão. Particularmente contestável parece ser o agrupamento de matérias exigidas para os exames de fim de ano.

A importância dos conhecimentos filosóficos para os estudantes de sociologia não pode ser posta em dúvida. Conviria, porém, precisá-los para o fim a que se destinam: a história da filosofia deve ter por função desembaraçar o programa propriamente sociológico do estudo, anacrônico em tal lugar, da filosofia social. O ensino psicológico deveria estar inteiramente "centrado" em torno do problema, fundamental para a sociologia cultural, de saber em que medida a cultura exprime estruturas mentais inatas do homem, em que medida [184] ela é adquirida e quais são os processos neuropsíquicos dessa aquisição; enfim, a lógica, ausente atualmente do programa, permitiria aos estudantes conceberem a importância da evolução metodológica atual da sociologia.

O erro essencial dos programas reside na ausência aproximadamente completa de elos entre ensino sociológico e geográfico, de um lado, sociológico e etnográfico de outro. Um curso facultativo de geografia humana está previsto, é verdade, para os estudantes de sociologia, mas a geografia geral não lhes é menos indispensável. O desenvolvimento crescente de pontos de vista ecológico e cultural impõe à sociologia métodos de trabalho — estatísticas de repartição espacial, estabelecimento e interpretações de mapas culturais, etc. — que pertencem, antes de tudo, à geografia. Só uma boa formação geográfica poderia assegurar-lhes solidamente a prática.

Devemos, enfim, considerar como necessária a obrigação para nossos estudantes de seguirem os cursos de etnografia. Relativamente à sociologia cultural, esforço de sistematização racional, a etnografia, ciência puramente descritiva, conserva evidentemente sua independência. Mas quem não vê a intimidade dos elos que as unem? Não nos cabe dizer se um estudante de etnografia deve ser um sociólogo, mas é fora de dúvida que um sociólogo deve, em primeiro lugar, possuir boa formação etnográfica, já que a existência da sociologia cultural, inteiramente nascida "sobre o terreno", é, antes de mais nada, a confirmação esmagadora destas

palavras de Durkheim: "A etnografia muitas vezes determina, nos diferentes ramos da sociologia, as mais fecundas revoluções"[13].

13 "As formas elementares da vida religiosa" (p. 9).

Tradução

A MEMÓRIA, O *HOMUNCULUS* E A ARTE DA FICÇÃO

Gianfranco Pecchinenda*
Tradução de Irene Rossetto Giaccherino e Lucas Amaral de Oliveira**

De acordo com certa interpretação teórica – que, inclusive, está também difundida entre muitos estudiosos das ciências sociais e que, aqui, busco combater por considerá-la prejudicial e enganosa –, a literatura, as obras de ficção e um pouco de toda a arte em geral se caracterizariam por sua falta de "finalidade prática". Trata-se de um tipo de interpretação que, ao longo do tempo, deu vida a visões da realidade e também a teses de caráter mais ou menos elaboradas, de incertas origens românticas, que me parecem essencialmente falsas.

Seria necessário, ao contrário, partir da seguinte consideração: a história nos ensina que apenas nas sociedades que conseguiram se organizar de modo a produzir certo bem-estar material e, digamos, certa prosperidade coletiva, exclusivamente nelas, as obras de arte e de ficção foram valorizadas e apreciadas enquanto tais, isto é, como objetos de mercado, suscetíveis de serem comprados ou vendidos, mas cujo valor é absolutamente independente de qualquer utilidade prática.

E isso porque, ao contrário daquilo que sustentam nossos ingênuos intérpretes supracitados, a arte é um produto que caracteriza e faz autenticamente humanos aqueles seres que, de um ponto de vista evolucionista, conseguiram superar a pura e simples condição de sobrevivência. O fato de que a arte exista em toda a parte – distintas sociedades conheceram e desenvolveram seus diversos gêneros de

Recebido para publicação em 09/12/2012.
Aceito para publicação em 14/12/2012.

* Atualmente, é professor de Sociologia dos Processos Culturais e Comunicativos na Universidade de Nápoles "Federico II". Entre suas publicações mais importantes, estão: *Il Foglio e lo Schermo* (2004); *Videogiochi e cultura della simulazione* (2003); *Culture erranti* (2002); *Dell'identità* (1999); *La memoria consumata* (1996); *La memoria e i silenzi* (1992). O presente ensaio, ainda inédito, representa o núcleo de um livro que está sendo produzido e que abordará a relação entre literatura, memória e identidade, a partir de uma perspectiva sociológica.

** Alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo

modo substancialmente similar – deveria ao menos nos fazer entender com maior clareza sua extraordinária função adaptativa do ponto de vista da seleção natural.

Uma adaptação surpreendente, e não menos útil que a obsidiana, o silício, a organização familiar ou a invenção da escritura. "Porque a arte – como sustenta o refinado intelectual mexicano Jorge Volpi –, em especial a arte de ficção, ajuda-nos a predizer os comportamentos dos outros e a conhecer a nós mesmos, o que pressupõe uma grande vantagem frente às espécies menos conscientes de si". Na prática, "a arte não é apenas uma prova da nossa humanidade: nós somos humanos graças à arte"[1].

O mesmo vale para a literatura e, mais em geral, para a ficção. Os mecanismos cerebrais por meio dos quais nós nos aproximamos da realidade são substancialmente idênticos àqueles que utilizamos no momento em que elaboramos ou apreciamos uma obra de ficção. Não percebemos simplesmente nosso ambiente: nós o recriamos, o manipulamos e o reordenamos, continuamente, na obscura interioridade de nossos cérebros – não apenas como testemunhas, mas como artesãos da realidade. Reconhecer o mundo e inventá-lo são dois mecanismos paralelos dificilmente distinguíveis, inclusive do ponto de vista puramente cerebral.

A FALÁCIA DO SENSO COMUM

Todavia, como notava em seu tempo Karl Popper, a força do senso comum tende a sustentar a falaz ideia segundo a qual nosso cérebro – que ele definiu como "mente recipiente" –, frente aos confrontos com o mundo exterior, comporta-se como um tipo de vaso "vazio e neutro" a ser preenchido com conteúdos (estes também paradoxalmente neutros) provenientes do assim chamado mundo exterior.

O senso comum – sustentava mais precisamente Popper – deve ser sempre considerado como o ponto de partida de nosso conhecimento do mundo. Ele fornece as bases sobre as quais foram edificadas, e ainda hoje o são, as mais difusas teorias filosóficas do conhecimento. No entanto, apesar de reconhecer nele a centralidade "prática" – que é um aspecto extremamente importante para os propósitos de nosso discurso –, o senso comum e todas as suas teorias não podem ser aceitos acriticamente de um ponto de vista sociológico.

> A teoria do senso comum – escreve Popper – é simples. Se você ou eu queremos conhecer alguma coisa ainda não notada no mundo, nós devemos abrir os

1 Volpi, Jorge. *Leer la mente*: el cerebro y el arte de la ficcion. Madrid: Alfaguara, 2011. p. 15.

> olhos e olhar ao redor. E devemos endireitar os ouvidos e escutar os rumores, especialmente aqueles feitos por outras pessoas. Assim, nossos vários sentidos são as fontes do nosso conhecimento – as fontes ou as entradas da nossa mente.

Em muitas ocasiões – como já dito –, Popper adora definir tal paradigma como *teoria da mente-recipiente*. E a tese mais importante dessa teoria é fundamentada na ideia de que o homem aprende tudo, ou pelo menos boa parte, "por meio do acesso da experiência a partir de nossas aberturas sensoriais, de modo que toda experiência consiste em informações recebidas por nossos sentidos". Popper sustenta que a teoria da mente-recipiente seja substancialmente errônea e enganosa, além de ser ingênua em todas as suas possíveis versões. Em suma, a teoria do conhecimento do senso comum, tal como a descrevemos, apresentaria os seguintes erros fundamentais: a) há um conhecimento no sentido subjetivo do termo, que consiste em disposições e expectativas; b) há também um conhecimento no sentido objetivo, conhecimento humano esse que consiste em expectativas linguisticamente formuladas sujeitas à discussão crítica. A teoria do senso comum – e as teorias do conhecimento que se baseiam nela – não consegue ver que a diferença entre tais modalidades do saber é de significação mais ampla.

Na verdade, não se pode deixar de reconhecer, ainda que se repousando apenas sobre uma primeira e superficial reflexão, como todo o nosso conhecimento seja, em realidade, impregnado de teoria desde o princípio. Não se pode deixar de reconhecer – como diria Popper – que "todo o conhecimento humano é sempre de caráter conjetural".

FICÇÃO E EVOLUÇÃO

Então, o primeiro ponto crucial é exatamente o seguinte: todo o nosso conhecimento é substancialmente de tipo *conjetural*. A isso, segue-se que, se nosso cérebro, a um determinado ponto de nossa história evolutiva, alcançou um nível tal de desenvolvimento, engrandecendo-se de forma até desproporcional em relação ao resto do corpo, foi para nos proporcionar uma capacidade de reagir melhor e de maneira mais imediata às ameaças externas. Em outras palavras, nós nos tornamos especialistas no ato de gerar conhecimento de caráter conjetural cada vez mais confiável. Esse foi o mecanismo que tornou efetivamente possível um enorme e imprevisível *salto evolutivo,* que nenhuma outra espécie aperfeiçoou com tamanha intensidade e que, a certo momento, nos permitiu observar a nós mesmos e nos convenceu de que, em alguma parte de nossa interioridade, existe

um centro, um *eu* que nos estrutura, controla-nos, torna-nos aquilo que somos. O ego teria surgido, nessa medida, como uma espécie de *homunculus*[2].

Nesse sentido, a arte, sobretudo a arte da narração e da ficção, teria representado o instrumento evolutivo necessário pelo qual o homem se dotou para, assim, gerar e gerenciar um conhecimento de caráter conjetural. Tentemos agora ver de que forma isso ocorreu.

A narração – como se sabe – é o modo principal por meio do qual os seres humanos organizam e constroem suas relações com a temporalidade[3] e – por intermédio de sua "gramática" – é o modo que possibilita a criação de uma "realidade" ou de um "mundo" *possível* e não necessariamente exato, objetivo, verdadeiro ou verificável empiricamente.

Segundo uma sugestiva intuição de George Steiner, *o tempo*, em particular a percepção humana do *tempo futuro* ("a capacidade de discutir fatos que poderiam acontecer no dia seguinte ao próprio funeral ou em um milhão de anos no espaço interestelar"), seria uma característica surgida relativamente tarde na evolução da linguagem humana. O que me parece de maior interesse é que o mesmo vale para o subjuntivo e para os modos contrafactuais ligados aos tempos futuros.

> Apenas o homem – escreve Steiner –, tanto quanto podemos conceber, dispõe dos meios para modificar o próprio mundo por intermédio das *orações subordinadas condicionais*, gerando expressões do tipo: "se Cesar não tivesse ido ao Monte Capitolino aquele dia...". Parece-me que essa "gramatologia" imaginária e formalmente incomensurável dos futuros verbais, subjuntivos e dos modos "optativos"[4] tenha desempenhado um papel indispensável, tanto ontem como hoje, para a sobrevivência e para a evolução do *animal linguístico*[5].

A partir de tais considerações, o eixo da pesquisa contemporânea pareceria evidenciar um tendencial deslocamento de uma orientação de caráter dominantemente ontológico para uma orientação fundada, sobretudo, em processos relacionais e comunicativos; isto é, uma pesquisa orientada não mais em direção

---

2 Pecchinenda, Gianfranco. *Homunculus*: sociologia dell'identità e auto narrazione. Nápoles: Liguori, 2008.

3 Consultar, sobretudo, a obra de Paul Ricoeur.

4 Do latim *optativus*, que exprime desejo. Trata-se do modo de conjugação verbal frequente em algumas línguas indo-europeias antigas. Sua função central é exprimir uma vontade ou a esperança de algo. Nas línguas que o possuem, a esse modo verbal se opõem o que conhecemos como indicativo (ou seja, o modo da ação real) e subjuntivo (o modo com valor de ação prospectiva). Segundo alguns dicionários, o modo *optativo* é o qualificativo de modo verbal existente no grego, por exemplo, e que exprime desejo e potencialidade.

5 Steiner, George. *Grammatiche della creazione*. Milão: Garzanti, 2003. p. 11.

à análise descritiva e formalizada de determinados *modos de ser*, mas sim em direção a uma análise narrativa das *intenções do ser* no âmbito de uma realidade conjugada "no subjuntivo" ou, ainda, em direção a um modo gramatical cujas formas – como explicou muito eficientemente Jerome Bruner – "são utilizadas para denotar uma ação ou um estado assim como são concebidos (e não como um fato) e, por isso, usadas para exprimir um desejo, uma ordem, uma admoestação, ou ainda um evento contingente, hipotético ou previsto"[6].

A assim chamada *subjuntivização*[7] da realidade implicaria, por sua vez, a produção de um universo de referência no qual temos que lidar não mais com certezas estáveis, mas sim com possibilidades humanas hipotéticas, ou seja, com aquelas que são denotadas pelos *optativos*, ou melhor, pelos modos gramaticais de desejo que *abrem o cárcere da necessidade fisiológica e das leis mecânicas*. De acordo com uma feliz expressão de Milan Kundera, trata-se de colocar no centro das atenções não tanto a dita *realidade,* mas a *existência*. Esta não é necessariamente limitada ao que de fato se realizou, mas se torna "o próprio campo das possibilidades humanas, de tudo aquilo em que o homem pode se transformar, de tudo aquilo que ele é capaz"[8].

A passagem desses àqueles temas, tão delicados quanto fascinantes, atinentes à relação entre "*ficção* e *realidade*", é extremamente breve. Isso acontece, com muito mais força, ao convocar à mesa uma mente atinada e sábia do calibre de Jorge Luis Borges para refletir, por meio de suas palavras, sobre o fato de que:

> Se pensarmos numa personagem histórica do passado, como, por exemplo, Alexandre Magno, e se pensarmos numa personagem literária como Macbeth, não estaríamos pensando neles de maneira distinta. Vale dizer que, a longo prazo, todos os seres tornam-se memória, não apenas os seres de carne e osso, mas também os da literatura. Nós mesmos, aliás, depois da nossa morte, seremos tão reais ou irreais como o são os personagens literários. No caso das pessoas famosas, elas podem tornar-se tal até mesmo em vida, ou seja, podem ser imaginados pelos outros. Não há dois modos diversos de se imaginar um personagem [...], e o fato de que um tenha sido criado com as palavras e outro existido em carne e osso não pressupõe uma diferença: devemos imaginar ambos de modo idêntico.

6 Bruner, Jerome. *La mente a più dimensioni*. Roma: Laterza, 2003. p. 33-34.
7 No original, *congiuntivizzazione*.
8 Kundera, Milan. *L'arte del romanzo*. Milão: Adelphi, 1988. p. 68.

Esse é um tema muito caro, como é sabido, a outras figuras de grande envergadura da literatura do início do século XX; basta pensar em Miguel de Unamuno e Luigi Pirandello, dois dos principais autores daquele original e verdadeiro manifesto artístico segundo o qual a ideia de ficção narrativa deveria ser considerada um dispositivo mais adequado para atenuar a mais efêmera das possíveis fronteiras entre realidade e ilusão artística, assim como um instrumento de investigação não apenas filosófico-existencial, mas inclusive histórico e sociológico.

> Eu digo – escrevia o grande Don Miguel de Unamuno, já no longínquo ano de 1927 – que nós, os autores, os poetas, nós nos criamos e recriamos também quando escrevemos uma história, quando inventamos, quando damos vida às pessoas que pensamos existirem em carne e osso, para além de nós. O meu Alfonso XIII de Bourbon e de Habsburgo-Lorena, o meu Primo de Rivera, o meu Martínez Anido, o meu conde de Romanones não são tanto criações minhas, isto é, partes de mim mesmo, quanto o são o meu Augusto Pérez, o meu Pachico Zabalbide, o meu Alejandro Gomez e todas as outras criaturas dos meus romances? Todos nós que vivemos principalmente da leitura e para a leitura não podemos separar os personagens históricos dos personagens poéticos e ficcionais[9].

E, da mesma maneira, escritores como Camus, Borges ou Rulfo, no ato de narrar-se e no desdobramento que fazem de si em suas obras, sobrevivem como seres de ficção de si mesmos, transformando-se, de criaturas que foram, em personagens que depois perdurarão ali. Como recordava o mesmo Don Miguel de Unamuno, o fato de dizer que Don Quixote e Sancho Pança têm mais realidade histórica que o próprio Cervantes e que não foi Shakespeare o criador de Macbeth, Hamlet, Rei Lear, Falstaff e Otello, mas foram todos esses que criaram o escritor, tudo isso parece não querer entrar na cabeça daqueles que estudaram a história sem um mínimo de senso histórico. Ademais – fazendo referência especial a uma ideia de Pirandello de que partilho com veemência –, à noção de que os seres assim chamados "de ficção" poderão talvez ser menos *reais* que os homens históricos, empíricos e fisiológicos, mas mesmo assim serão mais *verdadeiros* ou, como diríamos hoje, mais *verosímeis*, Unamuno acrescentava ainda: "Os heróis daquilo que chamamos ficção, todos os homens arquetípicos e criadores – ninguém cria

9 Unamuno, Miguel. *Como se hace una novela*. Buenos Aires: Alba, 1927. p. 18-19.

mais de um herói de ficção –, não vivem daquilo que se chama realismo, mas sim de sua própria verdade: a verdade que se afoga no realismo"[10].

O *HOMUNCULUS* NEUROFISIOLÓGICO

Também os exemplos decorrentes da relação entre a literatura e as ciências, como a neurobiologia e a neurofisiologia do cérebro, podem ser extremamente úteis para confirmar essa tese. Inspirando-se na obra de Oliver Sacks e no famoso neurofisiologista russo Alexander Luria, ao contrário, é possível argumentar que, de todas as ciências, a neurologia é talvez a que mais se aproxima da literatura: ambas lidam com a percepção e seus problemas, suas nuanças e cores.

Então, talvez seja oportuno lembrar que alguns dos trabalhos de Luria, especialmente suas análises dos dois famosos "casos biográficos", contidos nos volumes de *Un mondo perduto e ritrovato*[11] e *Un piccolo libro una grande memoria*[12], têm contribuído de uma forma absolutamente original para entender as complexas relações entre neuropatologia e consciência de si. A espinha dorsal desses trabalhos, conduzidos na esteira das brilhantes intuições de seu mestre Lev Vygotsky, era constituída da ideia de que as funções mais básicas do cérebro e da mente não seriam de natureza puramente biológica, mas, ao contrário, seriam influenciadas pelas experiências, pela cultura, pelas relações com os outros e com o mundo ao seu redor. Essa abordagem representava, inclusive, um dos pilares do que havia sido chamado de uma verdadeira "ciência romântica", em oposição à visão clássica da ciência da época, que acreditava que os eventos deveriam ser observados separadamente em suas partes, isolando elementos individuais, analisando-os dos mais simples aos mais complexos e formulando leis e categorias áridas e abstratas. Em contraste, a visão "romântica" não visava dividir a realidade, tampouco reduzir ou simplificar – generalizando – sua enorme riqueza ou suas qualidades individuais ou complexas. Para Luria, era de suma importância "preservar intacta a riqueza da realidade viva", chegando a uma nova forma – muito sociológica – de pensar a natureza do ser humano.

Para esse fim, sobretudo nas obras citadas, os pacientes são apresentados em sua totalidade: a singularidade desses dois "romances neurológicos", tal como se referiu Oliver Sacks em seu ensaio introdutório, "reside em seu estilo, na combinação de uma descrição rigorosa, analítica, com uma compreensão e

10 Unamuno, Miguel. Pirandello y yo. In: *Niebla*. Madrid: Catedra, 2010. p. 82-85.
11 Luria, Alexander. *Un mondo perduto e ritrovato*. Roma: Riuniti, 1973.
12 Luria, Alexander. *Un piccolo libro, una grande memoria*. Roma: Riuniti, 1972.

empatia profundamente pessoal com seus sujeitos"[13]. O primeiro ensaio trata das vicissitudes de L. Zasetskij, um homem ferido durante a Segunda Guerra Mundial por fragmentos de uma bala que lhe causaram um grande dano ao cérebro, especialmente na região occipitoparietal esquerda. Intercalando a voz narrativa do protagonista com digressões de caráter neuroanatômico, Luria consegue nos contar sobre a desagregação devastadora das funções cerebrais e mentais específicas do paciente, à qual corresponde uma fragmentação dramática que afeta sua identidade, de maneira a dilacerar praticamente todos os aspectos de sua vida. "*Na memória não há nada* – diz ele –, não consigo me lembrar de uma só palavra. Tudo o que resta na memória foi pulverizado, literalmente quebrado em partes isoladas, *sem nenhuma ordem*". Seu eu e seu mundo anterior se perderam. Ao mesmo tempo, tendo em vista que seus lobos frontais estão intactos, ele está plenamente consciente de sua situação e é capaz de fazer os esforços mais determinados e engenhosos para melhorá-la.

> Este livro – lembra ainda Sacks em sua obra – não teria sido possível sem tudo aquilo que escrevera o próprio Zasetskij. Por sua amnésia e afasia graves (que lhe impossibilitavam de ler ou lembrar-se daquilo que havia escrito), ele só podia juntar memórias e pensamentos tal como vinham, de forma aleatória e com as dificuldades e lentidões mais pungentes. Muitas vezes ele não conseguia nem mesmo lembrar ou escrever, e na melhor das hipóteses só conseguia escrever poucas frases por dia. No entanto, com perseverança e tenacidade incríveis, conseguiu escrever *três mil* páginas em um período de vinte anos, e depois – e este é o ponto crucial – colocá-las juntas e reorganizá-las, de modo a restaurar e reconstruir sua vida, realizando um conjunto significativo desses fragmentos[14].

A forma como ele conseguiu, reconstruindo sua história, apropriar-se novamente do sentido de tudo aquilo que havia vivido, do significado de *sua própria* vida, é um exemplo extraordinário para a compreensão da relação entre a linguagem, a formação do "si-mesmo" e a autonarração.

O segundo "caso neurológico" retirado das pesquisas de Luria é uma biografia também "extrema", que se opõe diametralmente à primeira. Šeraševskij (o protagonista deste segundo caso) é um *mnemonista*, um homem que se apresenta ao

13 Sacks, Oliver. Introduzione a Lurija. In: Luria, Alexander. *Un piccolo libro, una grande memoria*. Roma: Riuniti, 1972. p. XIII.
14 Sacks, Oliver. Introduzione a Lurija. In: Luria, Alexander. *Un piccolo libro, una grande memoria*. Roma: Riuniti, 1972. p. XV-XVII.

seu médico com uma hipertrofia particularmente exuberante da memória – que, fazendo um paralelo literário, poderia ser muito bem equiparado ao famoso *Funes* narrado por Borges. Também nesse caso, mais do que com um relatório clínico árido e abstrato, encontramo-nos diante de uma interpretação humana daquilo que significa viver com uma mente que registra meticulosamente cada detalhe da experiência, sem ser capaz, contudo, de depreender de tal registo o significado, isto é, de "compreender seu sentido". "Nessa medida – escreveu Jerome Bruner –, a essencialidade da narrativa humana de Luria está no espírito dos personagens de Kafka e Beckett, simbolicamente destituídos do poder de encontrar significados no mundo"[15].

O argumento que Sacks propõe no final de sua apresentação a esse grande e subestimado estudioso é cheia de sentido: ele escreve que nessas obras está presente um "conceito geral" que se aplica a todos os seres humanos, mesmo se o aprendemos por intermédio da análise de casos extremos de caráter patológico. Pensando bem, trata-se da reproposta de uma velha lição que já nos foi transmitida, em sua época, por famosos pensadores como Sócrates, Freud ou Proust:

> [...] que uma vida, uma vida humana, não é uma vida até que seja examinada; que não é uma vida até que seja realmente lembrada e assimilada; e que esta lembrança não é algo passivo, mas absolutamente ativo, uma construção ativa e criativa da vida de um indivíduo, uma descoberta e uma narração da verdadeira vida de um indivíduo. É profundamente irônico que – conclui Sacks –, nesses dois livros maravilhosos e complementares, seja o homem da memória, o *mnemonista*, a ter perdido sua vida, e, ainda, que seja o homem *amnésico*, destruído, que a tenha conquistada e reconquistada[16].

Uma *identidade* se torna tal – poderíamos dizer como conclusão parcial desse discurso tão complexo quanto fascinante – por intermédio da autoconsciência, *se e somente se* se consegue transformar um material mais ou menos cru armazenado na memória (as *memórias* que de uma forma ou de outra se relacionam com a vida que se viveu) em uma história, *em nossa história*.

Porém, uma questão não menos relevante que, eventualmente, pode surgir a esse propósito refere-se, precisamente, à suposta veracidade das memórias

15 Bruner, Jerome. Introduzione a Lurija. Luria, Alexander. *Un mondo perduto e ritrovato*. Roma: Riuniti, 1973. p. X.
16 Sacks, Oliver. Introduzione a Lurija. In: Luria, Alexander. *Un piccolo libro, una grande memoria*. Roma: Riuniti, 1972. p. XVII.

e – também não menos importante – aos critérios mais ou menos legítimos das "provas" que uma coletividade necessita para avaliar sua fiabilidade e autenticidade.

A autoconsciência individual é, de fato, um fenômeno caracterizado por intermitências e irregularidades. Os episódios individuais e circunscritos nos quais os seres humanos elaboram seu sentido de unidade do "si-mesmo", religando os diferentes fenômenos autoconscientes, só podem ser explicados fazendo-se referência, como já mencionado, à questão da *narrativa* e da *autonarração*[17]. É inteiramente aceitável, a esse respeito, a seguinte definição:

> A autoconsciência é uma espécie de discurso através do qual nossa mente procura reunir as diferentes experiências em que o nosso corpo se encontra (e se encontrou) envolvido para torná-las uma unidade. Nesse sentido, a autoconsciência é uma história que se constrói em nossa mente – com base nos conhecimentos que possui, nas regras da linguagem, nas palavras das quais dispõe, nas percepções do ambiente externo – e na qual, *de alguma forma,* encontram seu lugar as informações – a maioria ou, pelo menos, as disponíveis – que a mente possui[18].

Digo *de alguma forma* porque essas histórias, amiúde, não são nem coerentes, nem verdadeiras, como no caso das explicações dadas pelos pacientes que sofrem de certas patologias cerebrais acerca do próprio comportamento. Narrar a si mesmo significa, nesse sentido, fornecer uma *coerência linguística* – e, portanto, uma identidade única de referência – às experiências que se encontram em nós no curso da existência.

SER COMO SE

É preciso, entretanto, tomar muito cuidado: se afirmamos que o *ego* não é outra coisa se não uma ficção produzida pelo cérebro, uma espécie de fantasia, acabamos por contornar o núcleo da questão. O *ego* é o que produz ordem e coerência à existência de cada um; ele estrutura nossa vida, de maneira a nos conceder uma identidade mais ou menos distinta; mesmo assim, não há lugar específico onde seja possível localizar esse fantasma esquivo, esse *homunculus* onipresente.

Assim, a questão pareceria pelo menos um pouco inquietante. Porém, tal afirmação não implica, necessariamente, que o *ego* (ou eu mesmo, enquanto estou

17 Pecchinenda, Gianfranco. *Homunculus. Sociologia dell'identità e autonarrazione*. Nápoles: Liguori, 2008.
18 Cimatti, Felice. *La scimmia che si parla*. Turin: Bollati Boringhieri, 2000. p. 217.

aqui sentado escrevendo este relatório) não exista, tampouco que a realidade não exista. A única Realidade que podemos conhecer é a realidade de nossa mente, uma realidade que percebemos e que, continuamente, reproduzimos. O ponto essencial de partida é o seguinte: o nosso *senso prático* (uma faculdade que, entre outras coisas, nos permitiu sobreviver e dominar o planeta como espécie) nos indica, de modo natural, que temos que nos comportar *como se* a realidade de nossa mente correspondesse, a todos os efeitos, à assim chamada Realidade (isto é, àquela considerada a única Realidade Verdadeira).

A ideia da *ficção*, em certo sentido, está toda aí: naquele *como se*. No *como se* que nosso cérebro aplica diariamente a fim de que nosso corpo se mova com senso prático no mundo, para que ele possa descobrir novas fontes de energia ou consiga escapar de predadores e inimigos; no *como se* que nos impede de tropeçar em cada momento, que nos mantém em equilíbrio e que evita que topemos com uma janela ou caiamos escada abaixo; enfim, no *como se* que nos permite nos relacionarmos com os espectros ambulantes dos outros.

Portanto, o *como se* que nos permite tolerar o universo imaginário de um romance é o mesmo *como se* que nos leva a crer que a Realidade seja assim forte e vigorosa como aquela em que vivemos. Se a ficção se assemelha à vida cotidiana é porque *a vida cotidiana também é uma ficção*. Uma ficção *sui generis*, moldada por uma ficção de segunda instância – considerando a ideia de que a realidade é Real –, mas que se mantém ainda ficção[19].

Fundamentalmente, o que estou tentando argumentar é que o processo mental através do qual formamos uma ideia das pessoas reais com quem nos relacionamos diariamente, ou das pessoas Reais que conhecemos por meio das narrações de outros (em suma, a Realidade de todos os nossos semelhantes), é muito parecido (digamos paralelo, do ponto de vista cerebral) ao mecanismo pelo qual concebemos e consideramos pessoas inexistentes às quais podemos dar uma vida imaginária: dos heróis de quadrinhos àqueles dos contos de fadas, romances, teatros, filmes ou videogames. Em outras palavras, retomando o sempre apropriado (embora muitas vezes abusado) ditado shakespeariano: "Nós somos feitos da mesma matéria de que são feitos os sonhos".

A verdade é que nós, seres humanos, somos reféns de nossas ficções. E não é porque estão cheias de mentiras que as ficções nos atraem; seria melhor dizer que *mesmo aquelas mentiras pertencem ao domínio da Realidade*. Quando lemos as aventuras de um cavaleiro errante, de uma mulher adúltera ou de um homem que

19 Volpi, Jorge. *Leer la mente*: el cerebro y el arte de la ficcion. Madrid: Alfaguara, 2011. p. 19 e ss.

se vê transformado de repente em uma barata horrível, nossa mente sabe que se encontra ante um cenário irreal; porém, ao mesmo tempo, ela procura esquecê-lo, "suspender a dúvida", pelo menos pelo período que perdura a leitura (ou sua eventual representação). Dito de outra forma, a evolução transformou nosso cérebro em uma máquina de produzir futuros; e tal máquina reage da mesma forma, seja diante da realidade, seja diante da ficção.

Até não muito tempo atrás, a empatia era vista com certa desconfiança; hoje sabemos – graças aos estudos sobre os chamados neurônios-espelho – que a empatia é um fenômeno onipresente nos seres humanos (e em muitos outros animais superiores). Esses neurônios, localizados nas áreas motoras do cérebro, fazem-nos imitar os movimentos que cruzam nosso caminho como se fôssemos nós mesmos a realizá-los. E, ao fazê-lo, não apenas reconhecemos os atores que nos cercam, mas buscamos também prever e antecipar seus comportamentos; em primeira instância, para nos proteger deles e, em longo prazo, para compreendê-los a partir de suas ações.

É a partir dessa perspectiva que é possível compreender melhor de que maneira a ficção realiza essa função essencial para nossa capacidade de adaptação: não só nos ajudando a prever nossas próprias reações a situações hipotéticas, mas também nos forçando a representá-las em nossas mentes – para repeti-las e reconstruí-las – e, a partir daí, para perceber e vislumbrar o que poderíamos sentir se as experimentássemos realmente. Uma vez feito isso, não demoramos a reconhecer-nos nos outros, porque, de certa forma, naquele momento, já *somos os outros*.

Sobre tal questão – que, é claro, mereceria uma investigação mais aprofundada –, encontramos ainda, para concluir, outro importante tema que é necessário assinalar quando se reflete sobre essas delicadas temáticas atinentes à relação entre memória-realidade-ficção: *é preciso contar para ser* – como lembra Jonathan Franzen –, e contar significa reconstruir o passado, inventá-lo, criá-lo e recriá-lo na escrita.

E significa *mentir*, também![20] Porque "o discurso humano nunca pode dispensar a mentira. Talvez, esta tenha nascido da necessidade mesma da ficção narrativa, da necessidade complexa de dizer a coisa que não é". Em nossas gramáticas, os subjuntivos, os condicionais, os optativos e as proposições que começam

20 Consultar, por exemplo: Manguel, Alberto. *Todos los hombres son mentirosos*. Barcelona: RBA Libros, 2008. Também: Pecchinenda, Gianfranco. *La verità è finzione. Manguel e il grande dubbio della modernità*. Disponível em: <http://www.quadernidaltritempi.eu/rivista/numero29/bussole/q29_b01.htm>.

com "se" tornam possível uma oposição à realidade, radicalmente humana e indispensável[21].

O vivido temporal é uma questão de ótica interna. A memória ordena nossas experiências no tempo, da mesma forma como um pintor ordena o espaço em perspectiva: lembrar significa organizar em categorias o mundo que nos circunda, e não existe nenhuma maneira para poder descrever o passado sem mentir. Contar o passado significa transformá-lo; se não se quer correr o risco de transformá-lo, ora, então nem sequer vale a pena tentar contá-lo. Mas, mesmo aqui, como no caso de Borges, é suficiente deixar intervir um autor do calibre de Isaac Singer, que podemos utilizar como ilustração: "Quando um dia passa, ele deixa de existir. O que resta? Nada mais do que uma história. Se as histórias não fossem contadas ou os livros não fossem escritos, então o homem viveria como os animais: sem passado e sem futuro, em um presente cego".

Logo, é preferível escrever, *mentir*, tudo para poder contar e transmitir aos nossos contemporâneos e às gerações futuras as histórias mais autênticas e exemplares daqueles que foram, e que reconhecemos ainda serem, no bem e no mal, nossos *pais*, nossa *memória*.

21 Steiner, George. *Errata: una vita sotto esame*. Milão: Garzanti, 1997. p. 88.

Entrevista

Entrevista com Bernard Lahire

Realizada por Guilherme Seto Monteiro e Mariana Toledo Ferreira*

Bernard Lahire, sociólogo, nasceu em Lyon, na França, em 1963. Atualmente, é professor de sociologia da École Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines, em Lyon, e diretor da equipe Dispositions, Pouvoirs, Cultures, Socialisations, do Centre Max Weber (CNRS). Realizou sua formação na Université Lumière Lyon 2, onde apresentou seu doutorado em 1993, sob orientação do professor Yves Grafmeyer.

De 13 de novembro a 17 de dezembro de 2011, o professor Lahire ocupou a "Cátedra Lévi-Strauss", em uma iniciativa institucional conjunta da Universidade de São Paulo e do Consulado Geral da França em São Paulo. Na ocasião, foi acolhido pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde ministrou a disciplina Problemas e Métodos da Sociologia das Disposições.

Como membros da *Revista Plural* e alunos do curso ministrado pelo professor Lahire, decidimos convidá-lo para uma entrevista, cujo objetivo principal seria tocar, de maneira resumida, nas questões mais importantes abordadas na ocasião, como forma de compartilhar o conteúdo da disciplina para alunos de outros programas de pós-graduação e demais interessados. O convite foi aceito sem hesitação. Esperamos que esta entrevista encontre um público interessado em conhecer as ideias desse importante pesquisador em sociologia da educação e da cultura.

Revista Plural *Gostaríamos de começar a entrevista perguntando sobre sua formação acadêmica e trajetória profissional. Onde o senhor estudou? Qual foi seu ponto de partida? Quais são suas principais atividades e sua posição atual no meio universitário francês?*

Recebido para publicação em 14/05/2012.
Aceito para publicação em 12/11/2012.

* Mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS/USP) e membros da Comissão Editorial da *Revista Plural*.

Bernard Lahire Meu percurso de formação sociológica começou em 1981-1982, na Université Lumière Lyon 2, e terminou formalmente em março de 1990, com a defesa de minha tese de doutorado nessa mesma universidade (*Formes sociales scripturales et formes sociales orales*: une analyse sociologique de l'«échec scolaire» à l'école primaire, 1016 p.). Eu terminei o liceu [colegial], onde realizava estudos científicos e técnicos, para entrar em uma faculdade de sociologia. Foi para mim uma ruptura, pois inicialmente tinha optado por estudos que me levavam em direção à profissão de engenheiro, mas me dei conta, através da experiência no liceu, que esse mundo não me interessava. Tanto a cultura matemática, muito formal, quanto a cultura tecnológica, muito funcional, não respondiam à minha necessidade de dar algum sentido ao mundo social. Proveniente de um meio operário e me afastando progressivamente dele pela via escolar, eu tinha numerosas questões sobre o funcionamento da sociedade, sobre o lugar que eu ocupava, sobre as razões de meu sucesso escolar, considerando que ninguém em minha família havia obtido nem o *baccalauréat*, etc.

A escolha pela sociologia foi uma maneira de dar conta dessas interrogações, evitando a introspecção (eu tinha resistência a certa forma de psicologia) e privilegiando a observação e a análise objetiva da realidade social.

Apaixonado por esses estudos, eu continuei os anos e os diplomas com prazer. Durante esse percurso, fiz também cursos em outras disciplinas: notadamente em linguística e demografia histórica. Depois de terminar minha tese de doutorado, tornei-me assistente temporário de ensino e pesquisa na mesma universidade; em seguida, tornei-me mestre de conferências (1992) e, após obter uma habilitação para dirigir pesquisas em 1993 (*Inégalités, partages, spécificités et différences dans les usages sociaux de l'écrit. De l'école élémentaire aux pratiques en milieux populaires*), tornei-me, enfim, professor universitário (em 1994).

Em seguida, tive a chance de ser nomeado para o Institut Universitaire de France (de 1995 a 2000), sendo liberado da função de ensino para poder conduzir pesquisas livremente. Depois, a partir de 2000, tornei-me professor da École Normale Supérieure. Dirigi, entre 2003 e 2010, um laboratório de pesquisa, o Groupe de Recherche sur la Socialisation. Logo em seguida, devido a remanejamentos institucionais impostos pelo Ministério da Pesquisa francês, constituí, a partir de 2011, uma equipe de pesquisa, Dispositions, Pouvoirs, Cultures, Socialisations, no interior de um grande centro de pesquisa (Centre Max Weber).

No entanto, a meu ver, tal percurso institucional não tem grande sentido; ele esconde o essencial, ou seja, as atividades de pesquisa e as publicações que fo-

ram numerosas e muito estimulantes para mim. É preciso, então, fazer referência a uma atividade editorial muito excitante: eu coordeno, desde 2002, uma coleção de obras em ciências sociais (*Laboratoire des sciences sociales*), de uma grande editora parisiense (Éditions la Découverte), onde pude, por exemplo, traduzir os textos do antropólogo Jack Goody, de historiadores como Benedict Anderson ou Lawrence Levine e ainda um texto mundialmente inédito de Norbert Elias sobre Freud.

Revista Plural *Em seus trabalhos, podemos perceber uma tentativa de colocar em questão o conceito de* habitus*, tal como utilizado por Pierre Bourdieu. Você poderia nos dizer brevemente por que não considera o conceito suficiente para a compreensão da incorporação do social nos indivíduos? De que maneira o conceito de disposições pode ser considerado uma alternativa interessante?*

Bernard Lahire A crítica que formulei, no que diz respeito à teoria do *habitus*, está ligada às dificuldades que encontrei no decorrer de minha pesquisa. Para resumir um processo lento, com críticas sendo formuladas ao longo das pesquisas, concluí que é o conjunto dos termos da definição de *habitus* que deve ser revisado. O *habitus* como "sistema de disposições gerais e transponíveis" não permite levar em consideração toda a variação do que denomino "patrimônios individuais de disposições e competências". A noção de "sistema", assim como a definição do *habitus* como "a fórmula geradora das práticas", é muito homogeneizante: os atores são portadores de disposições extremamente variadas, de natureza diversa, geralmente muito heterogêneas e, às vezes, contraditórias. Bourdieu apresenta uma realidade "disposicional" de maneira muito coerente, o que não acontece necessariamente, nem sistematicamente. Em seguida, essas disposições não são mobilizadas em seu conjunto, em todas as práticas dos indivíduos; elas podem ser fracas (quando o tempo de socialização ou de constituição for relativamente curto) ou fortes (quando o tempo de socialização ou de constituição for bastante longo). Ainda, essas disposições não são necessariamente gerais e transponíveis (o que pressupõe Bourdieu em sua definição): é possível observar disposições que são ativadas ou desativadas em função das restrições próprias de cada contexto.

Eu retomo, portanto, o conceito de disposição, que é central em minha sociologia, mas modificando grande parte daquilo que Pierre Bourdieu, a partir de bases exclusivamente teóricas, pressupôs e postulou. O conceito de *habitus*, no sentido preciso dado por Bourdieu, não é mais que um caso possível dentro do conjunto de "patrimônios individuais de disposições". Ele é o caso mais provável

nas sociedades tradicionais, com forte coerência socializadora (não é por acaso que Bourdieu mobilizou essa noção para discutir uma sociedade como a sociedade Kabila), mas menos provável nas sociedades complexas, estendidas e fortemente diferenciadas.

Revista Plural *Por que falar de "disposições" no plural? O que seria um "ator plural"?*

Bernard Lahire Acho que seria especialmente importante se perguntar quais são as condições sócio-históricas em que um ator pode ser portador de disposições plurais ou não. Para que um ator seja portador de um patrimônio de disposições muito coerente e homogêneo, ele precisa ter sido socializado em condições muito homogêneas. O modelo "ideal" de situação que produziria algo como um *habitus* é o modelo de "instituição total" (no sentido de Goffman), uma criança nascida em uma instituição total e que nunca dela saiu. Aí estão as condições para se produzir coerência "disposicional". Mas o que observamos em sociedades industrializadas, escolarizadas e altamente diferenciadas? Ora, desde a infância, são fortes as concorrências socializadoras entre a família, a escola, os grupos de pares e o conjunto de instituições ou de atores que contribuem para socializar na infância (babás, creches, pediatras, psicólogos, etc.). E, então, os atores em nossas sociedades estão inscritos em quadros de ação que são em parte heterogêneos: seus patrimônios de disposição são moldados à imagem dessa pluralidade.

Revista Plural *Em* A cultura dos indivíduos*, você mostra, fazendo uma releitura dos dados de* A distinção*, de Bourdieu, que, a partir dos dados com os quais ele demonstrou a existência de* habitus *de classe bastante homogêneos, é possível mostrar a presença de variações. Essa diferença se explica por uma questão de escala de análise ou de olhar sociológico? Por outro lado, é possível aproximar a frequência de perfis culturais dissonantes a certa dissolução das fronteiras da legitimidade cultural?*

Bernard Lahire As variações interindividuais (de um indivíduo a outro, no seio do mesmo grupo ou classe) ou intraindividuais (de um domínio a outro da prática, em um mesmo indivíduo) de práticas e preferências culturais só podem ser observadas, evidentemente, se nos damos os meios para vê-las. Durante muito tempo, os sociólogos se interessavam apenas pelas diferenças entre as classes, porque eles eram incapazes de dar sentido às variações interindividuais ou intraindividuais. Essas variações continuaram invisíveis porque eram ininterpretáveis. Como os pesquisadores ignoravam sistematicamente essas variações,

devido aos métodos estatísticos utilizados, tudo se passava como se elas não existissem. Foi preciso que a sociologia progredisse teoricamente para integrar essas questões, quer dizer, para aceitar a explicação das complexidades individuais. Por muito tempo, o medo de "recair na psicologia" inibia os pesquisadores.

Mas essas questões são também impostas ao olhar contemporâneo (elas são agora mais difíceis de ignorar), devido à modificação da oferta cultural e do fato de que os limites da "cultura legítima" foram borrados. Isso se explica pela entrada no domínio da cultura legítima de numerosas artes ou gêneros que eram antes considerados "indignos" (o *jazz*, a história em quadrinhos, o romance policial, a fotografia, o cinema, entre outros), pela redefinição da cultura legítima, no sentido de uma integração da ciência (considerada, durante muito tempo, como estando fora do domínio da cultura) e pela transformação da relação de força entre as culturas eruditas e as de entretenimento. Todos esses fenômenos contribuíram para multiplicar as dissonâncias culturais.

Revista Plural *No centro de sua obra, há uma proposição de se fazer uma sociologia em outra escala. Você poderia nos explicar em que consiste tal proposição e no que consiste essa mudança de escala? O que é uma sociologia em escala individual? Ademais, de que maneira tal ideia tem relação com sua proposta de fazer uma "sociologia psicológica"?*

Bernard Lahire Eu dizia anteriormente que a questão das variações interindividuais e intraindividuais dos comportamentos esteve por muito tempo fora do campo de investigação dos sociólogos. Eram significativas para os sociólogos as variações intersocietais e, sobretudo, intergrupo (ou classe), no seio de uma sociedade, mas nos demos conta de que era frequentemente necessário compreender os indivíduos em sua singularidade relativa, continuando, é claro, no interior da reflexão e da explicação sociológica: compreender os casos atípicos ou improváveis estatisticamente (o que eu fiz para o caso das crianças oriundas de ambientes populares, em situação de sucesso escolar) ou compreender casos singulares, porque são objetivamente diferenciados, por suas práticas, como é o caso dos criadores (por exemplo, compreender Mozart a partir de Elias; Flaubert a partir de Bourdieu; ou Kafka por mim). Para compreender os indivíduos em sua singularidade relativa é necessário se aproximar deles e parar de considerá-los unicamente como "representantes de grupos ou de categorias". É preciso reconstruir os elementos de um percurso individual e compreender o tecido social desse indivíduo singular.

Eu fui levado, nesse sentido, a falar de "sociologia psicológica", sobretudo para evocar essa mudança de escala de observação e de análise, mas a expres-

são provocou mal-entendidos. Alguns consideraram, por exemplo, que eu queria desenvolver uma espécie de "psicologia social" e começaram a perguntar minha opinião a respeito de trabalhos de psicologia. Portanto, eu passei a falar em "sociologia em escala individual", em sociologia de variações interindividuais e intraindividuais dos comportamentos. É mais técnico e mais preciso e não alude à ideia de uma união com a psicologia.

Revista Plural *Então, como podemos fazer a articulação entre o indivíduo e a classe, em uma sociologia em escala individual? As classes desaparecem?*

Bernard Lahire Obrigado por essa questão! Ela me permite esclarecer um ponto muito importante deste debate. Se pensarmos em termos de escala de observação, não podemos produzir nenhum mal-entendido sobre tais questões. É possível dizer que aqueles que trabalham sobre micróbios, com a ajuda de microscópios, fazem os planetas desaparecerem? A resposta é clara: evidentemente que não! No entanto, os sociólogos fazem esse tipo de questão e desconfiam daqueles que trabalham em uma escala que nega a existência de realidades passíveis de serem observadas em outras escalas. Como articular o indivíduo singular e a classe à qual podemos vinculá-lo? Tudo depende da questão que nos colocamos e do problema que queremos resolver. Se meu objetivo é compreender as diferenças entre classes, eu vou necessariamente homogeneizar as classes os as frações de classe. É uma operação necessária para poder comparar as classes. Mas todo mundo sabe que existe heterogeneidade no interior da classe (um cirurgião não é um advogado, mas também não é um dentista ou um clínico geral, etc.). Às vezes, eu preciso compreender os efeitos de uma série de propriedades sociais gerais combinadas em um único indivíduo (um cirurgião, homem, que é originário de determinado meio social, que teve determinados percurso escolar, formação religiosa, experiência profissional, familiar, cultural, etc.).

Revista Plural *Está presente também em seu trabalho uma problematização do conceito de campo, difundido pelas pesquisas de Bourdieu. Quais são as lacunas e as imprecisões que você encontrou nesse conceito e em sua aplicação na análise de Bourdieu e seus discípulos?*

Bernard Lahire Considero que o conceito de campo pode ser muito útil aos pesquisadores, se ele não for considerado uma "senha" universal. Para alguns pesquisadores, até mesmo Bourdieu, em alguns textos, o conceito de campo aparece como sendo o "bom contexto", no qual é sistematicamente necessário situar os atores para compreender suas práticas. Quando dizemos, por exemplo, que as práticas

dos atores (quaisquer que sejam esses atores e essas práticas) devem ser compreendidas a partir do cruzamento entre *habitus* e um campo, está implícito que todo contexto de ação é necessariamente um campo. No entanto, esse conceito tem limites sócio-históricos de utilização e pertinência: existem sociedades sem campo (as sociedades tradicionais estudadas por antropólogos são sociedades sem Estado, sem escrita e sem campo) e, ainda, em sociedades onde existem campos, nem todo espaço social se organiza necessariamente sob a forma de um campo. Os campos correspondem a espaços de lutas pelo poder e se situam essencialmente no espaço das classes dominantes. Existem, então, numerosos espaços da sociedade que não podem ser compreendidos a partir desse conceito.

Além disso, para complicar mais a questão, a noção de campo emprega certo ponto de vista do conhecimento e negligencia outros. Por exemplo, a noção de "mundo" (Becker e Strauss), noção falsamente considerada prima da de campo, na verdade, não se interessa pelos mesmos tipos de atores nem pelo mesmo tipo de relações entre eles. Acredito, então, que é possível dizer, sem risco, que toda prática deve ser compreendida a partir do cruzamento entre disposições incorporadas (do passado incorporado) dos atores e contextos de ação. Mas esses contextos não são necessariamente campos, podem ser o espaço de relações de classe, um mundo, uma instituição, um microgrupo, um quadro de interação, etc. Nós não vamos tentar recortar (ou reconstruir) o mesmo contexto segundo o problema que estamos tentando resolver e as práticas que nos esforçamos a compreender.

Revista Plural *No curso, também foi promovida uma discussão sobre os limites históricos, geográficos e contextuais de aplicação do conceito de "campo", uma espécie de crítica ao uso acrítico do conceito. Em uma ocasião, você propôs a utilização do conceito de "jogo" como uma alternativa possível nos contextos de difícil apreensão pela metodologia dos campos. Você poderia nos explicar brevemente as características do conceito, seus objetos e contextos de aplicação?*

Bernard Lahire Já comecei a fornecer uma resposta à pergunta, mas vou dar sequência em relação à questão do jogo. Do mesmo modo que se deve ser prudente em relação aos limites históricos do campo e perguntar-se, por exemplo, sobre o que era a literatura antes da constituição de um campo literário no sentido empregado por Bourdieu (ele situava essa constituição ao fim do século XIX no que concerne à França), deve-se interrogar se todos os campos possuem as mesmas propriedades. Nesse ponto, parece-me que Bourdieu generalizou prematuramente as propriedades do campo, tendo por base seus primeiros trabalhos. Propus traçar, a partir disso, uma diferença entre os campos segundo os que possuem agen-

tes permanentes ou não. Há, com efeito, uma grande diferença entre um campo acadêmico como o campo filosófico, no qual o conjunto de agentes é pago para filosofar e são, portanto, profissionais assalariados da filosofia, e um campo artístico como o campo literário, que é um espaço no qual os atores não se inscrevem senão "secundariamente", pois são constrangidos a ter uma atividade remunerada situada no exterior do campo literário. Então, propus chamar o espaço literário de jogo, para designar um "campo secundário" no seio do qual os atores habitualmente não são permanentes. O "jogo" – tido como mais ou menos fútil, secundário (enquanto adulto, só jogamos legitimamente se tivermos trabalhado) – opõe-se ao "trabalho" – tido como sério, principal. Muitos espaços artísticos são jogos, assim como certos espaços esportivos amadores (ainda restam alguns...).

Revista Plural *Se considerarmos que o indivíduo frequenta múltiplos espaços e instituições e que ele é exposto a múltiplas influências ao longo de sua vida, como podemos identificar os contextos pertinentes para explicar uma prática determinada? No caso de Kafka, por exemplo, como podemos identificar os contextos mais pertinentes para compreender sua literatura?*

Bernard Lahire Colocando a questão dessa maneira, vocês já estão em um bom caminho para fornecer uma resposta pertinente. O risco da teoria dos campos é aquele do reducionismo. Com efeito, uma parcela dos trabalhos sobre o campo literário ou sobre o campo filosófico busca, unicamente, nos limites do campo, as razões de tal ou tal obra no interior do campo, mas não se compreende completamente o que escreveu Kafka, se faz de sua obra uma espécie de resposta objetiva a outras obras concorrentes. Bourdieu, por vezes, pronuncia-se como se o campo literário tivesse a capacidade de autogerar as obras segundo a lógica específica ao campo e de modo totalmente autônomo. É uma ideia a um só tempo estruturalista e organicista, que coloca enormes problemas. Uma obra literária não é uma simples resposta a outras obras literárias. Cada obra literária é uma maneira, especificamente literária, de traduzir questões existenciais ligadas a um percurso biográfico e a uma época dada. A lista dos contextos pertinentes para compreender uma prática dada (literária, por exemplo) jamais está fixa de uma vez por todas. Ninguém pensa espontaneamente que é fundamental, para compreender os temas e o estilo de suas obras, reconstruir o contexto de formação escolar de Kafka como estudante de Direito na universidade e seu contexto profissional ordinário em uma companhia de seguros contra acidentes de trabalho.

Foi isso que tentei mostrar em meu trabalho sobre o escritor (*Franz Kafka. Éléments pour une théorie de la création littéraire*). O estilo bastante ascético de

Kafka não está desvinculado da escritura seca e precisa do Direito, e suas metáforas judiciárias incessantes (*O processo*, *O veredicto*, etc.) não são produto do acaso; as numerosas cenas de seus romances e novelas não estão dissociadas da observação que ele pôde fazer das cenas operárias nas empresas que ele foi encarregado de visitar, etc. De maneira mais evidente, pois Kafka mesmo deixou os traços para nos ajudar a compreender (com sua célebre carta endereçada a seu pai), sua obra só é compreensível ao se desvendar o enodamento no seio da configuração familiar entre o pai, a mãe e os filhos, isto é, as relações de poder e de autoridade no seio da família estão na origem de uma grande parcela das obsessões literárias de Kafka.

Revista Plural *O que significa fazer uma sociologia, ao mesmo tempo, "disposicionalista" e contextualista? Em que consiste uma teoria da ação que leva em conta os contextos e as disposições? E, a partir dessa articulação, como podemos investigar as práticas sociais?*

Bernard Lahire Vasta questão! Vou tentar esboçar um começo de resposta. Os diferentes tipos de teorias sociológicas têm tendência de operar uma redução, seja "disposicionalista", seja contextualista – e assim me parece que cada uma detém uma parcela da explicação correta. A redução mais frequente é a redução contextualista. Os sociólogos vão dizer, então: "Diga-me em que contexto os atores estão, e eu lhe direi o que eles fazem, pensam, sentem, etc.". Segundo os sociólogos, o contexto em questão será uma instituição, uma organização, um sistema de ação, um quadro local de interação, um campo, um mundo, uma classe, um grupo, etc., mas todos eles negligenciarão o passado incorporado dos atores (que neles se constitui de modo mais ou menos durável sob a forma de disposições e competências mentais e comportamentais). Inversamente, podem existir reducionismos "disposicionalistas". É mais raro, mas acontece. Nesse caso, os pesquisadores vão explicar os comportamentos ou práticas somente pelas propriedades incorporadas dos atores, apreendidas de maneira mais ou menos sutil: sua mentalidade, sua cultura, seus *ethos*, seu *habitus*, etc.; e essas propriedades explicam o que eles fazem, pensam e sentem em todos os contextos de suas práticas. E, então, negligenciam-se as constrições que fazem pesar cada contexto específico dado sobre os atores em questão. Parece-me, portanto, que os pesquisadores devem levar em conta, a um só tempo, as disposições (o passado incorporado, que não é senão o produto interiorizado da frequência, em contextos de ação passados) e os contextos presentes de ação. Em todo o caso, eu defendo que tal equilíbrio explicativo seja respeitado.

Revista Plural *Depois de tudo isso que discutimos, o que resta de Pierre Bourdieu? Você considera seu trabalho uma continuação ou uma negação crítica da teoria bourdieusiana?*

Bernard Lahire Citei, em *A cultura dos indivíduos,* uma frase contida no livro *A formação do espírito científico,* do epistemólogo francês Gaston Bachelard, que resume perfeitamente minha posição: "Na obra da ciência, somente se pode amar o que se destrói, pode-se continuar o passado ao negá-lo, pode-se venerar seu mestre ao contradizê-lo". Logo, meu trabalho é, ao mesmo tempo, uma continuação e uma ruptura, um prolongamento de certas contribuições e uma crítica ao conjunto do que Bourdieu nos deixou de herança. Editei recentemente uma obra inédita de Norbert Elias sobre o conceito de sociedade em Freud e me dei conta de que tenho com Bourdieu a mesma relação que Elias tinha com Freud. Com efeito, Norbert Elias pode, sem dúvida, ser considerado como o mais freudiano dos sociólogos, sem jamais, todavia, ser assimilado como um epígono ou um continuador zeloso. Ele consegue essa rara performance científica, que consiste em construir uma obra, a um só tempo, totalmente dependente daquela do inventor da psicanálise e perfeitamente distinta e mesmo original. Ninguém duvida de que Elias se identificava com seu ilustre predecessor. Ele admirava em particular sua capacidade de renovar profundamente o conhecimento, em contracorrente às autoridades estabelecidas. No entanto, isso não o paralisa, quando se propõe a submeter o modelo freudiano ao exame crítico. Norbert Elias interroga exaustivamente cada elemento do modelo admirado; única condição para avançar.

Revista Plural *Você pensa que a sociologia da cultura ainda pode servir de matriz para uma teoria crítica do mundo social? Uma sociologia crítica ainda é possível hoje?*

Bernard Lahire Eu diria, de maneira bastante radical, que não conheço sociologia que não seja crítica. Em minha opinião, toda sociologia, quando visa a nos ensinar sobre o funcionamento do mundo social, é potencialmente crítica, no sentido de que revela coisas que não sabíamos, que não podíamos ver (e às vezes nem mesmo queríamos ver) e que às vezes temos dificuldades de "aceitar". Do mesmo modo que foi necessário que as pessoas admitissem que a Terra não era plana, foi preciso que aceitassem as evidências da desigualdade social perante a escola e a cultura que as pesquisas estatísticas colocaram em evidência. Romper com o senso comum (ordinário ou oficial), suspeitar das ilusões, das ideologias deformadoras, das representações espontâneas (e interessadas) é o mínimo que se pode fa-

zer, parece-me, a partir do momento em que se pretende ser um pesquisador em ciências sociais. Para mim, a sociologia da educação e a sociologia da cultura não são particularmente mais críticas que alguma outra, apesar de, historicamente, os sociólogos críticos nos quais pensamos (Bourdieu, Passeron, etc.) terem começado suas carreiras como sociólogos da educação e da cultura. Eu penso, simplesmente, que hoje a sociologia da cultura, como sociologia das crenças culturais e das categorias de percepção e de apreciação, pode continuar a ser o lugar de uma renovação da sociologia.

Resenha 1

Gênese e desenvolvimento de um fato científico

Mariana Toledo Ferreira*

Após mais de setenta anos de sua primeira publicação, o livro *Gênese e desenvolvimento de um fato científico* pode ser finalmente lido em uma edição em língua portuguesa. Escrita em 1935 por Ludwick Fleck, bacteriologista e imunologista de origem judaico-polonesa, a obra é hoje considerada uma das pioneiras da abordagem sociológica no estudo do conhecimento científico, das comunidades científicas e das práticas dos cientistas.

Apesar de hoje ocupar lugar de destaque como um clássico da sociologia e da história da ciência, essa obra só alcançou notoriedade quase trinta anos depois de sua publicação, a partir de uma breve menção de Thomas Kuhn, no prefácio de seu livro denominado *Estrutura das revoluções científicas,* publicado originalmente em 1962:

> Apenas através dela [*Society of Fellows*] eu poderia ter encontrado a monografia quase desconhecida de Ludwik Fleck, *Entstehung und Entwicklung einer wissenchaftlichen Tatsache* (Basiléia, 1935), um ensaio que antecipa muitas de minhas próprias ideias [...]. Embora os leitores encontrem poucas referências a qualquer desses trabalhos ou conversas, devo a eles mais do que me seria possível reconstruir ou avaliar nesse momento (Kuhn, 2007, p. 11).

A partir dessa breve menção, o trabalho do médico polonês foi sendo descoberto por aqueles que se dedicam ao estudo da ciência, ainda que seu livro não tenha alcançado grande notoriedade no Brasil, e o sintoma disso possa ser encontrado em sua publicação bastante tardia.

Recebido para publicação em 09/10/2012.
Aceito para publicação em 05/12/2012.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP (PPGS-USP), sob orientação da Profa. Dra. Sylvia Gemignani Garcia, e bolsista Capes.

Assim como Karl Popper, que publicou um ano antes o livro clássico *A lógica da pesquisa científica*, Fleck se contrapõe ao Círculo de Viena, que desenvolveu o que ficou conhecido como empirismo lógico ou neopositivismo. Mas, enquanto o primeiro criticava o conceito estático de teoria dos empiristas lógicos e enfatizava o aspecto dinâmico da pesquisa, Fleck coloca em questão o próprio conceito de fato, sempre pressuposto por eles como evidente. Para esse autor, a ciência é considerada uma atividade social e coletiva. Ainda que hoje essa afirmação possa ser considerada um lugar comum sociológico, Fleck foi o primeiro a enfatizar os aspectos históricos e sociais que, somente algumas décadas depois, começaram a ganhar importância para a compreensão da ciência.

Alguns autores buscaram fornecer explicações para o reconhecimento tão tardio do livro, considerando a originalidade e a ousadia de seu conteúdo. Condé (2010) usa a teoria do próprio autor em sua discussão: Fleck não dialogava diretamente com o *coletivo de pensamento* representado pelo neopositivismo do Círculo de Viena, propositor da epistemologia dominante na época e alvo das críticas do autor. Em grande medida, esse isolamento teria ocorrido porque Fleck lançava as *protoideias* de um *estilo de pensamento*, que se desenvolveria, efetivamente, três décadas mais tarde, quando os aspectos históricos e sociais passaram a ganhar importância para a compreensão da ciência.

Outra explicação é dada por Schäfer e Schnelle (2010), que afirmam não poder a obra de um judeu-polonês despertar interesse na Alemanha nazista, onde os principais centros de teoria da ciência estavam se diluindo, e os pesquisadores, emigrando. Além disso, quando a Alemanha nazista atacou a União Soviética e ocupou a região onde morava na Polônia, Fleck foi levado para os campos de concentração de Auschwitz e Buchenwald, quando foi obrigado a trabalhar em um laboratório para a produção de vacina contra tifo[1].

O texto de Fleck divide-se em quatro capítulos: o primeiro e o terceiro descrevem estudos de caso; os capítulos que os seguem, o segundo e o quarto, trazem uma análise sócio-histórica dos casos examinados e o desenvolvimento de seus principais conceitos.

O primeiro capítulo visa discutir como se desenvolveu o conceito atual de sífilis, desde o século XV, quando era vista como epidemia venérea infligida por um ser superior como castigo pelo prazer pecaminoso. Essa definição foi relacionada por Fleck com a astrologia, ciência dominante na época, e com a doutrina religiosa: a

1 Tanto Fleck quanto sua esposa e seu filho sobreviveram aos campos de concentração. O pesquisador morreu em Israel, em 1961, quando era professor visitante na Hebrew University.

astrologia contribuiu para definir o caráter venéreo da sífilis como sua primeira diferença distintiva, e a doutrina religiosa da doença enquanto castigo ajudou a fixar o aspecto ético da doença. Juntas teriam produzido, segundo Fleck, o clima social e físico que, durante os séculos, favoreceu a fixação do caráter venéreo e ético da sífilis.

Em paralelo e simultaneamente, outras tentativas de definição de sífilis foram elaboradas, até que, no começo do século XX, os critérios definidores começam a mudar: o caráter da sífilis passou por transformações a partir do místico, perpassando pelo empírico e o patogênico geral, para terminar no predominantemente etiológico, sendo que esse processo não se caracterizava apenas por um grande enriquecimento de detalhes, mas também pela perda de muitos elementos da doutrina antiga.

Outro estudo de caso é então montado por Fleck, no capítulo terceiro, para analisar a última fase do desenvolvimento do conceito de sífilis: o trabalho de Wassermann e colaboradores, no início do século XX, que conduziu aos primeiros procedimentos de teste diagnóstico da sífilis. A partir de um artigo de Wassermann de 1906, Fleck se dedica a apresentar o desenvolvimento da *reação de Wassermann*, mostrando que teve em seu princípio experimentos pouco precisos que foram sendo refeitos e reformulados e que, ao final, a reação não correspondia exatamente ao objetivo inicial. Após quinze anos de pesquisa com diversas abordagens, a relação entre a reação de Wassermann e a sífilis passou a ser considerada um fato científico, e seu desenvolvimento surgiu como um caminho reto e consciente. Ademais, afirma que a ideia de um sangue sifilítico é muito anterior à pesquisa de Wassermann e colaboradores e que, se a opinião pública não tivesse pedido tanto pela prova de sangue, os experimentos de Wassermann não teriam achado o eco social necessário ao desenvolvimento da reação, à sua "elaboração técnica" e à acumulação da experiência coletiva.

Nos capítulos segundo e quarto, são introduzidos e exemplificados os conceitos de seu aporte histórico-sociológico. É nesses capítulos que o autor vai desenvolver seus conceitos interligados de *coletivo de pensamento*, *estilo de pensamento* e *percepção da forma*. Fleck critica a concepção individualista da produção do conhecimento científico. Para evidenciar o caráter coletivo do saber, cunha os conceitos de *coletivo de pensamento* e *estilo de pensamento*. O primeiro designa a unidade social da comunidade dos cientistas de uma disciplina; o segundo, os pressupostos segundo os quais o coletivo constrói seus conhecimentos. O estilo de pensamento tem em Fleck três características principais: (1) ele corresponde a um direcionamento, uma orientação específica para investigação; (2) constitui-se dos

dogmas de determinado campo científico, conectando as práticas investigativas destes à tradição correspondente; e (3) possui um caráter transitório.

O conceito de estilo de pensamento tenta abranger tanto os pressupostos a partir dos quais um grupo constrói seu estoque específico de conhecimento quanto sua unidade conceitual e prática. Um estilo de pensamento formula não só o conhecimento que é considerado como garantido por um coletivo de pensamento dado, mas também seu corpo de práticas: métodos e ferramentas usados no exame da evidência e critérios para julgar seus resultados. O estilo de pensamento define o que deve ser considerado como um problema científico e como lidar com esse problema. O estilo de pensamento de uma dada comunidade de cientistas molda, portanto, os "fatos científicos" (conceitos, objetos ou métodos) produzidos por essa comunidade ou, nos termos do autor, coletivo de pensamento. Por isso, o processo de conhecimento não é o processo individual de uma "consciência em si" teórica, é o resultado de uma atividade social, uma vez que o respectivo estado do saber ultrapassa os limites dados a um indivíduo.

Como se nota, as definições do conceito de estilo de pensamento evidenciam, explícita ou implicitamente, uma característica que lhe é peculiar e fundamental: constitui-se em um perceber direcionado, em uma disposição para ver, que Fleck chamou de percepção da forma. Aqui, não se trata de uma observação ingênua dos fenômenos a serem explicados e transformados em fatos, mas sim de uma observação tornada possível por meio da introdução teórico-prática em uma área de conhecimento.

É possível dizer que, para Fleck, apenas para os iniciados existe algo a se observar, no sentido científico do termo. A percepção da forma é também uma coação histórica que atua sobre os sujeitos, direcionando seu modo de ver e agir e promovendo uma tendência à manutenção das teorias já existentes em determinado sistema de conhecimento. É importante destacar que, para Fleck, o coletivo de pensamento não é um corpo isolado: ele, ao contrário, interage com seu exterior e reflete a sociedade.

Para Fleck, são consideradas como verdade as soluções em conformidade com um estilo de pensamento. É por isso que para o autor a verdade não é "relativa", nem "subjetiva", nem uma simples convenção: ela é determinada dentro de um estilo de pensamento e pode não ser considerada como tal em outro estilo de pensamento. É assim que a ciência é entendida pelo autor em sua complexidade, simultaneamente um construto societário no qual os humanos são agentes ativos e também uma construção obrigada a obedecer a limitações da natureza, que ele denomina conexões passivas.

Fleck fornece uma solução original que mantém ainda hoje sua atualidade, pois permite olhar com profundidade para os processos de construção social do saber científico, sem cair em reducionismos relativistas, pois captura os arranjos societários na produção dos fatos científicos, ao mesmo tempo em que propõe limites à vontade dos agentes, sejam limites impostos pela natureza, sejam pelo estilo de pensamento em vigor e sua percepção da forma correspondente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Condé, M. Prefácio à edição brasileira. In: Fleck, L. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

Fleck, L. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

Kuhn, T. *Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

Popper, K. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 2002.

Schäffer, L.; Schnelle, T. Fundamentação da perspectiva sociológica da Ludwik Fleck na teoria da ciência. In: Fleck, L. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

Resenha 2

Poder e dominação no Brasil

Tarcísio Staudt* e Jucelaine Bitarello**

O objeto investigado está "no estudo da produção e recepção das formas simbólicas presentes na Escola Superior de Guerra (ESG) e suas relações com o quadro de dominação assimétrico entre civis e militares no Brasil" (Santos, 2010, p. 10). No contexto, o livro trata da democracia tutelada a partir da redemocratização ocorrida no país com o fim do período militar, em 1984.

A ESG foi fundada em 1949, na cidade do Rio de Janeiro, onde, à época, estava instalada a capital federal da República brasileira. Essa escola é, conforme Santos (2010, p. 9-18), "um centro misto de estudos militares e civis", que no "bojo de seus conteúdos" tinha o desejo manifesto de "influir nos rumos da política nacional". De fato, com a "ruptura institucional de 1964", foi reservada a essa escola a formulação doutrinária de elaboração de "projeto político para o País, que articulasse segurança e desenvolvimento econômico".

Como questão-problema do estudo, Santos (2010, p. 18) apresentou: "em que medida a ESG, no quadro da transição à democracia no Brasil (1974/1989), constitui-se num *locus* de produção e recepção de formas simbólicas de tipo ideológico". Dessa forma, Santos (2010, p. 18-20) propôs uma "análise ideológica da escola" como instrumento a serviço da "modernização do capitalismo", focada nas "classes economicamente dominantes". As variáveis apresentadas que mais interessaram na análise foram as "dimensões de poder" estabelecidas entre militares e civis.

Recebido para publicação em 27/08/2012.
Aceito para publicação em 4/10/2012.

* Doutor em Ciências Sociais e mestre em Ciências Contábeis e Controladoria pela Unisinos - RS. Graduado em Ciências Contábeis pela Feevale - RS. Experiência em organizações públicas e privadas. Professor universitário.

** Graduada em Ciências Contábeis e mestre em Desenvolvimento Regional pela Unisc - RS. Especialista em Administração e Estratégia Empresarial pela Ulbra - RS. Experiência em organizações públicas e privadas. Professora universitária.

O objetivo geral do estudo foi , segundo Santos (2010, p. 20):

> Demonstrar que, no quadro da transição democrática no Brasil (1974/1989), o sentido mobilizado por estas formas simbólicas, no interior desta instituição, serviriam [*sic*] para fomentar e sustentar a posse e o exercício da dominação militar, constituindo-se como um espaço de resistência ao aperfeiçoamento das relações civil-militares e conseqüentemente da democracia brasileira.

Nos objetivos específicos, Santos (2010, p. 20) propôs: "revisar a bibliografia que trata do objeto ESG, criticando-a a partir do referencial teórico de Thompson; e aplicar a Hermenêutica de Profundidade (HP)". Na proposta da HP, Santos (2010, p. 15) afirma que "leva-nos a considerar os trabalhos produzidos pelos estagiários, buscando explorar a recepção da DSN[1] no quadro da transição democrática brasileira por parte de seus participantes (a recepção no interior da instituição)".

A hipótese testada se constituiu como o lócus de produção das formas simbólicas de tipo ideológico, que, conforme Santos (2010, p. 18-20), apresentou que a "instituição caracteriza-se como espaço de mobilização das relações de dominação civil-militares assimétricas e duráveis", em determinado período, constituindo-se como um "espaço de resistência" ao aperfeiçoamento das relações estabelecidas durante o "regime político autoritário à transição", sendo essa hipótese testada a partir do conceito de ideologia em Thompson (1995) e Stepan (1986).

Acrescenta-se que o estudo foi construído sob três eixos básicos, como questões norteadoras para a demonstração da hipótese (Santos, 2010, p. 20-26). No primeiro eixo, apresenta a revisão bibliográfica sobre ESG e identifica também "concepções de ideologia subjacentes e comuns ao tipo de estudo", propondo, ao final, a utilização do conceito de "ideologia crítica" em Thompson (1995). No segundo eixo, apresenta a "reconstrução sócio-histórica" do período e a análise formal do conteúdo temático, com o intuito de demonstrar os documentos produzidos na escola sobre aspectos doutrinários da DSN, identificando o que sustentava "os militares como governo, bem como a instituição". Por fim, no terceiro eixo, demonstra a defesa da ESG para a "democracia tutelada", no período do governo de José Ribamar Sarney, evidenciando, em superfície, o processo político da instituição (escola) e suas relações na estrutura de dominação civil-militar. Nesse sentido, os eixos traçados procuram respaldar, segundo Santos (2010, p. 18), "a defesa da institucionalização do Estado de Segurança Nacional", em seu aspecto ideológico.

1 DSN: Doutrina da Segurança Nacional.

Em termos conceituais, Santos (2010) apresentou a concepção ideológica da ESG centrada nos conceitos de autores referente às ideologias "neutra, negativa e crítica". Na visão "neutra", Stepan (1974) afirma que, mesmo que o papel da escola apresente controvérsia, não deixou de ser relevante a partir de meados do século XX, pois foi importante para a constituição de um conjunto de ideias e procedimentos para a modernização do País, em seu projeto político nacional, pautado nos pilares da "Segurança e do Desenvolvimento", permeando demandas civis e militares. Na mesma vertente, Miyamoto (1995) apresenta o sentido "neutro" da ESG, como disseminadora de ideias centradas em estudos geopolíticos, sob os aspectos "Doutrina e Ideologia".

No contraponto, Aderaldo (1978) apresenta a ESG na perspectiva metodológica, identificando que essa escola influía nos rumos do governo, com "o propósito instrumental", sublinhando ideias gestadas e incorporadas nos governos das décadas de 1950 e 1960, quando o país se encontrava em um período "pós-revolução". Essa visão demonstra que a escola manteve ideologia neutra subjacente, porém apresenta aspectos "Doutrinários e Ideológicos".

Sob essas duas vertentes, de um lado com Stepan (1974) e Miyamoto (1995) e do outro lado com Aderaldo (1978), pode-se verificar três visões: a stepaniana, que é a da "modernização"; a myamotoniana, que é a de "geopolítica"; e a adoraldoniana, que é a "propositiva". No entanto, Santos (2010) afirma que elas (as teorias) não deixam de carregar o caráter das relações de dominação, sejam elas econômicas, sejam políticas, e, na salvaguarda, carrega a ideologia da DSN como elemento de garantia das ideias e dos projetos do País, e os interesses dos militares não aparecem, mas podem estar a serviço de outros interesses civis ou da modernização.

Na visão "negativa", o estudo dos autores, conforme afirma Santos (2010), centra-se na crise política com análises marxistas/gramscianas, reforçando um conjunto de ideias para a "dominação de classe", indicando que todo o fenômeno ideológico é enganador, ilusório ou parcial, e tanto em Marx quanto em Gramsci é algo que precisa ser superado. Nesse sentido, em Oliveira (1976) aparece a ideologia como expressão dos "interesses culturais de classes dominantes"; em Ianni (1985), como "domínio da burguesia financeira e monopolista"; e em Dreifuss (1981), como instituição que representa e defende interesses do "grande capital multinacional e seus associados".

Sob essa vertente negativa, a ideologia da ESG trouxe avanços para demonstrar que a DSN articula e mobiliza interesses em direção aos representantes do capital, para a superação tradicional do projeto nacional, em uma formação teórica de preocupações estruturais, econômicas e culturais, mais do que propriamente a

dominação burguesa, política e militar. O estudo, conforme Santos (2010, p. 24), acrescenta ainda que a dimensão ideológica esteja mais fundamentada na "representação, ao inverso do interesse de classe no capitalismo, porém essa visão é tênue" e, portanto, caracterizada ainda como negativa.

Depois de verificadas as vertentes teóricas como proposta analítica contemporânea sobre a ESG, o estudo apresenta a "ideologia crítica", na proposta de Thompson (1995), como formas simbólicas. Nesse sentido, as formas simbólicas, sob o aspecto da vertente neutra, dependem da maneira como são utilizadas e entendidas e, ainda, se elas servem para estabelecer e sustentar relações nos contextos sociais, nos quais são produzidas, transmitidas e recebidas. Acrescenta-se que Thompson (1995) sustenta que "as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder". Portanto, a ideologia não reduz a dominação e o poder sistematicamente; ela permanece em grau significativo e inacessível a alguns grupos.

Além disso, na conceituação teórica, Santos (2010) abordou as relações de dominação e poder, em que a ideologia não reduz o caráter ilusório, e, na visão de Thompson (1995), as formas simbólicas não estão separadas da realidade entre pessoas e grupos, pois elas são reflexos, como quer a tradição marxista, existindo sempre fragmentos da realidade, sejam eles de palavras, sejam de símbolos, que se constituem na luta de forças, mediante ações e interações que reproduzem a contínua forma simbólica.

Nesse mesmo sentido, Vincent (1992) afirma que ideologias não estão lado a lado, mas são elas que se apresentam sutilmente como "realidade objetiva da vida social" e que estabelecem "conexão" entre sentido e poder. Sob essa ótica de Thompson e Vincent, a respeito da crítica ideológica, verificam-se a legitimação, a dissimulação, a unificação, a fragmentação e a reificação da ESG, quando se estabelecem as relações de dominação entre civis e militares. Dessa forma, tem-se nessa escola a transfiguração do "poder simbólico" como lócus de construção e divulgação da ideologia.

Por outro lado, é através da ESG que se formam funcionários da administração pública que servem como colaboradores nos negócios do Estado, e, na visão de Bourdieu (2000), são entendidos como "capital político objetivado". Portanto, segundo Santos (2010), volta-se à ideologia crítica de que a escola declina de suas pretensões "instrumentais propositivas" e que serve, em alguns momentos, como negócio, na tentativa de conquistar espaço de dominação e de conquistas, como no caso dos militares que se utilizaram dessa escola para manter o poder do Estado brasileiro. Nesse sentido, ocorre o embate nesse espaço público, conforme Zaverucha (2000), local onde as forças se posicionam para a "produção simbólica da

dominação política" entre civis e militares. Sob esse aspecto, a ideologia crítica de Thompson (1995) se pauta no regime autoritário de democracia tutelada e transitória.

Concernente à metodologia aplicada ao estudo, Santos (2010, p. 20-24) se utilizou de pesquisa bibliográfica e documental, a qual discorreu sobre o objeto estudado, aplicando análise sócio-histórica e investigando as relações de dominação civil-militar no Brasil, ao longo da formação do Estado brasileiro, especificamente no período recortado no contexto das formas simbólicas e seus aspectos assimétricos e duráveis no período estudado. Investigou também as características estruturais internas da ESG, centrando-se nos modos de operação da ideologia para a legitimação estratégica de construção simbólica e mobilização civil-militar. Aplicou ainda entrevistas com o corpo docente da instituição, como forma de percepção do período transicional. Para essa análise de conteúdo, utilizou-se de Bardin (1977). A partir da metodologia, o trabalho foi desenvolvido em quatro capítulos.

No capítulo I, Santos (2010, p. 27-76) descreveu a garantia da sustentação ideológica do regime autoritário, a partir da revolução de 1964, quando as relações estavam corporificadas na Constituição de 1967 e se desenvolveram os governos militares em bases do Estado de Segurança Nacional, estabelecendo duas dimensões: os militares como governo e os militares como instituição. Nesse aspecto, haveria a garantia de dominação dos militares, a legitimação da continuidade de sucessões no poder político e ficariam resguardadas a institucionalização e constitucionalização do regime, como força simbólica de luta. Sob esse manto, repousa o que Rezende (2001) afirma sobre a ESG servir de articuladora estratégica psicossocial do regime sobre a mentalidade dos cidadãos, internalizando ideias e valores.

No capítulo II, Santos (2010, p. 77-138) abordou o período de 1974 a 1984 e apresentou a análise como momento sistemático transitório, no qual o caráter ideológico manifestado, conforme Thompson (1995), ocorreu por operações estratégicas de relações e fatos ocultados, negados e suavizados, que, por vezes, podiam se apresentar com valor positivo. Conforme Santos (2010), inegavelmente, a ruptura em qualquer regime de governo apresenta e transforma grupos distintos de poder, em que notadamente há defensores de um lado ou de outro. No caso do Brasil, verificou-se, nesse período, conforme Thompson (1995), a legitimação de relações, dignas de apoio ao universalismo, mesmo que impostas pelas Forças Armadas, caracterizando a estratégia ideológica vigente, haja vista que, na antecedência da revolução de 64, a "família brasileira" estava envolta em protestos e passeatas. Nessa concepção, Santos (2010, p. 99) analisou que se viu, então, ideologicamente

na ESG "um instrumento de servir como equacionador dos problemas nacionais", como formadora de valores e ideais, que garantiram a sustentação do regime político, incorporando na Constituição Federal mecanismos de dominação e poder dos militares através do espaço institucional da DSN no governo. Destacou, ainda, no estudo, que o inimigo das Forças Armadas era o "comunismo", o qual, na visão da DSN, era uma identificação de "percepções simbólicas" que precisava ser combatida. Essa argumentação para Thompson (1995) representava a relação de segmentação de grupos capazes de transformar em desafio real um opositor em potencial, que, no caso do Brasil, necessitava ser desqualificado; mais especificamente, como definiu Przeworski (1984), tratou-se de uma "incerteza institucionalizada", ou seja, nesse processo, a ESG tornar-se-ia incapaz de lidar com algo quase inexistente. No contraponto, O'Donnell (1986) entende que a ESG precisava fazer com que as ideias dos cidadãos se tornassem "significantes para o Estado", pois dessa forma revelaria o caráter ideológico da escola.

No capítulo III, Santos (2010, p. 139-182) analisou o período de 1985 a 1989, o qual pode ser caracterizado como "sustentação ideológica da democracia tutelada" na ESG, pois, com o processo da transição democrática, ocorreu a eleição de um presidente civil, Tancredo de Almeida Neves, que alcançou a simpatia dos atores políticos formadores do colégio eleitoral, porém não identificado com os militares, vindo este a falecer antes de assumir o poder. Em seu lugar assumiu a presidência José Ribamar Sarney, que teve o apoio da Aliança Democrática, foi identificado e apoiado pelo grupo de apoio militar, que, conforme Oliveira (1994), já havia assumido compromissos de preservação das Forças Armadas, quanto à doutrina militar, e da segurança nacional. Nesse sentido, a temência e a repressão da sociedade aos militares foram garantidas institucionalmente, e, na visão de Castro e D'Araújo (2001), houve fiança dos dois lados, "civil e militar", para a evolução democrática que estava acontecendo no País, avalizando-se, dessa forma, entre "governantes e governados", a confiança mútua.

No capítulo IV, Santos (2010, p. 183-219) tratou do pós-período de tutela democrática, em que se (re)estabeleceram a garantia da eleição direta em todos os níveis políticos, a liberalização de atividades sindicais e o pluripartidarismo. Contudo, o estudo sobre a ESG identificou documentos que sinalizaram que, no interior da instituição, havia a preocupação latente em relação à democratização, especificamente na questão da migração de inimigos internos para agremiações de oposição e que pudessem se valer do sistema político para afrontar os valores e ideais do período, quando o regime militar estava no poder. Essa preocupação foi sentida a partir da eleição de 1986, denominada "eleições constituintes", que

culminariam na nova Constituição Federal de 1988, a qual preservou o futuro das Forças Armadas, garantindo à ESG posições militares, ao que Przeworski (1984) chamou de "democracia tutelada", pois desvincilhou os militares da relação direta com os cidadãos, colocando-os na interlocução com os poderes tradicionais sistemáticos. Para Oliveira (1994), o modelo militar preservado por ministérios representava a "forma instrumental" de manutenção do autoemprego dos militares, porém em uma escala subordinada ao poder político das instituições civis. No entanto, na visão de Oliveira (1994), os militares, como "sujeitos organizados", requereram a "autonomia" e asseguraram na Constituição sua própria direção e defesa, como modelo de autonomia militar para evitar a subordinação às instituições civis. Nesse sentido, a ESG se colocou em defesa da ideologia militar, para a garantia da lei, da ordem e da soberania nacional, mantendo-se em um campo de forças representativas, tanto em interesses políticos quanto em interesses sociais.

Na conclusão, Santos (2010, p. 220-228) afirmou que o estudo apresentou o processo de transição para a democracia no Brasil, pautado no caráter ideológico, nas formas simbólicas de relações assimétricas entre civis e militares, em um campo denominado Estado-Nação, em que a luta travada se fixou no poder e na dominação política. A partir dessa constatação, são permitidas duas reflexões conclusivas: a primeira identificou os dois últimos governos militares como agentes de construção de ações que contemplassem a institucionalização do Estado de Segurança e garantia para a manutenção do grupo militar no poder do Estado, respaldado pela ESG como modelo de ideologia e estratégia edificadas em um regime autoritário; a segunda reflexão está centrada na alocação do papel das Forças Armadas para a democracia tutelada em relação à sociedade civil e que o regime militar saísse do processo fortalecido com a passagem do regime militar para a democracia civil, assegurando garantias constitucionais. Nesse sentido, a ESG se legitimou como um lócus ideológico de sustentação do regime autoritário/tutelar no processo transicional do poder político brasileiro, corroborando com a hipótese testada a partir da ideologia crítica de Thompson.

Em relação aos pontos fortes do estudo de Santos (2010), percebeu-se que houve abordagem teórica de autores que sustentassem o cenário político e social que a sociedade brasileira vivia à época em que ocorreu o golpe militar de 1964, principalmente no tocante a incertezas em que a sociedade civil se encontrava, com recorrentes manifestos e passeatas em grandes centros urbanos, dando conta de que a ESG demonstrava princípio de ordem, segurança e proteção à família brasileira e que o inimigo imaginário da época era o comunismo, mas que, de certa forma, mascarava a democracia vindoura que colocasse em risco o poder militar.

Nas abordagens teóricas, o estudo apresentou autores com ideias convergentes e divergentes, demonstrando, dessa forma, as diversas vertentes referentes aos pontos de investigação e análise, dando conta dos objetivos propostos no estudo, apresentando subsídios e informações condizentes com o lócus objeto de pesquisa, e, mesmo que essas vertentes fossem ontológicas, umas não excluem as outras, ao contrário, complementando-se entre si.

A metodologia utilizada na pesquisa foi fundamental na identificação do processo como um todo e, mais especificamente, em cada capítulo, clarificando os estágios em que se desenvolvia a sociedade na evolução transicional de um regime militar autoritário para a democracia tutelada, que culminou na solidificação do regime democrático a partir da Constituição Federal de 1988.

Como crítica, registra-se o corte da pesquisa, de 1974 a 1989, período compreendido como transitório entre dois regimes. Contudo, na antecedência, a sociedade brasileira viveu um período de forte repressão por parte do regime militar, o qual ficou ausente de discussão em profundidade, sendo que esse período foi o ápice da ESG como propagadora de "um desejo manifesto de influir nos rumos da política nacional" (Santos, 2010, p. 9). De outra parte, no período posterior a 1989, quando da consolidação da democracia, até a execução do estudo, percorreram-se quatorze anos, período esse em que houve enfraquecimento do *status* militar, perdendo prestígio social tanto em investimentos quanto em representação política.

Destaca-se que o estudo apresenta a relevância do tema na atualidade, haja vista que a sociedade brasileira passou por diversos períodos com alternância de regimes políticos, no decorrer do século XX, ora identificados com agentes políticos personificados, ora com agentes civis e ora com agentes militares. Essa variação carrega o estigma do sentimento da instabilidade política, dificultando que estudos possam dar conta do volume de informações e acontecimentos transcorridos nos diversos momentos históricos da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aderaldo, Vanda Maria Costa. *A escola superior de guerra*. Um estudo de currículos e programas. 1978. Dissertação (Mestrado) - Iuperj, Rio de Janeiro, 1978.

Bardin, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: 70, 1977.

Bourdieu, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Castro, Celso; D´Araújo, Maria Celina. *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

Dreifuss, René Armand. *A conquista do estado*. Ação Política, poder e golpe de classes. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 814 p.

Ianni, Otávio. *O ciclo da Revolução Burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1985.

Miyamoto, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995.

O'Donnell, Guilhermo; Schmitter, Philippe C. *Autoritarismo e democratização*. São Paulo: Vértice, 1986. 158 p.

Oliveira, Eliézer Rizzo de (Org.). *As forças armadas*. Política e ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. *De Geisel a Collor*. Forças armadas, transição e democracia. Campinas: Papirus, 1994.

Przeworski, Adam. Amas a incerteza e serás democrático. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 9, p. 36-46, jul./1984.

Rezende, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil*: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984. Londrina: UEL. 2001.

Santos, Everton Rodrigo. *Poder e dominação no Brasil*: a Escola Superior de Guerra (1974-1989). Porto Alegre: Sulina, 2010.

Stepan, Alfred. *Brasil*: los militares y la política. Buenos Aires, Editora Amorrortu, 1974. 351 p.

_____. *Os militares*: da abertura à Nova República. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. 125 p.

Thompson, John B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.

Vincent, Andrew. *Ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

Zaverucha, Jorge. *Frágil democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Resenha 3

A NATUREZA SOCIAL DAS FINANÇAS – mundialização, governança corporativa e fundos de pensão em um contexto do novo espírito do capitalismo.

Marcio Rogério Silva* e Wellington A. Desiderio*

O livro *A natureza social das finanças*: *fundos de pensão, sindicalistas e recomposição das elites*, organizado por Maria A. Chaves Jardim, é uma coletânea de artigos pautados em análises aludidas aos fenômenos ocorridos no capitalismo recente. O livro versa sobre a mundialização das finanças e sobre os atores que exercem papéis sociais-chave para a atual configuração do capitalismo. Dessa forma, elites, fundos de pensão e sindicalistas estão no cerne das atenções. Os artigos possuem natureza descritiva e analítica, e seus ferramentais metodológicos são vindouros da sociologia. Logo, as variáveis sociais são consideradas cruciais para entender o funcionamento da economia. Os autores são pesquisadores brasileiros e franceses.

A MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA E OS TEMPOS DE CRISE

Os artigos de Jean-Marc Siroen – *Uma mundialização em crise* – e Frédéric Lebaron – *Mundialização financeira ou imposição do modelo norte-americano?* – analisam os momentos de crise financeira evidenciados nos últimos anos. Siroen indica em seu texto as inconsistências entre o que a globalização prega como ideal e o que tem ocorrido na realidade. Para o autor, a crise atual teria nascido de uma regulamentação insuficiente, contudo, chama a atenção para a eficácia de a regulamentação não poder ser superestimada. Além disso, ele cita a falta de uma governança mundial, que está focada na atuação pontual de bancos centrais, como também diz que o FMI deveria cumprir um papel na busca do equilíbrio

Recebido para publicação em 8/8/2012.
Aceito para publicação em 10/12/2012.

* Mestrandos em Engenharia de Produção pela UFSCar.

compatível com o crescimento econômico, coordenando as políticas econômicas e criando sanções aos desequilíbrios. Por outro lado, o autor comenta que a globalização não apagou os regulamentos nacionais, e, como a exemplo dos fundos de pensão, cada país tem instituições diferentes. Em suma, segundo o autor, como não há vislumbre de mudanças pós-crise, uma vez que o aumento de liquidez no mercado financeiro gera uma nova euforia e novas bolhas, sua última pergunta é: "quando será a próxima crise?".

Já o texto de Lebaron trata a crise do modelo financeiro norte-americano indicando um aparente paradoxo. O sistema financeiro americano apresenta cada vez mais fragilidades, com os Estados Unidos apresentando déficits financeiros. Contudo, eles permanecem como credores no plano simbólico, sobretudo na teoria financeira e, em um âmbito maior, na teoria econômica, exportando seu modelo nacional. Esse modelo, segundo o autor, é um conjunto de características institucionais e culturais, bem como as propriamente econômicas, tendo sempre ligação com as instituições públicas e os atores públicos.

Lebaron também aponta que o poder público exerce função limitada de regulação, sendo o Banco Central dos Estados Unidos responsável por intervir em crises, tidas como naturais nas finanças do mercado, encaradas dessa maneira pelo menos até a crise dos *subprime*. Finalmente, Lebaron questiona os limites entre o mundo percebido e o mundo real, considerando a crise de crenças gerada pela crise do mercado financeiro, notadamente do *subprime*, necessitando de uma conversão de pontos de vista, o que ele chama de revolução simbólica.

Somando a esse debate, Roberto Grün – com o artigo *A evolução da governança corporativa no Brasil: inovações financeiras, convergência das elites e estabilização do sistema* – analisa o contexto internacional da criação, importação e difusão de mudanças organizacionais e novas institucionalidades. O autor parte do modelo específico de governança corporativa – principal ferramenta de gestão do modelo financeiro – e sua concepção dentro do contexto nacional norte-americano e das particularidades que ela adquire no Brasil.

Nesse sentido, o autor centra a discussão de que a governança corporativa ganhou no Brasil novas feições, em que os contextos da crise econômica que ocorreu após o milagre econômico criaram um ambiente propício a fórmulas de salvação da economia nacional, que passaram pela qualidade do modelo japonês, criando um ambiente para consultores e agentes que importavam ideias para o setor governamental. A recuperação do prestígio perdido pelos financistas viria com a governança corporativa, por um lado, estabelecendo um quadro que aumentasse a confiança dos investidores e, por outro lado, que trouxesse segurança jurídica, dando margem de participação a financistas e profissionais do direito.

Outro ponto apontado pelo autor se refere à peculiaridade da governança corporativa no Brasil, pois ela agrega a necessidade de responsabilidade social das empresas, prevenindo-as de perdas advindas de riscos morais. Além disso, ela foi capaz de realizar uma convergência entre poder sindical e empresarial, fundos de pensão e investidores tradicionais, em um contexto em que os trabalhadores se tornaram pouco propensos a apostar suas fichas na contestação sindical. Dessa maneira, a extensão dos circuitos de legitimação diminuiu os graus de liberdade de ambos os grupos, e ambos têm de considerar a aceitação de pré-julgados financeiros e exigências sociais, aumentando a estabilidade simbólica do capitalismo brasileiro.

FUNDOS DE PENSÃO E SUA RELAÇÃO COM AS ELITES EMPRESARIAIS, SINDICAIS E COM OS ASSALARIADOS

Anne Catherine Wagner, em seu artigo *Dirigentes e sindicalistas na mundialização: reconfigurações das relações sociais e emergência de novos atores*, analisa os acessos aos espaços sociais e institucionais internacionais, os novos atores que emergem nesse processo e como eles se situam em relação aos outros. Para isso, a autora estuda o processo de internacionalização dos altos cargos de líderes de empresa e dos sindicalistas, classificando o capital cultural como uma nova espécie de capital que mistura as dimensões econômicas, culturais e simbólicas, fundando novas posições sociais e novas posições econômicas.

A autora mostra que os dirigentes econômicos que percorreram as mesmas *business schools*, unidos pelos mesmos interesses e pela mesma cultura de negócios, falando a mesma língua, formaram redes internacionais que seguem harmoniosamente a globalização da produção, ao contrário das confederações sindicais, construídas sob histórias nacionais distintas, com relações profissionais heterogêneas, separadas por barreiras linguísticas e geográficas. Contudo, no meio sindical também desenvolveram-se carreiras internacionais, em que os *experts* reúnem conhecimento técnico e habilidade em dialogar com dirigentes e membros das classes superiores, podendo fragilizar sua posição em sua confederação, pois entram em contradição com outras fontes de legitimidade sindical.

Já Sabine Montagne, no artigo *O truste ou o impensável poder da finança*, toma como base o direito, na articulação entre o assalariado e a finança, nos fundos de pensão, passando por definições em torno do benefício definido e da contribuição definida. Para explicar essa relação, a autora passa pelo conceito de truste, que define que os assalariados são colocados em uma posição estruturalmente passiva tanto com relação ao empregador como com relação ao intermediário financeiro. A autora aponta que, na medida em que a aposentadoria é um elemento da relação

salarial, os fundos de pensão se revelam em uma lógica de relação de forças (fordista), em que os privilégios do truste são transferidos para outras entidades econômicas, concluindo que ocorreu uma transferência a uma poupança inteiramente econômica, sem a proteção comparável ao truste, o qual tinha privilégios por conta da proteção às aposentadorias.

No artigo de Bruno Théret, *O debate crítico francês sobre os fundos de pensão na virada do terceiro milênio*, o autor relata um debate, na virada de 2000, que contrapôs os partidários da repartição e da capitalização, afirmando que os argumentos desses segundos se tornaram cada vez mais frágeis. No artigo, há um argumento sobre a existência de um debate político-científico liderado pelos economistas, com considerações em termos de eficiência, por meio de ferramentas estatísticas. Contudo, o autor chama a atenção para o fato de que a mudança institucional não é regida necessariamente pela racionalidade econômica, bem como retrata que há uma disputa de crenças de ambos os lados, sem dúvida, em uma abordagem inovadora de Théret.

Por fim, o capítulo *Governo Lula, sindicatos e fundos de pensão: moralização do capitalismo?*, de Maria Chaves Jardim, apresenta um estudo em torno da interação de sindicalistas, ex-sindicalistas, empresários dos fundos de pensão e governo federal, debatendo sobre a cumplicidade e os interesses desses agentes, apresentando como afirmação principal a convergência ou recomposição de elites em torno dos fundos de pensão.

A autora inova ao fugir de leituras fundamentadas em interesses estritamente econômicos dos fundos e de leituras jornalísticas de venda dos sindicatos ao mercado, uma vez que essa nova atuação sindical em torno dos fundos de pensão se julga com legitimidade moral para defender os interesses dos trabalhadores, passando a incorporar preocupações econômicas em seu discurso, ao passo que o mercado financeiro passou a incorporar conceitos como ética, democracia, inclusão social e solidariedade. Há, aqui, uma convergência ou recomposição de elites.

Com um interessante prefácio redigido pela professora Nadya Araujo Guimarães, esse livro deve ser uma referência para aqueles que se dedicam à compreensão do espírito do novo capitalismo, que traz em seu âmago as finanças, a remodelação das elites e os fundos de pensão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Jardim, Maria Aparecida Chaves (Org.) *A natureza social das finanças*: fundos de pensão, sindicalistas e recomposição das elites. Bauru: EDUSC, 2011.